

Observatório Militar da Praia Vermelha

Coletânea de Artigos - 2021



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército





COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2021

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA
COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2021

Organizador

Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues

*Esta coletânea é constituída de artigos confeccionados por colaboradores do OMPV
sobre assuntos relacionados à segurança e defesa.*

ECEME

2023

COORDENAÇÃO GERAL

General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior

Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ORGANIZADOR

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente-Coronel Alessandra Maciel Raimundo

Professora de Inglês da ECEME

Major Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira

Professora de Espanhol da ECEME

Major Mônica da Silva Boia

Professora de Espanhol da ECEME

1º Tenente Raquel Luciano Gomes

Professora de Inglês da ECEME

1º Tenente Bruna Renova Varela Leite

Professora de Espanhol da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira

Responsável pelo design gráfico da capa

O120 Observatório Militar da Praia Vermelha: Coletânea de artigos - 2021

Organizador: Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues

Rio de Janeiro: ECEME, 2023.

234 p. Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-64844-13-1

1. Cibernética. 2. Geopolítica. 3. Estratégia. 4. Operações Militares. 5. Doutrina Militar. 6. Conflitos Bélicos. 7. VUCA

SUMÁRIO

Apresentação	9
<i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	
CIBERNÉTICA	11
Os desafios da capacitação de recursos humanos para a defesa cibernética	12
<i>Henrique de Queiroz Henriques</i>	
Relação entre facções criminosas e crimes cibernéticos	16
<i>Eliezer de Souza Batista Junior</i>	
<i>Cristiano Rolim Pereira</i>	
<i>Henrique de Queiroz Henriques</i>	
O ato de guerra e o ataque cibernético: o caso Stuxnet na visão de Clausewitz	20
<i>Amanda Rodrigues Bernardes</i>	
<i>Karen Ludmilla Barreto de Ávila</i>	
CONFLITOS BÉLICOS	25
Mais uma crise na terra santa	26
<i>Paulo Roberto da Silva Gomes Filho</i>	
A assimetria estratégica Irã-Israel e sua relação com o conflito árabe-israelense	29
<i>Victor Almeida Pereira</i>	
Batalla de Chickamauga: una visión hodierna basada en funciones conjuntas y liderazgo organizacional	34
<i>Edward Coelho de Oliveira</i>	
Análise de situação - Fim da presença dos EUA e OTAN no Afeganistão	39
<i>Sandro Teixeira Moita</i>	
DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES	42
A era da comunicação e suas repercussões para a doutrina militar	43
<i>Flávio Roberto Bezerra Morgado</i>	
O Brasil no processo de securitização ambiental da Amazônia - ações e evidências	49
<i>Carlos Henrique Arantes de Moraes</i>	
<i>Germano Botelho Pereira</i>	
<i>Guilherme Ramon Garcia Marques</i>	
<i>Gustavo Daniel Coutinho Nascimento</i>	
Inteligência: problema ou solução?	55
<i>Miguel Fiuza Neto</i>	

As tecnologias disruptivas e os protocolos legais perante as armas do futuro	61
<i>Guilherme de Araújo Grígoli</i>	
A atividade de simulação de combate no EB e a inovação em defesa	65
<i>Frederico Emanuel Sousa Nunes</i>	
O sistema de defesa antimísseis israelense, uma transformação na política estratégica israelense	71
<i>Marco Túlio Delgobbo Freitas</i>	
A logística militar em tempos de crise: covid-19	76
<i>Jonathas da Costa Jardim</i>	
Guerra híbrida: qual a importância do conceito?	82
<i>Jairo Luiz Fremdling Farias Júnior</i>	
Operação Samaúma: GLO em prol da Amazônia Legal (GLO ambiental)	89
<i>Rodrigo de Almeida Paim</i>	
DQBRN	95
O apoio de DQBRN do Exército Brasileiro ao Paraguai	96
<i>Alexandre Marcos Carvalho de Vasconcelos</i>	
Brasil e covid-19: a produção nacional de vacina como forma de superar a crise?	101
<i>Gustavo Macedo</i>	
<i>Ana Carolina Ferreira Coutinho</i>	
<i>Bruna Dutra Ribas</i>	
<i>Juliana Fernandez de Assis</i>	
<i>Leonardo Assunção Fontes</i>	
<i>Shaula Chuery</i>	
Gripe espanhola e covid-19: análise sobre o sistema público de saúde brasileiro	105
<i>Gustavo Macedo</i>	
<i>João Marcos Neves Maciel</i>	
<i>Letícia Monteiro Maia</i>	
<i>Michelle Vieira Moreira Paes</i>	
<i>Yasmim de Martins Malta</i>	
Coronavírus: um recorte histórico desde a primeira aparição	109
<i>Gustavo Macedo</i>	
<i>Beatriz Martins dos Santos</i>	
<i>Kauê Almeida da Franca</i>	
<i>Luana Barbosa Correia dos Santos</i>	
<i>Robson Itaguara Prates dos Santos</i>	
Os impactos econômicos da covid-19 na América Latina	113
<i>Gustavo Macedo</i>	
<i>Giovanna Janguas Gadotti</i>	
<i>Julia Vilela Fernandez</i>	
<i>Lara Santillo Caetano</i>	
<i>Laura Bandeira Labriola</i>	
<i>Luiza Gabrielle Vaz de Barros</i>	
<i>Sarah Aparecida da Silva</i>	

GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA	116
Esperança: a primeira sonda espacial do Oriente Médio em Marte <i>André Nunes</i>	117
A natureza das ameaças da Amazônia <i>Oscar Medeiros Filho</i>	121
O futuro da China é um retorno ao passado? <i>Thiago Pedreiro de Lima</i>	125
A agenda de defesa brasileira na África e a segurança do Atlântico Sul: breve análise sobre a cooperação militar no âmbito da ZOCAPAS <i>Filipe Machado Carolino</i> <i>Fernando Ferreira Manhães</i>	135
Afeganistão: epicentro da geopolítica global <i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	143
A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico <i>Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza</i> <i>Marcus Vinicius Cardoso Monteiro</i>	147
O arranjo geopolítico do cinturão do Indo-Pacífico: QAD e AUKUS <i>Bárbara de Figueiredo Lima Jardim</i> <i>Jonathas da Costa Jardim</i>	157
O programa Partners Across the Globe e as relações OTAN-Colômbia: possibilidades para o Estado brasileiro <i>Rodrigo Bezerra de Azevedo</i>	166
MISSÕES DE PAZ	172
Um pensamento da arte da guerra e reflexos sobre o futuro das operações de paz multidimensionais <i>Alexandre Shoji</i>	173
A crise haitiana e o desafio das operações de paz no século XXI <i>Guilherme Moreira Dias</i>	178
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	180
Força-Tarefa logística humanitária: o desenvolvimento de capacidades militares no contexto da Operação Acolhida <i>Josias Marcos de Resende Silva</i>	181
Operação Acolhida, preparação do 11º contingente <i>Luciano Hickert</i>	187
Preparação de contingente para a Operação Acolhida <i>André Vicente Scafutto de Menezes</i>	195

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL	201
Sobre a relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado de Roraima <i>Lucas Barreto Rodrigues</i>	202
TERRORISMO	211
Análise de situação - conflito Israel x Hamas <i>Sandro Teixeira Moita</i>	212
No conflito com o Hamas, Israel tem opções limitadas <i>Rafael Augusto da Cunha Bonato</i>	219
O terrorismo ocorrido em Angola durante o século XXI <i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i> <i>Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon</i>	226

APRESENTAÇÃO

*Anselmo de Oliveira Rodrigues**

Volátil, incerto, complexo e ambíguo, ou simplesmente VUCA, como é popularmente conhecido. Pode-se dizer que em 2021, o mundo foi o retrato fiel do ambiente VUCA. Tragada pelo combate travado junto ao covid-19, a sociedade ainda veio a se deparar com vários acontecimentos que, de alguma forma, surpreenderam a todos e tornaram ainda mais complexo a difícil tarefa de compreender o sistema internacional contemporâneo. A saída das tropas norte-americanas do Afeganistão, a profusão de ataques cibernéticos, os esforços realizados pelas tropas brasileiras na Operação Acolhida, o terrorismo crescente na África e as fricções intermináveis no Oriente Médio são apenas alguns, dos inúmeros episódios ocorridos em 2021 e que tiveram reflexos no campo da segurança e defesa.

Mais uma vez, a equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha não titubeou e envidou incansáveis esforços para compreender o ambiente VUCA e suas implicações para a conjuntura e para o *dia-a-dia* das pessoas. O caráter multidisciplinar da equipe do OMPV possibilitou a análise de diversos assuntos em 2021, tais como: movimentos migratórios, covid-19, conjuntura no Oriente Médio, doutrina, operações militares, terrorismo, dentre tantos outros fatos relevantes ocorridos naquele ano.

A expressiva quantidade de articulistas presentes nesta coletânea (um total de 61) demonstra o crescimento e a relevância que o OMPV vem obtendo desde o seu primeiro ano de funcionamento. Oriundos dos mais diversos segmentos da sociedade, os 61 autores presentes na Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2021 materializa o resultado de um trabalho iniciado em 2018 e que já está rendendo seus frutos.

Alinhado com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, o Observatório Militar da Praia Vermelha, além de realizar estudos e pesquisas, funciona como indutor da temática defesa e segurança junto à população brasileira, pois estimula os demais segmentos da sociedade brasileira a pensarem e a realizarem suas contribuições nessa temática. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade.

* Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

Diante disso, como coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha, é com grande satisfação que apresento a Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2021, a qual possui um total de 38 artigos, que foram assinados por 61 distintos autores e está organizada por áreas temáticas. Em cada área temática, os artigos foram inseridos de acordo com a ordem cronológica de sua publicação no site do OMPV.

A área temática cibernética apresenta apenas 3 artigos relacionados ao tema que foram publicados em 2021. A área temática conflitos bélicos, por sua vez, está composta por 4 artigos que foram publicados em 2021. A área temática doutrina e operações militares foi o carro chefe dos esforços realizados pela equipe do OMPV em 2021 e contém 9 artigos que foram publicados naquele ano. A área temática Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear realizou importantes estudos sobre o covid-19, os quais resultaram em 05 artigos publicados em 2021.

A área temática geopolítica e estratégia, por sua vez, envidou incansáveis esforços para compreender a conjuntura regional e global, os quais ficaram materializados em 8 artigos publicados em 2021. A área temática missões de paz possui 2 artigos publicados em 2021. Motivada pelos esforços realizados pelas Forças Armadas brasileiras na operação Acolhida, a área temática movimentos migratórios está composta por 3 artigos que foram publicados em 2021. A área temática segurança pública e crime organizado internacional apresenta apenas 1 artigo publicado em 2021. Finalizando esta coletânea, a área temática terrorismo continuou realizando relevantes estudos sobre o fenômeno do terrorismo e apresenta 3 artigos que foram publicados em 2021.

Além de conter pesquisas e estudos relacionados à segurança e defesa de elevada qualidade, essa coletânea também é uma bela oportunidade para que os leitores e a sociedade em geral possam entender o trabalho efetuado pelos integrantes do Observatório Militar da Praia Vermelha em 2021 e, dessa forma, possam compreender os assuntos relacionados à Defesa Nacional, que tanto instiga militares e civis mundo afora.

CIBERNÉTICA



OS DESAFIOS DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A DEFESA CIBERNÉTICA*

Henrique de Queiroz Henriques¹

A partir do século XXI, o ciberespaço tem se configurado como um novo domínio de interação da humanidade ao passo que elementos básicos do dia a dia, assim como estruturas da sociedade passam a ser dependentes do uso do espaço cibernético, elevando este ambiente a um nível estratégico e demandando transformações no comportamento humano para lidar com as novas possibilidades, assim como despertando o interesse do Estado em controlar e defender esse domínio (MEDEIROS, 2019).

O caráter anônimo e sem fronteiras que caracteriza o ciberespaço torna esse ambiente em um palco de assimetrias que suscita conflitos impensáveis há pouco tempo, praticamente impossível de se identificar a origem dos atacantes ou mesmo se o vetor de um ataque cibernético é estatal, criminosos ou por um simples indivíduo (SOUZA; MEDEIROS; GOLDONI, 2020).

Dessa forma, a cibernética passou a ganhar espaço no pensamento e comportamento dos indivíduos, seja para se inserir nesse novo mundo de tecnologias ou mesmo ter condições de atuar no espaço cibernético, como um agente de estado ou com objetivos escusos.

Para enfrentar esse ambiente operacional, marcado pela difusão de poder, incertezas, flexibilização de fronteiras e territórios, multiplicidade e anonimato de atores é necessário que a formação seja eficaz no desenvolvimento de capacidades que possibilitem o enfrentamento de toda sorte de atores e ameaças, principalmente por ser notório o crescimento de ocorrências cibernéticas no cenário internacional (BETZ; STEVENS, 2011).

Nesse sentido, o Estado deve buscar formas de capacitar seus recursos humanos para fazer frente as novas demandas advindas do ciberespaço. O desafio inicial é a identificação do ponto de partida, pois como dito acima, a ameaça cibernética pode advir de um simples indivíduo, os chamados hackers. A partir dessa afirmação surgem novas perguntas: A partir de que idade um indivíduo se torna um hacker? Quais as

* Artigo originalmente publicado em 27 de abril de 2021 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

capacidades que este indivíduo deve desenvolver para estar apto a explorar as possibilidades do mundo virtual? Se o Estado não se apropriar das capacidades desse indivíduo, empresas ou o crime organizado podem se aproveitar desse conhecimento? O Estado é capaz de formar seus quadros para Defesa Cibernética?

Ao nos debruçarmos nestes questionamentos chegamos a conclusão que a formação em cibernética pode se dar de diversas formas, seja individualmente ou mesmo começando por cursos na área da Tecnologia da Informação, no entanto, a “administração da violência” é de competência própria da profissão militar, o que os distingue de quase todos os civis, seja em sua formação básica ou mesmo nos cursos de especialização e extensão, sendo seu dever aprender a administrar a violência em diversos setores e ambientes operacionais (NETO, 2012).

A capacitação militar voltada para a cibernética é de certa forma complexa, pois exige domínio de uma área nova do conhecimento e que demanda constante atualização requerendo altos níveis intelectuais, treinamento constante e certo pendor para a atividade, somados a responsabilidade de promover a segurança e a defesa da sociedade.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa - END (Decreto 6.703/2008), o setor cibernético é essencial para a defesa nacional. Dessa forma, a END determina a constituição de uma organização encarregada de desenvolver a capacitação cibernética nos campos industrial e militar. Neste contexto, busca-se a formação de recursos humanos capazes de atuar em rede de computadores, auxiliando o aperfeiçoamento de procedimentos de segurança que reduzam as vulnerabilidades dos sistemas de Defesa Nacional (BACH DA GRAÇA, 2014).

Para enfrentar esses desafios, o Ministério da Defesa editou diversas diretrizes e portarias como a Portaria 3.028/2012, a Diretriz Ministerial nº 14/2009 e editou a Política Cibernética de Defesa (MD31-P-02), por meio da Portaria Normativa nº 3.389/MD, delegando ao Exército Brasileiro a responsabilidade de coordenar e integrar o setor cibernético, definindo providências para que seja cumprida a Estratégia nacional de Defesa em setores estratégicos (BACH DA GRAÇA, 2014).

Os desafios da formação em cibernética não se resumem ao indivíduo. Cada vez mais a Defesa Cibernética tem sido prioridade de governos mundo afora, principalmente pela crescente dos ataques cibernéticos em diversos setores, seja estatal ou empresarial. Esses investimentos contínuos buscam assegurar capacidades cibernéticas em todo espectro das operações militares, identificando e responsabilizando

os atores estatais ou não, como o realizado pelos Estados Unidos da América em sua Estratégia Nacional de Defesa, investindo bilhões de dólares no setor, custo esse pago pela sociedade (SOUZA; GOLDONI, 2020).

Para alcançar o objetivo de formar seus recursos humanos em cibernética o Exército precisou definir qual o universo a capacitar, bem como quais as capacidades necessárias para desempenhar as diversas atividades ligadas a Defesa Cibernética. Dentro desse contexto, definiu-se que o devemos entender que a capacitação em cibernética se desenvolve em 5 (cinco) níveis, quais sejam: USUÁRIO (Utiliza os sistemas de TI), TÉCNICO (Implementa sistemas de TI), ACADÊMICO (Programador, desenvolvedor de redes), PENTESTER (Aplica técnicas de defesa ativa), DESENVOLVEDOR 1 (Cria programas e técnicas de defesa), DESENVOLVEDOR 2 (Cria técnicas e programas contra sistemas operacionais).

Entende-se que o caminho para que tenhamos um profissional em Cibernética é longo e complexo, demandando disponibilidade e autoaperfeiçoamento contínuo, o que nos evoca a necessidade de mesmo após os diversos cursos de especialização, este profissional necessitará permanecer ativo no campo, de forma a participar de eventos de atualização como *LAAD Defense & Security* - Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, eventos da *Blackhat* (empresa especializada em treinamentos e eventos em segurança da informação).

Outro desafio enfrentado pela formação de guerreiros cibernéticos é assegurar privacidade e outros direitos fundamentais. Proteger o Estado de ataques cibernéticos é a essência a ser buscada, porém não basta investir em tecnologias e capacitação técnica de pessoal, mas também em regulação jurídica de defesa cibernética, devendo ser específica para as situações de amplo espectro do combate virtual, já que institutos como o marco civil da internet possui posição diversa relativa da guerra cibernética, colocando barreiras a atuação e limitando o alcance do Estado (BACH DA GRAÇA, 2014).

Nesse sentido, a capacitação em cibernética é permeada de desafios e se caracterizaria por uma formação precoce e de aperfeiçoamento continuado, já que o ambiente virtual é volátil e incerto, multifacetado e em constante evolução. A tecnologia da informação e suas ramificações estão altamente presentes no conflito de 4ª Geração e a cibernética ganha papel relevante nesse contexto, o que nos leva a reflexão de como o Estado deve encarar essa capacitação.

Devemos definir se formamos os recursos humanos desde o início da carreira

militar, capacitamos àqueles que se voluntariam para o trabalho na área ou até mesmo recrutar aqueles que despontam como ícones no setor privado, ou mesmo com histórico duvidoso para que possamos construir uma rede capaz de identificar e proteger as infraestruturas estratégicas e garantir o funcionamento dos sistemas operacionais essenciais para a nação brasileira.

Referências:

BACH DA GRAÇA, Ronaldo. **Regulação da Guerra Cibernética e o Estado Democrático de Direito no Brasil**. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, Vol. 6, nº 1, 2014.

BETZ, David J.; STEVENS, Tim. **Cyberspace and the State: Towards a Strategy for Cyber-power**. Abingdon: Routledge, 2011.

MEDEIROS, Breno Pauli. **Ciberespaço e relações internacionais: rumo a construção de um novo paradigma?** Dissertação de Mestrado na ECEME, 2019. Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

NETO, Jacintho Maia. **Os desafios do ensino militar: transformando a pós-graduação stricto sensu em Ciências Militares**. Coleção Meira Mattos, nº 26, 2012.

SOUZA, Marcos Luiz da Cunha, GOLDONI, Luiz Rogério Franco. **Custos econômicos da Guerra Cibernética**. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

SOUZA, Marcos Luiz da Cunha, MEDEIROS, Breno Pauli, GOLDONI, Luiz Rogério Franco. **Infraestrutura básica e vulnerabilidades cibernéticas**. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

RELAÇÃO ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS E CRIMES CIBERNÉTICOS*

Eliezer de Souza Batista Junior¹
Cristiano Rolim Pereira²
Henrique de Queiroz Henriques³

Há vários grupos criminosos organizados de Norte à Sul do país, sendo os principais exemplos: Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA), Terceiro Comando Puro (TCP), Primeiro Comando Mineiro (PCM), Paz, Liberdade e Direito (PLD), Comando Norte/Nordeste e Família do Norte (FN) (BITTAR, 2006).

As facções criminosas no Brasil remontam da década de 70. Desde o início, essas facções se especializaram em crimes, sendo que a sustentação econômica advém principalmente do tráfico de drogas. Adicionam-se também outras atividades como roubos, sequestros e assaltos.

Com a chegada da Era da Informação, houve a necessidade do crime organizado se reinventar para auferir mais lucro. Para tanto, crimes foram inovados dentro do ambiente cibernético. Nesse ínterim, surgem os crimes cibernéticos que são caracterizados por atividade criminosa que tem como alvo ou faz uso de um computador, uma rede de computadores ou dispositivo conectado em rede, infringindo algum dispositivo tipificado em uma lei. Isso mostra que essa derivação de crime não é praticada somente *porhackers*, mas também por pessoas ou organizações.

Uma das formas de implementação foi modificar a forma de venda de ilícitos, na qual traficantes passaram a vender de forma online, por meio da *deep*⁴ e *dark web*⁵, sendo incluído o serviço de entrega até usuário final. Essa modificação no modo de

* Artigo originalmente publicado em 21 de junho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

³ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

⁴ *Deep web* são sites não indexados, ou seja, que não podem ser encontrados por canais de busca, como o *Google*, *Bing* e *Yahoo*. Possui características de criptografia que deixam a identidade do usuário ocultada (BARROS, 2018).

⁵ *Dark web* possui criptografia mais complexa, permitindo que apenas usuários avançados ou alguns curiosos sortudos consigam chegar até os servidores. A URL dos sites possui várias letras e números aleatórios, não fazendo sentido para um usuário comum (BARROS, 2018). Alguns autores dividem a *dark web* em três subníveis: internet restrita (necessidade de alteração do servidor de conexão, ou proxy), internet mais restrita (necessidade de utilizar navegadores com distribuição de acesso Tor) e internet secreta (necessidade de alterar um hardware para que a comunicação ocorra) (AGUIAR, 2018).

venda talvez seja responsável pelo maior *boom* econômico das organizações narcocriminosas, pois conseguiram atingir maior público e, portanto, maximizou lucros.

Usando os lucros da venda de drogas, as principais facções brasileiras reverterem esse dinheiro para compra de armas com fins da autoproteção do grupo criminoso e ampliação da sua área de venda (CORDEIRO, 2019). A *deep e dark web* também facilitaram o tráfico internacional ilegal de armas.

Os crimes não ficaram apenas na parte de vendas. Alastrou-se, tornando-se uma base para operações contra alvos. Um exemplo ocorreu quando houve monitoramento de agentes de segurança que trabalhavam no presídio federal de Catanduvas-PR. A consequência foi a morte de Melissa de Almeida Araújo⁶ em uma emboscada, supostamente, por ser a responsável pela transferência do traficante Marcola⁷ para o presídio federal em Rondônia. As investigações concluíram de que Melissa foi seguida por membros da facção PCC, utilizando as redes sociais da ex-psicóloga.

Investigações oficiais apontam que o PCC possui técnicas avançadas de investigação social com pesquisas aprofundadas em redes sociais, como Facebook, Snapchat, Instagram, Twitter e fontes oficiais, utilizando-se de cadastros e dados publicado sem páginas oficiais nos mais diversos órgãos públicos. De posse dessas informações, realizam ameaças contra agentes e trabalhadores, como magistrados, promotores, repórteres e servidores de segurança pública.

A utilização das redes sociais também serve para divulgação e promoção de atividades, contribuindo com a projeção do poder e disseminação do medo na sociedade. Os criminosos usam imagens de suas ações, exibem armas e escolhem suas próximas vítimas. Um exemplo ocorreu com *Luyan Roges*, quando seu assassinato foi gravado, postado em uma rede social e enviado aos familiares. Esse crime teria sido executado após julgamento e ordem dos “Tribunais do Crime”⁸ (ARAÚJO, 2019).

Com a maior adoção de comunicações pelo meio digital, a polícia tem interceptado conversas e ordens emanadas por facções. Entretanto, esse é um trabalho difícil, pois quando a justiça solicita informações para as empresas detentoras de serviços de comunicações, esbarram em recusas fundamentadas na privacidade do

⁶ Psicóloga morta pelo PCC que atendia presos no presídio de Catanduvas-PR.

⁷ Um dos maiores líderes do PCC.

⁸ São julgamentos que são realizados em cada facção criminosa por meio de debates realizados por aproximadamente oito ou nove chefes de quadrilha que podem ou não estar encarcerados (na condição de juízes) e réus (chamados de credores) que possuem direito de defesa. Após o julgamento, com base na maioria dos votos, é estabelecido um veredicto, em que a pena máxima é a capital, ou seja, morte dolorosa.

cliente⁹. Tal situação leva a intermediação do poder judiciário que pode ou não continuar com o procedimento investigatório.

Outro crime comum por parte de integrantes do crime organizado é a clonagem de cartões de crédito. As técnicas são variadas, podendo se levar a cabo com a instalação de uma simples câmera com a finalidade de filmar os dados do cartão até a instalação de chips em leitores.

Há pessoas que não se envolvem diretamente com o crime organizado (chamados de simpatizantes pela causa), mas que têm realizado um ciberativismo¹⁰ para legalização de ilícitos, corroborando com a percepção de poder das facções no ciberespaço. Há registros de que essas pessoas estejam levando discussões para legalização das drogas, tendo como um dos argumentos o poderio das facções, tentando levar terror à sociedade.

O crime organizado também passou a vislumbrar cripto moedas como fonte de recursos, principalmente nas situações de sequestros. Existem relatos de exigências de pagamentos de resgate utilizando bitcoins, o que dificulta a atuação das delegacias especializadas. Outra forma foi verificada pelo uso de mineradoras de *bitcoins*¹¹. Dessa forma, os criminosos usando o lucro advindo de ativos virtuais podem comercializar armas. Esse procedimento é dificilmente rastreado pelos órgãos responsáveis, por conta pouca gama de dados de rastreabilidade nas transações comerciais utilizando-se as cripto moedas (BARBOSA, 2019).

Outro ponto que dificulta o processo investigatório é que, infelizmente, os registros de crimes cibernéticos arquivados nas polícias especializadas não possuem fidedignidade. Não há unificação dos procedimentos relativos às investigações dos crimes cibernéticos e, dessa forma, cada delegacia possui um *modus operandi* próprio¹². A criação de delegacias, núcleos técnicos e grupos especializados, com treinamento e capacitação periciais poderiam mitigar essa vulnerabilidade.

Verifica-se que as facções criminosas brasileiras já se inseriram na “Era da

⁹ Segundo Mark Khan, advogado-geral do *Whatsapp*: “Pouco importa se esse cliente é um criminoso. Priorizamos nossos usuários. Por isso, adotamos sistemas cada vez mais avançados de proteção de dados”.

¹⁰ Utilização das tecnologias digitais como ferramenta para comunicação, informação e mobilização para o enfrentamento político, social e cultural.

¹¹ A mineradora de *Bitcoin* é um computador ou hardware específico que se conecta à rede baseada em pares da cripto moeda (não há um servidor central), formando um nó e agregando poder de processamento para validar informações de transações envolvendo essa moeda e garantindo a segurança na troca de dados. Em troca pelo processamento, a rede paga em bitcoin uma quantia relativa a esse esforço.

¹² Inclui-se nesse escopo a definição de crime cibernético e a tipificação de cada tipo de crime.

Informação”. Pode-se dizer que, aparentemente, ainda estão em um estágio inicial, visto que utilizam tecnologias que estão disponíveis a todo o público. Entretanto, caso haja investimentos massivos, esses grupos podem representar grave ameaça contra a democracia e ao Estado de Direito, uma vez que podem direcionar suas ações às infraestruturas estratégicas e causar estragos substanciais à sociedade brasileira.

Referências:

AGUIAR, Andrey J. **Qual é a diferença entre Dark Web e Deep Web?** Tec Mundo, 2018. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/128029-diferenca-entre-da-rk-web-deep-web.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

ARAÚJO, Ismael. **Facções usam internet na divulgação de seus crimes.** Imirante.com, 2019. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/13/faccoes-usam-a-internet-na-divulgacao-de-seus-crimes/>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

BARBOSA, Soraia. **PM de São Paulo apreende mineradora usada pelo PCC.** Guia do Bitcoin, 2019. Disponível em: <https://guiadobitcoin.com.br/noticias/pm-sao-paulo-ap-reende-mineradora-pcc/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

BARROS, Evelin. **Saiba a diferença entre Surface Web, Dark Web e Deep Web, e entenda o lado obscuro da internet.** Maxi Educa, 2018. Disponível em: <https://blog.maxieduca.com.br/saiba-a-diferenca-entre-surface-web-dark-web-e-deep-web-e-entenda-o-lado-obscuro-da-internet/>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

BITTAR, Paula. **Especial Presídios - a história das facções criminosas brasileiras.** Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios---a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras--05--50--undefined>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

CORDEIRO, Tiago. **Como facções como PCC e Comando Vermelho controlam o contrabando no Brasil.** Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/como-faccoes-como-pcc-e-comando-vermelho-controlam-o-contrabando-no-brasil/>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

O ATO DE GUERRA E O ATAQUE CIBERNÉTICO: O CASO STUXNET NA VISÃO DE CLAUSEWITZ*

*Amanda Rodrigues Bernardes¹
Karen Ludmilla Barreto de Ávila²*

1. Introdução

Em 23 de novembro de 2010, autoridades do Irã anunciaram a interrupção do enriquecimento de urânio nas instalações nucleares de *Natanz*. A decisão foi motivada por um ataque contra as instalações (MELMAN, 2010; ZETTER, 2014). Não se tratava, entretanto, de um ataque militar tradicional. O soldado que havia danificado as instalações era um inimigo invisível: o vírus de computador Stuxnet. Este programa atuava sobre o *software* que controlava as centrífugas das instalações nucleares, aumentando sua velocidade de rotação a ponto de danificar o equipamento, tornando-o inutilizável (ALBRIGHT; BRANNAN; WALROND, 2010).

Em um pronunciamento à época, o ministro iraniano de indústria e minas, *Mahmud Liaii*, classificou o ataque do *Stuxnet* da seguinte forma: “uma guerra eletrônica foi deflagrada contra o Irã” (ANEJA, 2010). De fato, alguns analistas associam o Stuxnet a uma ação deliberada por parte de dois rivais do Irã: Israel e os Estados Unidos (NAKASHIMA, 2012). Evidências disso seriam a sofisticação do vírus, o vazamento do caso no jornal do *New York Times* em 2012 (a ser visto a seguir) e o fato de ele ter sido voltado para prejudicar o programa nuclear do Irã, o qual já havia sido objeto de críticas e sanções por parte dos dois países. De fato, pode-se dizer que, por mais que a autoria do vírus até hoje não tenha sido confirmada, são precisamente estes dois países os maiores beneficiados pelo mesmo.

A forma como as autoridades iranianas responderam à ameaça do *Stuxnet* motiva a questão sobre se este seria um exemplo de guerra cibernética. Esta questão será analisada por meio da perspectiva clausewitziana sobre a guerra, filtrada por meio da lente de dois pesquisadores com visões opostas sobre a viabilidade em si de uma guerra cibernética. Dessa forma, na primeira parte deste trabalho, será apresentada a visão de *Thomas Rid*, contrária à ideia de que ataques cibernéticos são suficientes para caracterizar uma guerra. Na segunda parte, será apresentada a perspectiva de *John*

* Artigo originalmente publicado em 30 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Mestre em Ciências Militares.

² Mestre em Ciências Militares.

Stone, que mostra ter uma visão mais abrangente da guerra, capaz de abarcar a guerra cibernética. Em seguida à exposição dessas perspectivas, será feita uma síntese, na qual o conceito de guerras cibernéticas será comparado ao ato de sabotagem e a legislação internacional a respeito do ato de guerra, em um esforço de entender sua relação com o conceito tradicional de guerra conforme elaborado por *Clausewitz*.

2. A guerra cibernética não ocorrerá: a visão de *Thomas Rid*

Em seu artigo *The Cyber War will not take place*, publicado em 2011, *Thomas Rid* retoma a definição clausewitziana de guerra como uma aplicação de força, que configure em letalidade, por meio de um ato de violência e com objetivos políticos (RID, 2011). De acordo com Rid (2011), ao não preencher adequadamente estes três conceitos - especificamente a necessidade de letalidade e violência, que Rid entende necessariamente como agressão física cometida sobre seres humanos - a guerra cibernética se torna uma contradição em termos. De fato, mesmo com a imprecisão conceitual que caracteriza o termo, até os casos mais frequentemente apontados como atos de guerra cibernética, como o do vírus *Stuxnet*, ainda se baseiam no uso do ciberespaço para destruir as infraestruturas que dependem desse novo domínio operacional, o que implica na materialidade física do ato. Rid (2011) admite que pode chegar o momento em que o mau funcionamento de componentes eletrônicos em virtude de um ataque deliberado pode levar a uma grande perda de vidas humanas, mas o articulista propõe que isso ainda é “ficção científica. Por essa linha de análise, os exemplos de guerra cibernética a nossa disposição ainda são muito escassos e limitados para que possam ser analisados pela lente clausewitziana, motivando sua exclusão da categoria “guerra”.

3. A guerra cibernética ocorrerá: a visão de *John Stone*

Escrevendo em resposta a *Rid*, *John Stone* adota uma visão mais abrangente de guerra (STONE, 2013). Talvez seu argumento mais persuasivo seja aquele que diz respeito aos objetivos da guerra, tomando como exemplo os bombardeios estratégicos na Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, estes bombardeios - que ele exemplifica por meio do bombardeio de *Schweinfurt*, em 1943 - tinham como objetivo na maior parte das vezes destruir infraestruturas críticas para o esforço de guerra alemão; a violência (afinal, esses ataques resultavam em muitas mortes), nesse caso, seria um “efeito colateral” dos ataques, mas não seu objetivo ou sequer o meio principal

de se atingi-lo (STONE, 2013). De fato, se uma comparação entre o bombardeio de *Schweinfurt* e o *Stuxnet* demonstra algo, é que hoje é possível atingir objetivos basicamente semelhantes - a destruição de uma instalação militar estratégica - com número menor ou nulo de perda de vidas humanas e ser considerado um ato de guerra, pois o uso de violência nem sempre terá natureza letal (STONE, 2013).

Stone retoma a frase que talvez sintetize o pensamento de *Clausewitz*: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. E, de fato, é difícil de interpretar o *Stuxnet* como outra coisa senão uma continuação da política norte-americana e israelense com relação ao Irã, que tinha como objetivo negar a este país a capacidade de se dotar da tecnologia para a criação de bombas atômicas.

4. Sabotagem e guerra: linhas cinzentas

Fica claro, desse modo, que a forma de entender o caso *Stuxnet* repousa diretamente sobre a forma como se entende a categoria nebulosa dos ataques cibernéticos - como uma tática similar à espionagem, ou como uma arma de guerra. A tese de *Stone*, à primeira vista, responde de maneira adequada à principal crítica de *Rid* - de que a guerra cibernética não corresponde aos parâmetros *clauswitzianos* - ao se escorar exatamente nesses parâmetros. E diferente de *Rid*, que diz que sabotagem não é um ato de guerra e que equipara a guerra cibernética a uma variação da mesma, pois para ele, a sabotagem é realizada por agentes ocultos, enquanto a guerra é necessariamente aberta, ou seja, sempre se sabe que se está combatendo e quem se está combatendo (nem sempre o mesmo ocorre em um ataque cibernético), para *Stone*, um ato de sabotagem pode sim ser um ato de guerra, já que “os dois não são mutuamente exclusivos” (STONE, 2013)³.

Sendo assim, ao analisar o caso do *Stuxnet*, mesmo que não tenha tido declaração de autoria do ataque cibernético e possua traços de sabotagem (ZETTER, 2014), o caso poderia ser considerado como um ato de guerra (na visão da guerra limitada da teoria de guerra de *Clausewitz*), pois o ato de força atingiu o seu objetivo, que era retardar a produção de energia atômica (ZETTER, 2014; CLAUSEWITZ, 1984; STONE, 2013).

Em 2012, o jornal *New York Times* vazou uma conversa do então Presidente *Barack Obama* - diretamente da Casa Branca - ordenando que as forças armadas norte-americana desferissem sucessivos ataques cibernéticos (ato de força) por meio de

³ No original, lê-se: *The two are mutually exclusive*.

worms às infraestruturas críticas do Irã, segue o trecho, “[Obama] secretamente ordenou ataques cada vez mais sofisticados aos sistemas de computadores que administram as principais instalações de enriquecimento nuclear do Irã” (NYT, 2012, tradução própria)⁴. Ou seja, o ciberataque à infraestrutura crítica (Usina Nuclear de Natanz no Irã) possuiu os elementos de guerra de Clausewitz - objetivo político, uso de força e propósito (CLAUSEWITZ, 1984).

5. O caso STUXNET perante a legislação internacional

Até hoje nenhum ataque cibernético a uma infraestrutura crítica foi considerado como um ato de guerra pelas organizações internacionais (ONU; OTAN). Mas ao ler os artigos da Carta das Nações Unidas “qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” (ONU, 1945) poderá ser considerado um ato de guerra e deverá ser reportado ao Conselho de Segurança da instituição para que essa determine quais ações deverão ser tomadas pela própria ONU ou pelo Estado que esteja sofrendo os ataques.

Para a OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Direito Internacional abrange os conflitos cibernéticos, desse modo, acredita que “ameaças cibernéticas à segurança da Aliança estão se tornando mais frequentes, complexas, destrutivas e coercitivas” e afirma que a organização “continuará a se adaptar ao cenário em evolução das ameaças cibernéticas” (OTAN, 2021 - tradução própria)⁵. Sendo assim, o caso do Stuxnet poderia ser considerado um ato de guerra, pois o ataque cibernético coordenado pelos Estados Unidos e Israel (NYT, 2012) foi um ato de força/violência contra a infraestrutura crítica do Irã, e um ato de agressão que ameace a paz de um Estado, ameace a sua soberania, destrua suas infraestruturas críticas, prejudique o equilíbrio de poder, interfira na Segurança Internacional e possua a Trindade de Clausewitz, pode ser um ato de guerra (ONU, 2021; OTAN, 1945; DIENSTEIN, 2014; LIBICKI, 2009; STONE, 2013).

Referências:

ALBRIGHT, D; BRANNAN P; WALROND, C. **Did Stuxnet Take Out 1,000 Centrifuges at the Natanz Enrichment Plant?** Institute for Science and International Security, 2010. Disponível em: <https://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/stu>

⁴ No original, lê-se: *President Obama secretly ordered increasingly sophisticated attacks on the computer systems that run Iran's main nuclear enrichment facilities, significantly expanding America's first sustained use of cyberweapons, according to participants in the program.*

⁵ No original, lê-se: *“Cyber threats to Alliance security are becoming more frequent, complex, destructive and coercive” (...) “will continue to adapt to the evolving scenario of cyber threats”.*

xnet_FEP_22Dec2010.pdf. . Acesso em: 19 de junho de 2021.

ANEJA, A. **Under cyber-attack, says Iran**. The Hindu, 2010. Disponível em: www.thehindu.com/news/international/Under-cyber-attacks-says-Iran/article16048668.ece. Acesso em: 19 de junho de 2021.

CLAUSEWITZ, C. Von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

DINSTEIN, Y. **War, Aggression and Self-Defence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LIBICKI, Martin C. **Cyberdeterrence and Cyber War**. Santa Monica: RAND, 2009.

MELMAN, Y. **Iran Pauses Uranium Enrichment at Natanz Nuclear Plant**. Haaretz, 2010. Disponível em: <https://www.haaretz.com/1.5143485>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

NAKASHIMA, E. **Stuxnet was work of U.S. and Israeli experts, officials say**. The Washington Post, 2012. Disponível em: www.washingtonpost.com/world/national-security/stuxnet-was-work-of-us-and-israeli-experts-officials-say/2012/06/01/gJQAlnEy6U_story.html. Acesso em: 19 de junho de 2021.

NEW YORK TIMES. **Obama Order Sped Up Wave of Cyberattacks Against Iran**. New York Times, 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/06/01/world/middleeast/obama-ordered-wave-of-cyberattacks-against-iran.html>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. ONU, 1945. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 20 de junho de 2021.

OTAN. **Cyber Defense - 2021**. OTAN, 2021. Disponível em: www.nato.int/cps/en/nato/hq/topics78170.htm. Acesso em: 20 de junho de 2021.

RID, T. **Cyber War Will Not Take Place**. Journal of Strategic Studies, Vol. 35, n° 1, p. 5-32, 2011.

STONE, J. **Cyber War Will Take Place!** Journal of Strategic Studies, Vol. 36, n° 1, p. 101-108, 2013.

ZETTER, Kim. **Contagem Regressiva até Zero Day**. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2014.

CONFLITOS BÉLICOS



MAIS UMA CRISE NA TERRA SANTA*

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho¹

Após semanas de uma escalada de tensões, está em andamento a mais grave crise envolvendo israelenses e palestinos, desde 2014.

O mundo acompanha pela imprensa e pela internet a pirotecnia das cenas de explosões de foguetes lançados pelo *Hamas* contra diversas cidades israelenses e dos bombardeios aéreos e de artilharia das Forças de Defesa Israelenses à Faixa de Gaza. As vítimas civis já podem ser contadas nas casas das centenas. Além das ações no campo militar, a disputa pela conquista de apoios, simpatias ou aliados é travada com ferocidade, de parte a parte, e as pessoas que observam de longe se veem em meio ao fogo cruzado da guerra de narrativas, expostos que estão a análises sérias, mas também à pura propaganda, muitas vezes sem condições de diferenciar uma da outra.

Os acontecimentos que culminaram com o violento conflito atual têm como causa imediata a ordem judicial de despejo de famílias palestinas que moram no bairro *Sheikh Jarrah*, em Jerusalém Oriental, e os incidentes que ocorreram nas cercanias do Monte do Templo e da Mesquita de *Al-Aqsa*, no mesmo bairro.

As tensões entre judeus e palestinos, dentro do território israelense, já estavam mais altas do que o normal há algumas semanas, em razão da “intifada do *Tik Tok*”, em que vídeos com jovens israelenses árabes agredindo jovens israelenses judeus ortodoxos viralizaram no aplicativo. Esses conflitos internos, entre os próprios cidadãos de Israel, que inclusive se intensificaram e ocorreram em diferentes cidades ao longo da semana, são pouco comuns, e não ocorreram com essa intensidade marcante em outros momentos de conflito entre israelenses e palestinos.

O calendário deste ano aproximou duas datas móveis importantes para muçulmanos e judeus. Dia 08 de maio, os islâmicos comemoraram o início da revelação do Alcorão pelo anjo Gabriel a Maomé, a chamada Noite do Poder, não só a mais importante data do Ramadã, mas de todo o calendário da fé islâmica. Por outro lado, os judeus se preparavam para comemorar o “Dia de Jerusalém”, no dia 10, data em que eles rememoram o que consideram ser a reunificação da cidade, ocorrida com a conquista da porção oriental de Jerusalém na Guerra dos Seis dias, em 1967. Os grupos

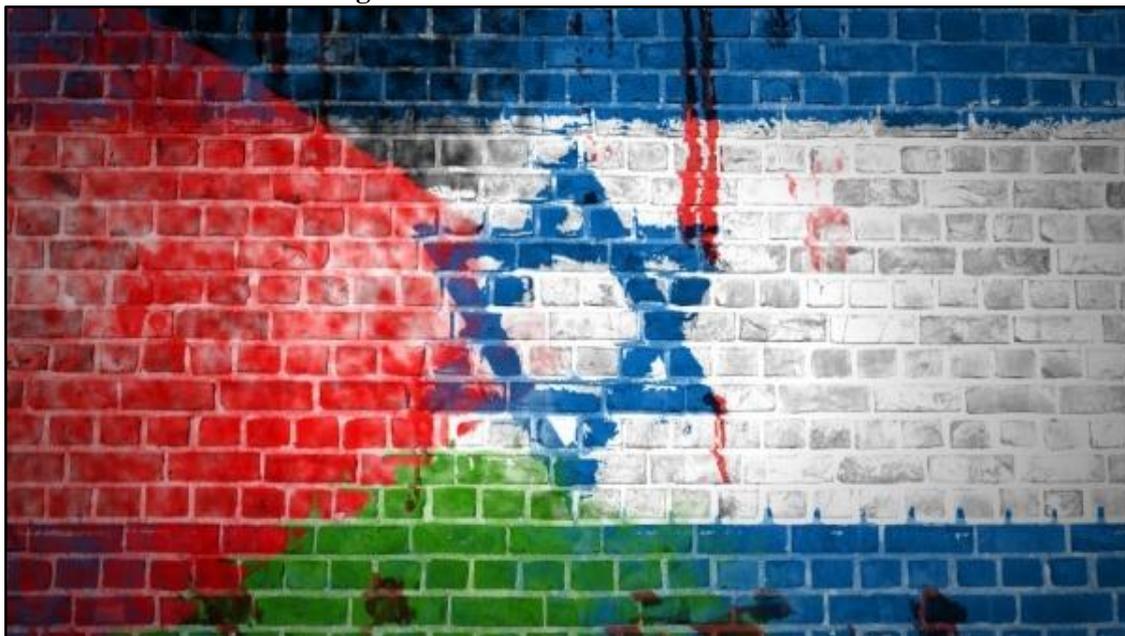
* Artigo originalmente publicado em 19 de maio de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel veterano do Exército Brasileiro.

se encontraram no lugar que é sagrado para ambos, em Jerusalém Oriental, e o confronto foi inevitável.

Os ânimos acirrados pela série de acontecimentos recentes acabaram em violentos confrontos entre policiais israelenses e palestinos, ocorridos nas cercanias do Monte do Templo e da Mesquita sagrada de *Al-Aqsa*, o que enfureceu os muçulmanos israelenses e palestinos. Assim, na segunda-feira, dia 10, o *Hamas* emitiu um inédito ultimato aos israelenses, informando que, caso a polícia não se retirasse das redondezas da Mesquita de *Al-Aqsa* e do bairro de *Sheikh Jarrah* até as 18h, agiriam em represália. Os israelenses não retiraram a polícia e os palestinos iniciaram o lançamento de foguetes a partir de 18:05h. Um fato importante a se destacar é que os palestinos lançaram seus foguetes contra a capital de Israel, *Tel Aviv*, ação que eles vinham evitando nos últimos anos. E bombardearam Jerusalém, cidade sagrada para judeus e para muçulmanos, pela primeira vez na história.

Figura 1 - Confronto Israel x Palestina



Fonte: O AUTOR, 2021.

Tudo isso acontece em meio a uma crise política que ocorre simultaneamente, tanto em Israel quanto nos territórios palestinos. O Primeiro-Ministro *Benjamin Netanyahu* falhou em sua tentativa de estabelecer um governo de coalizão após a 4ª eleição em apenas dois anos. Ele enfrenta baixos índices de popularidade e seu governo, neste momento, carece da legitimidade do mandato popular.

Ao mesmo tempo, o presidente palestino *Mahmoud Abbas* acaba de cancelar as eleições presidenciais que estavam previstas - as primeiras desde 2006 - após perceber que seu partido, o *Fatah*, estava indo mal nas pesquisas eleitorais. Com os dois líderes

Mais uma crise na Terra Santa

precisando aumentar suas popularidades, o risco de que eles possam tomar decisões mais duras, ou precipitadas, passa a ser mais alto. Isso é especialmente verdadeiro em relação à Israel, onde o líder opositor *Yair Lapid* estava tentando montar o governo com o apoio da extrema direita nacionalista, que havia abandonado *Netanyahu*, e dos partidos árabes, uma tentativa inédita. Com a escalada das tensões esse movimento se inviabilizará, com claros benefícios para *Netanyahu*.

Os conflitos entre os israelenses e os Estados árabes, que já os levaram à guerra em quatro oportunidades, arrefeceram nos últimos anos, inclusive com a celebração, no ano passado, dos chamados Acordos de Abraão, entre Israel, Emirados Árabes Unidos e *Bahrein*, que se uniram a Egito e Jordânia, aumentando o número de países árabes que mantém relações normais com Israel.

Entretanto, como essa crise mais uma vez comprova, as relações entre israelenses e palestinos não lograram conquistar praticamente nenhum avanço. Construir um ambiente de confiança mútua que proporcione a paz e uma solução definitiva para o conflito não parece ser um objetivo próximo de ser alcançado.

A ASSIMETRIA ESTRATÉGICA IRÃ-ISRAEL E SUA RELAÇÃO COM O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE*

Victor Almeida Pereira¹

O conceito de assimetria estratégica pressupõe a aplicação de estratégias antagônicas pelos contendores de um conflito (ESPAÑA, 2008). Nessa linha de pensamento, o manual brasileiro de Doutrina Militar de Defesa (DMD) define a guerra assimétrica como aquela que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades (BRASIL, 2007). Essa conceituação pode ser aplicada na classificação do confronto entre Irã e Israel e tem relação direta com o conflito árabe-israelense, em razão de uma série de aspectos teóricos que este trabalho procurará apresentar.

O general francês André Beaufre (1998), em sua obra *Introdução à Estratégia*, apresentou cinco modelos estratégicos possíveis na aplicação do poder, levando em conta três variáveis: liberdade de ação, disponibilidade de meios e importância do objetivo estratégico.

Dispondo de meios de alto poder de combate e de uma adequada liberdade de ação e sendo o objetivo modesto, o modelo preconizado é o de ameaça direta. Para Beaufre (1998), a estratégia de dissuasão nuclear é uma das materializações desse modelo estratégico.

Por outro lado, se o objetivo for modesto, mas a liberdade de ação e os meios forem insuficientes, recomenda-se a aplicação da pressão indireta. Nesse modelo, a decisão é tomada por meio de ações no campo político, diplomático ou econômico (BEAUFRE, 1998). Na doutrina brasileira, esse modelo é bastante evidenciado nos campos de atuação da estratégia nacional, tanto na manobra exterior (na qual se busca assegurar a liberdade de atuação com ações junto a organismos internacionais ou sobre organizações fora da área de operações), quanto na manobra interior (em que se procura desenvolver e manter o estado moral da população dentro da área de operações) (BRASIL, 2020).

Quando o objetivo é importante, mas a liberdade de ação e os meios são limitados, a decisão ocorrerá por meio de ações sucessivas, em que são combinadas a ameaça

* Artigo originalmente publicado em 12 de julho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

direta e a pressão indireta com uso da força de maneira limitada. Beaufre (1998) exemplifica esse modelo referindo-se à estratégia de *Hitler* entre 1935 e 1939, nas anexações dos Sudetos e da Áustria, ao mesmo tempo em que investia no rearmamento alemão.

A luta total prolongada de fraca intensidade militar é outro modelo apresentado pelo oficial francês, em que se conta com ampla liberdade de ação, mas os meios disponíveis são excessivamente fracos e os objetivos possuem grande importância. Nesse caso, busca-se promover o desgaste do adversário. A estratégia maoísta é a principal base teórica para esse modelo, sendo o tempo o fator de decisão primordial na sua aplicação (BEAUFRE, 1998).

Por último, tem-se o conflito violento que visa à vitória militar. Esse modelo é aplicável quando os meios são poderosos, os objetivos são importantes e há uma adequada liberdade de ação (BEAUFRE, 1998; BRASIL, 2020). Segundo Meira Mattos (1986), a influência de Clausewitz nesse modelo é notável, haja vista que o objetivo político nesse caso é a destruição das forças inimigas.

Desses modelos estratégicos decorrem dois métodos da estratégia nacional, conforme a doutrina brasileira: a estratégia direta, em que predomina a expressão militar do poder nacional; e a estratégia indireta, onde os meios militares exercem papel secundário na aplicação do poder (BRASIL, 2020). Com base nos modelos de Beaufre (1998), infere-se que a ameaça direta, as ações sucessivas e o conflito violento estão abrangidos pela estratégia direta. Já a pressão indireta e a luta prolongada se encontram no escopo da estratégia indireta (BRASIL, 2020).

A partir desses conceitos, o poder militar pode se valer de uma série de modelos de estratégia militar. São eles: ação independente, aliança, ofensiva, defensiva, dissuasão, presença, projeção de poder e resistência (BRASIL, 2020). Cabe ressaltar que os atores normalmente se utilizam da combinação desses modelos para atingir seus objetivos, o que demonstra o caráter multifacetado da estratégia.

Diante das definições apresentadas, cabe questionar, então, quais seriam aquelas mais evidentes no conflito entre Israel e Irã.

Analisando-se a retórica e as ações dos atores presentes no Oriente Médio, observa-se que Israel se encontra numa situação de cerco estratégico. Grande parte de seus vizinhos, assim como o Irã, consideram-no uma ameaça e, por diversas vezes, mencionaram suas intenções de destruição do Estado judeu (STAFF, 2020 - tradução nossa). Essa conjuntura do entorno faz com que Israel procure se antecipar às ameaças.

Assim ocorreu na Guerra dos Seis Dias, quando as Forças de Defesa de Israel (IDF) realizaram ataques preventivos sobre alvos militares de seus vizinhos que se preparavam para violar o seu território.

E assim continua ocorrendo. Ainda que os recentes Acordos de Abraão tenham, de certo modo, arrefecido a animosidade entre Israel, Egito, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Jordânia (SPITZCOVSKY, 2021), as relações com Líbano, Síria, Irã e os palestinos continuam conflituosas, motivando ações militares israelenses contra esses atores.

Nesse contexto, a ação independente e a ofensiva têm sido os modelos de estratégia militar mais aplicados pelos judeus. O primeiro consiste na aplicação da expressão militar de forma independente, sem alianças constituídas, quando há a necessidade de legítima defesa de seus interesses. Já o segundo refere-se à iniciativa nas ações, com vistas à obtenção de uma vantagem militar e política. O emprego desses modelos pode ser observado nos diversos ataques aéreos das IDF a alvos iranianos em território sírio, sob a justificativa de se prevenir de ações militares do Irã. Essa atitude preventiva é bastante favorecida pela considerável capacidade militar de Israel, frente ao Irã e a seus demais rivais.

No âmbito da estratégia nacional, é evidente que o Estado judeu faz uso predominante da estratégia direta, por meio de ações sucessivas, combinando ações diretas, ao atacar alvos iranianos na Síria, e pressões indiretas, usando da diplomacia junto a organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Esse modelo estratégico assenta-se na liberdade de ação limitada que Israel possui no Oriente Médio - diante do cerco estratégico a que está submetido - e na restrição de meios militares empregados no conflito com o Irã, na medida em que não é viável o uso de armas nucleares na região.

Do lado iraniano, verifica-se uma busca pela lassidão do rival israelense, num contexto de estratégia militar da resistência, combinada com alianças a grupos islâmicos regionais. O regime de Teerã reconhece a superioridade militar de Israel e, com isso, opta por fomentar diversos atores “*proxy*”² na região, visando o desgaste do adversário, por meio da estratégia nacional indireta. Grupos como o *Hizbullah* libanês, o *Hamas*

² O termo se refere a atores intermediários (proxies) que combatem em guerras por procuração (*Proxy Wars*), recebendo apoio (normalmente, financeiro, militar ou ideológico) de um dos contendores do conflito. Um caso histórico emblemático de emprego de “proxies” foi a Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética nunca entraram em confronto direto, mas financiaram diversos atores para que combatessem segundo seus respectivos interesses.

palestino e a *Jihad* Islâmica recebem treinamento de guerrilha, uniformes, além de materiais de emprego militar provenientes do Irã. Mísseis *Fajr* de origem iraniana compõem boa parte do arsenal do *Hizbullah* e do *Hamas*. Ademais, integrantes das Forças *Quds* operam campos de treinamento de guerrilha nas colinas de Golã e em Gaza, onde muitos combatentes do *Hizbullah* e do *Hamas* são adestrados, indicando a participação expressiva do Irã no conflito árabe-israelense.

Esse estreitamento das relações entre Irã e os palestinos é evidenciado nos recentes ataques com mísseis iranianos perpetrados pelo *Hamas* na Faixa de Gaza e por extremistas palestinos no norte de Israel. Tais acontecimentos demonstram a disposição dos palestinos e iranianos em estender o conflito. A assimetria no confronto já sinaliza uma tendência ao prolongamento dos combates, na medida em que nenhum dos lados parece estar disposto a ceder. Israel vê em sua estratégia a única forma de sobrevivência de seu Estado. Os palestinos e iranianos, em contrapartida, demonstram a intenção clara de destruição do Estado judeu, ainda que isso leve anos.

Em consequência, alguns reflexos dessa confrontação na geopolítica regional são esperados. É provável que haja um relativo desenvolvimento da indústria bélica iraniana, principalmente no tocante à produção de mísseis e foguetes, uma vez que o apoio externo aos grupos palestinos e ao libanês *Hizbullah* deve continuar. Tal fato fica evidente na retórica da teocracia do Irã que prossegue sinalizando as intenções de destruir o Estado judeu.

Por sua vez, é provável que Israel mantenha sua estratégia contra esses atores antagônicos, independentemente de pressões ocidentais para a redução das hostilidades. Nesse sentido, os ataques israelenses a instalações suspeitas de produção de armamentos iranianos, bem como o elevado estado de prontidão de Israel, provavelmente prosseguirão.

Ainda que a questão se apresente como sendo de difícil solução, é lícito supor que a redução das hostilidades entre Israel e Irã possivelmente contribuiria para amenizar o conflito árabe-israelense, dada a conexão entre Teerã e os diversos grupos palestinos. No entanto, uma solução a curto prazo para esse confronto parece pouco provável, já que diversos fatores geram instabilidade na região.

Ademais, os palestinos são uma peça-chave na estratégia iraniana de desgaste do Estado judeu. É, pois, sob esse cenário de assimetria estratégica que a geopolítica do Oriente Médio deve se basear nos próximos anos, tornando ainda mais complexa a conjuntura daquela região.

Referências:

BEAUFRE, A. **Introdução à estratégia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina militar de defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB20-MF-03.106: Estratégia.** Brasília: Exército Brasileiro, 2020.

ESPAÑA. Ejército de Tierra. **Mando de Adiestramiento y Doctrina - PD3-301: contra insurgência.** Granada: Ejército de Tierra, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias militares dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

SPITZCOVSKY, Jaime. **Hamas quer minar Acordos de Abraão, assinados entre Israel e países árabes.** Folha de São Paulo, 2021.

STAFF, Toy. **Khamenei explains ‘final solution’ poster: I want Israel destroyed, not all Jews.** Times of Israel, 2020. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/khamenei-explains-final-solution-poster-i-favor-destroying-israel-not-jews/>. Acesso em: 10 de março de 2021.

BATALLA DE CHICKAMAUGA: UNA VISIÓN HODIERNA BASADA EN FUNCIONES CONJUNTAS Y LIDERAZGO ORGANIZACIONAL*

Edward Coelho de Oliveira¹

1. Introducción

La Guerra Civil norteamericana es uno de los hechos históricos que contribuyeron a la consolidación de la independencia y territorio estadounidenses. En ese contexto, la Batalla de *Chickamauga*, que tuvo lugar el 19 y 20 de septiembre de 1863, como lo describe Robertson (1992) y Shanahan (1995) constituyó un enfrentamiento entre la Unión y la Confederación al sur de *Chattanooga*, Georgia. Su entorno operativo estaba ubicado en el compartimento de terreno entre el río *Chickamauga* y las montañas *Missionary Ridge*.

Para el estudio de la guerra, una posible herramienta es analizarla a través de funciones conjuntas, que según JP 3-0, Operaciones Conjuntas (2018) son capacidades relacionadas y agrupadas para ayudar a los comandantes de fuerzas conjuntas a integrar, sincronizar y dirigir Operaciones Conjuntas. Tal concepto no estaba concertado en el momento de la Guerra Civil, pero el desarrollo de la Batalla de *Chickamauga* se puede analizar a la luz de Movimiento y Maniobra, Comando y Control (C2), Sostenimiento, Fuegos, Información, Protección e Inteligencia (funciones conjuntas).

Otra herramienta importante es analizar la presencia del líder organizacional en el teatro de operaciones. Según Kotter (1996) los líderes deben comprender que el cambio es inevitable, dada la ambigüedad, la incertidumbre y la volatilidad del entorno operativo. La Batalla de *Chickamauga*, habiendo estado marcada por estas características, tuvo múltiples cambios dentro del área de operaciones, ya sea para la Unión o para la Confederación, lo que obligó a sus líderes a ejercer su liderazgo en la plenitud. Este artículo tiene como objetivo realizar un breve análisis de la Batalla de *Chickamauga*, según los aspectos de funciones conjuntas y liderazgo organizacional.

2. Desarrollo

a) Unión en *Chickamauga*: conducción de la batalla y liderazgo de *Rosecrans*

* Artigo originalmente publicado em 16 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

El terreno de *Chickamauga* permitía poca visibilidad, dada la extensa cobertura vegetal. El 18 de septiembre de 1863, *Rosecrans* ingresó al Teatro de Operaciones *Chickamauga*, al sur del río *Tennessee*. Sin embargo, permitió que su Cuerpo de Ejército se distanciara, lo que constituyó un error en la toma del dispositivo inicial, el cual está relacionado con la función conjunta Movimiento y Maniobra.

La información sobre el enemigo fue esencial para la iniciativa en combate. El incidente de *Jays Mill*, en la mañana del 19 de septiembre de 1863, en que elementos de la infantería de la Unión se encontraron con una fracción de la caballería confederada, permitió a la Unión evaluar el valor de la tropa confederada en su flanco norte. Así, esa tarea, esencialmente de inteligencia, permitió al Cuerpo de Ejército de *Thomas*, de la Unión, explotar la iniciativa junto al Cuerpo de Ejército de *Forrest*, de la Confederación.

La construcción de fortificaciones es parte de la Defensa del Área. Ese aspecto se observó el 20 de septiembre de 1863 cuando la Unión consolidó la construcción de una defensa lineal a lo largo de *Lafayette Road*. Esta tarea de protección permitió al Ejército de la Unión defender a sus soldados, mientras apuntaba a los enemigos.

La ubicación de *Chattanooga* era vital porque constituía un nodo ferrocarril, que demandaba importantes centros industriales confederados. Al poner la reserva de *Granger* en el flanco norte del dispositivo de la Unión y consolidar la posesión de la ciudad, *Rosecrans* empleó la función de combate Movimiento y Maniobra para garantizar el acceso a las regiones que producían material militar del sur.

Rosecrans, a pesar de las fallas de C2, intervino en el combate por la maniobra y empleo de la reserva, al poner el Cuerpo de *Granger* en el flanco norte de su dispositivo, profundizando la defensa y asegurando la retaguardia de la posición de *Thomas*. Además, al desarrollar una visión estratégica para sus subordinados, que se materializó con la posesión de *Chattanooga*, *Rosecrans* demostró la capacidad de liderar instituciones frente a grandes desafíos.

Se concluye, en parte, que los errores de la Unión, en C2, constituyeron una desventajas, que superaron las ventajas resultantes de los éxitos en las funciones conjuntas Movimiento y Maniobra, Inteligencia, Información y Protección, lo que implicó una derrota táctica. Sin embargo, el liderazgo organizacional eficiente y la conquista y posesión de *Chattanooga* resultaron en una victoria estratégica para la Unión.

b) Confederación en *Chickamauga*: conducción de la batalla y liderazgo de *Bragg*

El desarrollo de un curso de acción exitoso depende de un examen correcto del orden de batalla del enemigo. Justo antes del comienzo de la Batalla de *Chickamauga*, *Bragg* asumió erróneamente que el flanco izquierdo del Ejército de *Cumberland* estaba al sur de *Viniard House*. Tal error en la función conjunta inteligencia no permitió que el Ejército Confederado rechazara la Unión al sur.

La actividad de inteligencia, vigilancia y reconocimiento también la lleva a cabo la Caballería. En ese contexto, en la mañana del 19 de septiembre de 1863, elementos avanzados de caballería de la Brigada Confederada de *Davidson* se encontraron con elementos de infantería de la Brigada *Yankee* de *Crittenden*, en *Jays Mill*. De esa forma, al emplear y maniobrar correctamente los medios de caballería, se caracterizó la función de combate Movimiento y Maniobra, y se permitió el ejercicio de la iniciativa por parte de los confederados.

La artillería era un medio de apoyo de fuego para ambos ejércitos. El 20 de septiembre de 1863, al atacar a las tropas yanquis en dirección noreste-suroeste, la Brigada Confederada de *Benning* tuvo su avance bloqueado por las baterías de artillería de la Unión, presentes en *Viniard Farm*. Ese efecto (bloqueo), perpetrado por la función conjunta fuegos, permitió el retraso del avance confederado hacia el oeste.

El ataque de infiltración es una forma de maniobra que busca explotar los puntos débiles del dispositivo enemigo. En la Batalla de *Chickamauga*, esa maniobra tuvo materialidad cuando el Cuerpo de Ejército Confederado de *Longstreet*, casualmente, explotó una brecha en el dispositivo defensivo de la Unión, a través de un poder de combate muy superior, en tiempo y espacio. Esa aplicación del principio de guerra de concentración caracterizó el uso de la función de combate Movimiento y Maniobra, permitiendo una ventaja táctica que dio la victoria a la Confederación.

A pesar de esa victoria, el liderazgo de *Bragg* fue cuestionable. Al no transmitir su intención a los comandantes subordinados y al no transmitirles su visión estratégica, no hubo sinergia para una batalla como esta, que requería la conducta personal del comandante en el campo de batalla.

Se concluye, en parte, que el correcto uso de la función conjunta Movimiento y Maniobra permitió el aprovechamiento del éxito, tras el ataque de infiltración de la Confederación, perpetrado junto a la disposición defensiva de la Unión. Esa ventaja fue superior a la desventaja obtenida por la Unión, en su acción de fuegos junto a la ofensiva confederada, permitiendo a la Confederación una victoria táctica. Sin embargo,

el uso incorrecto de la función conjunta inteligencia, asociado a la falta de liderazgo organizacional de *Bragg*, contribuyó a la derrota confederada en el campo estratégico.

3. Conclusión

La Batalla de *Chickamauga*, testigo del enfrentamiento entre los ejércitos de la Unión y la Confederación, fue uno de los puntos decisivos de la Guerra Civil estadounidense.

En resumen, ese conflicto, en el terreno táctico, lo ganó la Confederación, que, utilizando correctamente la función conjunta Movimiento y Maniobra, a través del principio de la concentración, obtuvo tal ventaja táctica que hizo que la Unión llegara a su culminación, al punto de no poder mantener la batalla, en tiempo, espacio y propósito. A pesar de eso, la victoria estratégica vino de la Unión, que consolidó la posesión de la localidad de *Chattanooga*, garantizando así el acceso a los recursos minerales claves y a los centros urbano industriales del sur.

En conclusión, las funciones conjuntas estuvieron presentes durante toda la batalla, siendo utilizadas por ambos ejércitos. El uso correcto de una función conjunta trajo una ventaja táctica a su perpetrador, pero su integración permitió una sinergia que, traduciéndose en resultados prácticos, consolidó la victoria confederada en *Chickamauga*.

En cuanto al liderazgo organizacional, *Rosecrans* desarrolló una visión estratégica en sus subordinados, pues hizo que ellos priorizaran el logro de objetivos claves, como *Chattanooga*. Por otro lado, *Bragg* no comunicó claramente su intención a los escalones subordinados, lo que los obligó a tomar decisiones descentralizadas e individuales, lo que obstaculizó la Acción Unificada Confederada.

Finalmente, la Batalla de *Chickamauga*, que abrió el camino para que la Unión llegara al Sur, constituyó un paso más hacia la consolidación de la Independencia de América del Norte, que construyó una nación fuerte, capaz de promover la paz, la democracia y la dignidad de las personas en el Concerto de Naciones.

Referências:

ESTADO MAYOR CONJUNTO DE LAS FUEZAS ARMADAS DE LOS ESTADOS UNIDOS. **JP 3-0: Operaciones Conjuntas**. Washington: TRADOC, 2018.

KOTTER, J. P. **Leading Change**. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1996.

ROBERTSON, William Glenn. **Manual de recorrido de Estado Mayor de la Batalla de Chickamauga, 18-20 de septiembre de 1863.** Disponível em: <https://cgsc.blackboard.com>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

SHANAHAN, EDWARD P. **Informativo sobre Chickamauga para la Gira del Estado Mayor.** Georgia: Centro Empresarial Camp Creek, 1995.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO - FIM DA PRESENÇA DOS EUA E OTAN NO AFGANISTÃO*

Sandro Teixeira Moita¹

Em 30 de agosto de 2021, o último soldado americano, o Major-General *Christopher Donahue*, comandante da 82ª Divisão Aerotransportada, embarcou em uma aeronave C-17 da Força Aérea dos Estados Unidos da América (EUA), encerrando a presença militar americana no Afeganistão, que já durava quase duas décadas.

As impressionantes imagens observadas entre 15 e 18 de agosto no aeroporto de *Cabul*, capital do país, última rota de saída para os estrangeiros e afegãos descontentes com a assunção ao poder do *Talibã*, invadindo pistas e impedindo a decolagem de aeronaves, advém diretamente do colapso do governo afegão apoiado e bancado pelas potências ocidentais, em especial, os EUA.

Para que se possa entender como um desfecho tão dramático ocorreu, é preciso voltar ao ponto da assinatura dos Acordos de *Doha* em 2020, quando os EUA e o *Talibã* firmaram um compromisso em 29 de fevereiro para a paz no Afeganistão, com a previsão de retirada das tropas americanas em 14 meses e trocas de prisioneiros. O governo afegão não fazia parte das negociações, o que gerou enfrentamentos com o *Talibã*.

A postura do *Talibã* na campanha mudou, evitando choques em locais com presença de tropas americanas e da OTAN, privilegiando o combate contra as forças do governo afegão. O anúncio dos acordos causou um duro golpe na moral das forças de segurança afegãs, que foram perdendo apoios prestados pelos EUA, como suporte logístico e poder aéreo.

A perda de tais capacidades abriu espaço para uma atuação do *Talibã* no nível das operações psicológicas. Folhetos e mensagens de áudio enviadas a soldados e policiais salientavam a retirada das forças americanas e de um tratamento clemente em caso de rendição. Com sinais cada vez mais claros de que a retirada americana se processaria em grande velocidade, soldados e policiais afegãos passaram a considerar a situação de si e de suas famílias em caso da tomada do poder por parte do *Talibã*.

A partir de outubro, contrário a previsões ocidentais, o governo afegão começou a

* Artigo originalmente publicado em 13 de setembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Ciências Militares.

demonstrar sinais de colapso de autoridade. O *Talibã* executou operações ofensivas contra posições do Exército afegão, que só podia ser suprido por meios aéreos, deixando muitos postos e unidades abandonadas à própria sorte. Logo, governadores de províncias e generais começaram a fazer acordos diretos com os *talibãs*, mudando de lado ou se rendendo.

Em dezembro, o governo afegão perdeu diversas partes do sul do país, abandonando centenas de postos de controle e pontos fortes herdados das forças americanas e da OTAN. O inverno assistiu a novas investidas do *Talibã*, negociando acordos com generais, governadores e senhores da guerra do norte do país, para facilitar seus avanços quando da chegada da primavera.

Em março de 2021, o *Talibã* iniciou novas ações ofensivas, e o Ministério do Interior afegão informava que tinha abandonado 40 por cento de todos os pontos defensivos e unidades da polícia no país. A partir daí, soldados e policiais afegãos começaram a fugir ou se render em massa, com grandes unidades desaparecendo rapidamente.

A velocidade do colapso impressionou as potências ocidentais, que ainda acreditavam que o governo afegão poderia resistir ao *Talibã*. Uma análise do Conselho de Segurança da ONU de 20 de maio de 2021, indicava que o grupo controlava 50 a 70 por cento do interior do país e se aproximava de controlar as principais cidades.

A tendência de esfacelamento do governo afegão acelerou a partir de 13 de abril, quando o Presidente *Joseph Biden*, dos EUA, anunciou a completa retirada das forças americanas do país até 11 de setembro, prazo que foi adiantado depois para 31 de agosto. O *Talibã* se sentiu estimulado a lançar ataques mais ousados contra forças do governo afegão, que passaram a oferecer pouca ou nenhuma resistência.

Soldados e policiais afegãos mudaram de lado, se renderam ou fugiram em massa. Neste momento, as poucas unidades que ainda combatiam o *Talibã* eram de Forças Especiais, que receberam vultuosos investimentos dos EUA e da OTAN. Mesmo com sua capacidade, a falta de apoio mínimo selou o destino destes homens, que lutaram até a morte contra os *talibãs*, ou foram evacuados, já sem munição e com muitos feridos.

Entre maio e junho, mais distritos foram sendo conquistados pelo *Talibã*, que preferiu cercar as grandes cidades, para deixá-las para um enfrentamento final contra o governo afegão. Com boa parte do interior do país dominado, no início de julho o grupo começou a atacar as capitais provinciais e grandes cidades do país, que, sofrendo os efeitos dos cercos, começaram a cair rapidamente em mãos do *Talibã*.

No início de agosto, os prospectos eram os piores possíveis para o governo afegão. A campanha do *Talibã* estava cada vez mais veloz e a conquista das capitais provinciais estimulou os últimos senhores da guerra que ainda estavam apoiando o governo a mudar de lado e pactuar com o *Talibã*. Assim, em 14 do mês, o grupo chegou aos arredores de *Cabul*, após cercar a cidade, capturando todos os pontos defensivos do governo.

Com a fuga do presidente afegão, *Ashraf Ghani*, e de lideranças, a capital caiu e governo afegão foi dissolvido em 15 de agosto. O pânico se instalou em *Cabul* e, a partir do aeroporto da cidade, uma grande operação de evacuação de não-combatentes foi realizada pelos EUA, OTAN e outros países, destacando-se a Índia. Mais de 120 mil estrangeiros e afegãos que trabalharam com as forças ocidentais foram evacuadas nesta operação, concluída em 30 de agosto, com o último voo militar americano.

Com a conquista de *Cabul*, o *Talibã* agora estabelece conversas para compor um governo chamado “inclusivo”, no qual representantes das diversas regiões e etnias do país tenham parte, até mesmo para estabilizar a nação e impedir qualquer ator que se insurja contra o grupo e conteste seu domínio.

Entretanto, destaca-se a resistência no Vale de *Panjshir* que se ergueu contra o *Talibã*, liderada por *Ahmad Massoud* e o ex-vice-presidente do governo dissolvido, *Amrullah Saleh*. Combates tem ocorrido entre a resistência e o *Talibã*, com baixas registradas pelos dois lados, mas o embate é ainda inconclusivo, sendo caracterizado por interrupções diversas para negociações.

Os impactos da queda do governo afegão e a volta ao poder do *Talibã* no Afeganistão são profundos e mexem com a região. O *Talibã*, por sua vez, agora enfrenta o desafio de criar uma estrutura mínima capaz de prover governança sobre o país, equilibrando-se no difícil arranjo do poder com os senhores da guerra, especialmente no norte do país.

O arranjo da situação regional também produz tensões com Rússia, China e Irã, que estabeleceram mecanismos de diálogo com o *Talibã*, de forma a pressionar o grupo a impedir novos influxos de refugiados em suas direções, bem como demonstrar algum compromisso em impedir que o país se torne plataforma para o terrorismo global, o que pode produzir impactos nestas nações. A incerteza caracteriza o caminho do Afeganistão, que oscila entre um regime bastante repressivo e uma nova guerra civil.

DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES



A ERA DA COMUNICAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES PARA A DOCTRINA MILITAR*

Flávio Roberto Bezerra Morgado¹

1. Introdução

O estudo da história demonstra que o mundo sofreu grandes transformações ao longo dos séculos, impulsionadas pelas inovações tecnológicas, desde a era agrícola até os dias de hoje, na era da informação, passando pela era industrial e tantas outras que podem ser identificadas e caracterizadas neste período.

Entende-se por tecnologia² como sendo um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa. A palavra tecnologia tem origem no grego "*tekhne*" que significa "técnica, arte, ofício" juntamente com o sufixo "*logia*" que significa "estudo".

A tecnologia, além de ser a mola impulsionadora das mudanças ocorridas no mundo, determina também a velocidade com que essas mudanças ocorrem. A transição da era agrícola para a era industrial, ocasionada, principalmente pela revolução industrial, levou séculos para acontecer, diferente dos dias atuais, onde estas mudanças estão ocorrendo anualmente ou, às vezes, mensalmente. Esta afirmação leva ao seguinte questionamento: O mundo ainda se encontra na Era da Informação, ou será que ele está em transição para uma nova Era? Quais são as repercussões para a Doutrina Militar destas mudanças?

2. A Era da Informação

Entende-se como Era da Informação³ a fase evolutiva de determinado país, caracterizada pela relevância da aplicação dos conceitos associados à Tecnologia da Informação nas diversas áreas da gestão e das atividades cotidianas. Ela está centrada na

* Artigo originalmente publicado em 19 de fevereiro de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel veterano do Exército Brasileiro.

² Disponível em: <https://www.significados.com.br/tecnologia-2/>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

³ BRASIL. Exército Brasileiro. **O Processo de Transformação do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2010.

capacidade de atuar em rede, com segurança e com processamento adequado da informação, proporcionando uma efetiva gestão do conhecimento⁴.

As principais características do ambiente na era da informação, que influenciam os líderes nos níveis político e estratégico na tomada de suas decisões são definidas pelo acrônimo VUCA (Volatility/volatilidade, Uncertainty/incerteza, Complexity/complexidade, Ambiguity/ambiguidade), criado por *T. Owen Jacobs*, no livro *Strategic Leadership: The Competitive Edge*.

A volatilidade se manifesta pela extrema velocidade dos acontecimentos, pela natureza efêmera e dinâmica das relações, que exigem constantes adaptações e realinhamento de planejamentos e estratégias. A incerteza, causada pela volatilidade, demonstra que é impossível deter todas as informações acerca de uma situação. A complexidade deriva da dificuldade de entendimento das múltiplas interações, entre os múltiplos fatores, que impedem que se identifique com clareza relações de causa e efeito. A ambiguidade decorre do fato de que diferentes grupos sociais podem ter distintas interpretações sobre um mesmo acontecimento⁵.

3. A Nova Era - a Era da Comunicação

Entende-se por Comunicação como sendo o processo por meio do qual o emissor transmite estímulos para intencionalmente influenciar ou modificar o comportamento do receptor, suscitando-lhe uma determinada reação.

O avanço tecnológico dos meios de comunicação, um dos fatores mais importantes no cenário complexo da atualidade, permite a produção e a recepção de informações em tempo real, demonstrando que a notícia não tem fronteiras⁶.

O aparecimento, na última década, de mídias sociais como o *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*, dentre outras, é o maior exemplo deste avanço tecnológico dos meios de comunicação.

⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. **Concepção de Transformação do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2013.

⁵ Disponível em: <https://www.paulofilho.net.br/blog-do-paulo-filho/desafio-e-resposta>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

⁶ BRASIL. Exército Brasileiro. **Comunicação Social - EB20-MF-03.103**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

Figura 1 - Mídias Sociais



Fonte: O AUTOR, 2021.

As mídias sociais foram as principais responsáveis pela Primavera Árabe, iniciada em 2010, no oriente Médio e norte da África, despertando o interesse de governos, instituições e pessoas para essa nova ferramenta.

A disseminação de *fakes news* e forma de comunicar, bem como as suas consequências, são características desta nova Era. Em determinadas situações, o mais importante é comunicar, mesmo não possuindo o controle da informação naquele momento. O ambiente VUCA foi potencializado em todos os seus aspectos.

A informação continua sendo importante, porém a comunicação passou a ser o aspecto de maior preocupação de governos, empresas, organizações e pessoas, tendo em vista a capacidade de influenciar e modificar comportamentos que os meios de comunicação, principalmente as mídias sociais, adquiriram nos últimos anos.

4. As repercussões para a doutrina militar

Segundo Alvin e Heidi Tofler⁷, todas estas transformações ocorridas no mundo influenciaram a maneira de se combater, ou seja, a doutrina militar. Segundo os autores, a guerra na era agrícola era bidimensional⁸, a guerra na era industrial era tridimensional⁹ e a guerra na era do conhecimento era quadrimensional¹⁰, a qual tem na guerra do Golfo, ocorrida em 1991, contra o Iraque, o seu melhor exemplo.

⁷ TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Anti-Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

⁸ A guerra era plana, sem a utilização da dimensão aérea.

⁹ Introdução da terceira dimensão do combate, o vetor aéreo.

¹⁰ Introdução da quarta dimensão do combate, a utilização do espaço, através do uso maciço de satélites.

Seguindo o raciocínio dos autores, pode-se inferir que após a guerra da era do conhecimento apareceu a guerra da Era da Informação, quinquidimensional, com a valorização da dimensão cibernética no ambiente operacional.

A guerra da era da comunicação pode ser considerada uma guerra hexadimensional, devido à valorização das mídias sociais (meios de comunicação de grande poder persuasivo) como uma nova dimensão no ambiente operacional.

O ambiente operacional¹¹ é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas, sendo caracterizado pelas dimensões física, humana e informacional.

A dimensão física possuía um protagonismo no ambiente operacional até a guerra da era industrial. A partir da guerra da era do conhecimento, este protagonismo foi sendo compartilhado com as outras dimensões.

Na guerra da era da comunicação, a dimensão informacional assume um papel de extrema importância, pois é através dela que se consegue atingir a dimensão humana, a qual se tornou um importante ator no ambiente operacional, sendo considerada, em diversas ocasiões, um centro de gravidade a ser conquistado.

Essa característica de se buscar influenciar ou modificar o comportamento na dimensão humana, provocou repercussões na doutrina militar, a qual buscou adaptar-se a esse novo ambiente operacional. A valorização das operações psicológicas, das operações de informação e, mais recentemente, da comunicação estratégica, demonstram este objetivo de atuar de maneira efetiva na dimensão humana, se utilizando da dimensão informacional.

Operações psicológicas são procedimentos técnico-especializados aplicáveis de forma sistematizada, desde a paz, de modo a influenciar os públicos-alvo a manifestarem comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista de objetivos estabelecidos.

Operações de informação¹² consistem no emprego integrado de capacidades relacionadas à informação e outros recursos relacionados à informação, no âmbito da dimensão informacional, para influenciar, interromper, corromper ou para usurpar o processo de tomada de decisões de adversários e potenciais adversários, enquanto protege o nosso próprio.

¹¹ BRASIL. Exército Brasileiro. **Operações - EB70-MC-10.223**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

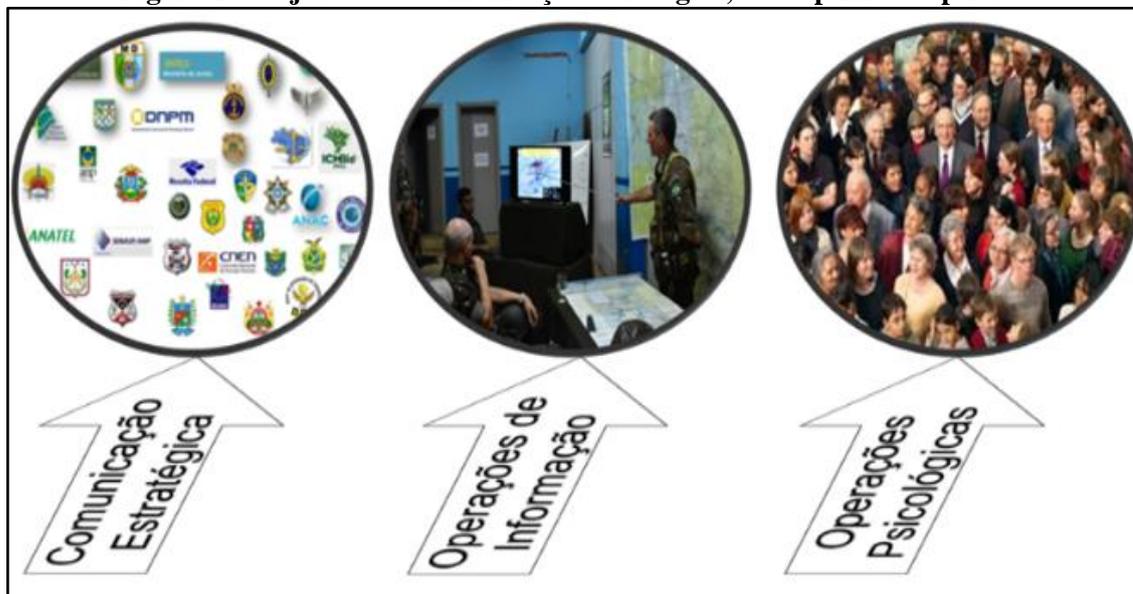
¹² BRASIL. **Operações de Informação - EB70-MC-10.213**. 2ª ed. Brasília: 2019.

Comunicação estratégica¹³ é uma comunicação integrada, sincronizada e alinhada com as ações realizadas por uma organização para atingir seus objetivos. Pressupõe a combinação das práticas adotadas no âmbito da comunicação social tradicional (atividades de relações públicas, assessoria de imprensa e divulgação institucional) com relações institucionais sistematizadas e com o emprego das mídias digitais, aí incluídas as mídias e redes sociais.

Verifica-se que as operações psicológicas, as operações de informação e a comunicação estratégica são ferramentas que possuem o objetivo de influenciar a dimensão humana, utilizando-se da dimensão informacional. As principais diferenças entre elas estão no objetivo de cada uma e no seu ambiente de atuação.

A comunicação estratégica tem como objetivo as instituições e atua no ambiente estratégico¹⁴. As operações de informação possuem como objetivo o processo de tomada de decisão de adversários e atua no ambiente operacional, devendo ser utilizada no nível operacional e no nível tático, no maior escalão presente na área de operações ou teatro de operações. As operações psicológicas têm como objetivo um público-alvo e atuam no ambiente operacional, devendo serem utilizadas nos níveis operacional e tático.

Figura 2 - Objetivos da comunicação estratégica, das Op Info e Op Psico



Fonte: O AUTOR, 2021.

¹³ NUNES, Richard Fernandez. **A Comunicação Estratégica do Exército e a Dimensão Informacional**. Coleção Meira Mattos, Vol. 13, nº 48, p. v-xi, 2019.

¹⁴ O ambiente estratégico, de forma análoga ao ambiente operacional, também possui as dimensões física, informacional e humana.

5. Conclusão

Após a Era Agrícola, a Era Industrial, a Era do Conhecimento e a Era da Informação, uma nova etapa aparece, a Era da Comunicação, assim como as outras, impulsionada pelas inovações tecnológicas cada vez mais velozes que acontecem no mundo hoje em dia.

A Era da Comunicação coloca a Comunicação dividindo com a Informação o protagonismo neste novo ambiente mundial, tendo em vista a sua capacidade de influenciar e modificar comportamentos de pessoas, grupos, processos e instituições.

Alvin e Heidi Tofler¹⁵ escreveram que tão aceleradas são as mudanças na cena mundial, hoje em dia, que agora as revisões doutrinárias – que costumavam acontecer a cada quarenta ou cinquenta anos - são necessárias de ano em ano ou de dois em dois anos.

A doutrina militar deve estar sempre apta a acompanhar as modificações que ocorrem no cenário mundial, a fim de fornecer as ferramentas necessárias aos decisores para enfrentar os desafios e as ameaças que se contrapõem aos objetivos estabelecidos pelas nações.

O perfeito entendimento e utilização da comunicação estratégica, das operações de informação e das Operações Psicológicas são fundamentais para se atuar no ambiente da era da comunicação.

Aperfeiçoar a doutrina militar tem sido uma preocupação constante do Exército Brasileiro, o que tem permitido o seu emprego em ambientes complexos, enfrentando situações inéditas, sempre demonstrando elevado grau de profissionalismo e de prontidão, orientado por seus valores e tradições, alicerçados na hierarquia e na disciplina, a fim de cumprir as suas missões previstas em lei.

¹⁵ TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Anti-Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

O BRASIL NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - AÇÕES E EVIDÊNCIAS*

Carlos Henrique Arantes de Moraes¹
Germano Botelho Pereira²
Guilherme Ramon Garcia Marques³
Gustavo Daniel Coutinho Nascimento⁴

Com extensão aproximada de 5,5 milhões de km², correspondentes a 40% de toda a área continental sul-americana e a 60% do território nacional brasileiro, a floresta amazônica sempre despertou profundo interesse por conta de suas inestimáveis riquezas naturais e sua importância mais que fundamental para o equilíbrio climático e ambiental de todo o planeta.

Tal interesse cresce em meio ao debate político a partir de um processo de securitização ambiental mais fortemente observado a partir do fim da Guerra Fria - e portanto, em consonância com os pressupostos estabelecidos pela Escola de *Copenhagen*, para a qual a securitização de temas diversos abriria uma brecha para que estes não mais fossem tratados a partir da ótica exclusivamente estatal, representando, assim, riscos de interferência na soberania ou poder de um determinado Estado (BUZAN et al, 1998). Este movimento de securitização, por sua vez, baseia-se em muito na estruturação de “discursos”, que determinariam e justificariam aquilo que emergiria como um potencial ameaça existencial, bem como o modo como ela poderia ou não ser defrontada (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Do ponto de vista da sociedade brasileira, existe, por óbvio, o imperioso interesse em assegurar sua presença sobre a rica Amazônia, em frontal oposição a qualquer tipo de discurso que, tal como elucidado pela Escola de *Copenhagen* e sua teoria de securitização, possa ser materializar quaisquer riscos acerca de uma possível intervenção na região, com perda relativa de soberania.

Foi o caso, por exemplo, do notório discurso proferido pelo então presidente francês *François Mitterrand*, em 1989, no qual afirmou que o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia (BENATTI, 2007). Tais discursos abririam um

* Artigo originalmente publicado em 08 de março de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

³ Doutorando em Ciências Militares.

⁴ Coronel do Exército Brasileiro.

perigoso precedente para o surgimento de eventuais narrativas humanitárias de ingerência internacional, que por sua vez, esconderiam interesses de natureza política não explicitamente relacionados à agenda ambiental (FRANCHI; BURSZTYN; DRUMMOND, 2011; TILIO NETO, 2003; CERVO, 2002).

Mais recentemente, pudemos observar o atual presidente da França, *Emmanuel Macron*, em mensagem publicada em sua conta pessoal do *Twitter*, sugerir que as queimadas na floresta amazônica despontam como problema de caráter internacional, e exigindo que a questão ganhe o mais absoluto destaque nas discussões a serem realizadas no âmbito da 45.^a reunião de cúpula do G7, ainda em 2019 - sem, portanto, a presença do Brasil.

De maneira a responder aos questionamentos externos acerca de sua capacidade de preservar a mais importante floresta tropical do planeta e reforçar sua imagem de comprometimento com a agenda ambiental, ao mesmo tempo em que sinaliza para o mundo sua intenção em manter intacta sua soberania na região, o Brasil acionou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem, expressos nas operações Verde Brasil I e II. Nesse sentido, a resposta brasileira aponta também para uma securitização ambiental, no sentido mais amplo, pelo emprego das Forças Armadas.

As operações Verde Brasil despontam como um conjunto de atividades desencadeadas pelo governo federal em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos estados da Amazônia Legal, por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionados ao desmatamento ilegal, e no combate a focos de incêndio.

A primeira edição desse evento, determinada pelo Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019, se deu no período inicial entre 24 de agosto a 24 de setembro de 2019, recebendo posteriormente 30 dias de prorrogação, estendendo-se, assim, até final de outubro. Já a segunda edição, desencadeada por intermédio do Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, teve a previsão inicial de 30 dias aumentada para 60 (alteração dada pelo Decreto nº 10.394, de 10 de junho de 2020), iniciando-se, portanto, em 11 de maio e se estendendo até 10 de julho do corrente ano. Por sua vez, o Decreto nº 10.421, de 9 de julho de 2020, prorrogou o emprego das Forças Armadas até o dia 6 de novembro de 2020.

Conforme disponível no sítio oficial do Ministério da Defesa, o balanço de 60 dias de operações, completos no dia 9 de julho do corrente ano, apontam os seguintes indicadores (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020):

- Efetivo envolvido nas ações é de 3,6 mil militares, 3.141 brigadistas, 260 agentes, 210 veículos, três navios, 30 embarcações e 12 aeronaves;
- Realização de 13.287 inspeções, patrulhas navais e terrestres, além de vistorias realizadas pelos órgãos de proteção ambiental e de Segurança Pública;
- 372 pontos de bloqueio e controle de estradas e rios;
- 822 apoios logísticos e de segurança aos órgãos de Segurança Pública e proteção ambiental;
- 420 escoltas, reconhecimentos e patrulhas terrestres;
- 74 madeireiras fiscalizadas e mais de 27,9 mil metros cúbicos de madeira ilegal confiscados;
- 14.452 litros de combustíveis, 36 balsas/dragas e acessórios de garimpo, 93 tratores, além de 372 kg de drogas apreendidos;
- 1.207 atos de infração lavrados; e
- R\$ 407 milhões em multas por irregularidades.

Complementarmente, outra forma possível de resposta brasileira ao discurso externo precisa vir, também, pela estruturação de um discurso estrategicamente pragmático que, por um lado, reafirme sua total preocupação e sintonia com a necessidade de preservação ambiental e, por outro, destaque os importantes avanços realizados pelo Brasil nesta esfera, ao longo das últimas décadas.

Vale destacar que o tema referente a queimadas na Amazônia em 2019 ganhou especial destaque nos noticiários nacionais e internacionais justamente a partir do mês de agosto - mês em que a sazonalidade dos focos de incêndios na Amazônia Legal evidencia uma abrupta tendência natural e histórica de crescimento, culminando no ápice do mês de setembro.

Cabe explorar, ainda, os importantes avanços feitos em termos de combate desses focos de incêndio na Amazônia Legal no decorrer dos últimos 15 anos, no qual se apreende uma redução substancial do número de queimadas a partir do ano de 2004, com total de 218.637 focos de incêndio, para um total de 89.176 em 2019 (INPE, 2020). Se por um lado deve soar preocupante o fato de que o total de focos de incêndio na Amazônia em 2019 apresentou crescimento de 30% em relação ao ano anterior, deve-se

observar que este número seguiu em linha com o padrão observado na década, sendo, inclusive, o segundo menor para os últimos cinco anos.

Outro fator que valida o esforço brasileiro é o bem-sucedido e acentuado declínio observado na taxa de desmatamento da Amazônia Legal desde que esta série histórica específica começou a ser mensurada - área desmatada de 27.772 km², em 2004, para um total de 9.762 km², em 2019. Essa tendência positiva, no entanto, encontra um ponto de reversão a partir de 2012 (4.571 km²), merecendo atenção por parte do governo no sentido de seguir promovendo o fortalecimento das importantes iniciativas fiscalizadoras e de coerção que tanto contribuíram para a substancial tendência de queda dos níveis de desmatamento observados ao longo de todo o período.

Ademais, ao analisar a área da Amazônia Legal no nível dos nove estados que abarcam a região, verifica-se que as tendências e escalas de desmatamento são bastante distintas. Nesse sentido, é possível identificar que as maiores reversões nas tendências de queda de desmatamento aconteceram nos estados do Acre, Amazonas e Roraima. Paralelamente, a escala de desmatamento dos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, apesar da sustentada tendência de declínio, juntamente ao estado do Amazonas, correspondem aos mais expressivos volumes totais de desmatamentos dentre todos os nove estados da região - demandando, assim, com urgência, ações diretas no sentido de promover ações fiscalizadoras e de coerção que resultem no aprofundamento das tendências de queda observadas no caso dos três primeiros, e na interrupção e posterior reversão da tendência de crescimento do desmatamento no caso deste último.

À guisa de conclusão, esta análise procura apontar que o Brasil tem colhido resultados expressivos em termos de combate à crimes ambientais na Amazônia Legal ao longo dos anos - embora encontre dificuldades em divulgar isso de maneira efetiva (FRANCHI, 2020). Tais resultados devem integrar um discurso pragmático e estratégico que sinalize, de forma enfática, o total compromisso por parte do Estado brasileiro em seguir aprofundando suas ações ambientais, afastando-se frontalmente de qualquer narrativa que sugira a flexibilização ou a reversão desta importante missão.

Vale reforçar que as exigências ambientais hoje são ainda mais prementes do que foram no passado, determinando, inclusive, a realização de investimentos por parte da iniciativa privada, com impactos substanciais sobre a qualidade do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Nesse sentido, as operações Verde Brasil I e II emergem como sólidas demonstrações do aparato securitário endógeno à nação brasileira, por intermédio de

emprego de tropas, nas ações repressivas contra delitos ambientais, desmatamento ilegal e no combate a focos de incêndio na região dos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

Referências:

BARBOSA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde. **Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia.** Revista Contexto Internacional. Vol. 32, nº 1, p. 121-153, 2010.

BENATTI, J. H. **Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra.** Revista Amazônia Legal de estudos sociojurídico-ambientais, Vol. 1, nº 1, p. 23-39, 2007.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Decreto nº 9.985 de 23 de agosto de 2019.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9985.htm. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.341-de-6-de-maio-de-2020-255615699>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Decreto nº 10.394, de 10 de junho de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10394.htm. Acesso em: 09 de julho de 2020.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

CERVO, A. L. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso.** Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 45, nº 1, p. 5-35, 2002.

FRANCHI, Tássio. **A centralidade da Amazônia e das Mudanças Climáticas para o século XXI.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020. Disponível em: http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=171. Acesso em: 13 de julho de 2020.

FRANCHI, Tássio; BURSZTYN, Marcel; DRUMMOND, José Augusto Leitão. **A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX.** Novos Cadernos NAEA, Vol 14, nº 1, p. 21-41, 2011.

INPE. **Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma.** INPE, 2020. Disponível em: <http://ueimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portalstatic/estatísticas-estados/>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Forças Armadas asseguram proteção da Amazônia brasileira com presença ostensiva até o mês de novembro.** Ministério da Defesa, 2020. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/noticias/forças-armadas-a>

O Brasil no processo de securitização ambiental da Amazônia - ações e evidências

seguramprotecao-da-amazonia-brasileira-com-presencaostensiva-ate-o-mes-de-novem
bro. Acesso em: 13 de julho de 2020.

TILIO NETO, P. de. **Soberania e ingerência na Amazônia Brasileira**. Dissertação de
Mestrado na Universidade de São Paulo, 2003. São Paulo: USP, 2003.

INTELIGÊNCIA: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?*

Miguel Fiuza Neto¹

O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos fez crescer névoa da guerra (CLAUSEWITZ, 2017) nos combates modernos, crescendo de importância o fluxo de informações, sua análise e sua aplicação pelo decisor, ou seja, da Atividade de Inteligência, para que essa incerteza seja dissipada.

Desde o início do século XXI com os atentados as torres gêmeas nos Estados Unidos da América (EUA) vivemos num mundo onde a palavra Inteligência vem ganhando espaço nas conversas das pessoas. A inteligência tornou-se um remédio para tudo, quando algo falha dizem faltou `aquele Estado um aparato de Inteligência, porém quando algo ocorre certo dizem, foi graças ao grande aparato de inteligência que possuem.

Face ao exposto, pergunta-se o que vem a ser inteligência ? Para que serve a inteligência? Qual é o papel da Inteligência atualmente? Inteligência pode ser definida como:

“Informações (intelligence) é um termo específico e significativo, derivado da informação, informe, fato ou dado que foi selecionado, avaliado, interpretado e finalmente expresso de forma tal que evidencie sua importância para determinado problema de política nacional corrente” (PLATT, 1967, p. 30).

Corroborando com essa assertiva:

“A Atividade de Inteligência ou Serviço de Informação ou Serviço Secreto ou Espionagem é a implementação de um sistema de coleta de dados e informações para identificação de ameaças e oportunidades para uma organização com o escopo de ajudar o líder ou tomadores de decisão na elaboração de planos estratégicos ou execução de ações táticas e operacionais de ataque, manutenção e defesa dessa organização” (MONTALVÃO, 2014).

Inteligência nada mais é do que um conjunto de técnicas, com o intuito de dirimir incertezas e propiciar ao decisor em todos os níveis o que se chama de consciência situacional para que desta forma venha a optar pela melhor linha de ação face ao problema encontrado.

* Artigo originalmente publicado em 17 de maio de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

Inteligência: problema ou solução

Desde a antiguidade, grandes líderes e militares que passaram pela humanidade fizeram uso dessa essencial função de combate, Alexandre, o Grande em suas batalhas já integrava as diversas fontes pelas quais recebia dados provenientes do inimigo invés de confiar em oráculos e demais visões realizava assim a sua preparação para o combate (WOLOSZYN, 2018).

Atualmente, no contexto brasileiro, os inimigos são outros. Ao se olhar para extensa fronteira nota-se as tentativas de criminosos, pertencentes a facções criminosas como o Primeiro Comando Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), adentrarem ao território nacional com ilícitos, realizando assim delitos transnacionais. Dentro os principais delitos cometidos estão o tráfico de drogas e armamento.

Segundo o artigo 20, § 2º, da Constituição Federal de 1988, a faixa de fronteira possui largura de cento e cinquenta quilômetros ao longo do limite terrestre, o que corresponde a cerca de 13,8% do território nacional. Tendo em vista essa ameaça e grande extensão territorial envolvida, salientando a vulnerabilidade dessa porção territorial brasileira, foi instituído em 16 de novembro de 2016, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços.

Esse decreto em seu art. 4º O PPIF promove ações conjuntas de integração federativa da União com os Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima. Ou seja, possui como cerne o trabalho de interagências.

Nesse contexto, a Inteligência através do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), no qual o Exército Brasileiro está inserido, procura através da interação de atividades nessa área no ambiente interagências, prover aos decisores condições de executarem trabalhos de repressão, mitigando esse inimigo comum. Atualmente, o SISBIN atua no território nacional com aproximadamente 38 (trinta) órgãos:

Figura 1 - Constituição do SISBIN



Fonte: ABIN, 2019.

Da observação da figura 1, verifica-se que a grande quantidade de órgãos é justificada pela dimensão territorial do país o que exige capilaridade, somando-se a isso, temos a gama de assuntos o que requer a participação de todos num ambiente de confiança e integração.

Esse ambiente de confiança e integração tem sido cultivado, a fim de se evitar acontecimentos desagradáveis como o ocorrido no 11 de setembro de 2001 em Nova York, nos Estados Unidos da América.

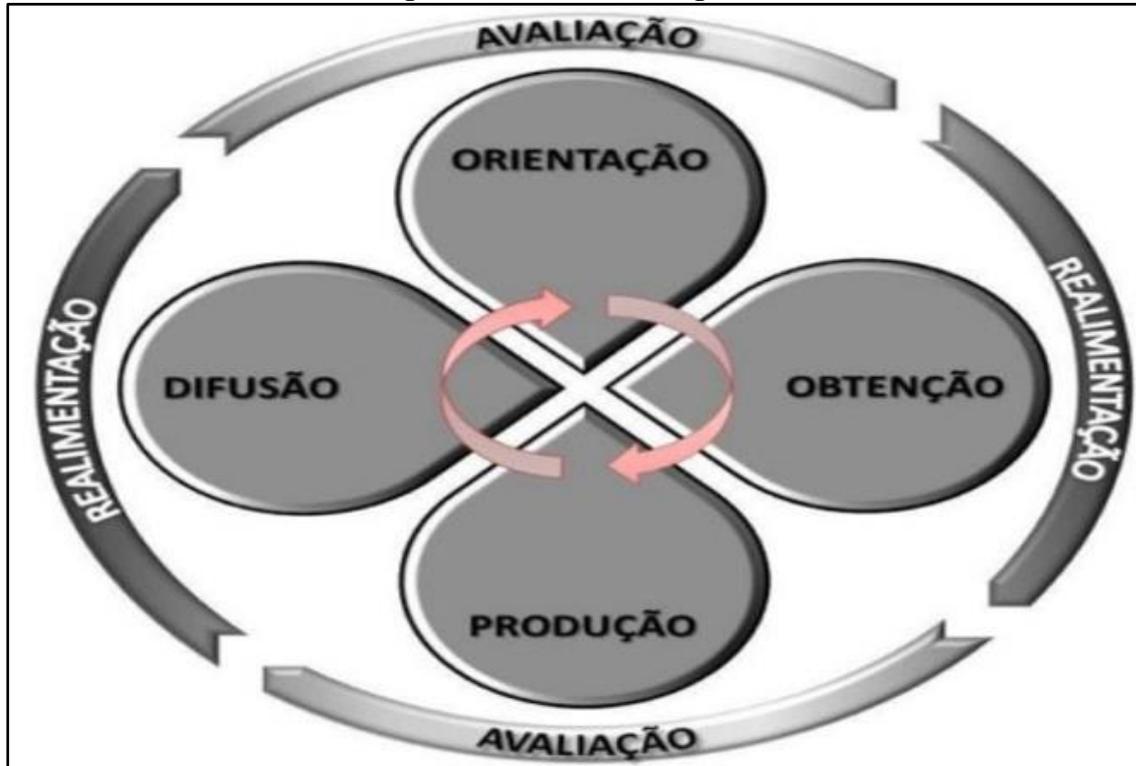
O Brasil foi palco de grandes eventos que necessitaram da integração e da cooperação, principalmente na área de inteligência, nesse ambiente interagências, dentre esses podemos citar a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de futebol em 2014, as Olimpíada e Paraolimpíadas em 2016. Os trabalhos de inteligência foram desenvolvidos em centrais onde as fontes de inteligências obtidas através de suas disciplinas eram integradas, processadas e conhecimentos eram produzidos.

Esse trabalho em conjunto não se resume aos acontecimentos do passado, mas é uma realidade na defesa brasileira como as operações Ágata, Arco Verde, São Francisco e a mais recente o covid-19, onde foram estabelecidos comandos operacionais que carecem de conhecimento oportuno para o correto assessoramento dos decisores.

Inteligência: problema ou solução

Para atingir os objetivos propostos e dirimir incertezas do combate, seja em tempo de guerra ou não guerra em um ambiente interagências, o ciclo da atividade inteligência preconizado pelo exército brasileiro atualmente é composto das seguintes fases (BRASIL, 2015) :

Figura 2 - Ciclo de Inteligência



Fonte: BRASIL, 2015.

A orientação é a primeira fase do ciclo de inteligência e materializa-se por meio da determinação de NI, do planejamento do esforço de obtenção, da emissão de ordens e pedidos de busca aos órgãos de obtenção, da elaboração do Plano de Obtenção de Conhecimentos e do contínuo controle da atividade de Inteligência executada por todos os órgãos acionados (BRASIL, 2015).

A obtenção consiste na exploração sistemática ou episódica de todas as fontes de dados e informações pelos órgãos de obtenção e na entrega do material obtido aos órgãos de análise, encarregados de sua transformação em conhecimentos de inteligência (BRASIL, 2015).

A produção é fase do ciclo de inteligência onde os dados e as informações obtidas são transformados em conhecimentos de Inteligência e a difusão que é a fase do ciclo de inteligência em que se efetua a entrega oportuna do conhecimento de inteligência, na forma apropriada e pelo meio adequado, ao comandante operativo e seu Estado-Maior (BRASIL, 2015).

Esse correto assessoramento é obtido pela integração não somente das agências pertencentes ao SISBIN, mas também pela correta integração de dados das matérias de inteligência.

Nesse sentido, a Atividade de Inteligência pode ser classificada em disciplinas de acordo com as suas fontes primárias de obtenção do dado, podendo ser: Fontes Humanas (*Human Intelligence-HUMINT*), Inteligência de Imagem (*Imagery Intelligence - IMINT*), Inteligência Geográfica (*Geospatial Intelligence - GEOINT*), Inteligência Técnica (*Technical Intelligence - TECHINT*), Inteligência de Sinais (*Signals Intelligence-SIGINT*), Inteligência por Assinatura de Alvos (*Measurement and Signature Intelligence - MASINT*), Inteligência Cibernética (*Cyber Intelligence - CYBINT*) e Inteligência de Fontes Abertas (*Open Source Intelligence - OSINT*) (BRASIL, 2015).

Por fim, verifica-se que desde o Antigo Testamento, onde Moisés escolheu 12(doze) espias para relatarem o que viam da terra prometida, passando pelos balões (WOLOSZYN, 2018), a atividade de inteligência tem sido preponderante como solução no campo de batalha, ganhando destaque atualmente onde os conflitos modernos não têm mais a preponderância da dimensão física, mas também da humana e informacional (BRASIL, 2019).

Referências:

ABIN. **ICMBio passa a integrar o SISBIN**. ABIN, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/icmbio-passa-a-integrar-o-sistema-brasileiro-de-inteligencia>. Acesso em 22 de março de 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Inteligência - EB20MC-10.107**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm>. Acesso em: 22 de março de 2021.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MOLTALVÃO, Marcelo Carvalho de. **A atividade de inteligência: Inteligência de Estado e Inteligência Militar Clássicas**. Rio de Janeiro: 2014.

Inteligência: problema ou solução

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

WOLOSZYN, André Luís. **Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

AS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A APLICAÇÃO DOS PROTOCOLOS LEGAIS PERANTE AS ARMAS DO FUTURO*

Guilherme de Araújo Grígoli¹

No mês de maio o presidente *Donald Trump* assinou o *National Defense Authorization Act* (NDAA, ou Lei de Autorização de Defesa Nacional), criando um ramo das Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA), a Força Espacial (USSF, 2020). A militarização do espaço passa a ser inevitável e com ela novas armas e formas de conduzir a guerra surgem no cenário mundial.

Este novo meio de praticar a guerra vem se somar a outras tecnologias tais como: os ataques cibernéticos, os Sistemas Remotamente Pilotados Armados (aí inclusas as plataformas aéreas, terrestres e navais) e as unidades de armas autônomas, as chamadas inteligências artificiais (IA). Estes novos armamentos se destacam não só pela letalidade dos danos que podem causar; mas também pelo seu uso e efeitos, que dependendo das condições, não encontram regulamentação jurídica na legislação internacional seja no Direito Internacional dos Conflitos Armados, seja no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o que torna estes armamentos e tecnologias disruptivos em relação aos seus impactos legais é, sem dúvida, a ausência dos elementos comuns aos conflitos que travamos até os dias atuais, entre eles podemos citar a ausência do território como base para pensar a territorialidade da norma, a ausência da vontade manifesta direta do ser humano, entre outros.

Ao analisar a questão legal, poderíamos apontar a falta de regulamentação como óbice para pensarmos os impactos jurídicos e de responsabilidade; entretanto, esta questão poderia, por circunstância, ser resolvida por meio de novos protocolos internacional, acordo de cooperação ou tratado. Todavia, neste caso, não se resume a regulamentação e sim as condições que cercam estas durante seu emprego fazendo com que tenhamos que pensar o direito não no nível normativo (leis e tratados) e sim num patamar holístico dos dilemas éticos.

Neste prisma, estas novas tecnologias têm pontos tangentes que se tornam imprescindíveis ao debate moral sobre seu emprego. Ademais, elas afastam o ser

* Artigo originalmente publicado em 14 de junho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

humano do campo de batalha, mecanizam os atos de guerra, minimizam a percepção do impacto e, por vezes, potencializam as ações militares, sem que a elas sejam atribuídos faces que respondam pela responsabilidade legal.

Destarte, mesmo que façamos algo muito comum à discussão sobre responsabilidade durante os conflitos, focarmos nossa análise na responsabilidade do Estado que as opera, ainda assim caminharemos num espectro nebuloso, haja vista que um dos componentes extremamente presente nessas tecnologias, é o caráter anônimo das ações e a baixíssima rastreabilidade de suas origens.

Com efeito, ao pensarmos a utilização dos Sistemas Remotamente Pilotados Armados ainda é possível alegar que os pilotos destas plataformas mesmo não presentes ainda devem se sujeitar as regras do Direito Internacional dos Conflitos Armados Além disso, mesmo que se alterem os métodos, as responsabilidades pelos efeitos colaterais dos ataques ou por erro de execução ainda teriam responsáveis. Todavia, permanecem questões fundamentais: Como indicar esta responsabilidade num contexto de conflito em massa com o emprego de diversos vetores não tripulados? A precisão da máquina pode ser utilizada como escusa ao operador?

Outrossim, em alguns casos, esta questão é ainda mais profunda. As armas autônomas se baseiam em protocolos logarítmicos que evoluem e aprendem com suas falhas alterando seu próprio código para melhorar a performance do resultado pretendido. O que tratamos aqui é da real impossibilidade de atribuir a um agente humano a responsabilidade pela violência depreendida em combate. Mesmo que pensemos no Estado como dono dos meios autônomos e da tecnologia, este ainda pode alegar que a decisão foi executada pelo protocolo analítico da máquina, sem que o mesmo pudesse interferir. Como responsabilizar os atos executados pela IA, se estes fugirem ao controle? Até onde vai o debate da liberdade que a máquina tem para decidir.

Outro ponto a ser discutido no que se refere as armas autônomas está centrado nas ações de autodefesa que a IA realiza automaticamente para proteger aquele sistema. Os impactos advindos de respostas de autoproteção cujos efeitos colaterais atinjam vidas humanas inocentes implicam em responsabilidade criminal para o Estado? Em existindo, seria ela direta ou indireta? Sobre quem a responsabilidade recai sobre o Estado, que assume o risco de empregar a tecnologia autônoma ou empresa que desenvolve a IA (com base no fato de que estamos discutindo *software*)? (CICV, 2013).

Em relação a cibernética, a dificuldade de rastrear a origem pode criar uma insegurança jurídica cujos protocolos existentes serão inócuos pois um ataque cibernético utiliza da ação diversionária de cruzar vários servidores em países diferentes para mascarar sua origem. Este modus operandi leva qualquer investigação pela origem se sujeitar a legislações nacionais, a países não signatários de protocolos de intenções e, por conseguinte a ineficiência de responsabilizar os culpados pelos danos cometidos contra as populações civis.

Neste mesmo contexto, o uso do espaço cria um ambiente que requer uma análise crítica em sua utilização. Se num primeiro momento a acessibilidade ao mesmo ainda, por questões de orçamento e tecnologia, é restrita a um pequeno universo de nações; o futuro não tardará a trazer outros atores ao cenário e democratizar seu acesso. Até lá caberá ao sistema internacional discutir os limites jurídicos e as implicações de conflitos travados a largo do conceito de “território” da Geografia. Será preciso repensar o próprio conceito de “Estado” e, por consequência, as responsabilidades que recaem sobre este, no que tange, a proteção de seus nacionais e dos civis envolvidos nos conflitos.

No contexto da segurança internacional, o Grupo de Especialistas Governamentais das Nações Unidas sobre os avanços no campo da informação e das telecomunicações confirmaram que o direito internacional e, em particular, a carta das Nações Unidas é aplicável à questão cibernética e destacaram que se aplicam os princípios jurídicos internacionais estabelecidos, com inclusão, quando proceder, dos princípios de humanidade, necessidade, proporcionalidade e distinção (VALLADARES, 2016). Esta interpretação pode ser considerada uma ampliação do entendimento que Corte Internacional de Justiça deu a aplicação do DICA à todas as formas de guerra e a todos os tipos de armas, inclusive “as do futuro” quando da opinião consultiva sobre a legalidade da ameaça ou uso de armas nucleares em 1996 (ICJ, 1996).

A despeito das tecnologias já existentes e das futuras, que indubitavelmente, modificarão a maneira como combate será conduzido, é preciso que o debate sobre os efeitos destas sobre a população civil, bem como dos aspectos legais que revestem internamente ou internacionalmente às ações militares seja amplamente discutido para que se estabeleça um escopo normativo ou, pelo menos, um entendimento da aplicabilidade dos princípios internacionais do DICA e o DIDH.

Por fim, mesmo que a história tenha demonstrado que o sofrimento civil foi o motivador das normas legais internacionais e não o contrário, já que pelo *princípio*

*Nullum crimen nulla poena sine praevia lege*1, dificilmente pensaremos em estabelecer responsabilidades antes do fato considerado criminoso estar efetivamente disposto em norma internacional aceita e recepcionada. Os Estados devem, quando possível, proativamente trazer ao debate estas questões ampliando sua discussão para todos os setores da sociedade e se preparando para o desconhecido militarmente e juridicamente.

Referências:

CICV. Armas autônomas: os Estados devem discutir os grandes desafios éticos e humanitários. CICV, 2013. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/armas-autonomas-os-estados-devem-discutir-os-grandes-desafios-eticos-e-humanitarios>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

ICJ. Legality of the threat or use of Nuclear Weapons. ICJ, 2016. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/case/95>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

USSF. About Space Force. USSF, 2020. Disponível em: <https://www.spaceforce.mil/About-Us/About-Space-Force>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

VALLADARES, Gabriel Pablo. O direito internacional humanitário é aplicável às novas tecnologias de guerra? - Guia de fontes em ajuda humanitária. Guia de Fontes em Ajuda Humanitária, 2016. Disponível em: <https://guiadefontes.msf.org.br/o-direito-internacional-humanitario-e-aplicavel-as-novas-tecnologias-de-guerra/>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

A ATIVIDADE DE SIMULAÇÃO DE COMBATE NO EXÉRCITO BRASILEIRO E A INOVAÇÃO EM DEFESA*

Frederico Emanuel Sousa Nunes¹

A capacidade inovadora é crucial para a transformação do Exército Brasileiro rumo à Era do Conhecimento, ocupando a Base Industrial de Defesa (BID) local de destaque nesta transição (OMPV, 2020). A cultura de inovação, catalisadora do desenvolvimento científico-tecnológico é fator determinante para o desenvolvimento de tecnologias críticas, diferenciais para a organização, o adestramento e o equipamento do Exército Brasileiro (BRASIL, 2019a).

A simulação de combate é uma aplicação tecnológica empregada no ensino e adestramento, definida como sendo a reprodução das atividades militares ou da operação de materiais militares, empregando equipamentos, softwares e infraestruturas específicos (BRASIL, 2014). Pode ser viva (agentes reais, operando sistemas reais); virtual (agentes reais, operando sistemas simulados); ou construtiva (exercícios para integrantes de comandos superiores, no formato de “jogos de guerra”).

Este estudo pretende verificar se a atividade de simulação de combate do Exército Brasileiro possibilita inovações no setor de defesa, definindo como marco temporal da implantação do Sistema de Simulação do Exército (SSEB) em 2014 até os dias atuais, materializados no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX) (BRASIL, 2014; BRASIL, 2019b). Para tanto, se questiona:

Há interações da simulação de combate do Exército Brasileiro com atores relevantes e estas têm potencial inovador?

O modelo de análise foi o do sistema de inovação, formulado no final da década de 1980, em estudos que verificaram que interação entre os atores em um sistema amplo e não apenas as leis de mercado, como relevantes para a inovação (FREEMAN, 1987; LUNDVAAL, 1992; NELSON, 1993). A demanda crescente por simulação é imposta por óbices ambientais, financeiros e de segurança (BARBOSA, 2018). Neste contexto, o alto valor agregado destas tecnologias deve fomentar ao máximo as soluções locais, como prescreve a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012).

* Artigo originalmente publicado em 28 de junho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

A Simulação de Combate e a Transformação do Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro possui atualmente 23 simuladores, sendo 19 em uso e 4 em desenvolvimento:

Quadro 1 - Simuladores em desenvolvimento no EB.

Em utilização	Desenvolvedor (es)	Utilização
Simulador de Tiro de Armas Leves (STAL)	Spectra e CTEEx	Tiro de Fuzil e Pistola
Virtual Battlespace 3 (VBS3)	Bohemia Interactive	Tropas Blindadas e Mecanizadas
Steel Beast	e-SIM Games	Tropas Blindadas
Simulador de Apoio de Fogo (SIMAF)	Rustcon	Tropas de Artilharia de Campanha
TSB	KMW	Guarnição do CC Leopard 1 A5
SPM	KMW	Guarnição do CC Leopard 1 A5
TSP	KMW	Guarnição do CC Leopard 1 A5
TBC	eFly e DCT	Motoristas e Mecânico de Viaturas da Família GUARANI
Simulador dos Helicópteros Fennec e Esquilo (SHEFE)	Spectra e CTEEx	Tripulação dos Helicópteros Fennec e Esquilo
Simulador de Operações de Guerra Cibernética (SIMOC)	Rustcon	Proteção, exploração e ataque em campo cibernético
Conduta Auta para Viaturas Leves e Pesadas	CTEEx	Motoristas
RBS 70	Saab	Guarnição do RBS 70
Míssil Antiaéreo IGLA (9F874)	Gos CSI	Guarnição do Míssil IGLA
Moroniveladora por Imersão	Oniria	Operador de Motoniveladora
Em desenvolvimento	Desenvolvedor (es)	Utilização
Estação de Armas Remotamente Controlada REMAX	ARES e CTEEx	Viaturas da Família GUARANI
SIGUA	UFSM e CI Bld	Guarnição da Viatura Guarani
Sistema ASTROS	AVIBRAS	Guarnição da Plataforma ASTROS
Míssil Superfície 1.2 Anticarro	SIATT e CTEEx	Guarnição do Míssil

Fonte: AMORIM, 2019; ABIMDE, 2018.

O SIPLEx, alinhado ao Plano Plurianual orçamentário do governo federal é materializado no Plano Estratégico do Exército, que organiza os investimentos destinados ao Exército Brasileiro para o quadriênio 2020-2023, no contexto de seu processo de transformação (BRASIL, 2019b).

Quadro 2 - Extrato do Plano Estratégico do Exército

OEE 1. CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL			
Estratégia	Ação Estratégica	Atividades	Observações
1.1. Ampliação da Capacidade Operacional	1.1.6. Rearticular e reestruturar a Artilharia Antiaérea (AAAE).	1.1.6.5. Obter e/ou modernizar Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) e simuladores de AAAE de Baixa e Média Altura.	-
	1.1.7. Reestruturar o Sistema Engenharia.	1.1.7.3. Reestruturar a Simulação no Sistema de Engenharia.	-
1.2. Ampliação da mobilidade e elasticidade da Força	1.2.2. Estruturar a Aviação do Exército.	1.2.2.4. Ampliar ⁽¹⁾ os meios de simulação do Comando de Aviação do Exército (CAVEx).	(1) Atividade já iniciada
OEE 5. MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT) - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE			
Estratégia	Ação Estratégica	Atividades	Observações
5.2. Aperfeiçoamento do Preparo da Força Terrestre.	5.2.2. Aperfeiçoar a sistemática de instrução, com ênfase no Efetivo Profissional.	5.2.2.3. Modernizar e/ou obter simuladores para equipar a Força Terrestre.	-
OEE 9. APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Estratégia	Ação Estratégica	Atividades	Observações
9.3. Modernização de Produtos de Defesa (PRODE)	9.3.1. Modernizar os produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção (individual e coletiva).	9.3.1.3. Obter, mediante coordenação com o Comando de Operações Terrestres (COTER), simuladores para a Força Terrestre.	-

Fonte: O AUTOR, com base em BRASIL, 2019b.

As atividades viabilizadoras dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) demandam por simuladores: do total de 14 OEE (implementados por estratégias e ações estratégicas), cinco têm atividades com emprego da simulação, associando esta atividade à transformação do Exército Brasileiro (BRASIL, 2019b).

A Simulação de Combate no Exército Brasileiro: principais interações

O projeto do Simulador para Helicópteros Esquilo e Fennec foi desenvolvido de 2007 a 2011, parceria entre o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e a empresa componente da BID, *Spectra Tecnologia* (ROCHA, 2017). Esta interação se relaciona com o objetivo deste estudo, porque originou o primeiro simulador de categoria “voos completos” (*Full Flight Simulator-FFS*) desenvolvido no país. A iniciativa se destacou pela multidisciplinaridade, articulando conhecimentos de variadas áreas da engenharia e coordenando esforços de diversas instituições (ROCHA, 2017).

A atividade de simulação de combate no Exército Brasileiro e a inovação em defesa

A sinergia permitiu superar o principal desafio: a falta do modelo matemático de voo e de componentes da aeronave, negados pela fabricante, a empresa do grupo francês *Airbus Helicopters* (em virtude de possuir estreito relacionamento com fabricantes europeus de simuladores). Adicionalmente, o desafio aceito pela *Spectra*, em sustentar financeiramente o projeto até o final (custo total de R\$ 16,8 milhões, cujo montante o governo repassou apenas 44% ao Exército Brasileiro), proporcionou à empresa a posse do produto com índice de nacionalização de 92% e a expertise no desenvolvimento de simuladores.

O Simulador de Tiro para Armas Leves (STAL), modelo desenvolvido inteiramente pela empresa *Spectra Tecnologia* é derivado da interação bem-sucedida acima citada, atendendo a demandas das Forças Armadas (BRASIL, 2019b) e Polícias Estaduais (ABIMDE, 2018).

Assim, a Aviação do Exército pôde criar em sua estrutura uma divisão de simulação, aumentando a segurança, padronizando procedimentos e diminuindo gastos com horas de voo. A divisão opera desde 2016 dispositivos de treinamento para voo, para os modelos *Fennec* e *Esquilo*, com previsão de entrega do primeiro dispositivo para a aeronave *Pantera K2* em 2020 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

O Dispositivo de Simulação e Engajamento Tático é utilizado no Centro de Instrução de Blindados (CIBId) para atividades de adestramento, tendo sido modernizado em acordo entre o Exército Brasileiro com a Universidade Federal de Santa Maria (FLORIO, 2018). Este centro conduz, juntamente com o Centro de Adestramento Sul o adestramento de simulação virtual para a totalidade das tropas blindadas e mecanizadas do Exército Brasileiro (BRASIL, 2019a).

O Sistema Integrado de Simulação Astros derivou da necessidade das unidades de mísseis e foguetes praticarem o reconhecimento, escolha e ocupação de posição para o cumprimento de missões de tiro. Trata-se de uma forma de aquisição por meio de pesquisa e desenvolvimento (P&D), firmada no mesmo escopo do convênio listado acima, mas incluindo, além do Exército Brasileiro e a Universidade Federal de Santa Maria, a empresa Avibrás, componente da BID (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Conclusão

O Exército Brasileiro tem se caracterizado neste início de século XXI, como um importante demandante de produtos de defesa ligados a tecnologias de simulação de

combate, fato corroborado desde a implantação do Sistema de Simulação do Exército até o Plano Estratégico do Exército no quadriênio 2020-2023.

O crescimento desta demanda tem relação com as restrições à aquisição e utilização de munições de grande calibre e desdobramento dos materiais de emprego militar. Entretanto, a esta procura pela simulação também é reflexo da necessidade de modernização e transformação da Força Terrestre, alinhada às premissas da era do conhecimento.

As interações em simulação de combate entre o Exército Brasileiro e atores do sistema nacional de inovação são verificáveis em projetos como o Simulador para Helicópteros Esquilo e Fennec (aviação), o Simulador de Tiro para Armas Leves, o Sistema Integrado de Simulação Astros e na repotencialização do Dispositivo de Simulação e Engajamento Tático para emprego de blindados. Sua análise sob o arcabouço teórico dos sistemas de inovação aponta para inovações em defesa, de cunho majoritariamente nacional.

Ressalta-se que estudos mais específicos serão necessários para avaliações mais precisas destas interações. Entretanto, conclui-se que tais iniciativas devem ser estimuladas e aprofundadas, por contribuírem para a modernização do Exército Brasileiro, ganhos de expertise para a Base Industrial de Defesa e aprimoramento da capacidade de pesquisa da Academia.

Referências:

AMORIM, Rodolfo Leonardo Borges Carneiro. **Simulação Virtual: sua contribuição na geração de capacidade para a Força Terrestre**. Dissertação de Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2019. Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA E MATERIAIS DE SEGURANÇA (ABIMDE). **Anuário da Base Industrial de Defesa**. São Paulo: ABIMDE, 2018.

BARBOSA, Gustavo Caio Noro Fernandes. Fernandes. **O Emprego da Simulação Virtual para o Adestramento da Bateria Antiaérea Gepard: uma avaliação sobre a adequabilidade da utilização da simulação virtual tipo game semi-imersivo multijogador**. Giro no Horizonte, Vol. 7, nº 1, p. 143-159, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 55-EME, de 27 de março de 2014. Aprova a Diretriz para o Funcionamento do Sistema de Simulação do Exército (SSEB).** Brasília: Exército Brasileiro, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Programa de Instrução Militar (PIM).** Brasília: Exército Brasileiro, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023. [Direciona o esforço dos investimentos da Força para 2020-2023, em prosseguimento a seu processo de transformação].** Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx). Brasília: Exército Brasileiro, 2019b.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando Militar do Sudeste. **Simuladores de Voo da Aviação do Exército são Modernizados.** CMSE, 2020. Disponível em: <http://www.cmse.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias-categoria/426-simuladores-de-voo-da-aviacao-do-exercito-sao-modernizados>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

FLORIO, Bibiana Poche. **Arranjos Institucionais para Inovação Tecnológica do Polo de Defesa e Segurança de Santa Maria-RS.** Dissertação de Mestrado na Universidade de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2018.

FREEMAN, Chris. **Technology policy and economic performance: Lessons from Japan.** London: Pinter Publishers, 1987.

LUNDEVALL, B.A. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning.** London: Pinter, 1992.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Memorando de Entendimento nº EME-13-088-00, de 30 de maio de 2013. [Implementa intercâmbio técnico, científico e tecnológico entre o Exército Brasileiro, por meio de seu Departamento de Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal de Santa Maria-RS].** Diário Oficial da União: seção 3, Brasília-DF, ano 150, n. 174, p. 31, 9 set. 2013.

NELSON, Richard R. **National Systems of Innovation: A Comparative Study.** New York: Oxford University Press, 1993.

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA. **Os Desafios da Gestão e Inovação Tecnológica no Processo de Transformação do EB.** OMPV, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

ROCHA, Leonard Soares da. **O Emprego de Dispositivos de Simulação de Voo no Adestramento Tático dos Pelotões de Reconhecimento e Ataque da Aviação do Exército, para as Missões de Combate.** Dissertação de Mestrado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2017. Rio de Janeiro-RJ: EsAO, 2017.

O SISTEMA DE DEFESA ANTIMÍSSEIS ISRAELENSE, UMA TRANSFORMAÇÃO NA POLÍTICA ESTRATÉGICA ISRAELENSE?*

Marco Túlio Delgobbo Freitas¹

A proposta deste texto é analisar como a política estratégica israelense articulou a ameaça proporcionada por seus antagonistas de ser atacado por mísseis e foguetes desde a sua origem nos anos 60 até os dias atuais, o advento do sistema antimísseis e seus impactos para a tradicional dissuasão israelense e, por fim, discutiremos a performance de tal instrumento.

Inicialmente, é necessário informar ao leitor que a ameaça de ser atacado por foguetes e mísseis sempre permeou o pensamento estratégico israelense como uma ameaça crescente e crível à integridade israelense. Desde os anos 60, com o programa egípcio de mísseis e foguetes, a ameaça proporcionada por estes instrumentos tem pressionado Israel a evitar a possibilidade de seus antagonistas conquistarem a capacidade de desenvolverem foguetes que poderiam entregar desde ogivas convencionais a armas de destruição em massa. Seja a partir da atuação de seus serviços de inteligência ou da atuação de suas forças armadas, o governo israelense deu a devida atenção à tentativa de anular possíveis ganhos tecnológicos que poderiam desequilibrar, mais ainda, a complexa relação entre os israelenses e seus possíveis antagonistas.

Durante a década de 1980, ao lançar o Sistema de Defesa Estratégica, mais comumente chamado de *Star Wars*, o presidente norte-americano, *Ronald Reagan*, convidou cientistas israelenses para esta empreitada. Entretanto, devido à própria dinâmica do programa e à limitação tecnológica da época, os israelenses continuaram a trilhar o seu próprio caminho. Assim, durante a operação *Tempestade no Deserto*, o que era hipotético, transformou-se em realidade: forças iraquianas dispararam contra Israel 91 foguetes *Scuds* em direção à *Tel Aviv* e *Haifa* e as baterias *Patriots* - disponibilizadas pelos Estados Unidos da América - não foram capazes de defender a população israelense. Assim, o programa endógeno de constituição de um sistema antimísseis ganhou impulso.

* Artigo originalmente publicado em 19 de julho de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutorando em Ciências Militares na ECEME.

Desse modo, ao passo que se tornou significativa a ameaça de atores estatais e não estatais próximos as suas fronteiras, segundo Duarte (2012), os israelenses elencaram como prioridade a capacidade de lidar com conflitos assimétricos em áreas que não apenas circunscrevem o seu território, por meio do incremento da mobilidade e treinamento de unidades terrestres e no desenvolvimento de aparatos de reconhecimento e, sobretudo, em um sistema antimísseis (LIBEL, 2016). A resposta para tal cenário foi construir um sistema antimísseis multicamadas, composto por dois sistemas interligados: um, capaz de interceptar mísseis balísticos de curto e médio alcance, além de 200 km, e o outro, direcionado para interceptar e destruir foguetes e projéteis de artilharia disparados a partir de 4 km a 70 km (KATZ; BOHBOT, 2017).

O primeiro sistema foi chamado de *Arrow* e tornou-se operacional a partir de 1990, sendo sua última versão lançada em 2017, o *Arrow 3*. O segundo sistema, voltado para foguetes e projéteis de artilharia, provém de 2012: o *Iron Dome* (KATZ; BOHBOT, 2017). Entre os dias 14 e 21 de novembro de 2012, a organização terrorista *Hamas* lançou cerca de 700 foguetes em direção à Israel como uma resposta a morte de *Ahmed Jabari*, chefe do braço militar de tal organização. O que seria mais um conflito na recente história entre palestinos e israelenses em torno da Faixa de Gaza, este evento se destaca pela atuação de um inédito protagonista: a bateria antimísseis *Iron Dome*. Após isso, algumas operações militares israelenses se desdobraram em torno da região de Gaza e tendo em vista a resposta do *Hamas*, o sistema de defesa foi testado e ampliado. Devido a introdução deste novo elemento, é importante analisarmos a relação do *Iron Dome* com a política estratégica israelense.

Tradicionalmente, a política de dissuasão israelense está ancorada naquilo que Rid e Hecker (2009) chamaram de “excepcionalismo israelense”. De forma sucinta, este termo é composto por meio da relação entre o conceito de sobrevivência, o cenário doméstico do campo de batalha e a profundidade estratégica provocada pela extensão do país (RID; HECKER, 2009).

O excepcionalismo israelense é responsável pela forma com que Israel direciona as suas capacidades militares. Inicialmente, suas ações são alvo de maior cobertura de mídia internacional, o que resulta que suas ações sejam alvo de propaganda da mídia árabe. O público israelense, em nome da sobrevivência, tolera o uso de força desproporcional contra atores não estatais; além disto, também há uma tolerância quanto ao uso de assassinatos seletivos e bombardeamentos precisos.

Ademais, o resultado da longa duração de conflitos contra seus vizinhos árabes dificulta qualquer operação que tenha o objetivo de apelar para as emoções dos adversários. Segundo Rid e Hecker (2009), a imagem internacional de Israel perante seus adversários já é negativa, tornando-se difícil buscar qualquer alteração deste contexto alguma mudança. A dissuasão serve para Israel como um modo de influenciar o comportamento de seus oponentes todas as vezes que estes tentam alterar o status quo.

A ideia de adicionar uma defesa antimíssil, como parte de uma estratégia nacional, é ancorada nas propostas do pensador norte-americano *Bernard Brodie*. Nelas, o autor demonstrou que a defesa de uma nação é composta de elementos de defesa ativa - com mecanismos que reduzem o número de armas inimigas usadas - e de defesa passiva, com ações que absorvem o impacto das armas inimigas (BRODIE, 1959). O sistema de defesa antimísseis se encaixa na ideia de defesa ativa preconizada por Brodie, promovendo a redução dos mísseis inimigos aterrissando em solo israelense.

O autor norte-americano também afirmou que *“the real value of one’s active defense lies, as we have suggested, in what if anything they contribute to deterring an attack”* (BRODIE, 1959, p.181). O sistema de defesa antimísseis israelense, baseado em multicamadas e sua capacidade de interceptar desde foguetes *Qssams* e *BM-21* à mísseis balísticos, encaixa-se perfeitamente como um verdadeiro sistema de defesa ativa defendido pelo autor.

Como Bunn (2004) afirma, utilizando os Estados Unidos da América como exemplo, defesas antimísseis ajudam na estratégia de dissuasão aplicada por atores estatais.

“U.S. missile defenses may help to dissuade nations that don't yet have ballistic missiles from acquiring them. But what about nations that already have some missiles, such as North Korea and Iran? U.S. deployments may dissuade them from building more, from throwing good money after bad” (BUNN, 2004, p. 2).

Assim, podemos perceber que a ação do sistema de defesa antimísseis dentro do pensamento estratégico israelense é mostrar que ao ser atacado por foguetes, mesmo sendo estes interceptados pelo sistema antimísseis é que os custos para tal ação é grande, já que, se o foguete for direcionado para centros urbanos, será interceptado.

Além disto, sua opinião pública é que suas forças armadas estão procurando defender seu território de todas as maneiras possíveis, tendo em vista as operações militares realizadas no passado recente - A segunda guerra do Líbano (2006) e a Chumbo Fundido (2008). Desse modo, a opção de entrar em território inimigo poderia

O sistema de defesa antimísseis israelense, uma transformação na política estratégica israelense?

se transformar em um pesadelo devido ao número de baixas. Entretanto, esta escolha não é descartada.

Assim, podemos destacar a questão sobre a eficácia do sistema de defesa. De acordo com Armstrong (2018), o sistema de defesa antimísseis não colaborou isoladamente com o número decrescente de fatalidades em território israelense. O *Iron Dome*, auxiliado por um sistema de defesa civil eficiente, que alerta e protege seus cidadãos o número de fatalidades tem diminuído a cada iniciativa oriunda do *Hamas* ou outras organizações terroristas. Com taxas de interceptação entre 89,6% e 91,99%, o *Iron Dome* foi capaz de destruir no ar os foguetes e as ogivas, evitando que estes caíam em áreas povoadas e atinjam pessoas e as propriedades. Isso pode ser comprovado a partir da queda do número de reclamações de seguros provenientes de danos ao patrimônio, de 26.653 reclamações em 2012 para 3.450 em 2014 (ARMSTRONG, 2018).

Como podemos observar, com a implantação deste sistema antimísseis, Israel irá articular uma forte postura defensiva contra o lançamento de foguetes de seus inimigos - atores estatais ou não - com um perfil ofensivo propiciado por características resultantes da falta de uma profundidade estratégica natural e com longas fronteiras vulneráveis. Há a escolha de que os conflitos devam ser travados em território inimigo prioritariamente a partir da relação intrínseca entre seu corpo blindado e a força área ou somente a última.

Por fim, à luz da teoria de guerra clausewitziana, podemos considerar que em vez de consolidar uma postura defensiva que possa fazer com que Israel perca sua iniciativa, o sistema antimísseis contribui para aumentar os custos de seus inimigos para romper o status quo de modo que suas capacidades dissuasórias - tradicionalmente na perspectiva de ataque - deverão serem mantidas.

Referências:

ARMSTRONG, Michael. **The Effectiveness of Rocket Attacks and Defenses in Israel**. *Journal of Global Security Studies*, Vol. 3, nº 2, p. 113-132, 2018.

BRODIE, Bernard. **Strategy in the Missile Age**. New Jersey: Rand Corporation, 1959.

BUNN, M. Elaine. **Force Posture and Dissuasion**. *Strategic Insights*, Vol III, nº 10, 2004. Disponível em: <http://www.comw.org/qdr/fulltext/0410bunn.pdf> . Acesso em: 24 de maio de 2021.

DUARTE, Érico Esteves. **A conduta da guerra na era digital.** In: FILHO, Edilson Benetido da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Defesa Nacional para o século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar. Cap 7, p. 201-246, 2012. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

LIBEL, Tamir. **Explaining the security paradigm shift: strategic culture, epistemic communities, and Israel's changing national security policy.** Defense Studies, Vol. 16, nº 2, p. 137-156, 2016.

KATZ, Yakoov; BOHBOT, Amir. **The Weapon Wizards: How Israel Became a High- Tech Military Superpower.** New York: St. Martins Press, 2017.

RID, Thomas; HECKER, Mark. **War 2.0.** Westport: Praeger, 2009.

A LOGÍSTICA MILITAR EM TEMPOS DE CRISE: COVID-19*

Jonathas da Costa Jardim¹

A evolução dos cenários nacional e internacional exige ao planejador logístico uma continuada avaliação das demandas e das capacidades necessárias para que suas atividades sejam cumpridas. No que tange à Força Terrestre, é necessário que a logística seja capaz de ajustar-se ao dinamismo das ações, além da diversidade de situações de emprego, com suas particularidades e especificidades, o que se denomina logística na medida certa: De acordo com o manual de campanha do Exército Brasileiro, a ‘logística na medida certa’ consiste em configurar o apoio logístico, de acordo com cada situação. Assim, a amplitude do Espaço de Batalha, bem como a necessidade de apoio às forças localizadas em outros espaços (BRASIL, 2018).

A logística integra o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados para proporcionar apoio e serviços, tomando por base a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades afins, correlatas ou de mesma natureza, as chamadas funções logísticas, que se dividem em: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, recursos humanos, saúde e salvamento (BRASIL, 2016).

Em tempos de crise, os processos de planejamento e de execução das atividades voltadas à gestão da cadeia logística, requerem rápidas e pontuais adaptações, a fim de proporcionar a continuidade ao acesso, por parte do usuário, de produtos e serviços, impactando em todo o ciclo logístico. Dessa maneira, militares de diversas organizações militares dos Comandos Militares da Amazônia, do Norte e Oeste foram empregados para conter as queimadas na floresta Amazônica e no Pantanal, nas operações Verde Brasil I e II e Pantanal (BRASIL, 2020a), as quais exigiram um forte esforço nas funções logísticas recursos humanos, suprimento, manutenção e transporte, entre os anos de 2019 e 2020.

Ainda em 2020, as ações do Comando Militar do Leste, que somou esforços com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e demais órgãos dos governos dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais foram fundamentais para mitigar os danos causados pelas fortes chuvas que atingiram àquelas regiões (BRASIL, 2020b), proporcionando alento às famílias afetadas e na conscientização dos moradores para desocuparem as

* Artigo originalmente publicado em 09 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

residências em áreas de risco, demonstrando a importância da aquisição de capacidades relativas às funções logísticas salvamento e engenharia, particularmente no tocante a controle de danos, conservação e gestão ambiental.

No atual cenário pandêmico, marcado pela disseminação do vírus da covid-19, o mundo vive uma crise globalizada, cujos muitos serviços foram paralisados e diferentes setores precisaram suspender ou reduzir drasticamente suas atividades. Entretanto, algumas áreas tiveram que aumentar suas demandas para evitar um colapso geral e ajudar a manter os serviços essenciais. Nesse ínterim, a logística foi eixo fundamental.

O emprego de novos equipamentos de proteção individual (EPI), passando pelas modificações nas cadeias de produção o aparecimento de novas demandas, até a adoção de esquemas de trabalho *home office* e/ou híbrido (BRIDI, 2020) foram desafios superados, para que as "operações" não fossem descontinuadas.

A crise do Sars-Cov-2 tornou a função logística saúde o carro chefe no enfrentamento a crise, pois ocorreu um aumento considerável da sua demanda, seja por profissionais ou de instalações e meios de saúde. A necessidade de complementar o plano operacional dos entes que, rotineiramente, executariam tais atividades foi crescente, acentuando a importância da dessa função logística, com a adoção de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação e atendimento, por pessoal militar, das medidas estabelecidas pelo então Ministro da Defesa, o General-de-Exército Fernando Azevedo e Silva, emitidas meio da Portaria Nr 1.232/GM-MD, de 18 de março de 2020, em que foi regulado o emprego das Forças Armadas para apoio às medidas deliberadas pelo Governo Federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia covid-19 (BRASIL, 2020c).

Ainda, ressalta-se a expertise do pessoal especializado do 1º Batalhão de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (1º Btl DQBRN), que contribuiu para a disseminação do conhecimento relativo à descontaminação de instalações públicas e de Organizações Militares, o que permitiu que outras contribuíssem para realizar tal tarefa em todo o País, resultando em uma ampliação dessa capacidade.

A função logística suprimento também teve sua vez, ao passo que, além de pessoal, material militar de diversas classes foram provisionadas em diversas cidades brasileiras, a fim de atenuar a crise. Hospitais de Campanha, montados nas cidades do Rio de Janeiro, Manaus, Boa Vista e Porto Alegre, proporcionaram agilidade ao atendimento e a ampliação no número de leitos disponíveis, desafogando hospitais exauridos pela repentina demanda.

Com relação a função logística manutenção, a parceria do Ministério da Defesa (MD) com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e empresas proporcionou a realização de atividades de manutenção preventiva e preditiva em mais de 200 respiradores (DEFESANET, 2020). A ação logística ofereceu um incremento na disponibilidade de meios, pois fez com que o material retornasse a sua melhor condição para emprego. A ação foi promovida pelo MD por meio da Secretaria de Produtos de Defesa e da chefia de logística, sendo gerenciada pelo Centro de Coordenação de Logística e Mobilização.

Além disso, organizações militares logísticas passaram a agregar novas capacidades operativas, para mitigar iminente necessidade, em tempo exíguo e em locais diversos. O Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar do Exército, localizado na cidade de Santa Maria-RS, produziu milhares de equipamentos de proteção individual (BRASIL, 2020d), entre eles máscaras de tecido, toucas e aventais descartáveis. O Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar do Exército, localizado na cidade de Curitiba-PR, adaptou sua linha de produção de coletes balísticos para a produção de máscaras de proteção descartáveis (BRASIL, 2020e), por conta da inicial dificuldade da indústria nacional em adaptar-se as novas demandas de produção.

Ademais, no contexto da covid-19, a logística militar, mais uma vez, reinventou-se, fazendo com que a imunização fosse uma realidade em todos os rincões do país, na maior brevidade possível, seja nos grandes centros, como nos postos de vacinação montados junto ao Palácio Duque de Caxias, na região central da cidade do Rio de Janeiro-RJ (BRASIL, 2020f), ou nas comunidades indígenas *Ywyrareta*, *Mukuru* e *Aruwaity*, nos municípios de Laranjal do Jarí e Pedra Branca do Amapari, no interior do Amapá (BRASIL, 2021).

Com relação ao apoio a vacinação contra a covid-19, a função logística transporte ganhou grande importância. A necessidade da intermodalidade se mostrou como fator crucial para agilizar e diminuir os custos de distribuição, mesmo considerando o modal aéreo como a chave para o sucesso dessa missão, de abrangência mundial. A *expertise* brasileira em distribuir 19 tipos de vacinas diferentes pelo SUS anualmente (QUINTELLA; SUCENA, 2020), em todo o país foi muito importante e contou com o incremento do transporte em helicópteros, entre outros, do 3º Batalhão de Aviação do Exército. Nessa conjuntura, a agilidade proporcionada pelo vetor aéreo foi relevante para o planejamento da distribuição do imunizante contra a covid-19.

Em entrevista à revista *Time*, o General americano *Gustave Perna* (HENNIGAN, 2020), diretor de operações do projeto operação *Warp Speed* do Departamento de Defesa norte-americano, comparou o dia de entrega da vacina à invasão dos aliados da Normandia durante a Segunda Guerra Mundial, evento comumente conhecido como “Dia D”. É interessante lembrar, que o Brasil, assim como países como os Estados Unidos da América e a Itália utilizaram bases militares para a distribuição das vacinas (SVAN, 2021), tendo em vista a capilaridade única das Forças Armadas, o que trouxe novas demandas para a logística militar terrestre.

Em um país de extensões continentais como o Brasil, os desafios logísticos são relevantes. A manutenção da cadeia de suprimento, a inviolabilidade dos lotes e manutenção das condições exigidas pelo fabricante, com relação à temperatura e aos locais de armazenamento devem ser minimizados com o estudo pormenorizado dos padrões de qualidade do produto e os métodos para manter a confiabilidade exigida, permitindo, assim, que esteja em hora, local e condições próprias para o “consumidor final”, cumprindo a missão logística estabelecida. Tudo isso, levando em consideração a racionalidade dos recursos, prontidão operacional e atendendo às demandas de “*compliance*” e “*accountability*”.

Assim, cada demanda gera uma série de novas necessidades. Por exemplo: as condições de armazenagem exigem baixas temperaturas. Logo, faz-se necessário, entre outras coisas, a contratação de caminhões frigoríficos, equipes de manutenção de prontidão para resolver demandas e evitar perdas, frascos especiais de transporte, geradores e gelo seco (UNICEF, 2021).

Concluindo, observa-se que a solução de crises passa por uma gestão logística inteligente. Nesse contexto, *Nathaniel Green*, General logístico do Exército norte-americano na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, afirmou que a logística é aquela coisa que se você não tiver o suficiente, sua guerra não será vencida tão breve quanto poderia (NAVSUP, 1926).

Por fim, em tempos de crise, observa-se que o emprego da “logística na medida certa” é um instrumento valioso para a Força Terrestre, pois é facilitadora na resolução de problemas complexos, que exigem eficiência e eficácia para seu desfecho, em meio a um turbilhão de novas demandas. Assim, o profissional militar especialista em logística deve dominar o uso das funções logísticas, para que tais ferramentas possam auxiliá-lo no emprego das capacidades necessárias para assegurar a amplitude do alcance

operativo exigido em cada situação, em particular para auxiliar o país em meio à crise pandêmica que assola todo o mundo.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.238 - Logística Militar Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações Verde Brasil**. Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/operacao-verde-brasil>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Enchentes no Sudeste**. Brasil, 2020b. Disponível em: <http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias/1989-enchentes-no-sudeste.html>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Nr 1.232/GM-MD, de 18 de março de 2020: regula o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional para apoio às medidas deliberadas pelo Governo Federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia COVID-19**. Brasil, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.232/gm-md-de-18-de-marco-de-2020-248808643>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Militares produzem máscaras de tecido e de TNT para prevenção contra o coronavírus**. Brasil, 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/04/militares-confeccionam-mascaras-de-tecido-e-de-tnt-para-prevencao-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Fabricação de máscaras de proteção**. Brasil, 2020e. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-doexercito//asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/11319215. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Comando Militar do Leste. Posto de Vacinação contra a Covid-19 próximo à Central do Brasil**. Brasil, 2020f. Disponível em: <http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias/2544-comando-conjunto-leste-inaugura-novo-posto-de-vacina%C3%A7%C3%A3o-contra-a-covid-19-na-regi%C3%A3o-da-central-do-brasil.html>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exército garante vacinação de comunidades indígenas no Amapá**. Brasil, 2021. Disponível em: https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?ppid=101&pplifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&101assetEntryId=12816131&101type=content&101groupId=8357041&101urlTitle=2-bavex-emapoio-a-vacinacao-das-comunidades-indigenas-contra-a-covid-19&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fppid%3D3%26pplifecycle%3D0%26ppstate%3Dmaximized%26p_p_mod

e%3Dview%26_3_cur%3D1%26_3_keywords%3Ddia%2Bda%2Bintantaria%263advisedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%263assetTagNaes%3D1.%2Bapronto%2Boperacional%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%263strutsaction%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRIDI, Maria Aparecida. **A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil.** Estudos Avançados, Vol.34, nº 100, p.141-166, 2020.

DEFESANET. **Pandemic War: operação envolvendo Ministério da Defesa, CNI e montadoras recupera 201 respiradores.** Defesenet, 2020. Disponível em: <https://www.defesenet.com.br/pw/noticia/36500/Operacao-envolvendo-Ministerio-da-Defesa--CNIe-montadoras-recupera-201-respiradores/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

HENNIGAN, W.J. **First Batches Of COVID-19 Vaccine Are Arriving in All 50 States. Meet The Army General Behind Distribution.** Revista Time, 2020. Disponível em: <https://time.com/5919956/covid-19-vaccine-distribution-d-day/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

NAVAL SUPPLY SYSTEMS COMMAND (NAVSUP). **Logistics Quotations.** Newport: Naval War College, 1926.

QUINTELLA, Marcus; SUCENA, Marcelo. **Logística para a futura vacina Anti-Covid-19: necessidade de planejamento imediato.** FGV Transportes, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32002/LOG%c3%8dSTICA%20VACINA%20ANTI-COVID-19%20v.3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

SVAN, Jennifer H. **Vaccine eligibility open at US bases in Europe, but appointments scarce for some.** Stars and Stripes, 2021. Disponível em: <https://www.stripes.com/theaters/europe/vaccine-eligibility-open-at-us-bases-in-europe-but-appointments-scarce-for-some-1.670265>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **COVID-19 vaccination: supply and logistics guidance: Interim Guidance - 2021.** Gênova: UNICEF, 2021.

GUERRA HÍBRIDA: QUAL A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO?*

Jairo Luiz Fremdling Farias Júnior¹

1. Introdução

O mundo polarizado do período da Guerra Fria, fortemente influenciado, particularmente no ocidente, pela Teoria dos Jogos, desenvolvida com base nos pensamentos do matemático John Nash, evidenciou uma visão de segurança e defesa fortemente construída em torno de ameaças estatais. Entretanto, com o enfraquecimento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), desde o final da década de 1970, a agenda de defesa dos Estados-Nação tem sofrido modificações (WALT, 1991), sendo incorporados novos conceitos norteadores para os *policy makers*.

Assim mesmo, a ascensão de novas correntes acadêmicas, como a Escola de *Copenhagen* e a segurança humana, contribuíram para que questões sociais, ambientais, econômicas e diversas outras passassem a ser incorporadas nos debates sobre a defesa dos países (BUZAN, BARRY; HANSEN, 2009). Juntamente a isso, conflitos intraestatais, com fortes conotações étnicas eclodiram na África e na Europa, trazendo novos questionamentos aos legisladores e decisores de diferentes níveis. Tais conjunturas, contribuíram para que a organização e o emprego das Forças Armadas passassem a ser debatido e, muitas vezes, revisados.

A partir do início do século XXI, eventos como os ataques terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001, bem como as interferências cibernéticas executadas contra a Estônia, no ano de 2007, parecem ter contribuído para consolidar a percepção de que agentes não-estatais ou híbridos, passariam a assumir maior protagonismo na ameaça às estruturas de governo.

Entretanto, com a eclosão da guerra da Crimeia, o termo guerra híbrida começou a ganhar holofotes nas agendas de defesa internacionais, trazendo impactos diretos nas estruturas de diversas Forças Armadas ao redor do globo.

O presente ensaio pretende demonstrar a importância da definição do conceito de guerra híbrida, observando-se modelos adotados por nações e organizações ocidentais, bem como pela Federação Russa. O material possui sua relevância em buscar trazer à

* Artigo originalmente publicado em 20 de setembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

tona debates sobre a formulação dessa importante terminologia na área de segurança e defesa.

2. A Teorização Histórica e a Quarta Geração da Guerra

O conceito de guerra híbrida, para muitos autores, não comporta ineditismo teórico. Dentre esses, pode-se destacar a importante contribuição de *Williamson Murray e Peter R. Mansoor*, contida na obra intitulada “*Hybrid Warfare: Fighting Complex Opponents From The Ancient World To The Present*”.

Publicada originalmente em 2012, essa obra busca apresentar uma visão histórica do conceito de guerra híbrida, por meio dos estudos de casos históricos, como o esforço romano para a destruição de povos bárbaros germânicos, bem como a atuação do exército prussiano, durante a guerra Franco-prussiana, no século XIX. No livro, toda a argumentação dos autores busca confirmar a hipótese de que o conceito de guerra híbrida, entendida como o uso misto de forças convencionais e não convencionais, de forma sincronizada, sempre fez parte das histórias dos conflitos armados. Ainda que pareça muito conectada com uma perspectiva historiográfica, o material pode indicar caminhos relevantes para uma definição conceitual.

Outra importante visão teórica sobre o tema, é atribuída ao americano *William S. Lind*, principalmente por meio de seu artigo “*The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*”, publicado em 1989 (LIND, 2004). Nessa publicação, *Lind* propõe a classificação dos conflitos bélicos em quatro gerações, de acordo com sua conjuntura temporal e espacial.

Ainda que esse autor não trate diretamente do termo guerra híbrida, sua leitura das gerações dos conflitos e a projeção de uma guerra de quarta geração, evidenciam a expectativa por uma maior preponderância de atores não estatais nas agressões às estruturas de governo e ao povo, como as evidências recentes parecem confirmar. Importante destacar, ainda, que a ótica proposta por *Lind*, para os conflitos de quarta geração, apresentam a possibilidade do uso de ações de terror, bem como atuações em campos não tradicionalmente militares, como o econômico e o social. Ambas as concepções teóricas parecem prover lentes para formulação de agendas de defesa de diferentes Estados, particularmente no ocidente mundial, conforme é observado em seguimento.

3. A Visão Ocidental

Conforme Lawson (2021) apresenta, a definição conceitual de guerra híbrida não é consensual para os *policy makers*, no âmbito do hemisfério ocidental. Ademais, as ameaças crescentes promovidas pela política externa de Estados fora do eixo alinhado com os Estados Unidos da América, como a Federação Russa e a China, exercem importantes papéis na construção desses termos.

Nesse contexto, por exemplo, observa-se que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apresenta, ainda segundo Lawson (2021), a seguinte perspectiva:

Ameaças híbridas combinam **meios militares e não militares**, bem como **meios secretos e abertos**, incluindo **desinformação, ataques cibernéticos, pressão econômica, implantação de grupos armados irregulares e uso de forças regulares**. Métodos híbridos são usados para confundir os limites entre guerra e paz e tentar semear dúvidas nas mentes das populações-alvo (grifo do autor).

Além da OTAN, o *European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats*, sediado na Finlândia, define que o termo ameaça híbrida se refere a uma ação conduzida por atores estatais ou não estatais, cujo objetivo é minar ou prejudicar um alvo combinando meios militares e não militares abertos e encobertos.

Outro conceito correlato é provido pelo *Training Circular 7-100* (TC 7-100), publicado pelo *U.S. Army Training and Doctrine Command* (TRADOC), do Exército dos Estados Unidos da América (US ARMY, 2010), que afirmam que uma ameaça híbrida é a combinação diversa e dinâmica de forças regulares, forças irregulares e/ ou elementos criminosos, todos unificados para alcançar efeitos mutuamente benéficos.

Ainda lançando vistas para os Estados Unidos, nota-se que a administração de *Biden*, em nível federal, parece não evidenciar grandes preocupações com o uso do termo guerra híbrida, especialmente quando se observa sua proposta de Estratégia Nacional de Defesa, preferindo o uso da expressão *Grey Zone*² (LAWSON, 2021). Entretanto, a mesma observação não pode ser estendida para a percepção das Forças Armadas estadunidenses.

Acusando a Rússia de empregar a mescla de forças não tradicionais para desestabilizar regiões de interesse norte-americanas, particularmente na Ucrânia e na Líbia, no ano de 2018, por meio de uma publicação do Exército, intitulada *The U.S.*

² Esse termo, com tradução livre de “zona cinza”, segundo Lawson (2021), também pode se confundir com a expressão “Guerra Híbrida”.

Army in Multi-Domain Operations 2028, os Estados Unidos da América apresentaram uma nova concepção de emprego de seu vetor militar. Essa nova filosofia se preocupa em fornecer ferramentas para que comandantes em diferentes níveis possam planejar o emprego de forças em diferentes domínios, sendo capazes de obter vantagens físicas e psicológicas, bem como influenciar e controlar o ambiente operacional.

Ainda que o ocidente pareça insistir em acusar as forças de *Vladimir Putin* de conduzirem a guerra híbrida, o antigo Secretário-Geral da OTAN *Jens Stoltenberg*, em discurso proferido no ano de 2015, evidenciou que o uso de elementos de dimensões amplas, não somente militares, se faz presente em campanhas da instituição, ainda que com finalidades diferentes: hibridismo é o reflexo sombrio de nossa abordagem abrangente. Nós usamos uma combinação de meios militares e não militares para estabilizar os países. Outros usam essa mesma combinação para desestabilizá-los.

Em síntese, todas as ideias acima apresentadas, atinentes a visão ocidental, parecem corroborar com os conceitos apresentados por *Lind* e *Mansoor*, principalmente no tocante ao emprego de vetores regulares e irregulares. Ademais, conforme pode-se notar nos Estados Unidos da América, a definição adotada para o conceito de guerra híbrida serve como parâmetro para o desenvolvimento de uma filosofia de emprego do Exército estadunidense, consubstanciada com a criação do *Multi-Domain Operations*.

4. A Visão Russa

Em 2013, em artigo intitulado *The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations*, traduzido para o inglês por *Robert Coalson*, veiculado no periódico *Military-Industrial Kurier*, em fevereiro de 2013, o Chefe do Comando-Geral das Forças Armadas da Rússia, *Valery Gerasimov*, afirmou, ao observar o fenômeno da Primavera Árabe, que as próprias regras da guerra mudaram. O papel de meios não militares de alcançar políticas e objetivos estratégicos cresceram e, em muitos casos, excederam o poder da força das armas em sua eficácia (GERASIMOV, 2016).

O mesmo general russo, no ano de 2014, durante a conferência de Moscou sobre segurança internacional, apresentou o conceito de abordagem adaptativa. Nessa oportunidade, o general teorizou que o emprego de forças não-militares poderia permitir a desestabilização de um Estado, contribuindo para um posterior emprego de elementos militares convencionais, instruídos a restabelecer a ordem local. Em sua argumentação, *Gerasimov* constantemente embasa sua construção teórica observando as chamadas

Guerra híbrida: qual a importância do conceito?

Revoluções Coloridas e a Primavera Árabe, exemplos de guerras híbridas conduzidas, segundo ele, pelos Estados Unidos da América. Interessante ressaltar, ainda, que essa visão parece debruçar-se sobre a argumentação de que os Estados Unidos estariam empregando tais estratégias desestabilizadoras como forma de reafirmar um cordão sanitário ao redor do vasto território liderado por *Vladimir Putin* (GERASIMOV, 2016).

As palavras de *Gerasimov*, alinhadas com a crescente ameaça russa ao ocidente, particularmente alinhada com a anexação da Crimeia e as disputas territoriais existentes nas proximidades da região de *Donetsk*, na Ucrânia, parecem ter trazido certo receio aos vizinhos europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). As ideias apresentadas pelo general russo passaram a ser rotuladas como Doutrina *Gerasimov* e personificaram, pela visão ocidental, a forma de atuação da Federação Russa, em sua política internacional.

Ainda que grande atenção tenha sido dada para a questão ucraniana, desde 2014, a percepção do uso do hibridismo russo também foi fortemente vinculada às possíveis interferências nas eleições presidenciais estadunidenses, no ano de 2016 (LAWSON, 2021), trazendo o campo informacional ao amplo cabedal de possibilidades de atuação de agentes não-estatais, supostamente financiados por governos legalmente constituídos.

Assim, pode-se inferir que a visão russa se constrói com base nas ideias da abordagem adaptativa, concebidas pelo general *Gerasimov*.

Semelhantemente com a visão ocidental, ela também se baseia no emprego sincronizado de meios militares e não militares. Relevante ressaltar, ainda, que assim como a visão ocidental constrói seu conceito baseado em uma resposta à Rússia, a nação liderada por Putin baseia sua teoria como forma de contraponto à estratégia estadunidense.

5. Conclusão

Desde o enfraquecimento da ex-URSS, já na década de 1970, a agenda de defesa dos Estados passou a incorporar temas que, não necessariamente, estavam conectados com a perspectiva tradicional de segurança e defesa típicas da Guerra Fria. Entretanto, a partir da virada do século, diversos eventos conduzidos por elementos não-estatais, supostamente apoiados por atores estatais, aprofundaram os debates ainda mais esses debates e corroboraram para a formulação de conceitos de guerra híbrida.

Os conceitos de guerra híbrida, ainda que não se possam considerar academicamente consolidados, possuem fatores importantes de conexão, mesmo entre atores concorrentes. Essas interseções são particularmente visíveis quando se observa a concepção de emprego de forças regulares e irregulares, de forma sincronizada, para atingir um objetivo estratégico maior.

Retomando o objetivo do ensaio de demonstrar a importância da definição do conceito de guerra híbrida, percebe-se que a delimitação conceitual do termo permite que seja formulada filosofia de emprego de forças. Essa argumentação se reflete nas ideias de abordagem adaptativa e de *Multi-Domain Operations*, desenvolvidas por atores concorrentes, evidenciando a importância do debate sobre esse conceito.

Ainda mais, é importante entender que a teorização sobre a guerra híbrida permite a incorporação de uma ampla gama de ameaças nas agendas de defesa. Conforme Lawson (2021) observou, essa abrangente apropriação pode converter-se em uma armadilha, já que tudo pode ser objeto de defesa, dificultando a formulação de estratégias eficazes.

Ao debruçar-se sobre os atuais Documentos de Defesa do Brasil, nota-se que algumas ameaças híbridas são abordadas, em especial a cibernética. Entretanto, não é observada qualquer alusão que busque definir o conceito de guerra híbrida. Essa nota se faz relevante, uma vez que denota um óbice conceitual importante, no âmbito das Forças Armadas do Brasil.

Finalmente, ainda que debates conceituais muitas vezes possam ser considerados pesados e desinteressantes, eles podem definir caminhos importantes para os *policy makers*. No campo da defesa isso não é diferente. As formulações teóricas da Federação Russa e do Exército dos Estados Unidos da América se projetaram no desenvolvimento de filosofias de emprego de forças. Nesse ínterim, é fundamental que mais debates sobre esse conceito sejam estimulados nas estruturas de defesa do país, como forma de auxiliar o planejamento estratégico das Forças Armadas brasileiras.

Referências:

BUZAN, BARRY; HANSEN, Lene. **The evolution of International Security Studies**. New York: Cambridge University Press, 2009.

GERASIMOV, Valery. **The Value of Science Is in the Foresight - Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations**. Military review, p. 23-29, 2016.

Guerra híbrida: qual a importância do conceito?

LAWSON, Ewan. **We Need to Talk About Hybrid.** The RUSI Journal, Vol. 166, n° 3, p. 58-66, 2021.

LIND, William S. **Understanding Fourth Generation War.** Military Review, p. 12-16, 2004.

US ARMY. **Hybrid Threat TC 7-10.** Washington: Department of the Army, 2010.

WALT, Stephen M. **Mershon Series: Research Programs and Debates; The Renaissance of Security Studies.** International Studies Quarterly, Vol. 35, n° 2, p. 211-239, 1991.

OPERAÇÃO SAMAÚMA: GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM PROL DA AMAZÔNIA LEGAL (GLO AMBIENTAL)*

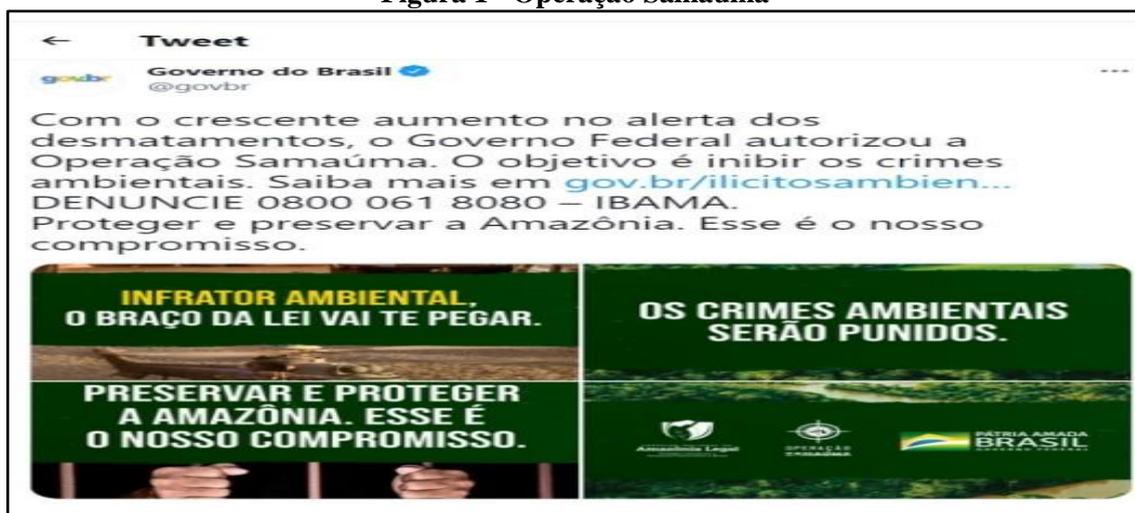
Rodrigo de Almeida Paim¹

Nos dias atuais, a preservação do meio ambiente ganha importância nos cenários nacional e internacional. Nesse contexto, o Brasil tem adotado medidas que envolvem o emprego das Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) para atuarem na Amazônia Legal, a exemplo das Operações Verde Brasil 1 e 2, iniciadas em 2019 e 2020, respectivamente.

No final de junho de 2021, a Operação de Garantia da Lei e da Ordem, chamada neste artigo por GLO Ambiental, é adotada. Agora, com o nome de Operação Samaúma¹ que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos, conforme o Decreto nº 10.730, de 28 de junho de 2021.

A referida operação tem a gestão coordenada pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) que atua sob o lema: “Proteger e preservar a Amazônia é desenvolver o Brasil” e é presidido pelo Vice-Presidente da República, General de Exército Hamilton Mourão.

Figura 1 - Operação Samaúma



Fonte: MOURÃO, 2021.

* Artigo originalmente publicado em 04 de outubro de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Doutor em Ciências Militares.

Op Samaúma: Garantia da Lei e da Ordem em prol da Amazônia Legal (GLO ambiental)

A Operação Samaúma teve o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, no período de 28 junho a 31 de agosto de 2021, inicialmente, nos seguintes municípios (ver tabela 1):

Tabela 1 - Locais abrangidos pela Operação Samaúma

Tabela 1 – Área de abrangência da Operação Samaúma			
AMAZONAS	PARÁ	RORAIMA	MATO GROSSO
Apuí	Altamira	Candeias do Jamari	Apiacás
Boca do Acre	Itaituba	Cujubim	Aripuanã
Canutama	Jacareacanga	Itapuã do Oeste	Colniza
Humaitá	Novo Progresso	Machadinho D'Oeste	Cotriguaçu
Lábrea	São Félix do Xingu	Porto Velho	Marcelândia
Manicoré	Trairão	-	Nova Bandeirantes
Novo Aripuanã	-	-	Peixoto de Azevedo
-	-	-	Paranaíta

Fonte: BRASIL, 2021.

Nesse contexto, observa-se que a área de atuação da Operação Samaúma foi mais seletiva do que as versões das Operações de GLO Ambiental anteriores. Tal aspecto positivo garante que os meios a serem empregados sejam mais eficientes em prol da preservação do meio ambiente. Diante disso, observa-se que a definição dos municípios acima é resultado da análise de relatórios que apontam para a maior incidência de crimes ambientais nos estados elencados no Decreto nº 10.730. Como exemplo pode-se visualizar, na figura abaixo, a área da operação no estado do Pará.

Figura 2 - Operação Samaúma no Pará



Fonte: O AUTOR, com base em Brasil, 2021.

Na figura 2 é possível visualizar o aprimoramento da Operação Samaúma no Pará, com destaque para as tribos indígenas *Apyterewa* e *Trincheira/Bacajá* localizadas no

município de São Félix do Xingu, uma vez que o Estado possui 144 municípios, mas a decisão foi atuar em apenas seis, visando concentrar os meios em áreas mais críticas.

No mesmo sentido, cabe ressaltar que o emprego das Forças Armadas na Operação Samaúma tem como objetivo realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, em especial o desmatamento ilegal, conforme o Art. 2º do Decreto nº 10.730; nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e nas demais áreas de propriedade ou sob posse da União; além de outras áreas dos estados, caso haja a aprovação pelo Presidente da República de requerimento formulado pelo Governador do respectivo estado, observado o disposto no § 3º do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Ainda, outra particularidade positiva da Operação Samaúma que ganha luz é o fato das Forças Armadas atuarem em coordenação com o CNAL, uma vez que elas irão trabalhar de forma mais articulada com as instituições de proteção ambiental e com os órgãos de segurança pública, como o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Polícia Federal (PF) e a Força Nacional.

Ainda, ressalta-se que na 6ª Reunião do CNAL, realizada em Brasília, no dia 24 de agosto de 2021, o presidente do Conselho anunciou a prorrogação das ações de GLO da Operação Samaúma por mais 45 dias, a contar de 31 de agosto, quando finalizaria os trabalhos. Apresentou, ainda, os resultados das ações interagências no combate aos ilícitos ambientais, prioritariamente, o desmatamento, que atingiu os índices de redução de 5 %, no período de 1º de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021, de acordo com dados do PRODES, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto aos resultados parciais da Operação Samaúma, o presidente do CNAL tem divulgado a realização de mais de 520 reconhecimentos e patrulhas, 5.466 hectares embargados, 250 inspeções e revistas navais e terrestres e em torno de 100 ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais. Ainda, a apreensão de madeira, de máquinas de serraria e tratores, resultando na aplicação de quase 60 milhões de reais (MOURÃO, 2021).

Sendo assim, visando contribuir com a análise das operações de GLO Ambiental adotadas em prol da preservação do meio ambiente, diversas peculiaridades das 02 (duas) operações já adotadas e da atual, em curso, foram consolidadas na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Operações de GLO Ambiental

Tabela 2 – Operações de GLO Ambiental			
<i>Características/ Balanco</i>	Verde Brasil 1	Verde Brasil 2	Samaúma
<i>Ano</i>	2019	2020/2021	2021
<i>Duração inicial</i>	02 meses	01 mês	02 meses
<i>Prorrogação</i>	-	11 meses	45 dias
<i>Ambiente</i>	Interagências	Interagências	Interagências
<i>Escopo</i>	GLO Ambiental	GLO Ambiental	GLO Ambiental
<i>Ações</i>	Preventivas e repressivas	Preventivas e repressivas	Preventivas e repressivas
<i>Foco</i>	- delitos ambientais - focos de incêndio	- delitos ambientais - desmatamento ilegal - focos de incêndio	- delitos ambientais - desmatamento ilegal
<i>Área de atuação</i>	Amazônia Legal: - áreas de fronteira - terras indígenas - unidades federais de conservação ambiental - outras áreas	Amazônia Legal: - faixa de fronteira - terras indígenas - unidades federais de conservação ambiental - outras áreas federais	26 municípios de 04 estados da Amazônia Legal: - terras indígenas - unidades federais de conservação ambiental - áreas de propriedade ou sob posse da União - outras áreas dos Estados abrangidos
<i>Ações desenvolvidas</i>	Apoio logístico (transporte); Patrulhamento (aéreo, fluvial e terrestre); Apreensões de material; Comando e controle; Patrulha Naval; Capacitação de militares; Combate ao fogo (terrestre e aéreo) Combate a extração ilegal de madeira Combate ao garimpo ilegal	105.135 inspeções e patrulhas 843 veículos, motores de garimpo, balsas, tratores, escavadeiras, máquinas agrícolas e outros equipamentos destruídos ou inutilizados	Reconhecimentos e patrulhas Apreensões de material Embargos de terra Inspeções e revistas navais e terrestres
<i>Apreensões</i>	23.491,01 m ³ de madeira 20 dragas 1 aeronave 26.088 litros de combustível 112 veículos 178 embarcações	506 mil m ³ cúbicos de madeira ilegal 2.131 embarcações 990 veículos e tratores 751 kg de drogas	6 mil m ³ cúbicos de madeira 50 máquinas de serraria 13 tratores
<i>Prisões (pessoas)</i>	127	335	Operação em curso
<i>Focos de incêndio combatidos</i>	1.407 combatidos com meios terrestres 428 combatidos com meios aéreos	16.435	Operação em curso
<i>Multas aplicadas</i>	R\$ 141.935.650,73	R\$ 3,352 bilhões	R\$ 57 milhões
<i>Recursos aplicados</i>	-	-	Operação em curso
Observação: Dados da Operação Samaúma são parciais, pois as ações não foram finalizadas ainda.			

Fonte: O AUTOR, com base em BRASIL, 2019.

Quanto a evolução das operações de GLO Ambiental, percebe-se que as ações preventivas e repressivas desenvolvidas são semelhantes, mas sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos. Na operação corrente, são mais pontuais como resultado de trabalhos de inteligência e com maior eficiência inclusive, por conseguinte, gerando economia de meios dos atores envolvidos e recursos públicos.

No escopo da Operação Samaúma foi realizado megaoperação na Floresta Nacional de Jamari, Rondônia, para coibir criminosos que exploravam cerca de 100 mil m³ de madeira nobre por ano, o que mostra os resultados positivos no combate aos ilícitos ambientais. Igualmente, em ambiente interagências, como o IBAMA, PF, Força Nacional e Exército, 2 (dois) postos de combustível ilegais foram interditados na Terra Indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, Pará, conforme o Presidente do CNAL.

A operação tem adotado como modus operandi a estrangulação da logística dos que cometem crimes ambientais, asfixiando os ilícitos contra o meio ambiente e fundiários. Desta forma, a GLO combate crimes ambientais, desmatamentos, queimadas e incentiva o manejo sustentável em municípios do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Ao findar dos 45 dias de prorrogação da presente GLO Ambiental, será possível quantificar em melhores condições seus resultados, em particular, nas áreas abrangidas pelo Decreto nº 10.730, como as terras indígenas, as unidades federais de conservação ambiental, as áreas de propriedade ou sob posse da União e, as outras áreas dos Estados abrangidos pela operação por requerimento do respectivo Governador; os quais em muito irão contribuir para as análises a serem realizadas por pesquisadores, acadêmicos e estudantes dos assuntos de Segurança e Defesa, dentre outras áreas afins.

Cabendo ressaltar ainda que, segundo a 6ª Reunião do CNAL, o Plano Amazônia 2021/2022, no nível operacional, se apresenta como opção viável para substituir as GLO Ambientais. Esse último aspecto, permite aferir, em grande medida, ganho para equacionar os problemas da região amazônica de forma mais sólida, pois irá focar em eixos estruturantes que irão proporcionar aos órgãos ambientais melhores condições para o cumprimento de suas atribuições funcionais.

Por fim, na Operação Samaúma, as Forças Armadas ao atuarem de modo coordenado com o CNAL e em articulação com os órgãos e entidades de proteção ambiental e de segurança pública, desenvolvem ações integradas e pontuais que favorecem o alcance dos propósitos definidos no Decreto presidencial em prol da Lei e da Ordem Ambiental da Amazônia Legal.

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 97, de 09 jun. 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.985, de 23 ago. 2019 - Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado.** Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9985.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 10.730, de 28 de junho de 2021 - Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Atos2019-2022/2021/Decreto/D10730.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

MOURÃO, General Hamilton. **Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal.** Twitter, 2021. Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR



O APOIO DE DQBRN DO EXÉRCITO BRASILEIRO AO PARAGUAI*

Alexandre Marcos Carvalho de Vasconcelos¹

O Brasil foi sede de diversos eventos internacionais em seu território, tais como: a Copa das Confederações e do Mundo (2013 e 2014), Jornada Mundial da Juventude (2013) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). Esses eventos, que ocorreram em um curto espaço de tempo e reunindo milhares de pessoas de todas as partes do mundo, possibilitaram o desenvolvimento e o incremento de capacidades, como a preparação e o emprego das frações de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN) do Exército Brasileiro para a prevenção contra possíveis ataques terroristas.

Após os eventos citados, o Exército Brasileiro reafirmou sua capacidade como referência nos assuntos relacionados com a DQBRN. Diversas agências nacionais e organismos internacionais, em especial a Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), buscaram realizar intercâmbios com militares que participaram das atividades de DQBRN ou solicitaram a capacitação de seus integrantes nos cursos existentes no Exército Brasileiro.

Neste cenário, a partir do ano de 2014 e por solicitação do Paraguai, o Exército Brasileiro, por meio da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP), iniciou ações no intuito de intensificar o intercâmbio de especialistas e a capacitação de integrantes de Instituições daquele país relacionadas com a DQBRN. As reuniões neste sentido tiveram início com a Comisión Nacional de Prevención a Respuestas y Emergencias Biológicas (CONAPREB), órgão do Ministério de Defesa do Paraguai, onde foram planejadas as atividades a serem desenvolvidas. Houve ainda o trabalho conjunto com a Autoridade Reguladora Radiológica e Nuclear (ARRN) paraguaia para ações conjuntas de cursos, estágios e intercâmbios com seus quadros.

Como desdobramento, ao longo de 2014 e no 1º semestre do ano de 2015, foram conduzidas as seguintes atividades conjuntas CMBP-CONAPREB: reuniões de coordenação setoriais; Seminário com o tema “*La DQBRN en Apoyo de la Sociedad*”, com palestrantes brasileiros e paraguaios; visita de integrantes do Ministério de Defesa do Paraguai na estrutura de DQBRN do Exército Brasileiro, estágio de DQBRN para

* Artigo originalmente publicado em 19 de fevereiro de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro.

paraguaios na Escola de Instrução Especializada e participação do Exército Brasileiro no Ciclo de Inteligência sobre ameaças QBRN ocorrido no Paraguai.

Figura 1 - Material publicitário do Seminário “La DQBRN en Apoyo de la Sociedad”



Fonte: O AUTOR, 2021.

Cabe destacar, que naquela oportunidade, o Paraguai tinha a confirmação de receber a visita oficial do Papa Francisco, nos dias 10, 11 e 12 julho de 2015. No levantamento das atividades previstas para a visita, foi observado que o evento contaria com um grande número de autoridades e de público (em sua maioria argentinos, brasileiros e paraguaios) e seria realizado em diversas instalações religiosas, governamentais, além de outros ambientes públicos em pontos distintos do país. Era notória a necessidade de organizar uma DQBRN eficaz para garantir o bom andamento da programação.

Na esteira das ações colaborativas no setor, foi solicitado pelo governo paraguaio um apoio em capacidades DQBRN para as atividades envolvendo a visita papal. As tratativas foram conduzidas pelo Ministério da Defesa do Paraguai, Forças Militares do Paraguai, Embaixada Brasileira no Paraguai, Ministério da Defesa do Brasil e Exército Brasileiro.

No dia 7 de julho de 2015, com apoio da Força Aérea Brasileira, foi deslocada para o Paraguai uma fração de 30 (trinta) militares do 1º Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (1º Btl DQBRN), Unidade com larga experiência nos

Grandes Eventos ocorridos no Brasil, com cerca de 5 (cinco) toneladas de equipamentos especializados. Dentre as capacidades deslocadas, destaca-se as de comando e controle, de reconhecimento e vigilância QBRN e descontaminação de agentes contaminantes.

Figura 2 - Apresentação da capacidade de DQBRN brasileira para autoridades paraguaias



Fonte: O AUTOR, 2021.

Durante o período de 8 a 12 de julho de 2015, as atividades e tarefas de DQBRN foram conduzidas em conjunto com integrantes da CONAPREB, do Exército Paraguai, do Regimento Escolta Presidencial, dos Bombeiros Voluntários do Paraguai e com a Cooperação Militar Brasileira no Paraguai. Dentre as atividades realizadas, destacam-se as demonstrações de equipamentos para as autoridades paraguaias, a capacitação em DQBRN para grupos de segurança e defesa locais, os reconhecimentos para o levantamento de ameaças QBRN e a varredura QBRN nos locais das principais atividades, além da prontidão do posto de descontaminação. Assim, foram cobertas as instalações do Aeroporto Internacional de Assunção, do Palácio do Governo do Paraguai, do Estádio *León Condu*, da Catedral Metropolitana de Assunção, e do Campo de *Ñu Guasu* (local da Missa Campal), além no Santuário da Virgem de *Caacupé*. Todos os locais de visita do Papa Francisco.

Figura 3 - Reconhecimento QBRN no Aeroporto Internacional de Assunção



Fonte: O AUTOR, 2021.

Após o retorno da tropa para o Brasil, realizada no dia 13 de julho de 2015, foram observados os seguintes aspectos sobre a preparação, a doutrina de emprego e estrutura de DQBRN do Exército Brasileiro:

a. O Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército (SisDQBRNEx) foi fundamental para integrar as ações, no âmbito do EB, e para viabilizar a preparação para o emprego do 1º Btl DQBRN no Paraguai;

b. o apoio irrestrito dos integrantes da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai; antes, durante e após a atividade; facilitou as ações de contato com as autoridades paraguaias nos assuntos relacionados com as necessidades logísticas, reconhecimentos e desembarços para a chegada e retorno da tropa;

c. as lições aprendidas oriundas do emprego do 1º Btl DQBRN na Jornada Mundial da Juventude (2013) contribuíram para o planejamento da fração que foi empregada no Paraguai;

d. a reestruturação do Batalhão em módulos especializados, ocorrida a partir de 2012, possibilitou as condições adequadas para o seu emprego expedicionário fora do território nacional;

e. os modernos equipamentos adquiridos para as Unidades de DQBRN (detectores, equipamentos de proteção individual, equipamentos de descontaminação e programas de comando e controle) se mostraram adequados para a missão, sendo largamente empregados em apoio aos eventos previstos;

f. a atualização da doutrina de DQBRN do Exército Brasileiro foi utilizada durante os eventos previstos, onde as táticas, técnicas e procedimentos foram testados e verificados de forma positiva; e

O apoio de DQBRN do Exército Brasileiro ao Paraguai

g. destaca-se ainda, a capacitação técnica e tática dos quadros brasileiros empregados, sendo, inclusive, motivo de citações elogiosas por parte de paraguaias e brasileiras.

Assim, verifica-se que a capacidade de DQBRN do Exército Brasileiro, adquirida e aperfeiçoada por ocasião dos grandes eventos, pode ser empregada e projetada fora do território nacional, dentro das condicionantes estabelecidas pelas Constituições dos países envolvidos, representando um significativo instrumento de aproximação nas relações com países do entorno estratégico brasileiro regional e além-mar.

BRASIL E COVID-19: A PRODUÇÃO NACIONAL DE VACINA COMO FORMA DE SUPERAR A CRISE?*

*Gustavo Macedo¹
Ana Carolina Ferreira Coutinho²
Bruna Dutra Ribas³
Juliana Fernandez de Assis⁴
Leonardo Assunção Fontes⁵
Shaula Chuery⁶*

Em dezembro de 2019, foi descoberto na China um novo coronavírus denominado Sars-CoV-2, causador da covid-19. Após um mês, o país implementou um lockdown na região para tentar conter a epidemia. A segunda maior economia do mundo decidiu que, em uma crise sanitária, é mais importante estancar os contágios e arcar com as consequências para o setor econômico funcionando e depois lidar com as consequências desta escolha.

A epidemia se tornou global, e as expectativas de crescimento em todo o planeta foram revistas para baixo. A previsão do Banco Mundial é de uma queda de 5% do PIB brasileiro em 2020 (WORLD BANK, 2020). A maioria dos países estão conscientes de que para abreviar a passagem da pandemia é necessário agilidade para salvar suas populações e que irão enfrentar graves dificuldades no setor econômico.

Porém, as realidades são distintas e as ações tomadas estão correlacionadas às capacidades dos países. Enquanto os EUA injetam US\$ 1,5 trilhão na economia (GAYER; COSTA, 2020), países em desenvolvimento sofrem de forma mais acentuada os efeitos econômicos dessa crise. Com a produção mundial em declínio e redução no preço das commodities, a relação com os outros Estados do Sistema Internacional também será alterada, levando à provável acentuação das desigualdades existentes entre as nações.

Em uma crise multifacetada; que é ao mesmo tempo sanitária, humanitária, social e econômica, como os Estados podem encontrar saídas para o que se avizinha?

* Artigo originalmente publicado em 15 de março de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Relações Internacionais e Pesquisador da USP.

² Graduanda em Relações Internacionais.

³ Graduanda em Relações Internacionais.

⁴ Graduanda em Relações Internacionais.

⁵ Graduando em Relações Internacionais.

⁶ Graduanda em Relações Internacionais.

Brasil e covid-19: a produção nacional de vacina como forma de superar a crise?

No caso brasileiro, uma alternativa seria a exploração estratégica de sua mundialmente reconhecida capacidade de produção de vacinas. Graças ao Instituto Butantan e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), somos autossuficientes em insumos imunobiológicos e exportamos 25 diferentes tipos de vacinas para mais de 70 países (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

O Instituto Butantã é o maior produtor de vacinas de gripe do Hemisfério Sul e corresponde a 10% da produção mundial. Em 2019, forneceu ao Ministério da Saúde 65 milhões de doses de vacina contra a gripe e prevê para 2020 a entrega de 75 milhões de doses, em um contrato de aproximadamente R\$ 700 milhões. Com 60% do seu portfólio voltado para a vacina da gripe, o Butantã teve um faturamento de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em 2019. Ampliando sua capacidade produtiva, estima-se que possa fabricar 140 milhões de doses anuais e aguarda vistoria da OMS para exportação em larga escala para os EUA, Europa e Ásia (MACHADO, 2020).

Já a Fiocruz se destaca no cenário internacional ao ser a maior produtora de vacina contra a febre amarela do mundo, exportando seu excedente através da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 2012, enviou 6 milhões de doses para a Costa do Marfim e 2,2 milhões para o Sudão. Neste mesmo ano, foram exportados mais de 5 milhões de doses para países da África e da América Latina e em 2017, mais de 2,8 milhões para a Venezuela, Equador, Colômbia e Angola (PONTE; PIMENTEL, 2017). Para 2020, está prevista a exportação de 23 milhões de doses através das organizações supracitadas (BRASIL, 2020).

A pesquisa brasileira em biomedicina também merece destaque, com quadros técnicos qualificados. A exemplo, cabe destacar que os pesquisadores brasileiros – em parceria com a Universidade de Oxford sequenciaram o genoma do Sars-CoV-2 do primeiro paciente contaminado no Brasil em dois dias. A média mundial é de 15 dias. Possui quadros técnicos qualificados, tendo os pesquisadores brasileiros realizado o sequenciamento genético do Sars-CoV-2 do primeiro paciente infectado no Brasil no dia 28 de fevereiro de 2020 no Instituto de Medicina Tropical da USP.

Neste cenário de incertezas que a pandemia representa, a busca por uma vacina é uma urgência, pois não se sabe exatamente quais as características desses vírus e boa parte do mundo corre contra o tempo atrás de uma solução. Diante do exposto, vê-se que o Brasil tem capacidade de produção e tecnológica para se tornar um expoente na fabricação de vacinas contra o novo coronavírus, o que ficou demonstrado com a

parceria entre o MS e a Universidade de Oxford para a produção de vacinas com transferências da tecnologia.

O que mais nos difere dos outros Estados que buscam essa resposta? A discussão perpassa por quem irá desenvolver e como. Nos EUA, por exemplo, esse desenvolvimento é através de empresas privadas, que recebem imensos aportes financeiros para desenvolvimento tecnológico. A Johnson & Johnson receberá o valor de US\$ 421 milhões do governo norte-americano para a pesquisa da vacina (HUMER; MISHRA, 2020).

Em contrapartida, no Brasil, com a pesquisa científica majoritariamente através de instituições públicas e constantes contingenciamentos orçamentários, exploram-se saídas locais e mais baratas. É neste contexto que, em 27 de junho, o Brasil anunciou parceria com a Universidade de Oxford e o laboratório inglês AstraZeneca para a produção de 100 milhões de doses de vacina e a transferência da tecnologia para a produção dos insumos.

A decisão brasileira coloca o país na dianteira das pesquisas internacionais em busca de uma solução definitiva contra a covid-19. Em que pesem os riscos envolvidos num investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o entendimento brasileiro é de que o conhecimento adquirido com essa parceria gerará um ganho para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a produção de vacinas no país. Em um cenário de crise e incerteza, a decisão do Ministério da Saúde deve evidenciar uma escolha pela ciência e em prol da vida.

Referências:

BRASIL, Cristina Indio. **Fiocruz retomará exportação de vacinas contra a febre amarela**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-10/fiocruz-retomara-exportacao-de-vacinas-contr-febre-amarela>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

GAYER, Eduardo; COSTA, Gabriel Bueno da. **Fed NY injeta mais de US\$ 1,5 trilhão no sistema financeiro**. UOL, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticia/s/estadao-conteudo/2020/03/12/fedny-injeta-mais-de-us-15-trilhao-no-sistema-financieiro.htm>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

HUMER, Caroline; MISHRA, Manas. **EUA investem US\$ 421 milhões em vacina experimental, que será fabricada mesmo em fase de testes**. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/eua-investem-us-421-milhoes-em-vacina-experimental-que-sera-fabricada-mesmo-em-fase-de-testes-24338640>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

MACHADO, Ana Paula. **Butantan tem capacidade para dobrar produção.** O Globo, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/13/butantan-tem-capacidade-para-dobrar-producao.ghtml>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil é referência mundial em produção de vacinas.** Blog Saúde, 2017. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/52930-brasil-e-referencia-mundial-e-m-producao-de-vacinas>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

PONTE, Gabriella; PIMENTEL, Isabela. **Combate à febre amarela: imunização além das fronteiras.** Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/combate-febre-amarela-imunizacao-alem-das-fronteiras>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

WORLD BANK. **Semiannual report of the Latin America and Caribbean Region - The economy in the time of COVID-19.** World Bank, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33555/9781464815706.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

GRIFE ESPANHOLA E COVID-19: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE BRASILEIRO*

Gustavo Macedo¹
João Marcos Neves Maciel²
Letícia Monteiro Maia³
Michelle Vieira Moreira Paes⁴
Yasmim de Martins Malta⁵

Varíola, febre amarela, poliomielite e meningite são alguns exemplos de epidemias que já foram enfrentadas pelo Brasil. Cabe destacar a epidemia de gripe espanhola de 1918 - uma variação do vírus H1N1 - que trouxe à tona o debate da questão sanitária e abriu margem para avanços significativos dessa temática no país. Pouco mais de cem anos depois, os termos do debate sobre a condução de políticas de saúde pública no Brasil voltam a se repetir com a pandemia da covid-19.

Ocorrida entre 1918 e 1919, a gripe espanhola infectou 500 milhões de pessoas - cerca de um terço da população mundial da época - com um número de mortes estimado entre 20 e 40 milhões, sendo 35 mil destas no Brasil (ANDRADE, 2018). À época, o vírus da gripe havia chegado ao país pelos portos da costa brasileira espalhando-se rapidamente sem fazer acepção por classe social (UFRGS, 2020). Essa característica, além de lhe render a alcunha de “gripe democrática”, impulsionou a campanha da Liga Pró Saneamento do Brasil, que culminou com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em dezembro de 1919.

A necessidade da criação de um órgão de saúde pública no Brasil foi evidenciada pela alta propagação da doença e a evidente ausência de uma instituição nacional capaz de fazer frente a esse tipo de ameaça. Com efeito, a epidemia acabou por levar a uma valorização do sistema público de saúde a posteriori. Por não haver uma política pública coordenada à época, implantou-se um caos econômico e social em uma população que morria em suas casas sem acesso a equipamentos de proteção individual (FIORAVANTI, 2020).

* Artigo originalmente publicado em 22 de março de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Relações Internacionais e Pesquisador da USP.

² Graduando em Relações Internacionais.

³ Graduanda em Relações Internacionais.

⁴ Graduanda em Relações Internacionais.

⁵ Graduanda em Relações Internacionais.

A partir da década de 20, a intervenção e participação estatal no debate da saúde pública tenderam a se ampliar e solidificar. Diante dessa nova perspectiva nacional, foi criado em 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, que incorporou o DNSP à pasta. Com o desdobramento deste ministério, em 1953, é criado o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (FUNASA, 2017).

Foi apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira (Arts. 196 a 200 da seção II da Saúde), que o Estado brasileiro passou a ser obrigado a garantir à população, saúde de forma pública e universal (FUNASA, 2017).

Por conseguinte, em 1990 é instituído o SUS (Sistema Único de Saúde), tornando o Brasil o único país a garantir assistência completamente gratuita e integral a mais de 100 milhões de habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Trinta anos após a criação do órgão mais importante da saúde no Brasil, a covid-19 coloca a efetividade desse sistema em debate.

Em 11 de março de 2020, a covid-19, causada pelo vírus Sars-Cov-2, foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma vez que a covid-19 ainda não tem tratamento ou vacina, a OMS recomenda como principal estratégia o isolamento social, que visa achatar a curva e deter o contágio.

Nos casos em que não foi possível prevenir o contágio da doença, coube principalmente ao SUS acolher e tratar do grande número de infectados em todo o território nacional (SANTOS, 2020).

Cabe frisar que atualmente 55% das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) estão dentro da saúde privada, sendo que apenas 22% da população possui plano de saúde (ANS, 2019). Os 45% dos leitos restantes de UTI sob os cuidados do SUS é que atendem todo o da população brasileira - que depende do sistema público. Ou seja, embora a quantidade absoluta de leitos de UTI esteja dentro do recomendado pela OMS (de 1 a 3 leitos para cada 10 mil habitantes), o desafio está na distribuição, em que $\frac{3}{4}$ da população disputa metade das UTIs (LEÃO, 2020).

Outro fator relevante é que, segundo um levantamento do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), os estados do Maranhão, Acre, Roraima, Pará, Amapá e Piauí possuem menos de um leito de UTI a cada 10 mil habitantes (AMIB, 2016).

Com a sobrecarga causada pela pandemia, foram instalados Hospitais de Campanha, para aumentar o número de leitos de UTI e a capacidade de atendimento. Contudo, segundo levantamento do G1 publicado em 30 de abril, Amazonas, Ceará,

Pernambuco e Rio de Janeiro, já passavam de 90% de leitos ocupados, se aproximando do colapso.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) emitiu uma recomendação no dia 24 de abril, na qual orientava que, os gestores do SUS requisitam o uso de recursos assistenciais privados - como leitos de UTI - para garantir o atendimento durante a pandemia.

Além disso, a necessidade de equipamentos e recursos adequados para atender as demais ocorrências de atendimento - uma reivindicação recorrente dos agentes de saúde - é agravado com o impacto causado pela covid-19. O efeito é o aumento do potencial de propagação do coronavírus, uma vez que a população e os agentes de saúde não têm equipamentos de proteção individuais (EPIs) o suficiente. Ademais, a falta de testes gera uma subnotificação de casos e dificulta a identificação e o combate à pandemia, o que significa que os desafios aqui listados podem ser muito maiores do que o projetado (MACHADO; BARIFOUSE, 2020).

Aprendemos muito com a gripe espanhola em 1919. De lá pra cá, criamos e aperfeiçoamos um sistema único de saúde capaz de oferecer uma resposta razoavelmente coordenada frente a ameaças como o covid-19 em 2020. Contudo, o SUS factual está distante de garantir o direito universal à saúde com a devida qualidade, como propõe o seu artigo de nascimento. Assim como a gripe espanhola, o novo coronavírus sinaliza a urgência de uma reforma sanitária que passe pela democratização e valorização do SUS e seus profissionais de saúde.

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. **Beneficiários de planos privados de saúde, por cobertura assistencial (Brasil - 2009-2019)**. ANS, 2019. Disponível em: <https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Senhora do Caos**. FAPESP, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/senhora-do-caos/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA - AMIB. **Censo UTIs Brasileiras**. AMIB, 2016. Disponível em: <https://www.amib.com.br/censo/Analisede-Dados-UTI-Final-Site-2.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2020.

FIORAVANTI, Carlos. **Semelhanças entre a gripe espanhola e a Covid-19**. FAPESP, 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/03/26/semelhancas-entre-a-gripe-espanhola-e-a-covid-19/>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

FUNASA. **Assessoria de Comunicação. Cronologia Histórica da Saúde Pública: Uma Visão Histórica da Saúde Brasileira**. Funasa, 2017. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

LEÃO, Ana Letícia. **Em meio à pandemia de coronavírus, Brasil precisaria de 3.200 novos leitos de UTI no SUS**. O Globo Sociedade, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-meio-pandemia-de-coronavirus-brasil-precisaria-de-3200-novos-leitos-de-uti-no-sus-24299306>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

MACHADO, Leandro; BARIFOUSE, Rafael. **'Estamos apavorados': o drama de médicos na linha de frente do atendimento ao coronavírus no Brasil**. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS: 27 anos transformando a história da saúde no Brasil**. Blog da Saúde, 2015. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/35647-sus-27-anos-transformando-a-historia-da-saude-no-brasil>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

SANTOS, João Vitor. **SUS: elemento central para enfrentar a pandemia de coronavírus. Entrevista especial com Reinaldo Guimarães**. Instituto Humanitas Unisinos, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/597139-sus-elemento-central-para-enfrentar-a-pandemia-de-coronavirus-entrevista-especial-com-reinaldo-guimaraes>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

UFRGS. **Uma comparação entre a pandemia de Gripe Espanhola e a pandemia de Coronavírus**. Coronacrise, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/uma-comparacao-entre-a-pandemia-de-gripe-espanhola-e-a-pandemia-de-coronavirus-por-gabrielle-werencicz-alves>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

CORONAVÍRUS: UM RECORTE HISTÓRICO DESDE A PRIMEIRA APARIÇÃO*

Gustavo Macedo¹
Beatriz Martins dos Santos²
Kauê Almeida da Franca³
Luana Barbosa Correia dos Santos⁴
Robson Itaguara Prates dos Santos⁵

Há sete tipos de coronavírus humanos (HCoV) conhecidos, entre eles o SARS-CoV (agente etiológico da Síndrome Respiratória Aguda Grave), o MERS-COV (agente causador da Síndrome Respiratória do Oriente Médio) e o SARS-CoV-2 (agente etiológico da covid-19). Os coronavírus são a segunda principal causa do resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos (OPAS/OMS.BRASIL, 2020).

As doenças infecciosas não configuram um fenômeno recente, porém sua disseminação global é um fator de preocupação vinculado aos tempos modernos. Identificado na década de 60 (KAHN; MCINTOSH, 2005), o coronavírus compõe uma grande família de vírus causadora de infecções respiratórias, dentre as quais, as já citadas SARS, MERS e Covid-19. Juntas elas configuram as doenças mais expressivas em seus efeitos de disseminação, letalidade e mortalidade, causadas por coronavírus.

Em 2002, foi identificado em *Foshan*, China, o surto da primeira epidemia da SARS que em dez meses contaminou 8.000 pessoas - número inferior comparado a covid-19 - e se tornou a primeira epidemia mortal causada por um coronavírus (KARLAMANGLA,2020). Meses se passaram e centenas de casos de SARS foram observados até que em 22 de março de 2003 fosse identificado o vírus SARS-CoV como o agente causador da doença (HUI; ZUMLA, 2019).

A infecção chegou a Hong Kong quatro meses após o início do surto na China, através de um médico que acompanhava casos similares naquele país, o que levou a um surto subsequente na região (HUI; ZUMLA, 2019). A epidemia se alastrou por 29 países e ficou evidente, naquele momento, que as comunidades médicas, científicas e de

* Artigo originalmente publicado em 29 de março de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Relações Internacionais e Pesquisador da USP.

² Graduanda em Relações Internacionais.

³ Graduando em Relações Internacionais.

⁴ Graduanda em Relações Internacionais.

⁵ Graduando em Relações Internacionais.

Coronavírus: um recorte histórico desde a sua primeira aparição

saúde pública global não estavam adequadamente preparadas para a emergência da SARS (HUI; ZUMLA, 2019). Em 5 de julho de 2003, a OMS declarou que a SARS foi contida com sucesso quando a última cadeia humana de transmissão foi quebrada (OMS, 2003a). Atribui-se o fim da epidemia ao sucesso de medidas de identificação e isolamento dos infectados. Apesar disto, o conhecimento sobre a epidemiologia e ecologia de coronavírus da SARS e da doença permanecem limitadas; e a OMS considera ainda hoje a ameaça existente, sendo necessárias mais pesquisas.

Em 2012, outro episódio. O MERS-CoV foi responsável por provocar infecções generalizadas e produzir uma taxa de transmissão mais elevada que o SARS-CoV. A infecção por MERS-CoV foi inicialmente descrita em setembro de 2012 na Arábia Saudita, mas um surto em abril de 2012 na Jordânia foi confirmado retrospectivamente. Sete anos depois, em novembro de 2019, os casos confirmados de MERS-CoV ao redor do mundo totalizavam 2.494, entre eles 858 mortes associadas à doença (taxa de mortalidade de 34,4%) - sendo a maior parte desses casos (2.102 casos e 780 mortes) na Arábia Saudita (OMS, 2019).

O maior surto conhecido de MERS fora da Península Arábica ocorreu na República da Coreia em 2015. O episódio foi associado a um viajante que retornava da Península Arábica. Casos também foram confirmados em países da Europa, Ásia, Norte da África, Oriente Médio e Estados Unidos em pacientes que foram transferidos para esses países para serem tratados ou adoeceram após retornar do Oriente Médio (MANUAL MSD, 2020).

Em dezembro de 2019, o surto causado pela covid-19 foi identificado em Wuhan, China. A pandemia de covid-19 expõe impactos significativos à saúde global e à economia mundial. Segundo o economista-chefe da *Capital Economics* para emergentes, *William Jackson*, caso a pandemia conquiste proporções ainda maiores, os mercados dos Estados emergentes provavelmente se contrairão, devido às interrupções da cadeia de produção e seus efeitos serão extremamente agravantes. Além disso, o desafio referente ao combate ao SARS-CoV-2 é emergencial diante da gravidade de seus efeitos à saúde global.

O novo coronavírus é similar aos outros dois identificados nas últimas décadas, porém com uma maior taxa de transmissibilidade e menor letalidade. O SARS apresentou uma letalidade de 774 das 8.098 pessoas infectadas. E o MERS letalidade de 858 das 2.494 pessoas infectadas (BBC, 2020). De acordo com a OMS, o MERS tem uma transmissibilidade menor do que 1, enquanto o do SARS varia entre 2 e 4. Até o

momento, essa taxa estimada para a covid-19 é de 2 a 5. Mutações virais e densidade populacional estão entre as principais explicações para a diferença da taxa de contágio entre os tipos de coronavírus.

A China segunda maior economia mundial, registra um aumento significativo do adensamento urbano e deslocamento humano nos últimos anos em decorrência de seu crescimento econômico. No plano internacional, diminuição das barreiras comerciais, e o aumento do número de passageiros internacionais que são possíveis em um mundo exponencialmente globalizado ajudam a entender como é possível uma propagação tão rápida e letal da doença em todos os continentes em apenas poucas semanas. Todos esses fatores colaboraram para que a epidemia atual de coronavírus atingisse proporções que não alcançaram em 2002 e 2013.

Passaram-se quase oito anos desde a epidemia de MERS e dezessete anos desde a epidemia de SARS e desde então novas tecnologias foram desenvolvidas para diagnosticar a infecção por um vírus com mais eficiência e rapidez. Todavia, ainda não é possível precisar quando um tratamento e uma vacina eficaz contra a covid-19 estarão disponíveis. De acordo com a OMS, o caráter global da Covid-19 expõe as fragilidades de um sistema internacional despreparado para uma pandemia. Os efeitos negativos atingirão a todos, mas serão mais sentidos principalmente nos Estados em desenvolvimento. Logo, devemos reforçar medidas de proteção sanitária, fortalecer a saúde pública, e envolver, educar e integrar as comunidades envolvidas.

Referências:

BBC NEWS, Brasil. **Porque é difícil comparar o surto de coronavírus com outras epidemias do passado.** BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional51315756>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

HUI, D. S. C.; ZUMLA, A. **Severe Acute Respiratory.** Infectious Disease Clinics of North America, Vol. 33, nº 3, p. 869-889, 2019.

KAHN, Jeffrey S; MCINTOSH, Kenneth. **History and recent advances in coronavirus discovery.** Pediatr Infect Dis J, Vol. 24, nº 11, p. 223-226, 2005.

KARLAMANGLA, S. **SARS killed hundreds and then disappeared. Could this coronavirus die out?** Los Angeles times, 2020. Disponível em: <https://www.latimes.com/california/story/2020-02-18/sars-coronavirus-china-epidemic>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

Coronavírus: um recorte histórico desde a sua primeira aparição

MANUAL MSD, ASSUNTOS MÉDICOS. **Coronavírus e síndromes respiratórias agudas (COVID-19, MERS e SARS)**. Manual MSD, 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-es%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19,-mers-e-sars#>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

OMS. **SARS outbreak contained worldwide**. World Health Organization, 2003a. Disponível em: <https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2003/pr56/en/>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

OMS. **MERS Situation Update November 2019**. World Health Organization, 2019. Disponível em: <http://applications.emro.who.int/docs/EMRPUB-CSR241-2019-EN.pdf?ua=1&ua=1&ua=1>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

OPAS/OMS, BRASIL. **Folha informativa - COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. OPAS/OMS, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 18 de abril de 2020.

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID-19 NA AMÉRICA LATINA*

Gustavo Macedo¹
Giovanna Janguas Gadotti²
Julia Vilela Fernandez³
Lara Santillo Caetano⁴
Laura Bandeira Labriola⁵
Luiza Gabrielle Vaz de Barros⁶
Sarah Aparecida da Silva⁷

Os casos confirmados do novo Coronavírus (covid-19) ultrapassam 18 milhões, conforme dados do dia 05 de agosto de 2019, e continuam aumentando sem previsão de estabilização. O que foi inicialmente visto como um surto na China, agora é entendido como uma crise global. Desde dezembro de 2019, quando se iniciou a pandemia da covid-19, o sistema econômico internacional tem sido abalado fortemente com graves reflexos no setor comercial e financeiro. As estimativas macroeconômicas estão em queda com maior frequência do que o normal, e ainda não há previsão de quando o cenário econômico será normalizado.

Consequentemente, a pandemia da covid-19 traz consigo uma crise, que acaba por refletir no campo econômico, evidenciando uma natureza distinta das recentes crises de grandes proporções vivenciadas até então dentro de um regime capitalista. Diferente da crise de 2008, que teve origem no mercado de crédito imobiliário norte-americano, em que o colapso se espalhou para o setor financeiro e por fim alcançou a economia global; a crise atual tem impacto direto na produtividade global, a princípio, levando a uma queda na produção industrial e de serviços, e a partir de então surgem os efeitos no mercado financeiro e de crédito (MELLO, OLIVEIRA, GUIDOLIN et.al., 2020).

Por um lado, existem questionamentos quanto à necessidade de medidas consideradas “extremas” por parte da opinião pública, tendo em vista a taxa de letalidade relativamente baixa da covid-19. Por outro, essa crise sanitária evidencia a

* Artigo originalmente publicado em 05 de abril de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Relações Internacionais e Pesquisador da USP.

² Graduanda em Relações Internacionais.

³ Graduanda em Relações Internacionais.

⁴ Graduanda em Relações Internacionais.

⁵ Graduanda em Relações Internacionais.

⁶ Graduanda em Relações Internacionais.

⁷ Graduanda em Relações Internacionais.

necessidade da implementação de políticas de controle para contenção da doença, considerando-se a rápida transmissão do vírus. Todavia, a extensão do dano dependerá da rapidez com que o vírus for contido, das medidas adotadas e de quanto de apoio econômico os governos estão disponibilizando.

Para 2020, a estimativa atualizada de queda do Produto Interno Bruto na América Latina já é de 4,6%, conforme o relatório do Banco Mundial para América Latina e Caribe. Pensando nisso, o Banco Mundial tem adotado algumas medidas como forma de fortalecer os Estados latinos em meio à pandemia com a distribuição de 160 bilhões em apoio financeiro nos próximos 15 meses.

Dessa forma, em 2 de abril, quatro projetos econômicos foram aplicados na Argentina, Haiti, Paraguai e Equador. Sendo na Argentina a distribuição de R\$ 35 milhões que apoiará os esforços governamentais de detecção e resposta a covid-19, além de ajudar a identificar novos casos, fornecer atendimentos oportunos, minimizar a propagação da doença e preparar o sistema de saúde. Já para o Paraguai, Haiti e Equador foi destinado cerca de R\$ 20 milhões para cada, com o objetivo de fortalecer o sistema de saúde para a preparação de respostas relacionados a covid-19 (WORLD BANK, 2020). Apesar de prever um crescimento econômico de 2,6% em 2021, de acordo com o Banco Mundial, a crise representará uma queda de 5% no Brasil, 6% no México, 5,2% na Argentina, 2% na Colômbia, 3% no Chile e 4,7% no Peru (WORLD BANK, 2020).

Do ponto de vista da política econômica brasileira, devido à baixa liquidez da moeda nacional, o país deve presenciar uma célere desvalorização cambial, podendo refletir no aumento dos preços de produtos essenciais. Ademais, a curto prazo, existe a possibilidade de um excesso de demanda para o abastecimento, considerando as medidas de isolamento social e a incerteza do consumidor. Tais fatores, somados a ampliação do desemprego, com fechamento de empresas, potencializaria a vulnerabilidade social e sucessiva diminuição da demanda, contribuindo para a falta de financiamento das empresas. Por outro lado, a expectativa é de que a arrecadação desacelere, em conjunto com a atividade econômica, uma vez que parte das receitas do governo advém dos tributos sobre o consumo, produção e a renda (MELLO, OLIVEIRA, GUIDOLIN, et.al., 2020).

Em 02 de março, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) previu que a pandemia reduzirá o crescimento do PIB global em meio ponto percentual em 2020 (de 2,9% a 2,4%). No boletim Focus, divulgado pelo Banco

Central, a projeção foi revista de 2,2% para 2,17%. É a terceira queda consecutiva do indicador como consequência das medidas adotadas pelos governos para combater a propagação do vírus, que em fevereiro estava em 2,3%.

Nesse sentido, o sistema internacional se vê diante de dois desafios; conter a propagação do vírus e criar medidas de minimização dos custos econômicos. Para tanto, é necessário um esforço multilateral, realizado através do diálogo em busca de políticas coordenadas capazes de reduzir impactos econômicos, sociais e políticos. Como exemplo de esforços internos, o aumento de gastos públicos (distribuição de renda) e aumento dos investimentos na saúde, para tratamento dos infectados e pesquisas para desenvolvimento de vacinas. No âmbito externo, é necessário o compartilhamento de informações entre os Estados e Organizações Internacionais, além do suporte aos países mais vulneráveis, a fim de conter essa guerra contra o Coronavírus.

Referências:

MELLO, Guilherme; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; GUIDOLIN, Ana Paula; et.al. **A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo**. São Paulo: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, 2020.

WORLD BANK. **Resposta do Banco Mundial ao COVID-19 (coronavírus) na América Latina e Caribe**. World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/factsheet/2020/04/02/world-bank-response-to-covid-19-coronavirus-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 12 de Abril de 2020.

GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA



ESPERANÇA: A PRIMEIRA SONDA ESPACIAL DO ORIENTE MÉDIO EM MARTE*

André Nunes¹

No dia 9 de fevereiro de 2021 a sonda emiradense *Al Amal* - que significa “esperança” em português - adentrou a atmosfera de Marte. Tal feito fez do programa espacial dos Emirados Árabes Unidos (EAU) o quinto a enviar um veículo espacial para o planeta vermelho, unindo-o aos programas dos Estados Unidos da América (EUA), União Soviética, União Europeia e Índia. Um dia após a conquista dos EAU, o programa espacial da China tornou-se o sexto a operar uma sonda em Marte com a chegada da *Tianwen-1*.

O propósito da sonda emirandense é fornecer à comunidade científica internacional a primeira imagem completa da atmosfera marciana atendendo a três objetivos científicos específicos, quais são: 1) compreender a dinâmica climática de Marte e o mapa meteorológico global do planeta, caracterizando sua atmosfera inferior; 2) explicar como o clima em Marte afeta o escape de hidrogênio e oxigênio de sua atmosfera; e 3) compreender a estrutura e a variabilidade do hidrogênio e do oxigênio na alta atmosfera e identificar por que Marte está perdendo esses gases para o espaço. Ademais, é previsto que o tempo de duração da missão da *Al Amal* seja de um ano marciano, ou aproximadamente seiscentos e oitenta e sete dias terrestres. Após a conclusão da missão, há a previsão de que dados sejam abertos para a comunidade global de pesquisa espacial (ABBANY, 2021).

É importante ressaltar que de forma oficial o programa espacial dos EAU foi inicialmente estabelecido pelo emirado de Dubai em 2006 com a fundação do *Mohammed bin Rashid Space Centre* (MBRSC), que leva o nome do emir desse mesmo emirado, o xeque *Mohammed bin Rashid al-Maktoum*, que também acumula os cargos de vice-presidente e primeiro-ministro dos EAU (MOHAMMED BIN RASHID SPACE CENTRE, 2021a). Já a agência espacial emiradense só foi estabelecida oito anos depois, em 2014 por *Abu Dhabi* via decreto federal (UNITED ARAB EMIRATES, 2021). Vale mencionar que os EAU são uma federação formada por sete emirados: *Abu Dhabi, Ajman, Dubai, Fujairah, Ras al-Khaimah, Sharjah e Umm al-Quawain*.

* Artigo originalmente publicado em 20 de abril de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Ciências Militares.

Esperança: a primeira sonda espacial do Oriente Médio em Marte

A cooperação internacional tem contribuído para o rápido desenvolvimento do programa espacial emiradense. Desde sua criação o MBRSC enviou ao espaço satélites como o *Dubai Sat-1*, em 2009, lançado do Cazaquistão; *Dubai-Sat-2*, em 2013, lançado da Rússia; o nano satélite *Nayif-1*, a partir da Índia; e o *Khalifasat*, em 2018, de *Tangashima*, Japão, local de onde a *Al Amal* também foi lançada em julho de 2020.

O *Dubai Sat-1* e o *Dubai Sat-2* foram desenvolvidos em cooperação com cientistas sul-coreanos na Coreia do Sul. O *Khalifasat* também foi desenvolvido com os sul-coreanos, porém sua construção se deu nos EAU.

Já o *Nayif-1* foi concebido nos EAU com a colaboração da Universidade Americana de *Sharjah* (MOHAMMED BIN RASHID SPACE CENTRE, 2021b). Vale ressaltar que a *Al Amal* foi criada a partir de cooperação com universidades dos EUA, a exemplo de *Berkeley*, *Arizona* e *Colorado Boulder* (GAUTAM; NASIR, 2021).

Um outro exemplo de cooperação internacional se deu no espaço, quando em seu trajeto para Marte a *Al-Amal* e a sonda europeia-japonesa *Bepi Colombo*, em rota para Mercúrio, cruzaram caminho e fizeram medições de hidrogênio assim como ajustes mútuos de calibragem antes de prosseguirem para seus destinos (CHANG, 2021).

Além dos objetos espaciais acima mencionados, há outros operacionais no espaço pertencentes a companhias de serviços de comunicação via satélite dos EAU, como a *Thuraya* e a *Al Yah Satellite Communications Company* (*Yahsat*). Os satélites geoestacionários *Thuraya 2* e *Thuraya 3* foram enviados respectivamente em 2003 e 2008 – o primeiro antes mesmo da criação do MBRSC - e os *YahSat 1*, *YahSat 2* e *YahSat 3*, em 2011, 2012 e 2018, nessa ordem (YAHSAT, 2021).

Nesse contexto, em setembro de 2019 o primeiro astronauta emiradense, *Hazzaa al-Mansoori*, esteve em missão na Estação Espacial Internacional (AL RAYSSI, 2019). *Al-Mansoori* foi o terceiro astronauta árabe a ir para o espaço. O primeiro foi o príncipe saudita *Sultan bin Salman bin Abdulaziz al-Saud*, em 1985, filho do rei Salman que atualmente ocupa o trono em *Riad* e irmão do príncipe herdeiro *Mohammad bin Salman*; e o segundo foi o aviador sírio *Muhammed Faris*, em 1987.

Para além da *Al Amal*, os EAU também pretendem enviar um veículo explorador para a lua em 2024 (UNITED ARAB EMIRATES, 2021) e, além disso, ambicionam estabelecer o primeiro assentamento humano habitável em Marte por volta do ano 2117, um projeto lançado pelo próprio xeque *Mohammed bin Rashid al-Maktoum* em 2017. Para isso, foi anunciado o planejamento para construção da *Mars Scientific City*, no deserto de Dubai, onde uma equipe de cientistas e astronautas viverão por um ano em

ambiente controlado com finalidade de simular uma colônia humana no planeta vermelho (EMIRATES NEW AGENCY, 2017).

O setor de indústria espacial tem acompanhado o rápido desenvolvimento do programa emiradense e a chegada da *Al Amal* em Marte provou a capacidade dos EAU de projeção, construção e de relações internacionais com outros países, agências espaciais e universidades para conduzir o projeto e os resultados da primeira sonda interplanetária do Oriente Médio, algo que pode ampliar ainda mais sua parceria nesse setor, o que poderia incluir até mesmo o Brasil no futuro.

Referências:

ABBANY, Zulfikar. **The facts on Hope: The UAE's Mars mission 'Al-Amal'**. Deutsche Welle, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/en/the-facts-on-hope-the-uaes-mars-mission-al-amal/a-54067401>. Acesso em: 10 de março de 2021.

AL RAYSSI, Mohammed Jalal. **UAE in space: UAE Mission 1 a revered milestone in nation's space exploration goals**. Gulf News, 2019. Disponível em: <https://gulfnews.com/opinion/op-eds/uae-in-space-uae-mission-1-a-revered-milestone-in-nations-space-exploration-goals-1.1569506305783>. Acesso em: 3 de março de 2021.

CHANG, Kenneth. **Mars Mission from the U.A.E. Begins Orbit of Red Planet**. The New York Times, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/02/09/science/uae-mars-mission-red-planet.html#:~:text=On%20Tuesday%2C%20the%20United%20Arab,HopeProbe%20has%20been%20established%20again.&text=It%20is%20the%20first%20interplanetary%20mission%20undertaken%20by%20an%20Arab%20country>. Acesso em: 9 de março de 2021.

EMIRATES NEW AGENCY. **Abu Dhabi Crown Prince launch AED 500 mn Mars Science City at UAE Government Annual Meetings**. Emirates News Agency, 2017. Disponível em: <https://wam.ae/en/details/1395302634766>. Acesso em: 11 de março de 2021.

GAUTAM, Shuchita; NASIR, Sarwat. **Emirates Mars Mission facts: UAE Hope Probe everything to know**. The National, 2021. Disponível em: <https://www.thenation.com/news/uae/science/emirates-mars-mission-facts-uae-hope-probe-everything-to-know-1.960694>. Acesso em: 5 de março de 2021.

MOHAMMED BIN RASHID SPACE CENTRE. **About MBRSC**. MBRSC, 2021a. Disponível em: <https://www.mbrsc.ae/about>. Acesso em: 9 de março de 2021.

MOHAMMED BIN RASHID SPACE CENTRE. **Satellite Program**. MBRSC, 2021b. Disponível em: <https://www.mbrsc.ae/satellite-programme>. Acesso em: 1 de março de 2021.

UNITED ARAB EMIRATES. **About the UAE: Space science and technology**. The United Arab Emirates Government portal, 2021. Disponível em: <https://u.ae/en/about-th>

Esperança: a primeira sonda espacial do Oriente Médio em Marte

e-uae/science-and-technology/key-sectors-in-science-and-technology/space-science-and-technology Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

YAHSAT. **Our Fleet: Connecting Communities Across the Globe**. Yashat, 2021. Disponível em: <https://www.yahsat.com/en/our-fleet>. Acesso em: 10 de março de 2021.

A NATUREZA DAS AMEAÇAS DA AMAZÔNIA*

Oscar Medeiros Filho¹

A partir da aproximação entre Brasil e Argentina, no início dos anos 1980, boa parte das preocupações militares se voltaram para a Amazônia. Dois motivos podem ser apontados para o fato da região Amazônica passar a ser uma prioridade estratégica, cada um desses motivos relacionados a natureza distinta: a) preocupações de ordem geopolítica, relacionadas ao aumento da pressão internacional sobre os países amazônicos – revestido de uma narrativa ecológica (ambiental), mas percebida pelos militares como uma forma de cobiça sobre os recursos naturais daquela região; e b) preocupações de ordem securitária, relacionadas a presença de grupos armados junto à fronteira, especialmente com a Colômbia, e o risco de transbordamento para o Brasil. O ataque ao Destacamento do Exército Brasileiro situado no Rio Traíra, ocorrido em 1991, envolvendo grupos armados colombianos teria sido um sinal importante para a mudança da natureza das ameaças na região. A simbiose entre grupos armados e crime organizado, impulsionado pela utilização de rios que cortam a bacia amazônica para o narcotráfico internacional tornou essa ameaças ainda mais relevante.

Portanto, coexistem na região Amazônica, ameaças de naturezas distintas. A primeira – geopolítica - está relacionada ao jogo de interesses entre as nações, à manutenção da soberania e à função precípua de qualquer força armada: a garantia da integridade territorial do Estado Nacional. No caso específico da Amazônia, diz respeito ao controle e à gestão soberana de seus recursos naturais em meio a cobiça potencial de grandes potências. A segunda – securitária – diz respeito à soberania doméstica e à ameaça de surgimento naquele espaço de “zonas cinzentas”, em que o Estado teria dificuldades de aplicar de forma efetiva o monopólio da violência legítima, abrindo espaço para a proliferação de ilícitos de toda ordem e, o que é mais grave, para o aparecimento de poderes paralelos no tecido social.

Abordaremos agora cada uma dessas ameaças buscando definir uma tipologia adequada e as estratégias que se fazem necessária para enfrentar cada um desses desafios.

* Artigo originalmente publicado em 10 de maio de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

A natureza das ameaças da Amazônia

Do ponto de vista das ameaças geopolíticas, é inegável que a Amazônia será sempre uma preocupação haja visto a abundância de recursos naturais presentes na região (água, diversidade de flora e fauna, minerais raros etc) que confere ao seu território um caráter estratégico. A incerteza sobre esse tipo de ameaça diz respeito à forma como ela se processará: se pela expropriação territorial ou pela negação territorial. Usaremos uma simples alegoria para simplificar nosso argumento. Ao primeiro tipo de ameaça, relacionada à cobiça internacional sobre nossos recursos, denominaremos de “grande garimpo”: um território cobiçado por interesses exógenos que dele buscam extrair recursos estratégicos. A outra ameaça seria uma “nova Antártida”; ou seja, o estabelecimento de uma governança global sobre a região limitando (ou até impedindo) a gestão soberana sobre aquele território. Utilizando-se de uma narrativa “lícita” de proteção dos bens comuns globais, a sociedade internacional “negaria” propostas de desenvolvimento da região, a fim de “preservá-la a futuras gerações”. Sabe-se que, por trás da “defesa pelo Bem comum”, residem interesses do mercado internacional de commodities que buscariam, num primeiro momento, “demonizar” a imagem de produtos agropecuários brasileiros, com o objetivo de (re)conquistar mercado, e, em um segundo momento, criar obstáculos para a gestão soberana de espaços nacionais por meio de ações de “neutralização territorial”, como a criação de áreas ecológicas de preservação ambiental com gestão internacional - direta ou indireta.

Portanto, de acordo com essa tipologia, há, entre as preocupações de natureza geopolítica, dois tipos de ameaças: a) a expropriação territorial (cobiça internacional sobre os nossos recursos naturais) e b) neutralização territorial (pressão internacional para preservação ambiental na região e uso dessa narrativa para causar prejuízos competitivos aos produtos agropecuários brasileiros no comércio internacional). As características internacionais apontam que, sem negar a primeira, as maiores pressões tendem a ocorrer em relação à segunda. Para enfrentá-la, faz-se necessário um conjunto de estratégias do Estado que, para além de capacidades militares, envolvem mais atenção socioeconômica e ambiental àquela região.

Quanto às ameaças securitárias, dizem respeito ao desafio de manter a soberania doméstica sobre o vasto território amazônico. Está relacionada ao risco de “anomia territorial”, realidade historicamente mais presente a partir das últimas décadas, com a ampliação do crime organizado na região. São preocupações oriundas menos de ameaças militares stricto sensu e mais de problemas advindos da própria fragilidade do

império da lei e ao alto grau de violência social presente na região. Tais vulnerabilidades têm, notadamente, origem na carência de presença do Estado e/ou na degradação funcional (prover serviços básicos à população) e territorial de sua função pública (exercer o império da lei), conjugado à criminalidade transnacional presente no espaço interfronteiriço pan-amazônico.

Com relação às estratégias a serem adotadas pelo Estado para fazer frente a essa situação, gostaríamos de salientar dois aspectos que consideramos cruciais: um de ordem geopolítica e o outro de caráter militar.

O primeiro diz respeito à necessidade de compreendermos que a Amazônia brasileira faz parte de uma região complexa que compartilha, entre os países da região, muitos de seus problemas. Não há como encontrar estratégias eficazes de forma isolada na região. Dificilmente um problema de segurança naquela região será resolvido com medidas exclusivas de um país. Se já compartilhamos os problemas, temos também que compartilhar soluções. Isso serve tanto para as questões geopolíticas quanto securitárias. Podemos enxergar a Pan-Amazônia como um “prédio” em busca de um “condomínio”. Essa é a lógica que está por trás da assinatura, em 1978, do Tratado de Cooperação Amazônica, que, apesar de ter se transformado em Organização em 1995, tem sido negligenciado pelos países da região nas últimas décadas.

Apesar de fazer parte do rol de temas originais, parece claro hoje o papel central que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) pode vir a exercer como arranjo institucional necessário para coordenar políticas regionais nos campos da defesa e da segurança. Isso tem ganhado mais relevância nos últimos anos com a desidratação dos arranjos regionais anteriores, como, por exemplo, o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS/UNASUL). Na falta de um arranjo regional que possa coordenar políticas que extrapolam as fronteiras nacionais, a OTCA figura como um instrumento legítimo e adequado.

Além disso, a OTCA continua sendo o melhor antídoto para coibir uma espécie de “manobra da internacionalização”, na medida em que reserva aos países “condôminos” a responsabilidade exclusiva pelo destino da região. Não devemos perder de vista que o debate central quando do estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) dizia respeito à manutenção soberana dos países amazônicos.

Do ponto de vista militar, é notória a relevância que a Amazônia tem alcançada nas últimas décadas, desde a criação do Projeto Calha Norte (PCN), lançado em 1985, que visava a intensificar a presença militar além de melhorar as infraestruturas viária e

A natureza das ameaças da Amazônia

energética na região, culminando com a transferência de unidades militares oriundas do centro-sul do País e o aumento do efetivo militar na Amazônia.

Não obstante a importância histórica estar presente na região, contribuindo para a “vivificação” regional, ganha relevância cada vez mais o “fazer-se presente”, por meio do desenvolvimento da capacidade de vigilância remota e de mobilidade. Isso para atender a própria dimensão territorial que possui aspectos continentais, mas principalmente para se adequar a natureza das novas ameaças: se em séculos anteriores, uma das principais funções das pequenas unidades militares dispostas nas fronteiras amazônicas era a de marcar a presença da “bandeira nacional” e servir de núcleo de povoamento, hoje a natureza das ameaças, sejam elas geopolíticas ou securitárias, nos impõem repensar os modelos de presença. Nesse sentido, gostaríamos de encerrar chamando atenção para o alerta que o professor Tássio Franchi, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, faz em relação às missões cumpridas pelos nossos pelotões de fronteira diante da ousadia de grupos criminosos presentes naquela região, no artigo “À sombra do Rio Traíra: incidentes nas fronteiras do Amazonas”, publicado na Revista do Clube Militar, nr 478 (julho-setembro 2020). Segundo ele, as organizações militares de fronteira enfrentarão, nas próximas décadas, grupos ligados às atividades ilícitas mais armados e, conseqüentemente, mais ousados. Nesse sentido, atenção especial deve ser dada à estrutura e ao preparo das frações de fronteira, por meio do incremento de tecnologia, inteligência e operações interagências, para fazer frente à natureza securitária das ameaças que ali se apresentam.

O FUTURO DA CHINA É UM RETORNO AO PASSADO*

Thiago Pedreiro de Lima¹

1. Introdução

Atualmente, China é um país central na maioria das pautas da concertação mundial das nações - o chamado Sistema Internacional -, além de ser responsável por suscitar calorosos debates comerciais, econômicos, políticos e de Direitos Humanos entre os demais atores geopolíticos, tanto estatais quanto não-estatais.

Ao mesmo tempo em que se faz presente no debate internacional, a nação chinesa permanece sendo, por um lado, uma enorme desconhecida perante as demais sociedades ao redor do mundo; por outro lado, seus objetivos não são totalmente compreendidos. Parte dessa negligência intelectual se deve a um desconhecimento da própria história da civilização mais antiga do mundo e de como a China se vê perante os outros países. Mesmo na atualidade, com um mundo globalizado, cujos comércio e divisão internacional do trabalho tenha a China como um de seus principais atores, o Reino do Meio (designação histórica do território chinês) ainda crê em sua primazia no mundo, e os demais países devem-lhe tributos.

Ao particularizarmos a análise sob o aspecto econômico, também podemos incorrer em erros ou reducionismos. Considerar a China de hoje uma simples exportadora de bens de qualidade duvidosa é ignorar a mudança de sua política industrial e econômica; assim como afirmar que a competitividade chinesa ainda se deve à mão de obra barata é puro desconhecimento: desde 2013, o trabalhador industrial chinês recebe, em média, um salário maior que um trabalhador brasileiro, argentino ou mexicano (JOHNSON, 2017).

Essa complexidade de análise do país asiático é muito bem exposta quando se tenta definir o sistema econômico chinês: como conceber a existência de propriedade privada e uma grande inserção comercial internacional em um país “comunista”? Quanto às contradições econômicas intrínsecas desse sistema político-econômico, *Ludwig von Mises*, ainda em 1920, demonstrou a impossibilidade do cálculo econômico em uma sociedade socialista e afirmou que aquele que espera do socialismo um sistema econômico racional, será forçado a reexaminar seus pontos de vista (MISES, 2018).

* Artigo originalmente publicado em 26 de julho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

Neste artigo não discutiremos conceitos e teorias econômicas, mas vamos justamente observar como a China reexaminou seus pontos de vista para gestar o “socialismo de características chinesas” com vistas ao seu desenvolvimento e reposicionamento dentre as nações desenvolvidas.

2. O surgimento e a transformação do comunismo na China

Inicialmente, é importante refazer o contexto histórico recente da República Popular da China, formada em 1949 após uma guerra civil travada entre os vitoriosos comunistas e os nacionalistas do *Kuomintang*, os quais refugiaram-se na ilha de Formosa, atual *Taiwan*. Desde então, a China esteve sob duro regime comunista de vertente maoísta - rival intelectual da URSS leninista-stalinista.

Após a morte de *Mao Zedong* em 1976, assumiu o poder *Deng Xiaoping*, responsável por implementar importantes modernizações econômicas, dentre elas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e o “*Household Responsibility System*” (também chamado de Sistema de Responsabilidade Doméstica). Enquanto aquelas ZEE permitiam o investimento e a instalação de empresas estrangeiras em algumas cidades, este sistema passou a responsabilizar as famílias das áreas rurais pelos lucros e perdas de seus negócios. O cerne desse sistema - a meritocracia - apesar de ser um conceito exaltado pelos defensores do livre mercado, ela já é familiar aos chineses desde o tempo dos impérios, mesmo que originalmente restrita ao recrutamento de funcionários de sua burocracia.

Em 1991, a queda da ex-URSS foi um fator para a aceleração da abertura econômica da China (DUMAS, 2018), uma vez que o comunismo, mesmo que reformista, “se provou incapaz de abolir as leis da economia”. *Deng Xiaoping* enxergara de que essa seria a oportunidade de acelerar as reformas e atrair os investimentos estrangeiros. Para isso, *Xiaoping* costurou um acordo político capaz de garantir a continuidade das reformas, o qual Roberto Dumas chamou de “O Grande Compromisso”.

Esse compromisso envolveu o Exército de Libertação do Povo (ELP), que apoiaria a continuidade das reformas em troca de verbas para sua modernização e participação acionária em empresas estatais; os anciãos do próprio Partido Comunista Chinês (PCCh), que teria garantido o monopólio político em troca do financiamento ao ELP; e líderes regionais, que manteriam as remessas de dinheiro ao PCCh em troca da manutenção de seus poderes.

Com o Grande Compromisso praticamente costurado e a volta de *Deng* a vida pública tornado uma realidade, faltava ainda dar o recado claro aos conservadores do Partido. E isso *Deng* o fez na sua famosa viagem a *Shenzhen* em 19 de janeiro de 1992, onde ele inequivocamente proferiu endereçou seu pensamento aos seus rivais e à sociedade que a reforma e a abertura são imprescindíveis, e eu empregaria o exército para garanti-las (DUMAS, 2018).

Além de reforçar a implementação de seu programa de reformas e abertura para o comércio mundial, *Deng* garantiu a estabilidade da sociedade chinesa, em ebulição desde os protestos na Praça Celestial, no ano anterior. O cientista político *Victor Gao* afirma que, desde a excursão de inspeção do sul de 1992, as autoridades chinesas e o povo chinês nunca vacilaram em seu compromisso com a reforma constante e contínua e a abertura irreversível para o mundo (GAO, 2018).

Além disso, em 1994, a nova lei de empresas entrou em vigor. Nela constavam as novas diretrizes do sistema chinês a fim de satisfazer as necessidades de criação de um sistema empresarial moderno, padronizando a organização e as atividades das empresas, para proteger os seus direitos legais e interesses delas, acionistas e credores e manter a ordem social e econômica (BORGONOVİ, 2011)

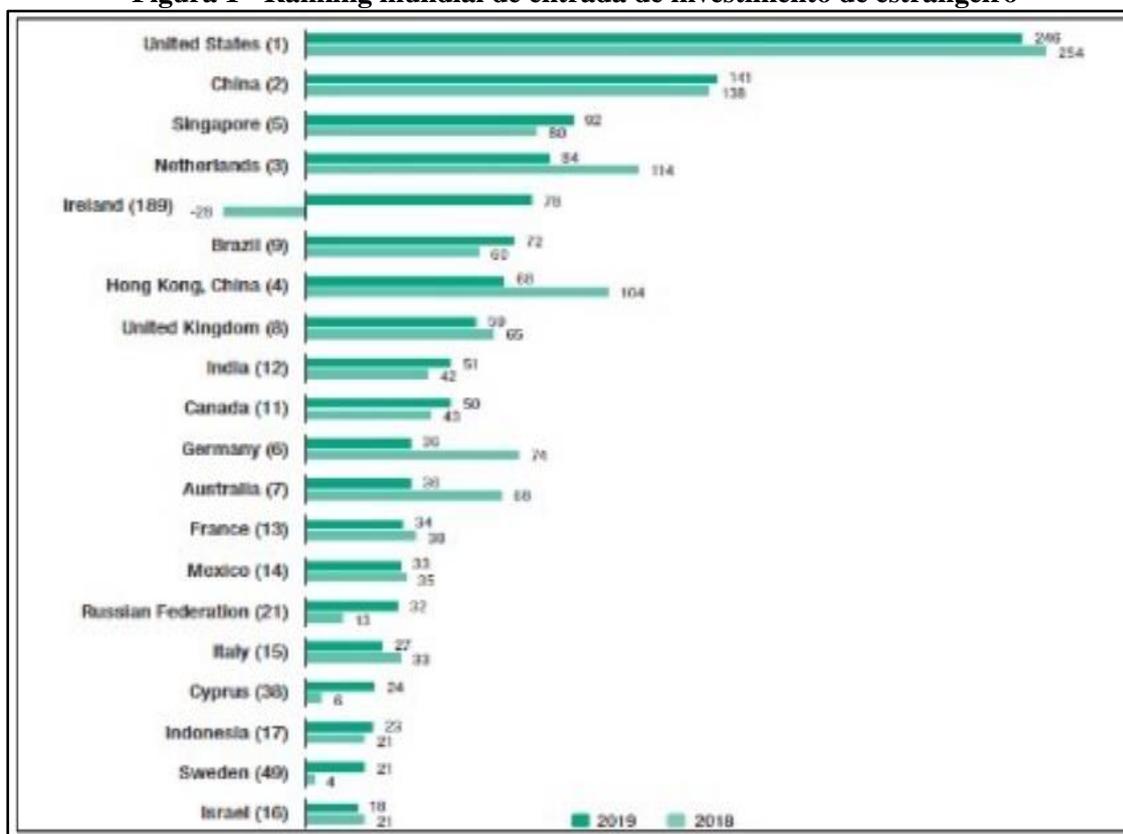
Diante do exposto, podemos inferir que *Deng Xiaoping* sabia que o comunismo estava fadado ao fracasso e conduziu a China para um capitalismo de Estado - um sistema em que a microeconomia possui certa liberdade de atuação no mercado, porém a presença estatal permeia todos os setores da economia e os fatores macroeconômicos são fortemente controlados pelo governo. O líder chinês também teve o desafio de não contrariar as forças maoístas daquele tripé de sustentação (ELP, PCCh e líderes regionais). Com a defesa retórica de que “ser rico é glorioso” e “não importa a cor do gato, desde que pegue o rato”, *Xiaoping* enfim decretou que o sistema do país dali em diante seria o “Socialismo de Características Chinesas”.

3. Uma economia aberta

Os líderes que sucederam *Deng Xiaoping* - *Jiang Zemin*, *Hu Jintao* e *Xi Jinping* - mantiveram a direção chinesa rumo a uma economia cada vez inserida no comércio global. Segundo o Relatório de Investimento Mundial de junho de 2020 - com dados até 2019, antes da atual pandemia, portanto -, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), a China é o 2º maior país

do mundo em entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED), superada apenas pelos EUA, e com tendência de alta, ao contrário do país americano (Figura 1).

Figura 1 - Ranking mundial de entrada de investimento de estrangeiro



Fonte: UNITED NATIONS, 2020.

Quanto à liberdade econômica, a China, apesar de ser comandada por um partido comunista, também apresenta números encorajadores aos olhos dos investidores. No último Índice de Liberdade Econômica, tabulado anualmente pela *Heritage Foundation*, a China aparece na 103ª posição, na categoria de países “Majoritariamente Não-livre”, o que coloca a China à frente de países como a África do Sul (106ª), a Índia (120ª) e o Brasil (144ª) (Tabela 1).

Tabela 1 - Índice de Liberdade Econômica

MOSTLY UNFREE (59.9-50)							
Rank	Country	Overall	Change	rank	Country	Overall	Change
100	Greece	59.9	+2.2 ▲	131	Eswatini	55.3	+0.6 ▲
101	Côte d'Ivoire	59.7	-2.7 ▼	132	Kenya	55.3	+0.2 ▲
102	Uganda	59.5	-0.2 ▼	133	Benin	55.2	-0.1 ▼
103	China	59.5	+1.1 ▲	134	Ukraine	54.9	+2.6 ▲
104	Ghana	59.4	+1.9 ▲	135	Pakistan	54.8	-0.2 ▼
105	Vietnam	58.8	+3.5 ▲	136	Afghanistan	54.7	+3.2 ▲
106	South Africa	58.8	+0.5 ▲	137	Niger	54.7	+3.1 ▲
107	Tonga	58.8	+1.1 ▲	138	Lesotho	54.5	+1.4 ▲
108	Papua New Guinea	58.4	0.0 —	139	Nepal	54.2	+0.4 ▲
109	Trinidad and Tobago	58.3	+1.3 ▲	140	Togo	54.1	+3.8 ▲
110	Senegal	58.0	+1.7 ▲	141	Burma	54.0	+0.4 ▲
111	Belize	57.4	+2.0 ▲	142	Egypt	54.0	+1.5 ▲
112	Sri Lanka	57.4	+1.0 ▲	143	Comoros	53.7	-1.7 ▼
113	Cambodia	57.3	-0.5 ▼	144	Brazil	53.7	+1.8 ▲
114	Uzbekistan	57.2	+3.9 ▲	145	Cameroon	53.6	+1.2 ▲
115	Nicaragua	57.2	-0.5 ▼	146	Ethiopia	53.6	0.0 —

Fonte: HERITAGE FOUNDATION, 2020.

Em outra fonte de comparação, o *Doing Business* - relatório elaborado pelo Banco Mundial para medir a regulamentação do ambiente de negócios de 190 países -, coloca a China na 31ª posição, enquanto o Brasil amarga o posto de nº 124. A China está logo atrás do Japão (29ª) e da Espanha (30ª) e tem um ambiente mais favorável a negócios do que a França (32ª), a Suíça (36ª), Portugal (39ª) e até dos Países Baixos (42ª), historicamente reconhecido como um país afeito aos negócios (WORLD BANK GROUP, 2019).

Enquanto a China, neste relatório, está entre os 30 países que mais protegem os investidores minoritários, o Brasil é apenas o 61º colocado, nessa categoria. A China é o 105º país em valores recolhidos de impostos; já o Brasil, apresenta uma carga tributária menor do que apenas 6 países no ranking: República do Congo, Bolívia, República Centro-Africana, Chade, Venezuela e Somália.

O futuro da China é um retorno ao passado

Importante ressaltar que a macroeconomia chinesa é, sim, obediente aos rumos ditados pelo poder central em Pequim. Por exemplo, há um forte controle cambial do yuan: em relatório publicado em 05 de agosto de 2019, o Departamento de Tesouro Americano expõe uma declaração do Banco Popular da China (PBOC) em que ele admite que acumulou uma rica experiência e continuará a inovar a caixa de ferramentas de controle e tomar as medidas necessárias e direcionadas contra o comportamento de feedback positivo que pode ocorrer no mercado de câmbio estrangeiro.

Outra pesada intervenção do aparato estatal chinês sobre a economia se dá pelas atividades empresariais do Exército chinês. Como descreve o cientista político *Thomas J. Bickfor*, o ELP é proprietário e operador de empresas nos ramos de produção de alimentos, transporte, mineração e serviços, por exemplo (BICKFORD, 1994). Essa vertente “empresarial” do ELP tem origem no já citado “O Grande Compromisso”, de 1979, e tem como finalidade seu autofinanciamento.

A maior fragilidade econômica do país, como apontam alguns especialistas, são os déficits fiscais de suas províncias. *David Stockman*, ex-congressista norte-americano, assevera que o atual sistema, que é baseado na inflação monetária gerenciada pelo Banco Central e na alocação keynesiana de capital será o maior desafio da China (STOCKMAN, 2014). O investidor norte-americano *Jim Chanos*, em entrevista ao canal de notícias Bloomberg em 2020, avaliou que o que é constante na China é a situação da dívida (BLOOMBERG, 2020).

Estimulados por uma lógica de ascensão política, os governantes das províncias estimularam artificialmente suas economias regionais, resultando em aumentos de salários acima da produtividade do trabalhador e em verdadeiras cidades fantasmas (como *Kangbashi*, na Mongólia Interior), cujos empreendimentos imobiliários encontram-se vazios, por não possuírem demanda real. Para dar uma dimensão do problema a ser enfrentado pelo país asiático, somente em 2011 e 2012, anos de agressiva política de estímulos na economia, a China consumiu mais cimento do que os EUA consumiram em todo o século XX! (STOCKMAN, 2014).

4. Para onde a China pretende ir?

Em 13 de março de 2021, o “14º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China e as Metas de Longo Prazo para 2035” foi anunciado de forma oficial. O documento revela que o PCCh está ciente dos enormes desafios à frente, pois enfatiza a necessidade de um crescimento econômico

sustentável, priorizando a qualidade ante a velocidade desse crescimento; liberalização da taxa de câmbio e do fluxo de capital; diminuição de sua dependência de fornecedores estrangeiros em diversas áreas; além de ser a primeira vez, desde 1953, que o plano quinquenal não define um valor específico para o crescimento do PIB (YANAN, 2021).

Ancorando a meta de longo prazo de 2035, o "14º Plano Quinquenal" define 20 indicadores principais em 5 categorias: desenvolvimento econômico, incentivo à inovação, subsistência e bem-estar das pessoas, ecologia verde e garantia de segurança. Entre eles, há 7 indicadores de subsistência e bem-estar, representando mais de 1/3 [dos indicadores] - o mais alto de todos os planos quinquenais (YANAN; XINPING, 2021).

A agropecuária recebe grande atenção, particularmente devido ao impacto na segurança alimentar de seus 1,4 bilhão de cidadãos - cada vez mais ricos e exigentes à mesa. A solução passa por duas estratégias:

1º) restabelecer seus rebanhos suínos (recentemente devastados pela gripe suína), bem como a produção intensiva da soja, alimento desses rebanhos; e

2º) diversificar países fornecedores de alimentos e insumos agrícolas, investindo em países do Oriente Médio e da África, e depender cada vez menos do Brasil e dos EUA.

Outra área muito importante para a China é a de tecnologia. Devido à guerra comercial empreendida pelos EUA e as sanções impostas a empresas de tecnologia chinesas, como a *Huawei* e a *Byte Dance*, obrigaram a China a almejar um aumento dos gastos em P&D e superar os obstáculos de acesso a essa cadeia de produção global. O consultor e colunista André Inohara afirma que a autossuficiência em *microchips* é uma prioridade na China, almejando produzir 70% de sua demanda até 2025 e que o planejamento de Estado prevê investimentos anuais de cerca de 7% do PIB em tecnologias avançadas, como chips de última geração a inteligência artificial (AI) e computação quântica (INOHARA, 2021).

Mesmo com todo o esforço público e privado no desenvolvimento da indústria de semicondutores, a consultoria estima que a China deve atingir uma produção interna de 20% até o final do 14º plano de metas. É um dado muito abaixo do objetivo de Pequim, mas que, mesmo assim, seria um impressionante desenvolvimento exponencial (mais de três vezes a produção doméstica atual), se confirmada a projeção da IC Insights (INOHARA, 2021).

O futuro da China é um retorno ao passado

Essa ambição tecnológica é mais um fator para o atual recrudescimento nas relações com *Taiwan*, já que aquele país abriga a maior produtora de chips do mundo, a *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC).

Para atingir seu intento de se tornar, até 2050, em um poderoso país socialista modernizado próspero, democrático, civilizado, harmonioso e belo (XINHUA NEWS, 2018), a China ainda lança mão de ferramentas políticas, militares e psicossociais.

As ações no campo político estão focadas no fortalecimento do multilateralismo, ou mais precisamente na retórica de que o Sistema Internacional deve respeitar os organismos supraestatais na intermediação de negociações, tais como a Organização Mundial do Comércio. Além disso, os financiamentos e investimentos chineses em diversos países por meio da iniciativa da Nova Rota da Seda podem influenciar os líderes desses Estados na decisão de apoiar os pleitos da China nesses organismos multilaterais.

Quanto ao campo militar, destaca-se o incrível número de comissionamento de navios da marinha chinesa, dentre porta-aviões, corvetas e fragatas. Esse esforço industrial-militar está diretamente relacionado à reivindicação territorial do Mar do Sul da China e à solução da questão de *Taiwan* e a concretização da reunificação completa da Pátria (XINHUA NEWS, 2018).

Mas, para além de uma visão de influência em seu “quintal” geopolítico, essa reivindicação de águas internacionais - que incluem as Zonas Econômicas Exclusivas de 9 países do sudeste asiático - objetiva garantir o controle de rotas marítimas cruciais ao país, incluindo aí a preocupação em garantir, pela força, o livre trânsito no estreito de Malaca, cujo fechamento em um conflito armado representaria, na prática, a insegurança alimentar dos chineses.

Por fim, os chineses não descuidam de um aspecto psicossocial fundamental para sua ascensão como potência global: a manutenção da coesão da nação. O relatório final do 19º Congresso Nacional do PCCh conclama o Partido a começar tratando de questões que mais preocupam o povo e por assuntos que o satisfaçam. A agência oficial do governo chinês afirma que:

A etiqueta social e a civilidade da China serão ainda mais reforçadas, enquanto os valores socialistas fundamentais serão adotados pelo povo. Espera-se uma melhoria significativa na integridade intelectual e moral das pessoas, nas qualidades culturais e científicas, bem como na saúde física e mental (GAZETA DO POVO, 2020).

5. Conclusão

Este artigo não se propôs, tampouco seria possível em tão breve texto, fazer um retrospecto completo da milenar cultura chinesa. Portanto, restringiu-se inicialmente a fazer um recorte histórico a partir das reformas feitas por *Deng Xiaoping*, desde o final da década de 70 do século passado.

Em seguida, foi dada maior ênfase aos aspectos econômico e comercial da China. Foi possível constatar, de forma comparativa, como o país se apresenta mais receptivo aos negócios e investimentos estrangeiros em relação a vários outros países, inclusive o Brasil.

Também foi questionado quais os objetivos estratégicos do país asiático. Por meio da leitura de documentos oficiais do Partido Comunista Chinês, foi possível averiguar o seu empenho em continuar com o rápido desenvolvimento econômico, mas desta vez, preocupando-se em garantir um estado de bem-estar social para o seu povo. Ademais, as Forças Armadas continuam, como desde o acordo costurado por *Xiaoping*, sendo modernizadas e, agora, também capacitadas para respaldar as pretensiosas reivindicações geopolíticas do Estado chinês.

Sob o ponto de vista dos chineses, eles estariam tão somente retornando ao posto que sempre foi deles: o de nação no centro do mundo.

Referências:

BICKFORD, Thomas J. **The Chinese Military and Its Business Operations: The PLA as Entrepreneur**. Asian Survey, Vol. 34, nº 5, p. 460-474, 1994.

BORGONOV, William. **Reformas na economia Chinesa nos anos 80 e breve comparação com a URSS**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade de Campinas, 2011. Campinas: UNICAMP, 2011.

BLOOMBERG. **Chanos on Central Bank Liquidity, Wirecard and Tesla**. Bloomberg, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2CyMubVfsDc&t>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

DUMAS, Roberto. **O Encontro do G20. O Diabo Está nos Detalhes**. Dumas Financial Consulting, 2018. Disponível em: <http://www.dumasconsulting.com.br/encontro-g20/>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

GAO, Victor Zhikai. **Opinion: Why is Deng Xiaoping's 1992 Southern Inspection Tour still relevant today?** CGTN, 2018. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/3451444e79677a6333566d54/share_p.html. Acesso em: 03 de junho de 2021.

GAZETA DO POVO. **O que a China planeja para os próximos cinco anos.** Gazeta do Povo, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/o-que-a-china-planeja-para-os-proximos-cinco-ano>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

HERITAGE FOUNDATION. **Index of Economic Freedom.** Heritage Foundation, 2020. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/ranking>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

INOHARA, Andre. **A caminho da autossuficiência, China deve triplicar produção doméstica de chips.** Gazeta do Povo, 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/missao-china/opinio-china-deve-triplicar-producao-domestica-de-chips-n-os-proximos-anos>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

JOHNSON, Steve. **Chinese wages now higher than in Brazil, Argentina and Mexico.** Financial Times, 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f4a260e6-f75a-11e6-bd4e-68d53499ed71>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

MISES, Ludwig Von. **O Cálculo Econômico em uma Comunidade Socialista.** São Paulo: LVM, 2018.

STOCKMAN, David. **Por que a China vai implodir?** Instituto Mises Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1868>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

UNITED NATIONS. **World Investment Report 2020.** United Nations Conference on Trade and Development, 2020. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2020>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

WORLD BANK GROUP. **Doing Business.** The World Bank Group, 2019. Disponível em: <https://portugues.doingbusiness.org/pt/rankings>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

YANAN, Lu. XINPING, Li. **14º plano quinquenal da China estabelece novas metas de crescimento econômico e social.** Diário do Povo, 2021. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2021/0407/c309806-9836502.html>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

XINHUA NEWS. **Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China.** Xinhua News, 2017. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c136726423.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

A AGENDA DE DEFESA BRASILEIRA NA ÁFRICA E A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL: BREVE ANÁLISE SOBRE A COOPERAÇÃO MILITAR NO ÂMBITO DA ZOPACAS*

Filipe Machado Carolino¹
Fernando Ferreira Manhães²

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece o Atlântico Sul e a costa ocidental africana como áreas de interesse prioritário na agenda de defesa do Brasil, devido à sua incontestável importância estratégica, o qual acolhe a denominada Amazônia Azul, ecossistema de área comparável à Amazônia brasileira e de vital relevância para o país (BRASIL, 2016a). Tal interesse brasileiro no Atlântico Sul já era apontado por Meira Mattos, que estabeleceu como imperativo geoestratégico inevitável do país a garantia da segurança atlântica, onde a costa ocidental africana constitui elemento fundamental.

Durante a Guerra Fria, o Atlântico Sul já era entendido como uma zona de tensão geopolítica devido a seus recursos naturais e valor como rota comercial (AGUIRRE, 1987). Assim, em 1986, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com objetivo de promover a cooperação regional e a diminuição da presença militar extrarregional (ONU, 1986).

Atualmente, a importância estratégica do Atlântico Sul se exacerbou com as novas descobertas de petróleo na Amazônia Azul e no Golfo da Guiné e a consolidação da área como linha marítima relevante ao comércio internacional (VAZ; MIGON, 2013). Ademais, novas ameaças à segurança se estabeleceram, tais como: a presença militar de atores extrarregionais, com a criação do United States Africa Command (US AFRICOM), em 2007 e a reativação da IV Frota norte-americana, em 2008; o avanço da pirataria no golfo da Guiné; a instabilidade social e política de países como a República Democrática do Congo e a Nigéria; além dos crimes transnacionais.

Amorim e Chiozzo (2017) defendem que no caso do Atlântico Sul, a comunidade de segurança seria baseada, principalmente, na securitização de ameaça externa, e a partir desta, decorrer a necessidade de estabilização regional. Os autores complementam sua ideia, afirmando que a ameaça comum a ser securitizada seria aos recursos naturais

* Artigo originalmente publicado em 06 de setembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Major do Exército Brasileiro.

A agenda de defesa brasileira na África e a segurança do Atlântico Sul: breve análise sobre a cooperação militar no âmbito da ZOPACAS

e energéticos marinhos disponíveis no Atlântico Sul, e sua derivação decorrente de estabilização regional, a ZOPACAS (AMORIM; CHIOZZO, 2017).

Nesse contexto, em 2013, durante a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, foi aprovado um plano de ação que, no âmbito da defesa, acordou o aumento da interação entre as Forças Armadas, o incremento das forças navais e aerotransportadas dos países membros, a promoção de exercícios combinados, e o estabelecimento de um grupo de trabalho para explorar as oportunidades em operações de paz (MRE, 2013). Naquela ocasião, o Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, afirmou que ao aprofundarmos nossas relações, evitaremos que o Atlântico Sul seja visto como um vazio de poder e, portanto, atraia forças externas às nossas regiões (AMORIM, 2016). No mesmo sentido, em 2020, o Presidente Bolsonaro afirmou durante Assembleia Geral da ONU que o Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (BRASIL, 2020a). Corroborando seu discurso, o presidente brasileiro recebeu, entre julho e agosto de 2021, os chefes de Estado do Cabo Verde e da Guiné-Bissau, senhores *Jorge Carlos de Almeida Fonseca* e *Umaro Sissoco Embaló*, respectivamente, para discutir, entre outros temas, a cooperação em defesa (VERDÉLIO, 2021a, 2021b).

Buzan e Wæver (2003, p. 44), definem Complexo Regional de Segurança (CRS) como “um grupo de unidades cujos maiores processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados, que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou solucionados independentemente”.³ A manifestação política dos Estados integrantes da ZOPACAS de cooperar no âmbito da defesa para continuar a combater o tráfico de drogas e a pirataria (MRE, 2013) é evidência de que já existe certa interdependência nas questões de segurança no Atlântico Sul.

Nesse sentido, fundamentados na teoria dos CRS, Amorim e Chiozzo (2017) afirmam que o atual cenário geopolítico - onde o Brasil possui nível de estrutura de defesa mais elevada que os demais membros da ZOPACAS, além de hegemonia regional e um papel estabilizador no cone sul- está conduzindo ao surgimento de um Subcomplexo Regional de Segurança Sul Atlântico:

³ No original: “a set of units whose major processes of securitization, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another”

“Logo, o Atlântico Sul [...] transformar-se-ia, através da formação de uma identidade sul-atlântica de pertencimento à ZOPACAS e todos os valores que a iniciativa regional representa [...]

Tal configuração apresentaria um padrão próprio de solução das ameaças neotradicionais presentes no espaço marítimo, centrado na cooperação e confiança mútuas em um Subcomplexo Regional de Segurança do Atlântico Sul” (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p. 118).

Como liderança regional no âmbito da ZOPACAS, o Brasil fomenta atividades de cooperação no âmbito da defesa. Essa modalidade de cooperação é indispensável a um Estado que queira inserir-se no sistema internacional, pois permite o desenvolvimento com menor dependência em relação às grandes potências. Nesse ínterim, para Mawdsley (2012), os países do Sul, como o Brasil, passaram a desenvolver programas de cooperação em defesa que incluem treinamento de pessoal, fornecimento de equipamento, apoio logístico e auxílio em emergências humanitárias.

A Política Externa Brasileira apresenta sua cooperação como inovadora e eficaz, baseada na solidariedade e horizontalidade (MILANI, 2018), e as autoridades brasileiras fundamentam seu discurso em argumentos históricos, sociais e culturais, para criar laços com os países africanos, como o passado colonial comum, e a trajetória como recipiente de ajuda externa dos países do Norte (AMORIM, 2016; MILANI; DUARTE, 2015). Nesse escopo, percebe-se um conjunto de interações particularmente nos assuntos de defesa entre as Forças Armadas brasileiras e africanas.

No que se refere à interação entre as Forças Armadas e ao treinamento de pessoal, o Exército Brasileiro desenvolve desde 2013, por intermédio do Projeto África, atividades de cooperação com exércitos africanos. A região é a prioridade do Exército Brasileiro para desenvolvimento de ações de cooperação, estando dentro do que se definiu como região do arco de cooperação (BRASIL, 2016b).

No campo da cooperação técnico-militar, cabe destacar, desde 2016, a Missão Brasileira de Cooperação em Engenharia Militar no Senegal; e a designação de instrutor e monitor nas escolas nacionais de oficiais e suboficiais da ativa, que reúnem militares de oito nações integrantes da ZOPACAS, além de militares de nações africanas vizinhas (BRASIL, 2015; BRASIL, 2020b).

A Marinha do Brasil tem apoiado a implementação de um programa de desenvolvimento do Poder Naval angolano, com assessoria técnica, materiais e equipamentos brasileiros, permitindo o fortalecimento das patrulhas na costa angolana a fim de melhor combater as ameaças nas águas do Atlântico Sul (MARTINI, 2014).

A agenda de defesa brasileira na África e a segurança do Atlântico Sul: breve análise sobre a cooperação militar no âmbito da ZOPACAS

Iniciativa semelhante é desenvolvida com a Namíbia desde 1994 (MRE, 2021), com São Tomé e Príncipe desde 2009 (POGGIO, 2009), e com Cabo Verde desde 2013 (MD, 2013).

Além disso, as Forças Armadas brasileiras têm aumentado sua participação em exercícios militares multinacionais na área do Atlântico Sul. Nesse diapasão, a Marinha do Brasil participou do Exercício *Obangame Express 2019*, com a participação de 16 dos 24 países integrantes da ZOPACAS, contribuindo para aumentar a segurança e a melhoria da gestão dos recursos naturais na zona do Golfo da Guiné (SANTOS, 2018).

Outro exercício multinacional com participação de alguns integrantes da ZOPACAS é a Operação Felino, que ocorre bienalmente desde o ano 2000, se materializando como oportunidade de promoção da cooperação, da amizade e da união entre as nações, capacitando as Forças Armadas brasileiras e estrangeiras no emprego em missões de paz e ajuda humanitária, nos níveis táticos e operacional (MD, 2017). Importante ressaltar que a Operação Felino é um exercício que envolve os nove países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dos quais seis pertencem à ZOPACAS, tornando-se importante instrumento de integração também desse organismo.

Na modalidade de cooperação trilateral⁴, uma equipe brasileira composta por especialistas em Operações na Selva, denominada *Jungle Warfare Mobile Training Team* (JWMTT), conduz, desde 2019, um programa de instrução (*In-Mission Training Program*) para capacitação dos batalhões da Brigada de Intervenção da Força de Paz da ONU na República Democrática do Congo (ONU, 2019). O programa conduzido pelos brasileiros, calcada em doutrina autóctone de combate na selva, vem possibilitando uma resposta rápida e adequada aos desafios enfrentados pela Brigada de Intervenção, contribuindo para a diminuição das atividades de grupos armados ilegais e, conseqüentemente, com a proteção dos civis (CARVALHO FILHO, 2020).

O Brasil firmou como objetivos nacionais de defesa a contribuição para a estabilidade regional, o incremento da projeção do país no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2016b). Considerando que o Atlântico Sul é parte incontestada do seu entorno estratégico, espera-se que, como país

⁴ Cooperação trilateral é uma modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais (ABC, 2012).

com maior peso econômico e militar da região, o Brasil lidere iniciativas para promover condições favoráveis à realização da cooperação entre os países limítrofes. Enquanto existirem pontos de tensão política e social, a segurança estará comprometida, não por uma ameaça externa, mas por ameaças assimétricas alimentadas pelas condições de subdesenvolvimento e atraso econômico-social (ALMEIDA, 1988; SILVA, 2017).

As atuais atividades de cooperação no âmbito da defesa estão em fase de consolidação, em especial no campo naval, com o auxílio na formação das forças navais que aumenta, significativamente, a capacidade de segurança marítima dos países africanos, além de incrementar a interoperabilidade entre as forças navais. A participação brasileira em missões de paz da ONU também contribuiu decisivamente para trazer estabilidade à região, e não só com contingentes constituídos. A equipe de treinamento móvel em Guerra na Selva, que atua na República Democrática do Congo, é exemplo positivo da flexibilidade de atuação dos militares brasileiros em missões de paz.

No entanto, ainda há espaço para melhorias. O Plano de Ação Montevideu estipula o aumento de forças aerotransportadas nos países da ZOPACAS. O Brasil tem condições de realizar treinamento e intercâmbios nessa área por meio da Brigada de Infantaria Paraquedista, com apoio das aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Por fim, pode-se concluir que a agenda de defesa do Brasil na África, especialmente junto aos países limítrofes do Atlântico Sul deveria ser priorizada a médio e longo prazo, a fim de possibilitar a consecução dos objetivos de defesa listados na Política Nacional de Defesa, o que permitiria a consolidação do Brasil como liderança na região.

Referências:

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Trilateral com Organismo Internacional**. ABC, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Gestao/TrilateralOrganismo>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Geoestratégia do Atlântico Sul**. A Defesa Nacional, nº 738, 1988.

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: FUNAG, 2016

A agenda de defesa brasileira na África e a segurança do Atlântico Sul: breve análise sobre a cooperação militar no âmbito da ZOPACAS

AMORIM, Wellington Dantas de; CHIOZZO, Vitor Deccache. **Comunidade de segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança?** Revista da Escola de Guerra Naval, Vol. 23, nº 1, p. 99-130, 2017.

AGUIRRE, Maria Cecília. **A política do poder na história do Atlântico Sul.** A Defesa Nacional, nº 729, 1987.

BRASIL. **Exército Brasileiro.** Boletim do Exército, nº 19, p. 44- 48, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional.** Brasília: Exército Brasileiro, 2016b.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).** Brasil, 2020a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Relatórios de missões no exterior.** Brasília: Exército Brasileiro, 2020b.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARVALHO FILHO, Adelmo de Sousa. **As Forças Armadas Brasileiras e o seu protagonismo nos treinamentos das tropas da ONU em operações na selva.** Revista do Exército Brasileiro, Vol. 156, nº 3, p. 3-10, 2020.

MD - MINISTÉRIO DA DEFESA. **Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde.** MD, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-defesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

MD - MINISTÉRIO DA DEFESA. **Autoridades militares da CPLP acompanham a Operação Felino.** MD, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/autoridades-militares-da-cplp-acompanham-a-operacao-felino>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

MARTINI, Fernando Nunão de. **Brasil vai apoiar desenvolvimento do Poder Naval de Angola.** Poder Naval, 2014. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2014/09/06/navios-patrolha-que-brasil-fornecera-a-angola-serao-de-500-toneladas/>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

MAWDSLEY, Emma. **From recipients to donors: Emerging powers and the changing development landscape.** London: Zed Books, 2012

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. **Solidariedade e Interesse: Motivações e Estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Curitiba: Appris, 2018.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; DUARTE, Rubens de Siqueira. **Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil.** In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, LUIS FERNANDO. Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais, Cap. 6, p. 51-79, 2015. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS - Declaração de Montevideú.** MRE, 2013 Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-encontro-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-declaracao-de-montevideu. Acesso em: 25 de maio de 2021.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República da Namíbia.** MRE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-namibia>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolución 41/11 Zona de paz y cooperación del Atlántico Sur.** Nova Iorque: Nações Unidas, 1986.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Brasil enviará oficiais do Exército para missão da ONU na República Democrática do Congo.** ONU Brasil, 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83051-brasil-enviara-oficiais-do-exercito-para-missao-da-onu-na-republica-democratica-do-congo>. Acesso em: 1 de junho de 2021.

POGGIO, Guilherme. **Assinado acordo de cooperação naval Brasil-São Tomé e Príncipe.** Poder Naval, 2009 Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2009/03/23/assinado-acordo-de-cooperacao-naval-brasil-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Exercício militar Obangame no Golfo de Guiné tem participação brasileira.** Observatório da África, 2018. Disponível em: <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2018/03/22/exercicio-militar-obangame-no-golfo-de-guine-tem-participacao-brasileira>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

SILVA, Henry Iure de Paiva. **Defesa do Atlântico Sul e segurança energética no Brasil.** Revista da Escola de Guerra Naval, Vol.23, nº 1, p. 157-190, 2017.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na zona de paz e cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 28, nº 56, p. 110-131, 2013.

VERDÉLIO, Andrea. **Cabo Verde quer ampliar relacionamento econômico com o Brasil: Presidente cabo-verdense se reuniu hoje com Bolsonaro em Brasília.** Agência Brasil, 2021a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/cabo-verde-quer-ampliar-relacionamento-economico-com-o-brasil>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

VERDÉLIO, Andrea. **Guiné-Bissau quer diversificar relacionamento com o Brasil:**

A agenda de defesa brasileira na África e a segurança do Atlântico Sul: breve análise sobre a cooperação militar no âmbito da ZOPACAS

Presidente do país africano foi recebido por Bolsonaro em Brasília. Agência Brasil, 2021b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-08/guine-bissau-quer-diversificar-relacionam-ento-com-o-brasil>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

AFEGANISTÃO: EPICENTRO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL*

Anselmo de Oliveira Rodrigues¹

Após a *Al-Qaeda* ter assumido a autoria dos atentados terroristas ocorridos em 11/09/2001, os EUA iniciaram uma verdadeira caçada à *Osama Bin Laden*, se lançando pesadamente no combate ao terrorismo. E assim, em outubro de 2001, os norte-americanos investiram contra o Afeganistão, dando início a uma típica guerra do século XXI: Estados x atores não estatais.

De lá para cá, muita coisa mudou. Após eliminarem *Osama Bin Laden*, os norte-americanos continuaram no país, e sob a justificativa de reconstruir um Estado literalmente falido, foram estendendo seu tempo de intervenção no Afeganistão. Sem lograr êxito em tal empreitada, *Joe Biden* ignorou os relatórios oriundos da inteligência estadunidense e no pronunciamento realizado em 30 de agosto de 2021, decretou oficialmente a saída dos EUA no Afeganistão, deixando o país à própria sorte.

A cena que retrata centenas de afegãos se pendurando na aeronave norte-americana, no aeroporto em *Cabul*, numa vã tentativa de fugirem do país, exemplifica muito bem o estado atual do Afeganistão. Mesmo sendo um Estado falido, muito se engana quem o considera irrelevante no cenário global. Por mais paradoxal que possa ser, a falência de um Estado nem sempre afeta seu *status* geopolítico. Este artigo vai na contramão de *Joe Biden* e apresenta quatro motivos que levam a crer que o Afeganistão é o epicentro da geopolítica global nos dias atuais.

1º Motivo - Refugiados

Em que pese o competente trabalho realizado pelos norte-americanos na retirada de quase 100 mil afegãos num curto espaço de tempo, há outros 20 milhões que ficaram no Afeganistão: alguns por vontade própria e outros sequer não tiveram a opção de escolha.

Sob o ponto de vista local e regional, possivelmente muitos afegãos deverão fugir do país. Como o Estado possui cerca de 20 milhões de habitantes, espera-se que dentro em breve o Afeganistão seja responsável por uma grande onda de refugiados, fato que

* Artigo originalmente publicado em 27 de setembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do OMPV.

causará reflexos diretos nos países vizinhos, principalmente Irã e China.

Sob o ponto de vista global, tão importante quanto a retirada de quase 100 mil pessoas, é o estabelecimento dos locais onde elas serão realocadas, responsabilidade que não está circunscrita aos EUA. Pelo contrário, é necessário um esforço multinacional, haja vista a complexidade e a sensibilidade dessa tarefa. Como exemplo da magnitude desse desafio, a operação Acolhida, coordenada pelo Ministério da Defesa no Brasil, já nos mostra que a interiorização dos refugiados venezuelanos no Brasil é uma tarefa difícil. Agora, imagine realocar dezenas de milhares de pessoas com culturas muito distintas das ocidentais?

2º Motivo - Grupos extremistas

Incrédula, a comunidade internacional assistiu o *Talibã* ocupar o poder do Afeganistão. Tal fato chamou a atenção de todos quanto à grande fragilidade do país e, principalmente, quanto à conduta do *Talibã* que, mesmo depois de vinte anos de ocupação norte-americana, se mostrou robusto e estruturado o suficiente para realizar a operação de forma rápida e exitosa.

No contexto local, inevitavelmente os afegãos serão os principais afetados com o *Talibã* no poder. Apesar da promessa do grupo extremista em se adequar aos preceitos democráticos (liberdade de imprensa, igualdade de sexos, liberdade de expressão, etc...), é improvável que o *Talibã* mude seu DNA extremista e se adeque aos valores ocidentais.

No contexto regional e global, a ousadia do *Talibã* provavelmente servirá de estímulo para que outros grupos extremistas realizem ações semelhantes mundo afora. O conseqüente encorajamento do *jihadismo* a nível global, fatalmente resultará no recrudescimento de ações terroristas nos países ocidentais, principalmente nos EUA, país considerado como o inimigo em comum em todos os grupos *jihadistas*.

3º Motivo - Espólios de Guerra (materiais de emprego militar - MEM)

A saída dos EUA possibilitou a liberdade de ação necessária para que o *Talibã* pudesse avançar rapidamente e, literalmente, tomar de assalto o Afeganistão. Sem contar com o apoio dos norte-americanos, somente restou às colapsadas tropas afegãs o pífio papel de se renderem, sem sequer esboçarem um mínimo de resistência.

Nesse duelo, o pêndulo declinou favoravelmente ao *Talibã* que, em curto espaço de tempo, viu seu poderio militar aumentar exponencialmente através dos espólios obtidos junto às tropas afegãs. *Mark Cancian*, Coronel veterano da Marinha dos EUA e

analista do *Center for Strategic and International Studies*, disse que o arsenal de guerra destinado pelos EUA para mobiliar as tropas afegãs era composto por cerca de 600 viaturas, 170 veículos blindados para transporte de pessoal, 64.000 metralhadoras, 16.000 óculos de visão noturna, 170 peças de artilharia, 358.000 rifles de assalto, dezenas de helicópteros e dezenas de aeronaves de transporte.

Numa perspectiva local, infelizmente esses MEM nas mãos do *Talibã* resultarão no aumento da violência no país. Numa perspectiva regional e global, é interessante grifar que além do *Talibã* necessitar de recursos financeiros para administrar o Afeganistão, o grupo não possui recursos humanos capacitados para operar/manusear boa parte desses MEM recém-adquiridos.

Assim, é provável que por meio da *dark web* ou outra rede clandestina, o grupo venda parte desses espólios para outros grupos extremistas ou até para determinados Estados, fato que aumentará consideravelmente a violência ao redor do planeta.

4º Motivo - Espólios de Guerra (materiais sensíveis)

Além dos MEM, é importante destacar que o *Talibã* herdou, como espólios de guerra, os materiais sensíveis que equivocadamente os norte-americanos deixaram em seu processo de retirada no Afeganistão. Documentos estratégicos, relatórios de inteligência, computadores, planos operacionais e documentos diplomáticos, são apenas alguns, dos materiais sensíveis deixados pelos norte-americanos em solo afegão. Apesar dos vultosos recursos que podem ser auferidos pela venda dos MEM, não restam dúvidas de que os materiais sensíveis representam os espólios de guerra mais preciosos herdados pelo grupo extremista.

Detentores de cifras incalculáveis, esses materiais guardam informações de tudo aquilo que é considerado importante no Afeganistão e em todos os países da região, pois possuem a incrível capacidade de concatenar o passado, o presente e o futuro do país e da Ásia Central, sob duas importantes perspectivas: *intra corporis* (percepção dos afegãos) e *extra muros* (percepção dos norte-americanos).

A posse desses espólios indubitavelmente ocasionará a mudança de patamar do grupo extremista no cenário mundial. Dentro em breve, o *Talibã* tentará se estabelecer como Estado e atuará nas mais diversas plataformas políticas para legitimar seu intento. Não pelo acaso, em 21 de setembro de 2021, o *Talibã* solicitou junto à ONU para estar presente na conferência da instituição, já discursando em nome do Afeganistão.

Além das Nações Unidas, outra plataforma que certamente o grupo extremista

Afeganistão: epicentro da geopolítica global

utilizará será a busca de um diálogo com Estados considerados vitais em sua estratégia. Por exemplo, com os EUA, o *Talibã* poderá utilizar o artifício da chantagem para obter apoio político ou auferir recursos financeiros (vide o caso *Wikileaks*). Com a Rússia, China e Irã, o *Talibã* poderá empregar os materiais sensíveis como moeda de troca para receber apoio político, financeiro e até militar, haja vista que russos, chineses e iranianos estão ávidos para saber quais são os reais interesses dos norte-americanos em suas respectivas áreas de responsabilidade: Ásia Central.

Conclusão

Por fim, mesmo sendo um Estado colapsado e estando longe de ser um *player global*, o Afeganistão ocupa uma posição estratégica no tabuleiro geopolítico atual. Com o *Talibã* no poder estatal, há reais possibilidades de que haja um desencadeamento em cascata de vários fenômenos importantes em escalas local, regional e global, fato que o coloca no epicentro da geopolítica global.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL COMO ENTORNO ESTRATÉGICO*

*Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza¹
Marcus Vinicius Cardoso Monteiro²*

1. Introdução

O Entorno estratégico é a área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Cabe destacar, a Política Nacional de Defesa (PND) estabelece que, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (PND). O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte, segundo define o Plano Estratégico da Marinha - PEM 2040 (BRASIL, 2020a).

A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul, o qual acolhe a denominada Amazônia Azul, ecossistema de área comparável à Amazônia territorial brasileira e de vital relevância para o País, na medida em que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil.

* Artigo originalmente publicado em 29 de novembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

Figura 1 - Entorno Estratégico



Fonte: BRASIL, 2020a.

O Atlântico Sul detém significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas. Além disso, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região.

No lado ocidental do Atlântico Sul, sobressai a Amazônia Azul, de dimensões comparáveis às da Amazônia, onde o Brasil detém direitos de soberania para aproveitamento econômico dos recursos naturais, quer existentes na massa líquida ou no subsolo marinho. Essa ideia-força congrega as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), que representam um patrimônio de alta relevância para a nação.

Figura 2 - Amazônia Azul



Fonte: QUADROS, 2021.

A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela Marinha do Brasil (MB), com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III). Esse conceito visa despertar na sociedade brasileira o interesse acerca das riquezas imersas nessa gigantesca massa de água que contorna o Brasil, alertando sobre a necessidade de preservação e as vulnerabilidades envolvidas.

Figura 3 - Caracterização da Amazônia Azul



Fonte: WILLRICH, 2018.

A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico

A importância estratégica do Atlântico Sul, no contexto do conceito político-estratégico da Amazônia Azul, possui as seguintes vertentes: Soberania; Científica; Ambiental e Econômica.

2. A importância do Atlântico Sul pela vertente da soberania

Os oceanos naturais são espaços de projeção de poder nas relações entre os países do mundo. Ao analisar-se tal fato sob a ótica da vertente da soberania, percebe-se que o Atlântico Sul, estando inserido no entorno estratégico brasileiro, possui um elevado grau de envolvimento com a segurança nacional, já que qualquer ameaça que nele surja, pode afetar nossos interesses e, por conseguinte, a nossa soberania.

Segundo a PEM - 2040, a soberania no Atlântico Sul estaria diretamente ligada às atribuições da Marinha do Brasil, pois é ela quem representa a autoridade do Estado e tutela o uso da força no mar (BRASIL 2020a). No caso do enfrentamento de variadas e complexas ameaças da atualidade que possam advir naquele ambiente marítimo, caberia a nossa força naval a defesa dos interesses brasileiros perante as mesmas.

Nas duas últimas décadas, as ações brasileiras no Atlântico Sul e a maior cooperação com os países africanos fortaleceram a presença brasileira nessas regiões, como, por exemplo, por meio da constituição da Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul (Zopacas), em 1986, de acordo com Lima et al. (2017). Cabe destacar que a Zopacas tem contribuído para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul.

Nesse contexto, ainda em relação ao Atlântico Sul, a PND (BRASIL, 2020b) destaca que é possível perceber “o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região”, o que demanda do Brasil ações em prol da defesa de seus interesses face a essa gama de ameaças.

Ainda em relação ao aspecto da soberania, é possível notar que as grandes potências têm intensificado sua atuação no Atlântico Sul. Tal fato ocorreu após as descobertas de petróleo na região e pode ser visto, por exemplo, no controle britânico de pequenas ilhas e na reativação da IV Frota Naval estadunidense em 2008, levando o Brasil a buscar uma aproximação e cooperação em temas sensíveis com os países africanos, numa clara estratégia de diversificação de parcerias da diplomacia brasileira.

Desse modo, pelo que foi apresentado, a importância do Atlântico Sul para a soberania do Brasil fica evidente. A região contém riquezas materiais indispensáveis ao país, como a Amazônia Azul e o Pré-Sal, dentre outras, sinalizando a importância estratégica que ela possui, exigindo do governo brasileiro a intensificação das capacidades de prover segurança marítima e assim defender os interesses da nação.

3. A importância do Atlântico Sul pela vertente científica

De acordo com o PEM - 2040, A vertente científica trata das potencialidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, aos desdobramentos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha e à necessidade de preservação de conhecimentos sobre o ambiente marítimo, que podem, também, ser empregados por forças navais na defesa dos interesses dos respectivos Estados. (BRASIL, 2020a).

Uma das potencialidades científicas existentes no Atlântico Sul, particularmente na região da Amazônia Azul, se refere à pesquisa e exploração do Pré-sal, iniciada neste século pelo Brasil. O desenvolvimento tecnológico em prospecção de petróleo em águas mais profundas, proporcionou ao país o status de autossuficiente em relação a esta fonte de energia.

Outro aspecto relevante se refere à biodiversidade existente neste ambiente marítimo. A riqueza da vida marinha proveniente da região é comparável à da Amazônia Verde, apesar de ser, até então, menos explorada. O governo brasileiro tem buscado a preservação da Amazônia Azul por meio de programas e ações voltadas para o uso racional e sustentável dos recursos naturais no litoral brasileiro.

Nesse sentido, um exemplo de ação implementada pelo país é a do Programa de Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (BIOMAR). Ele desenvolve conhecimentos, absorve tecnologias e promove a inovação em produtos, serviços e processos para o aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico de plantas, animais e microrganismos marinhos existentes nas zonas costeiras brasileiras.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico voltado ao litoral brasileiro, a Marinha do Brasil está implementando o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). Segundo Arruda (2014), ele será um conjunto de diversos sistemas que já possuímos e possibilitará um total conhecimento sobre o que se passa na superfície e no espaço aéreo das águas jurisdicionais brasileiras e em boa parte do Atlântico Sul. O autor também destaca que o SisGAAz também contribuirá com a vigilância e a

segurança marítimas, emergências, prevenção da poluição ambiental e reação às chamadas novas ameaças, favorecendo a preservação e proteção do ambiente marítimo brasileiro.

Dessa forma, em relação a importância do Atlântico Sul na vertente científica, fica claro as potencialidades de pesquisa e desenvolvimento que a região permite ao país e como isso pode favorecer ao seu desenvolvimento, sendo um objetivo nacional evitar que esse território marítimo seja impactado negativamente pela exploração indevida de seus recursos minerais, energéticos, biológicos e biotecnológicos, que poderia trazer sérios prejuízos ao Brasil.

4. A importância do Atlântico Sul pela vertente ambiental

No tocante à vertente ambiental, ela assume um viés mais regulatório, posto que a continuidade dos espaços oceânicos e a mobilidade das correntes marinhas ampliam a possibilidade de tráfico de espécies e a exploração comprometidora do ambiente marinho. Dessa forma, tal vertente aponta para a necessidade de assumirmos um papel construtivo de acordos, pela relevância que essa temática vem assumindo no âmbito internacional (RODRIGUES, 2021).

Os problemas ambientais relacionados aos oceanos costumam ser bastante complicados, considerando-se que os oceanos são sistemas ambientais complexos e bastante amplos, possuindo uma rica biodiversidade de animais e plantas. Os impactos ambientais neles, de modo geral, costumam ser grandes, por se tratar de áreas geográficas consideráveis.

Nesse sentido, a preservação dos recursos do Atlântico Sul tem significativa importância seus Estados costeiros, valorizando o potencial desse ambiente oceânico para a criação de riqueza, emprego e sua ligação com o desenvolvimento sustentável e o papel desempenhado pelas atividades econômicas “tradicionais” (exploração de recursos marinhos vivos, hidrocarbonetos *offshore*, atividades portuárias, indústria naval, transporte marítimo, turismo costeiro) e emergentes e inovadoras (energia renovável, biotecnologia marinha, mineração, dessalinização, proteção ambiental, defesa e segurança, pesquisa e educação)

Outro aspecto relevante é que a questão ambiental tem pautado diversos fóruns internacionais e merece ser analisada em suas distintas frentes. A primeira delas é a ocorrência de crimes ambientais, que podem ter repercussão prolongada e negativa, como ocorreu no vazamento de óleo na costa brasileira em 2019 (BRASIL, 2020a).

Os desastres ambientais no Atlântico Sul são uma forte ameaça à economia, devido à degradação das fontes de arrecadação pelo turismo, pelos custos que impõem à saúde pública ou, ainda, pelas restrições operacionais que geram em determinadas áreas marítimas.

Esses desastres podem ser ocasionados pelo tráfego de navios e pela exploração de recursos minerais e energéticos. Os navios podem eliminar lixo e petróleo na água, afetando diretamente diversas espécies de animais marinhos e populações de algas, o que impacta a produção de oxigênio, causando a morte de peixes e, conseqüentemente, o desequilíbrio na fauna marinha e cadeia alimentar, impactando na expressiva biodiversidade atlântica.

No que tange à dimensão oceano-política, o risco crescente de ingerência estrangeira com respaldo de uma opinião pública internacional comprometida com o meio ambiente é uma considerável ameaça à soberania nacional (BRASIL, 2020a).

Mediante o exposto, a importância do Atlântico Sul em relação à vertente ambiental é evidenciada por suas riquezas minerais e biodiversidade marinha, que permitem o desenvolvimento econômico brasileiro. A manutenção dessas riquezas é essencial para a projeção de poder e defesa da soberania do País.

5. A importância do Atlântico Sul pela vertente econômica

Segundo o previsto no PEM - 2040, a vertente econômica está relacionada ao desenvolvimento nacional, baseada nas riquezas de recursos vivos e não vivos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e na importância do transporte marítimo para o comércio exterior. A projeção econômica para o mar tem relevância histórica na inserção das potências marítimas no concerto das nações (BRASIL, 2020a).

Historicamente, o Atlântico Sul apresenta-se como plataforma de comércio triangular entre o Brasil e o continente africano, estabelecendo vínculos comerciais e econômicos intensos, sendo marcado inicialmente pelo tráfico negreiro e comercialização de produtos tropicais entre os dois territórios. Nota-se, portanto, como a história da formação do Estado Brasileiro desenrola-se ao redor desta região.

Em 2006, foi anunciada pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a descoberta de indícios de petróleo na camada do pré-sal. Essa descoberta indicava uma expansão econômica, e política, para o Brasil. A expectativa era de que o Brasil se tornasse, a partir de então, um país exportador de petróleo

A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico

A camada de pré-sal, localizada no Brasil, é uma faixa litorânea, a mais de 7 quilômetros de profundidade da superfície do mar, que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina. A estimativa é de que compreenda mais de 100 bilhões de barris de petróleo e gás. O petróleo encontrado nesta camada é originário da separação geológica da América do Sul e África, que por conta da forte pressão e do calor do centro da terra, transformou os detritos em óleo e gás.

Cabe destacar que o petróleo consiste em uma *commodity* que além do fator energético, representa também influência política. A autossuficiência de um país em possuir jazidas de petróleo, e por sua vez, a capacidade controlar o seu preço, caracteriza-se como uma fonte de poder.

Atualmente, a Amazônia Azul é detentora de 85% do petróleo, 75% do gás natural, 45% do pescado nacional e mais de 95% do comércio exterior brasileiro, com existência de quantidade expressiva de recursos naturais minerais e de biodiversidade. Além disso, nessa área estão localizados 100 portos públicos e 128 privados.

Nesse contexto, evidencia-se que existe uma forte condição de dependência energética do Brasil em relação a sua região costeira e marítima, o que significa que se deve atentar para os possíveis riscos decorrentes dessa circunstância.

Pelos dados apresentados, pode-se afirmar que o Atlântico Sul está relacionado à segurança energética do Brasil, ao menos, por três motivos: por estarem ali situadas as principais reservas e os pontos de produção nacionais de petróleo e gás natural; por concentrar parte considerável da infraestrutura nacional responsável pelo processamento, armazenamento e distribuição de recursos energéticos; e por representar a principal rota de entrada e saída de diversos recursos energéticos do país (PAIVA, 2015).

Com isso, no tocante à vertente econômica, a importância estratégica do Atlântico Sul se caracteriza por ser uma via de transporte essencial para seu comércio exterior, fonte de riquezas, especialmente na exploração do petróleo, elemento fundamental para a sua defesa e segurança energética e via para sua projeção marítima internacional, principalmente para o Brasil, que o vê não apenas como fonte de riquezas e via de comunicação, mas também como veículo de integração regional e de projeção de poder.

6. Conclusão

Este artigo não se propôs, tampouco seria possível em tão breve texto, fazer uma abordagem profunda sobre a importância do Atlântico Sul como entorno estratégico

brasileiro. Portanto, restringiu-se inicialmente a elencar conceitos para facilitar o entendimento da relevância desse oceano para o Brasil.

Em seguida, foi dado maior ênfase às vertentes da soberania, científica, ambiental e econômica que, no contexto da Amazônia Azul, evidenciam aspectos que comprovam que o Atlântico Sul é essencial para a projeção de poder, a manutenção da soberania e o desenvolvimento econômico brasileiro. Foi possível constatar, que o Estado Brasileiro deve possuir mecanismos para realizar o monitoramento e a preservação de suas riquezas marítimas, por meio de uma rigorosa prontidão de seus Sistemas de Defesa, com foco na aplicação eficiente de seu Poder Naval.

Exercer a proteção, controle e vigilância das águas jurisdicionais brasileiras presentes no Atlântico Sul, bem como no seu entorno estratégico são ações fundamentais para proteger tanto a infraestrutura energética crítica como as abundantes reservas de petróleo e gás natural presentes na região, assim como assegurar a perfeita circulação desses e outros recursos energéticos pelas rotas marítimas nacionais e internacionais.

Dessa forma, podemos compreender a importância do Atlântico Sul como entorno estratégico, não só por representar um canal de acesso direto ao nosso território e como consequência oferecer a possibilidade de ameaças diretas à segurança do país como também uma região que pode proporcionar mediante suas riquezas o desenvolvimento econômico, social, acadêmico e militar podendo promover um novo arranjo no sistema internacional, apresentado o Brasil como uma grande potência, a tal ponto pode elevar o Estado à condição de país articulador, estabelecendo sua autoridade diplomática no seu entorno estratégico.

Referências:

ARRUDA, R. G. **Amazônia Azul: um patrimônio a ser defendido**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2014. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

BRASIL. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. Estado-Maior da Armada. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2020a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

LIMA, Maria Regina Soares. **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

PAIVA, Iure. **As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional.** Tese de Doutorado na Universidade Estadual de Campinas, 2015. Campinas: UNICAMP, 2015.

QUADROS, Marcelo Maza. **Palestra sobre o 5º Distrito Naval proferida pelo Capitão de Mar e Guerra Quadros aos alunos da ECEME.** Viagem de Estudos Estratégicos da ECEME no CMS, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

RODRIGUES, Marcos Silva. **Plano Estratégico da Marinha PEM - 2040.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Vol. 27, nº 1, p. 13-30, 2021.

WILLRICH, Emili. **A Geopolítica e o Entorno Estratégico Brasileiro (2012 e 2016).** Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2018. São Paulo: ENABED, 2018.

O ARRANJO GEOPOLÍTICO DO CINTURÃO DO INDO-PACÍFICO: QAD E AUKUS*

*Bárbara de Figueiredo Lima Jardim¹
Jonathas da Costa Jardim²*

1. Introdução

A região do cinturão do Indo-Pacífico se apresenta como uma das mais relevantes áreas do comércio mundial. A retirada americana do Afeganistão e a ascensão econômica chinesa, como força geopolítica global, direcionam a atenção de diversas nações para o arranjo do jogo político dessa região, com iniciativas que orbitam entre os campos econômico e militar.

O cinturão do Indo-Pacífico é a porção do globo compreendida pelo oceano Índico e a parte ocidental e tropical do oceano Pacífico. A região abarca a confluência do Leste Asiático e da Europa, por meio de mares estrategicamente localizados, responsáveis por grande parte do comércio marítimo mundial.

Figura 1 - Região do Indo-Pacífico



Fonte: INVENTIVA, 2021.

O termo "Indo-Pacífico" foi alcunhado, inicialmente, pelo General e geógrafo alemão *Karl Haushofer*. Segundo sua teoria, a das "Pan-regiões", existiriam áreas de dimensões continentais autossuficientes, que visariam alcançar uma "autarquia", a partir de recursos advindos de diferentes climas, para, assim, chegar a uma "ordem mundial

* Artigo originalmente publicado em 13 de dezembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Mestranda em Ciências Militares.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

ideal” (BONFIM, 2005). Segundo *Hansong Li* (2021), *Haushofer* defendia que a região que engloba a parte oriental do continente asiático, Austrália e demais regiões da Oceania, a chamada “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental”, possui o capital, a urbanização e o crescimento populacional, que são vetores-chave que impulsionam a região oceânica (LI, 2021).

A saída militar americana do Afeganistão criou um caminho fértil para a China, superpotência econômica e como uma grande força geopolítica, que tenta sobrepor a influência dos Estados Unidos da América (EUA) em seu entorno estratégico.

Nesse jogo de interesses, acordos que estavam em uma situação de “não prioridade”, como o “*QUAD*”, Diálogo de Segurança Quadrilateral firmado em 2007 entre Austrália, EUA, Índia e Japão (SÁNCHEZ-VALLEJO, 2021), voltam à cena e novos, como o “*AUKUS*”, parceria no setor de defesa que reúne Austrália, Reino Unido e os EUA, passam a ganhar prioridade na agenda regional, tendo como pano de fundo ações em diversas áreas da região do Indo-Pacífico.

O presente artigo busca trazer à baila aspectos sobre dois dos principais acordos em vigor, o *QUAD* e o *AUKUS*, abordando seus arranjos geopolíticos gerados na região do Indo-Pacífico face a tentativa de contenção da expansão chinesa na região, após saída americana do Afeganistão em 2021.

2. Desenvolvimento

A investida militar dos EUA no Afeganistão, iniciada como resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 finalizou em 31 de agosto de 2021. Após a saída, o grupo deposto pelos EUA, o Talibã, retornou ao poder, além disso, outros, como o “Estado Islâmico”, também ganharam espaço, retornando o “status quo” encontrado há quase 20 anos naquele país.

“A decisão de Biden de retirar as tropas do Afeganistão também dará vantagem a forças regionais, que disputam um papel maior no país. Países como Paquistão, Índia, China e Rússia têm seus próprios interesses estratégicos, que são mais bem atendidos sem a presença dos EUA no Afeganistão” (DW, 2021).

A China, por outro lado, sob alegação de “direitos históricos” dentro da “*nine dash line*”, linha demarcatória que abrange maior parte do mar da China Meridional, incluindo as Ilhas *Paracel*, *Spratly*, *Dongsha*, *Zhongsha* e *Huangyan*, vem ampliando sua infraestrutura de defesa ao construir ilhas artificiais no disputado Mar da China Meridional (SCHELP, 2017).

Figura 2 - Nine dash line chinesa



Fonte: PROENÇA, 2019.

“A China postula à posse, de Direito, da quase totalidade daquele mar, o que possa explicar, especulo, o sugestivo nome ‘mar da China’. A postulação está calcada na chamada nine-dash line (ou linha das nove raias). Idealizada ainda em 1947, a linha “imaginária” dá substrato às demandas territoriais chinesas em detrimento, por exemplo, da decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem, em julho de 2016, que não reconheceu a postulação chinesa a ilhas que se encontram dentro do nine-dash e que também são reclamadas pelas Filipinas” (PROENÇA, 2019).

Pequim e Washington têm se movimentado a fim de assegurar vantagem nas disputas pela influência em uma região que tem deslocado para o leste o motor do crescimento econômico global. No Indo-Pacífico, circulam cerca de 70% do comércio global de bens e serviços, bem como mais de 60% dos fluxos de investimento direto estrangeiro (MASSRALI, 2021).

“O estabelecimento de robustas bases militares em recifes artificiais na área delimitada pela “Linha dos Nove Traços” tem o potencial de assegurar-lhe o controle militar da região, impedindo o acesso de forças norte-americanas àquele eventual teatro de guerra. Tradicionalmente, o Exército Popular de Libertação (PLA) da China adotava a doutrina da “Guerra Popular”, com ênfase na vantagem numérica de forças convencionais para derrotar os oponentes que gozam de superioridade tecnológica, hoje vemos Forças Armadas equiparadas às das principais potências” (ALBERTO, 2021).

Os EUA, após sua retirada militar do Afeganistão, passaram a concentrar-se na China, porém demonstrando uma mudança do *hard power* para o *smart power* (COSTA, 2019) em sua estratégia. Nesse contexto, em entrevista à Agência France-Presse (AFP), *Ryan Hass* (FRANCE 24H, 2021), especialista em Relações Internacionais no *Brookings Institution*, ressaltou que a retirada dos EUA do

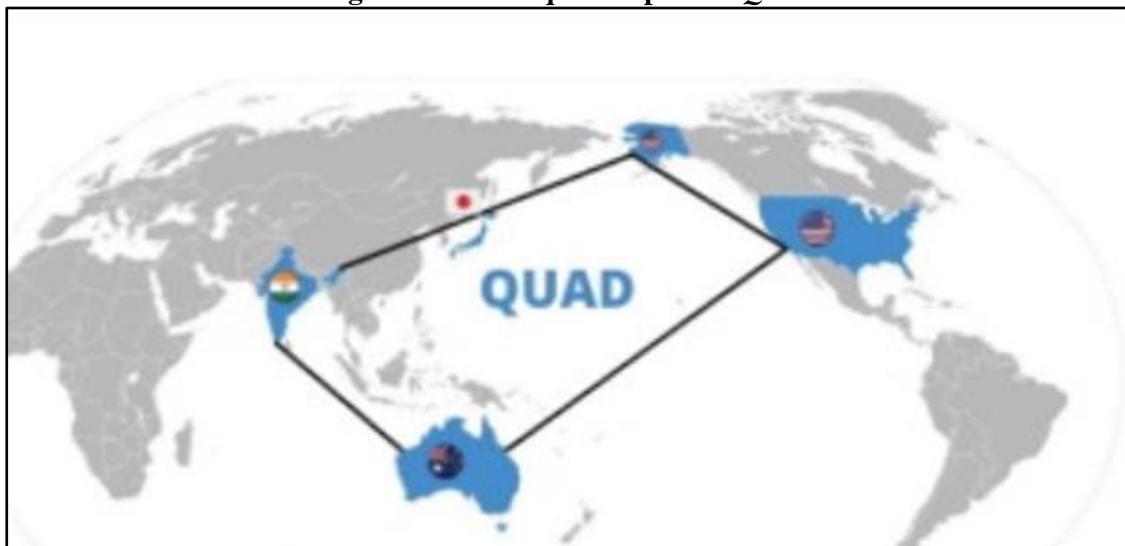
Afganistão não terá um impacto duradouro na credibilidade de Washington na Ásia e reiterou dizendo que a posição dos Estados Unidos na Ásia depende dos interesses compartilhados com seus sócios, de equilibrar a ascensão da China e preservar a paz duradoura, que permitiu o desenvolvimento rápido da região.

A fim de manter um ponto de ancoragem seguro, os EUA procuraram aproximar-se de países democráticos, que possuem forte influência na região e que não se encontram em situação de alinhamento com a China. Para tanto, procura atuar por meio do *smart power*, utilizando a criação e o fortalecimento de acordos econômicos e militares. Entre eles temos o *QUAD* e o *AUKUS*.

O Diálogo de Segurança Quadrilateral, ou *QUAD* (“QUADrilátero”), que envolve Índia, Estados Unidos, Japão e Austrália foi esboçado após ação do devastador tsunami e terremoto de *Sumatra-Andaman*, ocorrido na região do Indo-Pacífico em 2004. O acordo foi formalizado somente em 2007 e se encontrava pouco ativo até setembro de 2021, quando o presidente dos EUA voltou a reunir seus representantes, de forma presencial e em alto nível. No contexto da pandemia da covid-19, na abertura do encontro, o presidente americano ressaltou os objetivos do grupo (WHITE HOUSE, 2021):

“Nossa parceria na resposta e alívio do covid-19 marca um novo foco histórico para o *QUAD*. [...] encarregado de construir laços fortes e alinhar melhor nossos planos para apoiar a segurança de saúde Indo-Pacífico e a resposta a covid-19. Ao fazê-lo, [...] reforçamos princípios diplomáticos compartilhados para mitigar covid-19 na região e melhoramos ativamente a coordenação de nossos esforços, para apoiar a segurança, eficácia e qualidade” (WHITE HOUSE, 2021).

Figura 3 - Países que compõem o QUAD



Fonte: INDIAN FOREIGN AFFAIRS, 2021.

Ao reativar o *QUAD*, os EUA buscaram a guinada para a Ásia da política externa americana, um objetivo almejado pelo ex-presidente *Barack Obama* (GRACIE, 2021). O acordo, prevê parcerias em diversas áreas, entre elas as da medicina, educação, infraestrutura, clima, cyber segurança e controle do ambiente espacial. Na medicina, o destaque se dá por conta das iniciativas para combater a covid-19, com a criação do *QUAD Vaccine Experts Group*, além do empréstimo de equipes e materiais de apoio de emergência para resposta a crises da pandemia do coronavírus. O grupo busca doar mais de 1,2 bilhão de doses de vacinas para os países do Indo-Pacífico (WHITE HOUSE, 2021).

Atualmente, os países membros afirmam que não existe um objetivo militar e que o *QUAD* seria complementar a outras iniciativas regionais. No entanto, no contexto do acordo, exercícios militares reunindo os países do grupo passaram a ocorrer de forma mais rotineira. Como exemplo o exercício multinacional *Malabar*, que ocorreu na Costa de *Guam*, no oeste do Oceano Pacífico, de 26 a 29 de agosto e na Baía de Bengala, entre a Índia e *Myanmar*, de 12 a 15 de outubro de 2021 (RAJAGOPALAN, 2021).

Dada a hostilidade crescente entre a China e os países do *QUAD*, é lícito afirmar que há uma tendência de que se amadureça e se intensifiquem as ações de cooperação entre os membros em campos do poder além do econômico. Nesse escopo, o Ministro de Estado da Defesa da Índia, *Shripad Naik* (RAJAGOPALAN, 2021), ao responder a uma pergunta no Parlamento Indiano destacou que os exercícios navais do *Malabar* destacam a convergência de pontos de vista entre os países participantes sobre questões marítimas e seu compromisso comum com um Indo-Pacífico livre e uma ordem internacional baseada em regras.

Em complemento, *Shripad Naik* (RAJAGOPALAN, 2021) ressaltou que devido a convergência de interesses estratégicos e a percepção compartilhada de ameaças à segurança entre esses países, houve uma intensificação dos diálogos políticos e de segurança e os exercícios realizados pelos quatro países aumentaram a sinergia, a interoperabilidade e a coordenação entre as quatro marinhas (RAJAGOPALAN, 2021).

Outra aproximação dos EUA na região do Indo-Pacífico foi o acordo *AUKUS*, acrônimo formado pelas iniciais, em inglês, dos países-membros, Austrália, Reino Unido e EUA. O grupo, diferente do *QUAD*, direciona-se ao apoio em desenvolvimento de capacidades no campo militar, particularmente com a dotação das Forças Armadas Australianas de meios compatíveis com os demais atores da região do Indo-Pacífico.

Figura 4 - Países que compõem o AUKUS



Fonte: WIKIPEDIA, 2021.

De acordo com o primeiro-ministro australiano, o pacto ajudará a Austrália a adquirir submarinos com propulsão nuclear, aproveitando décadas de experiência dos Estados Unidos e do Reino Unido, que, segundo ele, as aquisições são justificadas pelo aumento significativo dos desafios de segurança na região do Indo-Pacífico, se fazendo necessário aprofundar a cooperação de segurança e defesa, aumentando a capacidade conjunta e a interoperabilidade entre os envolvidos. O *AUKUS* está sendo considerado como o acordo de segurança mais proeminente dos já ocorridos entre os três países, desde a Segunda Guerra Mundial (BBC, 2021). Nas palavras do primeiro-ministro australiano, o acordo firmado ocorrerá nos seguintes termos:

“O *AUKUS* se baseará nos laços bilaterais em curso e de longa data das três nações e permitirá aos parceiros aprofundar significativamente a cooperação em uma gama de capacidades emergentes de segurança e defesa, o que aumentará a capacidade conjunta e a interoperabilidade. Os esforços iniciais do *AUKUS* se concentrarão nas capacidades cibernéticas, inteligência artificial, tecnologias quânticas e capacidades submarinas adicionais” (MORRISON, 2021).

Ainda sobre o programa de desenvolvimento do submarino nuclear australiano, o acordo *AUKUS* trouxe o cancelamento de um acordo de desenvolvimento de um submarino franco-australiano, no valor de € 56 bilhões, encerrando os esforços para desenvolver uma parceria estratégica entre a França e a Austrália (SHEFTALOVICH, 2021).

Em relação à China, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, *Zhao Lijian* (BBC, 2021), afirmou que o *AUKUS* prejudica seriamente a paz e a estabilidade

regionais e intensifica a corrida armamentista, além disso, acusa os países membros de criar uma mentalidade de Guerra Fria e preconceito ideológico. Destarte, as forças armadas da China encontram-se na segunda colocação no ranking mundial, atrás apenas dos EUA, com gastos em defesa que cresceram cerca de 76% na última década, totalizando mais de US\$ 252 bilhões em 2020, de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI, 2021).

A escalada de disputa da influência e controle do Indo-Pacífico cresceu após a saída americana do Afeganistão, em agosto de 2021. Ao abandonar a força militar e direcionar esforços para o *smart power*, os EUA passam a tentar limitar a ingerência chinesa, por meio de diferentes acordos envolvendo outros, criando uma atmosfera hostil entre países de interesses divergentes.

3. Conclusão

A recente saída militar do Afeganistão causou um desequilíbrio na geopolítica vigente, até então, tendo a China ampliado sua influência em uma das áreas mais importantes do mundo, sob o ponto de vista econômico.

Em síntese, o tabuleiro geopolítico do cinturão do Indo-Pacífico tende a ser movimentado. A recente reativação e criação de acordos em diversos campos do poder envolvendo países e interesses na região do Indo-Pacífico indicam que a polarização entre China e EUA deverá crescer na Ásia, com o deslocamento dos recursos financeiros e militares norte-americanos para a região, na tentativa de contrapor à força chinesa, que vem crescendo exponencialmente sua influência ao redor do globo, com destaque para seu entorno estratégico.

Conclui-se, que o *AUKUS* se conforma como o principal acordo de segurança já firmado entre os países-membros desde meados do século passado, o que ressalta a sua importância ao proporcionar um contraponto militar à China. Por outro lado, sob os auspícios da defesa de uma parceria robusta entre nações democráticas que tem declarado apoiar o Indo-Pacífico aberto e livre (ORF, 2021), o *QUAD* procura equalizar o guarda-chuva econômico com o de segurança com atores de peso no cenário internacional.

Por fim, ao abordar a geopolítica do Indo-Pacífico, observa-se que as manobras americanas para se fazer presente na região demonstram a preocupação de *Washington* com relação a Pequim. Os investimentos no *AUKUS* e o *QUAD* possibilitam um

reequilíbrio de poder entre EUA e China, pois acrescenta ao jogo atores regionais de grande relevância, como a Índia e o Japão, além do aumento da capacidade militar australiana.

Referências:

ALBERTO, Pinto Silva Carlos. **Possíveis concepções estratégicas da China para o controle da região Indo – Pacífico**. Defesanet, 2021. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/china/noticia/41422/Possiveis-Concepcoes-e-Estrategias-da-CHINA-para-o-Controle-da-Regiao-INDO-PACIFICO/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

BBC News. **Aukus: UK, US and Australia launch pact to counter China**. BBC News, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-58564837>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. Trabalho de Conclusão de Curso na ECEME, 2005. Rio de Janeiro: ECEME, 2005.

COSTA, Fernando Chaves. **Hard, Soft ou Smart Power? A Estratégia de Política Externa dos EUA para o Brasil no período 2018-2022**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Nacional de Brasília, 2019. Brasília: UNB, 2019.

DW. **Has the US just handed over Afghanistan to the Taliban?** DW, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/en/us-military-afghanistan-taliban/a-57197531>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

FRANCE 24H. **Turning from Afghanistan, the US sets focus on China**. France 24h, 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20210901-turning-from-afghanistan-the-us-sets-focus-on-china>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

GRACIE, Sara. **Biden seeks to revive “quad” alliance with India, Japan and Australia**. Sprout Wired, 2021. Disponível em: <https://www.sproutwired.com/biden-seeks-to-revive-quad-alliance-with-india-japan-and-australia/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

INDIAN FOREIGN AFFAIRS. **3rd QUAD Ministerial Meeting | What is QUAD? Everything you need to know**. Indian Foreign Affairs, 2021. Disponível em: <https://indianforeignaffairs.com/3rd-QUAD-ministerial-meeting-what-is-QUAD-everything-you-need-to-know/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

INVENTIVA. **Importance of India and Indo-Pacific region in 2021**. Inventiva, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4usyKU8QalQ>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

LI, Hansong. **The “Indo-Pacific”: Intellectual Origins and International Visions in Global Contexts**. Modern Intellectual History, p. 1-27, 2021.

MASSRALI, Nabila. **Questions and Answers: EU Strategy for Cooperation in the Indo-Pacific.** European Commission - Questions and answers, 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/QANDA_21_4709. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

MORRISON, Hon Scott. **Australia to pursue nuclear-powered submarines through new trilateral enhanced security partnership.** Primer Minister of Australia, 2021. Disponível em: <https://www.pm.gov.au/media/australia-pursue-nuclear-powered-submarines-through-new-trilateral-enhancedsecurity>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

OBSERVER RESERACH FOUNDATION - ORF. **Why the AUKUS helps the QUAD?** ORF, 2021. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/why-the-a-ukus-helps-the-quad/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

PROENÇA, Adilson S. **Geopolítica do Mar da China Meridional.** Medium, 2019. Disponível em: <https://adilson santos proena.medium.com/geopol%C3%ADtica-do-mar-da-china-meridional-1399244d9070>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

RAJAGOPALAN, Rajeswari Pillai. **The Quad Conducts Malabar Naval Exercise.** ORF, 2021. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/the-quad-conducts-malabar-naval-exercise/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

SÁNCHEZ-VALLEJO, María Antonia. **Estados Unidos fortalecem aliança com Japão, Índia e Austrália para conter avanço da China no Indo-Pacífico.** El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-25/estados-unidos-fortalecem-alianca-com-japao-india-e-australia-para-conter-avanco-da-china-no-indo-pacifico.html>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

SHEFTALOVICH, Zoya. **Why Australia wanted out of its French submarine deal.** Político, 2021. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/why-australia-wanted-out-of-its-french-sub-deal/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

SCHELP, Priscila Gonçalves. **A modernização naval chinesa e as respostas na região ásia-pacífico.** Trabalho de Conclusão de Curso na UFRGS, 2017. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SIPRI. **China.** Stockholm International Peace Research Institute, 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2021/world-military-spending-rises-almost-2-trillion-2020>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

WHITE HOUSE. **Joint Statement from Quad Leaders. Briefing Room. Statements and Releases.** White House, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/09/24/joint-statement-from-quad-leaders/>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

WIKIPEDIA. **AUKUS.** Wikipedia, 2021. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/AUKUS>. Acesso em 05 de novembro de 2021.

O PROGRAMA PARTNERS ACROSS THE GLOBE E AS RELAÇÕES OTAN-COLÔMBIA: POSSIBILIDADES PARA O ESTADO BRASILEIRO*

Rodrigo Bezerra de Azevedo¹

1. Introdução

A reunião de cúpula da OTAN, realizada em *Riga* no ano de 2006, traçou como objetivo desenvolver o potencial político e prático dos seus programas de cooperação, buscando aumentar a relevância das relações com países fora da Aliança e fortalecer sua capacidade de trabalhar em parceria (NATO, 2006). A concepção estratégica, de 2010, reviu essa política de parcerias e passou a vislumbrar também a cooperação individual com países que não faziam parte dos antigos frameworks regionais de cooperação (NATO, 2017)². Nesse contexto, foi concebido o programa conhecido como “*partners across the globe*”, no qual se inclui uma gama bastante heterogênea de países, tais como Afeganistão, Austrália, Colômbia, Iraque, Japão, República da Coreia, Mongólia, Nova Zelândia e Paquistão (NATO, 2017). Para Sloan (2016), o valor desse programa de cooperação pode ser demonstrado, por exemplo, pelas importantes contribuições da Austrália como parceiro global na *International Security Assistance Force ISAF*, no Afeganistão.

Existem atualmente três tipos principais de documentos para firmar parcerias bilaterais com a OTAN: o *Individual Partnership and Cooperation Programme* (IPCP), que possui estrutura modular, adaptável aos interesses e objetivos de cada parceiro e da OTAN e está aberto a todos Estados interessados (NATO, 2016); o *Individual Partnership Action Plan* (IPAP), que oferece a oportunidade de aprofundar a cooperação com a OTAN e tem seu foco nos esforços de reformas domésticas; e o *Annual National Programme* (ANP), aberto aos países que aderiram ao *Membership Action Plan* (MAP), que visa adesão como membro pleno da Aliança (NATO, 2020). Cada um dos diferentes tipos de parcerias e documentos que as regulam possuem suas exigências e benefícios específicos, conforme a particularidade de cada acordo firmado.

* Artigo originalmente publicado em 20 de dezembro de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² O *Euro-Atlantic Partnership*, que engloba o programa *Partnership-for-Peace* (PfP) e o *Euro-Atlantic Partnership Council* (EAPC), o *Mediterranean Dialogue* (MD) e o *Istanbul Cooperation Initiative* (ICI).

2. As Relações OTAN-Colômbia

Os primeiros sinais da aproximação entre o Estado colombiano e a OTAN datam do ano de 2006. Entretanto, a intensificação desse acercamento deu-se no contexto da mudança na lógica de segurança e defesa colombiana, a qual esteve direcionada durante mais de 50 anos para o combate aos grupos guerrilheiros e ao narcotráfico. Esse processo de mudança buscou a redefinição do papel das Forças Armadas colombianas, por meio de uma reforma militar, que foi iniciada em 2011, a qual passou a buscar uma atuação mais intensamente na área de Defesa e buscar novos tipos de utilização para as suas capacidades (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019). A celebração dos acordos de paz com as Forças Armadas revolucionárias da Colômbia (FARC), deu ainda mais impulso a essas reformas, sendo necessário pensar em um novo sistema de segurança e defesa que atendesse às necessidades do país (CANCELADO, 2016) e impedisse a significativa diminuição do orçamento destinado ao Ministério da Defesa (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019). Desse modo, a Política de Defesa e Segurança para a Nova Colômbia 2015-2018 estabeleceu o desejo do Estado colombiano posicionar-se como líder em questões de segurança e defesa, primeiro no hemisfério e, posteriormente, globalmente (TORRIJOS; ABELLA, 2017).

Segundo o então presidente *Manoel Santos*, essa aproximação não teria fins bélicos, mas seria uma forma de suas Forças Armadas buscarem os melhores exemplos e boas práticas em Defesa, o que daria à Colômbia um status privilegiado de cooperação em Defesa (EL ESPECTADOR, 2018a), permitindo exportar suas capacidades e experiências, adquiridas no combate à guerrilha, e assumir novas tarefas por meio da participação nas operações internacionais de manutenção da paz (HELBIG, 2019). Para Cancelado (2016), as Forças colombianas pretendem usar a OTAN como um veículo para mostrar suas capacidades à medida que aumentam sua interoperabilidade aos padrões da OTAN.

Em maio de 2017, um *Individual Partnership and Cooperation Programme* (IPCP) foi assinado entre as partes e formalizou o reconhecimento da Colômbia como parceiro e abriu o acesso a toda a gama de atividades cooperativas. Estabeleceu ainda as áreas prioritárias para o diálogo e a cooperação, tais como segurança cibernética, segurança marítima e terrorismo e suas ligações com o crime organizado; para apoiar os esforços de paz e segurança, incluindo a segurança humana; e desenvolvimento de capacidades e capacidades das Forças Armadas colombianas. O texto final do acordo foi finalmente aprovado pelo Congresso da República colombiana com a Lei 1839, de 12

de julho de 2017, contendo seis artigos que dispõe, entre outros aspectos, sobre as obrigações gerais das partes (COLÔMBIA, 2017).

A aproximação Colômbia-OTAN, entretanto, desencadeou várias declarações contrárias de países da América Latina, principalmente daqueles ligados à ALBA2 (MALAMUD; ENCINA, 2013). Estes países em geral alertavam para os grandes problemas que poderiam advir caso se concretizasse a presença da OTAN na região. O então presidente boliviano, *Evo Morales*, convocou uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança da União das Nações do Sul (UNASUL³), para analisar os riscos que essa iniciativa colombiana poderia acarretar para a região (MALAMUD; ENCINA, 2013). Já o presidente venezuelano *Nicolás Maduro* disse que trazer a OTAN para a América do Latina e o Caribe seria um séria ameaça à paz e estabilidade regional (EL ESPECTADOR, 2018b).

Como consequência prática do alinhamento com a OTAN, Bogotá se obrigou a apoiar diplomaticamente a OTAN, como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, votando favoravelmente pela missão de policiamento aéreo da Aliança na Líbia, em 2011, posição contrária aos BRICS⁴ e até mesmo à Alemanha, que se absteve de votar (HELBIG, 2019). Já em 2008, foi negociado com a Espanha e com a OTAN o envio de uma companhia colombiana um efetivo de 100 militares colombianos ao Afeganistão, integrados ao destacamento espanhol, entretanto, a iniciativa não avançou (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019).

Alguns exemplos dos benefícios da aproximação colombiana à OTAN podem ser identificados. O ingresso da Colômbia como usuária do Sistema de Catalogação da Defesa da OTAN, permitiu a uniformização da identificação, classificação e enumeração de uma série de atividades e processos das Forças Armadas colombianas, gerando maior potencial de interoperabilidade entre ambas as instituições (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019). Em 2012, a OTAN votou para incluir a Colômbia no denominado *NATO Community ATP-56 AAR (Air-to-Air Refueling)*, o que significa que o país cumpre os regulamentos aliados para o reabastecimento em voo, sendo elegível para estabelecer acordos de interoperabilidade neste tipo de operações com qualquer um dos membros da OTAN e seus parceiros (MALAMUD; ENCINA, 2013). Além disso, foi aprovada a adesão colombiana à rede de Centros de Educação e

³ Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, composta atualmente por Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Honduras, Equador e Bolívia anunciaram a saída do bloco em 2010, 2018 e 2019 respectivamente.

⁴ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Treinamento de Parceria (PTEC) da OTAN e uma das áreas prioritárias do IPCP se concretizou em 2019, com o Centro Internacional de Desminagem (CIDES) da Colômbia, que passou a contribuir para a educação e formação de pessoal dos países-membros e parceiros da OTAN na área da desminagem humanitária e militar (EJÉRCITO DE COLOMBIA, 2019).

De acordo com Helbig (2019), a parceria da Colômbia com a OTAN não foi projetada para combater ameaças específicas. As autoridades colombianas avaliaram que obter o status de parceiro da OTAN seria uma questão de prestígio, permitindo ao país aumentar seu protagonismo na arena internacional. Nesse sentido, a OTAN teria agregado valor, principalmente no domínio da Defesa e Segurança Internacional, ajudando a diversificar as relações externas de Bogotá com os demais aliados, sem prejudicar as relações com os EUA e permitindo o acesso a novas oportunidades que contribuem com o desenvolvimento do seu setor de Defesa.

3. Considerações sobre o Brasil e a OTAN

O governo brasileiro adota uma postura historicamente reticente e, por vezes, de oposição à OTAN. Durante os governos Lula e Dilma, por exemplo, a Política Externa brasileira foi contrária às intervenções dos EUA e da OTAN no Iraque e na Líbia. Mesmo antes disso, o Brasil foi contra às ações estrangeiras em Ruanda e no Haiti, em 1994, bem como à missão da OTAN em *Kosovo*. Também no governo Temer, houve postura similar, com o então Ministro da Defesa Raul Jungmann (HELBIG, 2019) expressando sua preocupação de que a OTAN pudesse usar a luta contra o Estado Islâmico na África Ocidental como pretexto para reivindicar jurisdição sobre todo o Atlântico” e anunciando que seria um trabalho diplomático do Brasil desconstruir essa visão.

Apesar desse discurso oficial crítico, os militares brasileiros manifestam interesse explorar oportunidades de engajamento com a aliança em termos práticos (HELBIG, 2019) e o atual governo demonstra maior disposição em aproximar-se da aliança, o que é reforçado por parlamentares que defendem a assinatura de acordos de cooperação com a Organização (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2019b). Pavia (2015) identifica algumas possíveis áreas de cooperação, que podem interessar ao Estado brasileiro, tais como: a segurança marítima (na luta contra a pirataria, o terrorismo, o narcotráfico, a migração ilegal, o tráfico de pessoas e o comércio de armas); combate ao narcotráfico (focado na troca de informações); defesa cibernética (por meio do Centro de Excelência de Defesa

Cibernética Cooperativa da OTAN); e o apoio às Operações de Paz (por meio da troca de experiências e lições aprendidas da abordagem brasileira para a gestão de conflitos) (PAVIA, 2015). Helbig (2013) aponta ainda que outro potencial benefício de uma parceria seria a possibilidade de ingressar no círculo diplomático dos países-membros da Aliança. Entretanto, não é propriamente fácil definir áreas de cooperação que beneficiem ambas as partes. Primeiro, a visão histórica do Brasil sobre a OTAN como um instrumento da Guerra Fria, representa um importante desafio a ser superado no nível político. Em segundo lugar, os interesses brasileiros, muitas vezes são voltados para a aquisição de equipamentos militares e tecnologias, geralmente não pode ser oferecido pela OTAN como organização, mas sim pelos seus membros individualmente.

Referências:

ARCINIEGAS, Alexander; SANTOS FILHO, João Estevam dos. **Cooperação militar OTAN-Colômbia: aproximação recente e redefinição do papel das Forças Armadas colombianas no pós-conflito**. Conjuntura Austral, Vol. 10, n° 49, p. 13, 2019.

BRASIL. STF. **Indicação ao Poder Executivo Nr 1011**. Brasília: STF, 2019a.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Resolução 49**. Brasília: Senado Federal, 2019b.

CANCELADO, Henry. **La política exterior y el nuevo rol de las FF.AA. en el contexto de la nueva estrategia y doctrina de defensa con miras al posconflicto**. In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; GEHRING, Hubert. Política Exterior Colombiana: Escenarios y desafíos en el posconflicto, Cap. 2, p. 155-176, 2016. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2016.

COLÔMBIA. **Acuerdo entre la República de Colombia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte sobre cooperación y seguridad de información**. Colômbia, 2017. Disponível em: http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY_1839DEL12DEJULIODE2017.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2020.

EJÉRCITO DE COLOMBIA. **Organización del Tratado del Atlántico Norte**. Bogotá: Ejercito de Colombia, 2019.

EL ESPECTADOR. **Ingreso de Colombia a la OTAN no tiene propósitos bélicos": Santos**. El Espectador, 2018a. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/ingreso-de-colombia-a-la-otan-no-tiene-propositos-belicos-santos/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

EL ESPECTADOR. **Gobierno venezolano dice que ingreso de Colombia a la OTAN es una "amenaza para la paz"**. El Espectador, 2018b. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/gobierno-venezolano-dice-que-ingreso-de-colombia-a-la-otan-es-una-amenaza-para-la-paz/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

HELBIG, Robert. **NATO-Brazil Relations: Limits of a Partnership Policy**. Konrad-Adenauer-Stiftung Facts & Findings, v. 49, n° 151, 2013.

HELBIG, Robert. **Why do states cooperate with NATO? Threats, Interests and Status as Drivers in External States' Foreign Policymaking Towards the Alliance**. Berlin: Universität der Bundeswehr München, 2019.

MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota García. **Colombia, la OTAN y las alarmas que suenan en América Latina**. Comantario Elcano, p. 1-4, 2013.

NATO. **Riga Summit Declaration**. NATO, 2006. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_37920.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

NATO. **Partnership Tools**. NATO, 2016. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_80925.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

NATO. **Relations with partners across the globe**. NATO, 2017. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics49188.htm>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

NATO. **Membership Action Plan (MAP)**. NATO, 2020. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics37356.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

PAVIA, José Francisco. **Brazil-NATO: New Global Security Partners?** In: SMITH-WINDSOR, Brooke A. *Enduring NATO, Rising Brazil Managing International Security in a Recalibrating Global Order*, p. 253-268. Roma: DEd'Asrl, 2015.

SLOAN, Stanley R. **Defense of the West: NATO, The European Union and the transatlantic bargain**. Manchester: Manchester University Press, 2016.

TORRIJOS, Vicente; ABELLA, Juan David. **Ventajas y desventajas políticas y militares para Colombia derivadas de su eventual participación en misiones internacionales relacionadas con la OTAN**. Revista Científica General José María Córdova, Vol. 15, n° 20, p. 47, 2017.

MISSÕES DE PAZ



UM PENSAMENTO DA ARTE DA GUERRA E REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DAS OPERAÇÕES DE PAZ MULTIDIMENSIONAIS*

Alexandre Shoji¹

Em cerca de 72 anos, mais de 1 milhão de homens e mulheres serviram sob a bandeira da Organização das Nações Unidas (ONU) em mais de 70 operações de manutenção da paz da ONU (ONU, 2020). Os processos de descolonização, a mudança da ordem mundial, a instabilidade nas relações de civilizações, os movimentos separatistas e de libertação, as tensões econômicas e a ameaça nuclear, são alguns dos fatores que estimulam o desenvolvimento de novas estratégias e diferentes abordagens nas relações da comunidade internacional.

O surgimento de novos fatores que influenciam os processos de tomada de decisão, em um mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo), são potencializados pela velocidade de informações proporcionada pela rede mundial de computadores, a internet. Neste contexto questiona-se a aplicabilidade de conceitos de *Sun Tzu*, em *A Arte da Guerra*, para formulação de novas estratégias na condução das Operações de Manutenção da Paz Multidimensionais (OMPM) sob a égide ONU.

Desde a primeira ação com Observadores Militares na Palestina, em 1948, as missões sob a égide da ONU experimentaram distintos ambientes e variados desafios. Missões Tradicionais, com estabelecimento de *Buffer Zone* e monitoramento de cessar-fogo, foram implantadas, lições foram apreendidas e o conhecimento foi consolidado. A responsabilidade de conter tensões, prioritariamente territoriais, mediando o equilíbrio de forças das partes em disputa pôde ser identificada em diversas oportunidades, tais como, estabelecimento de um grupo de observadores militares para região da Caxemira, entre Índia e Paquistão (UNMOGIP), desdobrada em 1949, a Força de Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP) desde 1964 e a Missão da ONU para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO).

A segunda metade século XX teve, ainda, diversas missões de apoio e observação de retirada de combatentes de territórios livres, a exemplo da saída da força belga do Congo e das forças e influências sauditas e egípcias no Iêmen. Em Angola, em

* Artigo originalmente publicado em 09 de abril de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

diferentes fases, com a missão de verificação (UNAVEM I, II e III), os objetivos temporais também foram atingidos e seus mandatos implementados.

A simetria das ações e tarefas para implementação dos mandatos vem sofrendo diversas influências. O desastre de Ruanda, de *Srebrenica* e da Somália, trouxe novos conceitos sobre o emprego da força e a responsabilidade de proteger, alterando o formato e a condução das missões. O Relatório *Brahimi*², a Doutrina *Capstone*³, o Relatório *Hippo*⁴, a formulação da Responsabilidade de Proteger⁵ e o Relatório Cruz⁶ são alguns dos indicativos que marcam os estímulos para as mudanças nas Operações de Paz, levando-as à um espaço multidimensional, que, por ser atual, é significativamente impactado pelo campo informacional.

O fluxo de informações, potencializado pelas redes sociais, aplicativos de celular e pelo próprio celular, tem reflexos diretos no processo de tomada da decisão dos componentes civil, militar e policial de uma OMPM, principalmente na validação e classificação dos dados disponíveis.

No capítulo XIII da Arte da Guerra, de *Sun Tzu*, o título aborda um tema com distintas interpretações ou traduções, tais como, “Agentes Secretos”, “A Utilização de Agentes Secretos” (tradução do autor) e até “Da Arte de Semear a Discórdia”.

No contexto atual e no ambiente ONU, essa abordagem seria alvo de duras críticas, fundamentadas na exploração de seres humanos para busca de conhecimento operacional, que, agravada pelo contexto de população em sofrimento humanitário, passa a ser uma ferramenta extremamente temerária na percepção da comunidade internacional, potencializado, ainda, por remeter a ideia de ausência de transparência e desrespeito à dignidade humana nas operações.

A descrição dessa ferramenta foi de um general chinês, que viveu no século IV a.C. acumulou diversas vitórias e foi um profundo conhecedor das manobras militares. No linguajar do contexto da obra, a utilização de espões é defendida como ferramenta, entre outras, de busca e coleta de informações, bem como na validação ou confirmação

² O “Relatório *Brahimi*” relatou a necessidade de uma estrutura multidimensional como solução para os mais recentes modelos de operações de paz (CONING, 2008).

³ Doutrina apresentada pelo *Norwegian Institute of International Affairs* que introduziu o conceito de operação de manutenção de paz robusta, reconhecendo o uso da força no nível tático para alcançar o mandato da missão.

⁴ O *High-Level Independent Panel on Peace Operations (Hippo)*, gerou o Relatório *Hippo*, no qual ressaltou a importância da prevalência da Proteção de Civis (PoC) nas operações.

⁵ Conceito apresentado pelo relatório da *International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS)*, escalonando os deveres do Estado e da Comunidade Internacional na proteção de civis.

⁶ Relatório do General brasileiro, Santos Cruz, *Force Commander* no Haiti e no Congo, sobre medidas ativas e passivas para a proteção dos *Peacekeepers*.

de informes. Tal entendimento, sobre a fonte de informação, pode ser trazido para realidade contemporânea, como forma de balizar novas estratégias no ambiente informacional das OMPM.

A estrutura que coopera com a inteligência em OMPM possui uma diversidade considerável. Conta com vetores como Centro Conjunto de Análises da Missão (JMAC, do inglês *Joint Mission Analysis Center*), a Seção de Inteligência Militar do Quartel-General (U2) e das Unidades Militares (G2), o Centro de Operações Conjuntas (JOC, do inglês *Joint Operations Center*), o Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas (UNDSS, do inglês *United Nations Department of Safety and Security*), e outros, não diretamente envolvidos com informação, mas que colaboram na produção de conhecimento. O produto relativo ao campo militar é uma das principais ferramentas do processo de tomada de decisão do *Force Commander*, é incorporado, também, ao grupo de dados, oriundo das demais fontes, destinados ao Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG, do inglês *Special Representative of the Secretary-General*).

O *Cruz Report*, do General brasileiro, Santos Cruz, *Force Commander* na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), sintetizou a vulnerabilidade de membros das OMPM, quantificando fatalidades por componentes em diversas missões. Tal estatística serviu como embasamento para propor novos formatos no emprego da força nas operações de paz.

Uma das fragilidades identificadas foi a inteligência, ponto de toque com o capítulo XIII da Arte da Guerra. O *Cruz Report* ainda ressalta a incapacidade da atual Inteligência em fornecer informações oportunas, afirma que o ciclo da inteligência⁷ está incompleto para o fim que se destina nas operações e que a inteligência humana é subdesenvolvida ou inexistente.

O lapso informacional ou a desinformação na inteligência militar impede ou retarda a identificação de ameaças, maximizando incertezas e retirando do comando militar o princípio da oportunidade, o que reduz, significativamente, as chances de êxito nas operações. Destaca-se, que nas atuais OMPM, os movimentos táticos de tropa, muitas das vezes, objetivam a proteção direta ou indireta de civis, ponto nevrálgico dos mandatos contemporâneos.

⁷ Ciclo da inteligência: orientação, obtenção, produção e difusão (BRASIL, 2015).

A proteção de civis (PoC, do inglês *Protect of Civilians*) é um dos principais vetores a serem implementados pelos mandatos nas OMPM. O componente militar, no nível tático, possui capacidade para prover tal proteção por meio de ação robusta, atuando em tempo hábil, com informação precisa, repelindo ou suprimindo ações hostis de beligerantes. Assim, pode-se refletir sobre a ampliação das capacidades de inteligência humana e a reavaliação de seu emprego pelo Departamento de Operação de Paz (DPO).

O recrutamento de espiões no modelo proposto por *Sun Tzu*, espalhando-os por todo território, aliciando oficiais do exército inimigo e disseminando desinformação sobre a liderança em oposição, não é algo moralmente executável em um ambiente repleto de vulneráveis e com um viés militar de apoio à atividade humanitária. No entanto, além das variadas tecnologias de precisão que colaboram com a consciência situacional do comando, existe uma inteligência humana orgânica, muitas vezes disponíveis em escala significativa, os Observadores Militares (UNMOs, do inglês *United Nations Military Observers*).

Os UNMOs atuam com capilaridade e possuem diversas das capacidades dos “espiões” de *Sun Tzu*. O eficiente emprego dos “olhos e ouvidos da missão”⁸ podem, se devidamente selecionados e capacitados, potencializar a coleta e a busca de informação, servindo de termômetro para despertar de crises e de fator de construção da confiança da população na ONU.

Outro mecanismo, mais recentemente presente nas OMPM, são os recursos de Coordenação Civil-Militar (UN-CIMIC, do inglês *United Nations Civil Military Coordination*), uma função militar de interface com atores civis em campo. Agentes humanitários externos à missão e agentes de *Civil Affairs*⁹ da ONU possuem facilitado acesso, por meio de sua neutralidade, a diversos setores e lideranças locais, configurando mais uma fonte de cruzamento de informação. São dotados de grande potencial para cooperação e coordenação em atividades militares de PoC, eventualmente com acesso às áreas ainda não pacificadas, por vezes negadas ao UNMOs e demais capacetes azuis.

Tais reflexões conduzem à percepção dos novos desafios nas OMPM. *Sun Tzu*, um símbolo da estratégia na guerra, destacou a relevância da exploração da rede de informações para o êxito nas operações militares, ao passo que o relatório do General

⁸ Modo clássico da literatura de Operações de Paz para caracterizar os UNMOs (nota do autor).

⁹ Setor do componente civil de OMPM que se relaciona com lideranças locais (nota do autor).

Santos Cruz indicou a inexistência ou subdesenvolvimento da inteligência humana em campo. UNMOs, UN-CIMIC e tecnologia informacional podem corroborar com as demandas do ciclo da inteligência, mas talvez, ainda haja espaço para novos modelos de inteligência humana nas OMPM, sob a ótica de que a relevância da qualidade e da oportunidade do dado, relaciona-se, diretamente, com vidas salvas ou perdidas no contexto da PoC.

O desafio consiste, então, em explorar a inteligência humana, garantindo celeridade na validação das informações e proporcionando dados concisos para o processo de tomada de decisão nas operações militares, com meios orgânicos ou não, sem ferir a dignidade humana ou explorar vulnerabilidades humanitárias da população do país anfitrião.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.207 - Inteligência Militar**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

CONING, Cedric de; DETZEL Julian; HOJEM Petter. **UN Peacekeeping Operations - Capstone Doctrine**. Oslo: Norsk Utenrikspolitisk Institutt, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Peacekeeping: Our History**. Department of Peace Operations, 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

A CRISE HAITIANA E O DESAFIO DAS OPERAÇÕES DE PAZ NO SÉCULO XXI*

Guilherme Moreira Dias¹

O recrudescimento da violência política e das tensões sociais no Haiti nos últimos meses, culminando com o assassinato do presidente *Jovenel Moise*, reforça o argumento crítico em relação a perenidade das ações de segurança empreendidas pela Organização das Nações Unidas a partir das operações de paz. O país caribenho passou cerca de 2/3 dos últimos 30 anos convivendo com a presença de missões tradicionais², missões de suporte³, missões de transição⁴ e missões de estabilização⁵, sem que tais ações se convertessem em uma paz duradoura. A continuidade de um ciclo de instabilidade, intervenção, estabilização, desmobilização e escalada de crises sociopolíticas que levam o país de volta à instabilidade não são uma exclusividade do Haiti como é possível observar em outras regiões que foram objeto de operações de paz das Nações Unidas a partir de 1991.

O debate acerca da incapacidade de construir um padrão de estabilidade que se consolide no médio/longo prazo reflete o grande desafio das operações de paz no pós-Guerra Fria. Desde que sua ação passou a estar mais vinculada ao enfrentamento de crises intraestatais com base identitária ou com raízes conflituosas profundamente assentadas na desigualdade e na toxicidade de legados coloniais, forjados a partir de violência, exploração e desumanização de determinados grupos de indivíduos, é possível observar reiterados movimentos de reestruturação, redefinição dos marcos normativos das operações de paz, inclusive inclinando-se a prescindir da tradicional

* Artigo originalmente publicado em 02 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Relações Internacionais e Professor da ECEME.

² As missões tradicionais de peacekeeping são caracterizadas por atribuições como a separação de partes em conflito e o monitoramento de acordos de cessar-fogo. A partir dos anos 1980 novas atribuições foram sendo incorporadas tais como o acompanhamento de processos eleitorais, o combate a violações de Direitos Humanos, entre outras, iniciando o processo de alargamento do escopo das operações de paz.

³ Missões de suporte dizem respeito a presença de corpo técnico das Nações Unidas para apoiar o governo local em questões específicas como a reestruturação das capacidades do poder judiciário, dos aparatos policiais, etc.

⁴ As missões de transição são responsáveis pelas ações de retomada da normalidade a partir do início da desmobilização dos contingentes militares e civis vinculados as operações de paz.

⁵ As missões de estabilização são estabelecidas para atuar em meio a conflitos em curso, com mandatos que ressaltam o papel dos capacetes azuis na proteção do governo - apoiando as autoridades locais, e da população. Ao mesmo tempo, trazem a prerrogativa de maior robustez na dimensão militar, colocando em xeque os princípios da imparcialidade e das restrições ao uso da força.

tríade que a norteou desde sua origem: consentimento, imparcialidade e uso da força apenas em situações de extremo risco.

O desafio de manter a paz não é novo e tem se tornado cada vez mais complexo à medida em que as capacidades para gerar violência, sofrimento e morte a populações civis se difundem de modo cada vez mais célere e as feridas abertas pela desigualdade, pela pobreza e pela incapacidade (ou desinteresse) de assegurar o pleno respeito aos Direitos Humanos se acentuam. Experiências como a MINUSTAH e outras missões de estabilização ainda em funcionamento mostram que o uso das capacidades militares pode oferecer algum tipo de estabilidade temporária, reconhecido inclusive pela própria ONU ao avaliar a MINUSTAH⁶ como bem sucedida do ponto de vista do cumprimento do mandato estabelecido pelo Conselho de Segurança, mas, sem mecanismos que lidem com as motivações mais profundas dos conflitos e com a livre circulação dos meios que os potencializam, esta tênue estabilidade não se sustenta. O que se vê hoje pouco tempo após o encerramento das missões e o que se continuará vendo no futuro será a repetição de ciclos de instabilidade com impactos crescentes sobre vidas humanas e a gradual perda de credibilidade e relevância de um instrumento relevante de atuação multilateral em questões de segurança internacional.

Referências:

ANDRADE, I. O., HAMANN, E. P. e SOARES, M. A. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

BRASIL. **Tropas de paz das Forças Armadas passam por inspeção da ONU.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/07/tropas-de-paz-das-forcas-armadas-passam-por-inspecao-da-onu>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

⁶ Entre as mais de 50 participações brasileiras em Operações de Paz destacam-se o desdobramento do “Batalhão Suez” ao abrigo da UNEF I, a MINUSTAH com o comando militar da missão e o maior contingente já enviado para uma única Operação de Paz, bem como a Força Tarefa Marítima da UNIFIL, última participação do país, concluída em 2020 (ANDRADE ET AL, 2019). As visitas de certificação das Nações Unidas no Brasil nos meses de junho e julho de 2021 reforçam o reconhecimento da contribuição brasileira para Operações de Paz e a demanda reiterada para que o país retome seu engajamento em tais atividades (BRASIL, 2021).

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS



FORÇA-TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA - O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES MILITARES NO CONTEXTO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA*

Josias Marcos de Resende Silva¹

De uma forma geral, nos diversos cenários resultantes do ambiente operacional contemporâneo, a resposta militar de um Estado tende a ocorrer de forma muito dinâmica. Por essa razão, o tempo para a mobilização de um país em um esforço de guerra tornasse muito reduzido ou mesmo inexistente, obrigando suas Forças Armadas a utilizarem as capacidades que já tenham sido desenvolvidas em tempos de paz (MARKOWSKI; HALL; WYLIE, 2010). Essa situação reflete-se também na resposta militar a crises humanitárias, sejam essas causadas por desastres naturais ou por ambientes conflituosos e instáveis.

Nesse sentido, desde eventos históricos como as Guerras Napoleônicas, as Guerras Mundiais e o Bloqueio de Berlim (1948-1949), a situações de crises mais recentes como na Iugoslávia, em Ruanda, no Sudão ou na República Democrática do Congo, governos nacionais normalmente solicitam o auxílio das Forças Armadas para distribuir, de forma imediata, recursos como comida, remédios, combustível, transporte e comunicações (HEASLIP; SHARIF; ALTHONAYAN, 2012).

Dessa maneira, o emprego de Forças Armadas em operações de ajuda humanitária não constitui um fenômeno recente. De fato, forças militares nacionais e internacionais constantemente desempenham um papel de protagonismo no que diz respeito a crises humanitárias, utilizando para isso sua capacidade logística e sua estrutura organizacional. Por essa razão, diversos países têm desenvolvido uma doutrina própria de ajuda humanitária nas últimas décadas (HEASLIP; BARBER, 2014).

Nesse tipo de operação, torna-se evidente a capacidade das Forças Armadas em resolver problemas gerados por situações de emergência. Isso ocorre devido a uma série de fatores inerentes às essas instituições. Entre os mais importantes, cabe salientar que os militares possuem uma ideia bastante clara sobre os níveis de planejamento estratégico, operacional e tático, o que possibilita uma resposta ampla com efeitos no longo, médio e curto-prazo. Essa não é a realidade entre a grande parcela da

* Artigo originalmente publicado em 25 de fevereiro de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

Força-Tarefa Logística Humanitária - o desenvolvimento de capacidades militares no contexto da Operação Acolhida

comunidade humanitária civil. Além disso, as Forças Armadas normalmente possuem acesso a fundos discricionários de seus Estados-nacionais, o que facilita a distribuição da ajuda humanitária de forma oportuna e eficiente (HEASLIP; BARBER, 2014).

Na América do Sul, a instabilidade política da Venezuela nos últimos anos resultou em uma crise humanitária e migratória de grandes proporções, afetando todo o subcontinente. Somente entre os meses de fevereiro a agosto de 2018, mais de 70.000 venezuelanos cruzaram a fronteira brasileira em Pacaraima, perfazendo um fluxo médio de cerca de 400 migrantes por dia (OLIVEIRA, 2019). Nesse mesmo ano, o número de venezuelanos atingiu cerca de 10% do total da população do estado brasileiro de Roraima (DOMINGUES, 2018), sobrecarregando os sistemas públicos de saúde, educação e segurança pública.

Franchi (2019) explica que a concentração de venezuelanos no estado de Roraima ocorre em virtude de sua proximidade com o país vizinho. Após ultrapassar a fronteira brasileira, o fluxo de migrantes estende-se ao longo do eixo rodoviário Pacaraima-Manaus (BR-174), tendo como principal destino a cidade de Boa Vista. Com cerca de apenas 330 mil habitantes, a capital roraimense mostrou-se incapaz de absorver e integrar a população de origem venezuelana, resultando em uma situação social caótica.

Tomando por base essa conjuntura, por meio do Decreto Presidencial no 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, o governo brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade resultante do grande fluxo de venezuelanos para o estado de Roraima (BRASIL, 2018a). Em seguida, a Diretriz Ministerial no 03/2018 autorizou a criação da Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), com o objetivo de prestar ajuda humanitária nesse mesmo estado da federação (BRASIL, 2018b).

De acordo com sua concepção, a Operação Acolhida realiza o trabalho de recepção, identificação e acolhimento de refugiados e migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil pela fronteira com Roraima. Nesse contexto, as Forças Armadas brasileiras são responsáveis por prestarem o apoio logístico à operação nas áreas de infraestrutura, transporte, saúde e administração. Agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e entidades da sociedade civil como as organizações não-governamentais (ONGs) também participam dos esforços humanitários no norte do Brasil (BRASIL, 2020).

Dessa forma, a Operação Acolhida pode ser vista simultaneamente como uma operação humanitária, conjunta, interagências e interministerial. Ela é humanitária porque tem por objetivo principal acolher migrantes venezuelanos em situação de

vulnerabilidade. Por outro lado, ela é conjunta porque envolve efetivos militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Por fim, a Força-Tarefa Logística Humanitária é interagências em virtude da interação das Forças Armadas com uma série de agências governamentais, internacionais, religiosas e humanitárias que participam da operação (OLIVEIRA, 2019).

No que concerne ao seu planejamento, a Operação Acolhida é baseada em três pilares: o ordenamento da fronteira, o abrigamento e a interiorização. O ordenamento da fronteira relaciona-se à recepção, à identificação e ao controle dos migrantes venezuelanos que adentram diariamente em território brasileiro. O abrigamento corresponde ao fornecimento de abrigo temporário, bem como alimentação e assistência médica. Finalmente, a interiorização pode ser compreendida como o processo de distribuição dos migrantes venezuelanos nas diversas regiões do Brasil, visando a integração dos estrangeiros à população local (OLIVEIRA, 2019).

De uma forma geral, os números associados à Força-Tarefa Logística Humanitária são bastante significativos. Mensalmente, cerca de 6.000 migrantes são beneficiados no que se refere à ocupação de abrigos, incluindo as três etapas de refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) e atendimento de saúde. Além disso, somente no ano de 2019, aproximadamente 21 mil venezuelanos foram interiorizados em outras regiões do Brasil, recebendo o suporte básico para integrarem-se à sociedade local (SIMÕES; FRANCHI, 2020).

Atualmente, a Força-Tarefa Logística Humanitária enfrenta mais um importante desafio: a pandemia causada pela covid-19. Lançado em 18 de fevereiro de 2020, o Plano Emergencial de Contingenciamento para a covid-19 (PECCovid-19) baliza os esforços governamentais em Roraima e tem por objetivo impedir o contágio dos migrantes venezuelanos e dos próprios integrantes da Operação Acolhida (CERÁVOLO; PEREIRA; FRANCHI, 2020). Nesse sentido, o PECCovid-19 fundamenta-se na tríade monitorar, isolar e tratar, abrangendo medidas preventivas e proativas com foco em Pacaraima e Boa Vista, bem como todo o trajeto de interiorização para os diferentes destinos no Brasil (MORAES; PAIM; FRANCHI, 2020).

No âmbito das Forças Armadas brasileiras, a resposta à crise humanitária por intermédio da Operação Acolhida resultou na realização de uma série de ações e tarefas que materializam o desenvolvimento de capacidades militares ligadas à logística humanitária. Particularmente no que diz respeito ao Exército Brasileiro, o qual detém o

Força-Tarefa Logística Humanitária - o desenvolvimento de capacidades militares no contexto da Operação Acolhida

maior efetivo empregado e possui o comando militar da operação, as principais capacidades militares terrestres desenvolvidas por meio de ações e tarefas relacionadas à Força-Tarefa Logística Humanitária podem ser resumidas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Capacidades Militares Terrestres desenvolvidas na Operação Acolhida

AMEAÇA	CAPACIDADE MILITAR TERRESTRE (CMT)	CAPACIDADE OPERATIVA (CO)	AÇÕES/TAREFAS EXECUTADAS
ID: 25 Fricções e Tensões na América do Sul	CMT 03: Apoio a Órgãos Governamentais	CO 10: Proteção Integrada	- Proteção da sociedade roraimense, colaborando com os órgãos de segurança pública na garantia da lei e da ordem em Pacaraima e Boa Vista.
		CO 11: Atribuições Subsidiárias	- Cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais visando o bem-estar social em todo o estado de Roraima (incluindo a disponibilização de médicos militares no Hospital de Pacaraima).
	CMT 05: Sustentação Logística	CO 20: Apoio Logístico para Forças Desdobradas	- Sustentação da tropa desdobrada na operação, assim como apoio em alimentação e abrigo para os migrantes venezuelanos.
		CO 21: Infraestrutura da Área de Operações	- Instalação da infraestrutura para as bases da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima, bem como a construção e/ou renovação de dez abrigos humanitários em ambos os locais (apoio do 6º Batalhão de Engenharia de Construção).
		CO 22: Gestão e Coordenação Logística	- Planejamento, monitoramento e controle do apoio logístico relacionado à tropa desdobrada na operação.
		CO 23: Saúde nas Operações	- Estabelecimento de instalações de saúde como o Posto de Atendimento Avançado voltado aos migrantes recém-chegados e o Hospital de Campanha direcionado ao tratamento da COVID-19.
		CO 24: Gestão de Recursos Financeiros	- Execução dos recursos financeiros recebidos do governo federal no âmbito da Operação Acolhida.
	CMT 06: Interoperabilidade	CO 25: Interoperabilidade Conjunta	- Operação desenvolvida em conjunto com a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil.
		CO 27: Interoperabilidade Interagência	- Operação desenvolvida em parceria com órgãos de segurança pública, ONGs, agências governamentais e internacionais, entre outros.
	CMT 07: Proteção	CO 28: Proteção ao Pessoal	- Proteção à própria tropa e aos migrantes, especialmente os residentes temporários nos abrigos humanitários.
CO 29: Proteção Física		- Proteção de material e instalações, em especial as bases militares e os abrigos humanitários.	

Fonte: OLIVEIRA, 2019; BRASIL, 2020.

Formadas desde os tempos de paz por visarem o longo-prazo, as capacidades militares são decorrentes da aquisição de ativos e conhecimento por parte das Forças Armadas, capacitando-as a responder de acordo com o cenário encontrado. Dessa forma, é possível afirmar que a participação das Forças Armadas na Operação Acolhida tem resultado no desenvolvimento de capacidades militares específicas e desejadas para respostas a crises humanitárias. Além disso, devido à complexidade da logística humanitária no estado de Roraima, foram exigidas do Exército Brasileiro capacidades militares terrestres que transcendem a área da logística, demandando esforços também nos campos de apoio a órgãos governamentais, interoperabilidade e proteção.

Por fim, esse artigo não esgota os conhecimentos sobre o desenvolvimento de capacidades militares desenvolvidas pela Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), uma vez que ele se limitou a uma análise sobre as capacidades militares terrestres desenvolvidas pelo Exército Brasileiro. Portanto, novos trabalhos

sobre o desenvolvimento de capacidades militares conjuntas no âmbito da Operação Acolhida poderão complementar essa pesquisa.

Referências:

BRASIL. **Decreto no 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 - Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.** Brasil: Presidência da República, 2018a.

BRASIL. **Diretriz Ministerial nº 03/2018, de 28 de fevereiro de 2018.** Brasil: Ministério da Defesa, 2018b.

BRASIL. **Operação Acolhida.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

CERÁVOLO, Luiz; PEREIRA, Dan; FRANCHI, Tássio. **O Covid na Linha de Frente da Operação Acolhida.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME. 2020.

DOMINGUES, Filipe. **Venezuelans Flee Crisis at Home but Face Rising Tensions in Brazil.** America, 2018. Disponível em: <https://www.americamagazine.org/politics-society/2018/10/22/venezuelans-flee-crisis-home-face-rising-tensions-brazil>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: a atuação das Forças Armadas brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos.** Military Review, 2019. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Online%20Exclusives/Franchi-operacao-acholhida-a-atuacao-das-forcas-armadas-brasileiras-no-suporte-aos-deslocados-venezuelanos-Jan-20194.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

HEASLIP, G.; BARBER, E. **Using the Military in Disaster Relief: systemizing challenges and opportunities.** Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management, Vol. 4, nº 1, p. 60-81, 2014.

HEASLIP, G.; SHARIF, A.; ALTHONAYAN, A. **Employing a Systems-Based Perspective of Inter- Relationships within Humanitarian Logistics.** International Journal of Production Economics, Vol. 139, p. 377-392, 2012.

MARKOWSKI, S.; HALL, P.; WYLIE, R. **Defense Procurement and Industry Policy: a small country perspective.** New York: Routledge, 2010.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. **A Operação Acolhida diante da possibilidade de pandemia em Roraima.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME. 2020.

OLIVEIRA, G. **Use of Brazilian Military Component in the Face of Venezuela's Migration Crises.** Military Review, 2019. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2019/Alberto-Brazil-Venezuela-print/>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

Força-Tarefa Logística Humanitária - o desenvolvimento de capacidades militares no contexto da Operação Acolhida

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019**. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

OPERAÇÃO ACOLHIDA, A PREPARAÇÃO DO 11º CONTINGENTE*

Luciano Hickert¹

1. Introdução

Ao longo do século XX a Venezuela sofreu com uma sucessão de dificuldades que geraram crises internas de abastecimento, segurança e política que deram origem ao movimento de migração dos venezuelanos para o mundo (FRANCHI, 2019). A intensificação da imigração venezuelana para os países vizinhos, a partir de 2016, fez com que os países latino-americanos estabelecessem respostas diferentes para a inclusão de refugiados. O Brasil buscou uma resposta nacional para a crescente chegada de pessoas na área amazônica, com o desencadeamento da Operação Acolhida, em 2018, atingindo resultados surpreendentes (PINHO, 2019; OLIVEIRA, 2018).

Figura 1 - Formatura e embarque do 11º Contingente



Fonte: BARROS; SIMÕES, 2021.

O Brasil faz fronteira com a Venezuela em uma área pouco povoada do país, com grandes dificuldades de ligação com os principais centros econômicos brasileiros. O estado de Roraima possui articulação rodoviária com o país vizinho, com destaque para

* Artigo originalmente publicado em 07 de junho de 2021 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

Operação Acolhida, a preparação do 11º contingente

a BR 174 e rodovia Ruta 10. Além disso, a vegetação de lavradio existente na metade Norte do estado facilita os deslocamentos humanos.

Por outro lado, Roraima conta com uma população de 631 mil habitantes, segundo o censo 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e possui poucas condições de absorver grandes contingentes imigratórios como os mais de 50 mil venezuelanos. O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é um dos menores do Brasil, e não é possível absorver no mercado de trabalho local uma grande quantidade de refugiados (SIMÕES, 2020).

Além disso, o estado de Roraima abriga uma população indígena significativa, assim como a região Sul da vizinha Venezuela. Com a crise no país bolivariano, muitas tribos venezuelanas também buscaram migrar para o Brasil, provocando um problema complexo de acomodação de etnias diferentes, assim como disputas de poder entre caciques brasileiros e estrangeiros. As diversas vantagens oferecidas pelo Brasil, como os programas de assistência social, notadamente o Bolsa Família, programas de apoio da FUNAI e o Sistema Único de Saúde servem de reforço para a busca de melhores condições de vida entre os indígenas residentes no país vizinho.

Diante da crescente imigração venezuelana e das deficiências de estruturas e logística na região para absorverem os milhares de refugiados, o Brasil organizou uma operação complexa, envolvendo diferentes setores dos Poderes Executivos e ONG nacionais e internacionais, que foi chamada de Operação Acolhida. Mesmo com o fechamento das fronteiras devido à pandemia de covid-19, a partir de 2019, centenas de imigrantes ainda buscam abrigo nos diversos pontos estabelecidos pelo governo brasileiro, a fim de buscar a legalização de sua condição de refugiados.

A Operação Acolhida foi estruturada para alojar os imigrantes venezuelanos que se encontravam pelas ruas e praças das cidades do Norte do país, especialmente de Boa Vista-RR, para atualizar sua documentação e oferecer condições dignas de alojamento e alimentação. Após a triagem, foi planejada a interiorização equilibrada dos refugiados, em diversas cidades pelo Brasil. Assim, foi possível organizar os voos para interiorizar os venezuelanos em diversos estados do país, distribuindo para impactar de forma mais sutil a chegada dos refugiados e promovendo sua integração por meio da obtenção de postos de trabalho em diversas regiões do país (BARROS; SIMÕES, 2021).

As Forças Armadas, e sobretudo o Exército, tem participado de forma decisiva na operação, contribuindo em diversos pontos da administração, na estrutura de apoio logístico e no trato com os estrangeiros que se apresentam nos postos em busca de

orientação. Os militares colaboram para que o acolhimento dos refugiados ocorra de uma forma humana e solidária, em colaboração com diversos órgãos públicos como: Polícia Federal, Receita Federal, Ministério das Relações Exteriores e ONG.

Para que o sucesso da operação fosse plenamente alcançado, a operação tem deslocado efetivos militares de todo o país, por períodos de até quatro meses. Os contingentes são preparados para atuar em um ambiente de interações e para tratar da forma mais respeitosa e acolhedora nossos irmãos do Norte, que buscam o Brasil com o sonho de recomeçar uma nova vida.

A Operação Acolhida é estruturada de forma que os militares que dela participem sejam selecionados em um sistema de rodízio similar ao empregado pela ONU para as missões humanitárias. No final de 2020, o Comando Militar do Sudeste (sediado em São Paulo) assumia a tarefa de executar a missão, e o Comando Militar do Sul recebia a ordem para iniciar sua preparação, iniciando um processo que a seguir será detalhado.

2. As atividades de preparação do 11º Contingente

A partir de novembro de 2020, a 6ª Divisão de Exército iniciou a seleção dos militares que embarcariam em maio para o Norte do país, que deixariam suas famílias por um período superior a três meses, em plena epidemia de covid-19. Após continuada seleção do pessoal, especialmente para cargos específicos como psicólogos, médicos e engenheiros, iniciaram as atividades de planejamento logístico e preparação das instruções:

Figura 2 - Instrução do 11º Contingente pelo CCOPAB



Fonte: BARROS; SIMÕES, 2021.

Operação Acolhida, a preparação do 11º contingente

Com o embarque previsto para a partir de abril 2021, foram planejadas duas semanas de instrução, que ocorreriam conforme as normas do Comando de Operações Terrestres. As instruções da primeira semana foram planejadas de forma regionalizada, a fim de evitar deslocamentos e reunião de pessoas de diferentes cidades.

A segunda semana de instrução foi planejada para ocorrer de modo centralizado dentro das células funcionais, sendo utilizados os diversos aquartelamentos da área metropolitana para alimentar e alojar o pessoal, de modo que as equipes de conhecessem e fossem possíveis instruções centralizadas ministradas pelo CCOPAB e outros especialistas.

Após rigoroso controle sanitário, foi possível reunir os cerca de 500 militares na guarnição de Porto Alegre, de forma centralizada mas sem provocar aglomerações e riscos para a saúde do pessoal, em plena crise sanitária no estado. O uso de máscara, testagem e isolamento de qualquer militar sintomático possibilitou os transportes dos diversos militares, de todo o estado do Rio Grande do Sul, e seu retorno para as sedes.

Além das instruções com os especialistas do Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB) e a reunião do pessoal do contingente nas células, foi possível planejar o reconhecimento da área de operações, sobretudo Boa Vista e Pacaraima. Nessa oportunidade, os militares em funções chaves puderam conhecer os desafios que envolviam as atividades e conduzir a preparação das equipes de modo mais específico.

Já preparados pelas instruções, o pessoal retornou para suas unidades até receber a ordem de embarque. O transporte do 11º Contingente foi planejado para ocorrer com cinco voos fretados, entre Porto Alegre-RS e Boa Vista-RR, facilitando a organização e o controle de pessoal.

3. Embarque e início das atividades

A operação de embarque exigia o transporte dos militares dos estados do Paraná e Santa Catarina (80 militares), além dos militares de todo o estado do Rio Grande do Sul, perfazendo um total de mais de 530 militares. Para tanto, foram planejados controles sanitários antes do embarque e na chegada dos efetivos:

Figura 3 - Deslocamento do 11º Contingente



Fonte: BARROS; SIMÕES, 2021.

Buscando evitar a reunião de todo o efetivo, foram designados coordenadores de transporte nas regiões de origem dos militares, e um coordenador de embarque para todo o contingente. Foram selecionadas duas unidades como hospedeiras para o embarque: o 18º Batalhão de Infantaria Motorizado reuniria os militares nos dias anteriores ao embarque no aeroporto, e o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado para a preparação dos militares que não haviam cumprido quaisquer das fases de instrução, recuperando essas instruções.

Figura 4 - Testagem dos militares e cuidados de distanciamento



Fonte: BARROS; SIMÕES, 2021.

Nesse sentido, buscando a economicidade, os 80 militares dos estados do Paraná e Santa Catarina foram preparados imediatamente antes do embarque, evitando uma viagem a mais até Porto Alegre. Esses militares tiveram seu embarque priorizado, a fim de que ficassem somente o tempo de instrução antes de viajarem para a missão.

Seguindo orientação do Comando da Operação Acolhida, o embarque dos

Operação Acolhida, a preparação do 11º contingente

militares em posições chaves ocorreu primeiro, a fim de que fosse possibilitado o maior tempo possível para a troca de informações entre o 10º e 11º Contingente. As demais vagas de embarque foram planejadas conforme a saída dos militares que se encontravam em Boa Vista, sem sobrecarregar os alojamentos existentes nas posições da força de trabalho, na área de operações.

A contratação de voos fretados possibilitou também o embarque do material, armamento e munição não letal, específicos para a missão, e garantiu a flexibilidade necessária para organizar as vagas de transporte. Os cinco voos de Porto Alegre-RS para Boa Vista-RR foram suficientes para deslocar todos os militares selecionados para a operação. As vagas saíram entre o dia 30 de abril a 15 maio 2021.

A partir da chegada em Boa Vista, os militares do 11º Contingente iniciaram as passagens de função e receberam as últimas instruções, já os ambientando com as dificuldades do momento. A Operação Acolhida tem se caracterizado ser uma grande operação interagências, desde sua origem como uma iniciativa interministerial, quanto pelo fato de ter mais de 100 agências diferentes trabalhando nos diferentes processos da operação (SIMÕES, FRANCHI, 2020) o que naturalmente vem exigindo maior flexibilidade dos seus integrantes. Além de todas estas modificações das conjunturas políticas os desafios sanitários impostos pela pandemia de covid-19 impactam de forma severa no dia a dia das atividades, sendo prontamente respondidos com medidas adicionais de saúde e vigilância sanitária nos abrigos e nos efetivos envolvidos (DINIZ, 2020).

4. Considerações finais

A Operação Acolhida tem se comprovado um grande acerto do Estado brasileiro, obtendo reconhecimento internacional das diversas instituições que se especializaram no recebimento de refugiados e imigrantes. Além disso, a operação comprova a grande capacidade do militar brasileiro para tratar com diferentes instituições e públicos, sempre com afeição e respeito.

O 11º Contingente exigiu um esforço do Comando Militar do Sul e de suas organizações militares para preparar e embarcar mais de quinhentos militares para a missão, em plena epidemia de covid-19. Acima de tudo, é uma tarefa humanitária que reforça o sentimento do Soldado em servir o seu país e apoiar os necessitados.

O fretamento das aeronaves simplificou e organizou de forma decisiva o embarque. A descentralização das instruções possibilitou a flexibilidade para a

minimização dos riscos sanitários, que resultaram em zero casos de internação grave por covid-19 durante o período de instrução. A seleção adequada do pessoal evitou grande número de trocas de última hora, facilitando o pagamento de uniformes e o transporte de pessoal.

A história do 11º Contingente, o maior desde o início das atividades da Acolhida, tem sido escrita desde 2020, e sua preparação e posterior embarque já servem de modelo para os futuros contingentes. Os futuros contingentes poderão se referenciar no planejamento já realizado mesmo se a participação militar for reduzida. Existem planos para transferência de responsabilidades das atividades para civis, o que simplificará a logística militar para reunião, instrução e transporte dos meios e pessoal.

Os planejamentos para diminuir a presença de militares na Operação Acolhida, ainda em 2021, podem direcionar as ações humanitárias já desenvolvidas para outros, ministérios, órgãos públicos, instituições privadas e organizações não-governamentais. Isto possibilitará que as Forças Armadas sigam sua principal missão constitucional, que é a defesa da pátria. De qualquer modo, os militares seguirão com a mesma disponibilidade e prontidão, com a firmeza de valores e propósitos, prontos para atuar com responsabilidade no manejo dos recursos públicos e com a mão amiga estendida para todas as pessoas presentes em nosso território.

Referências:

BARROS, Antônio Manoel de; SIMÕES, Luciano Correia. **O papel da Operação Acolhida na inserção social do migrante através do trabalho.** In: LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro; PAULA, Priscila Moreto de. Migrantes e refugiados: uma aproximação baseada na centralidade do trabalho e na justiça social, Cap. 3, p. 351-382, 2021. Brasília : Ministério Público do Trabalho, 2021.

DINIZ, Ronay Souza. **A Operação Acolhida e os Desafios Impostos pela Pandemia do Corona Vírus.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

FRANCHI, Tássio. **Operation Acolhida: The Brazilian Armed Forces' Efforts in Supporting Displaced Venezuelans.** Military Review, p.1-13, 2019.

OLIVEIRA, George. Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela.** Military Review, p.1- 14, 2018.

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida.** Trabalho de Conclusão de Curso na ECEME, 2019. Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

SIMÕES, Luciano Correia; FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: um balanço do**

Operação Acolhida, a preparação do 11º contingente

executado até 2019. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **O fluxo migratório colombiano nos últimos anos: breve análise.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

PREPARAÇÃO DE CONTINGENTE PARA A OPERAÇÃO ACOLHIDA*

André Vicente Scafutto de Menezes¹

1. Introdução

A Operação Acolhida foi a resposta dada pelo governo brasileiro a fim de conter, dentro do território nacional, os efeitos da crise humanitária que atingia intensamente o estado de Roraima, mais diretamente a sua capital, Boa Vista, com o grande fluxo migratório oriundo da Venezuela. Para tanto, montou um gabinete interministerial e designou um oficial general como coordenador operacional e comandante de uma Força Tarefa Logística Humanitária. A missão inicial buscava evitar o colapso econômico-social e urbano daquela região afetada, coordenar os esforços humanitários e buscar soluções. Constitucionalmente, o Brasil não traz restrições ao acesso de migrantes e, por diversos tratados, ratifica sua condição de recepção de estrangeiros e de apoio aos mais necessitados. Assim, desde o início de 2018, mais de 10 (dez) contingentes militares foram formados, cada um oriundo de um ou mais Comandos Militares de Áreas (Cmdo Mil A) que, trabalhando em conjunto com as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), vão cumprindo suas missões.

Este autor integrou o 7º Contingente, operando do final de novembro de 2019 a início de abril de 2020. O Exército, maior efetivo, foi oriundo do Comando Militar do Leste (CML - cuja área geográfica é grande parte do sudeste brasileiro, cujas exceções são o Estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro). Em linhas gerais, a quase totalidade dos militares veio dos quartéis dessa região brasileira, mas houve exceções, perfazendo um total que ultrapassou 600 (seiscentos) homens e mulheres. A função do autor foi a coordenadoria da célula Manaus, contando com 50 (cinquenta) militares. Este artigo é de opinião e fruto da vivência do autor e a metodologia está assim calcada dessa forma, visando fazer algumas considerações sobre a preparação dos contingentes para essa missão a partir dessa experiência.

2. Seleção de pessoal

O mais importante para o cumprimento dessa tarefa, além da definição de que se

* Artigo originalmente publicado em 23 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro.

A preparação de contingente para a Operação Acolhida

deve fazer, é a seleção de pessoal. O Coordenador Operacional e o Subcoordenador Operacional já são definidos pelo Alto Comando, após consulta junto ao Departamento Geral do Pessoal (DGP) e ao Comando de Operações Terrestres (COTER). Existe a participação do Ministério da Defesa e da comissão interministerial que tem a chancela nesse processo. Resta o contingente da Força Tarefa Logística Humanitária propriamente dita, com um Chefe do Estado-Maior (Ch EM) e as células e funções específicas dentro de um Quadro de Organização estabelecido, que orienta quem ocupará cada cargo, sendo todos militares das três Forças Armadas.

O Comandante Militar de Área designado para o período (meses antes do início da missão) define o nome do militar que será o Ch EM (sempre do Exército) e, a partir daí, são compostos os diversos cargos. Em linha geral, esse Ch EM escolhe o seu Estado-Maior e suas principais chefias, se do Exército, enquanto monitora a complementação dos cargos. Esse trabalho é sensível e complexo, pois envolve, por vezes, um trabalho de convencimento e negociação junto as diversas chefias, após o aceite de determinado militar. Mais do que isso, cada militar precisa ser voluntário, estar apto nos exames de saúde, físico e psicológico. Fora isso, há a questão relacionada às qualificações e especialidades - sejam na área da saúde, do direito, da assistência social e outras tantas – muitas das quais não estão presentes na região brasileira buscada. Desse modo, é muito comum a existência de militares provenientes de outras regiões brasileiras.

Há, ainda, as questões diversas: o cuidado de se manter a questão da antiguidade militar em determinada célula e a busca de se ter pessoas que já tenham trabalhado juntas em algumas colocações para melhoria do desempenho da mesma. Fora isso, a procura por perfis que se enquadrem, em termos de sensibilidade da missão, que tenham a compreensão da complexidade da tarefa, da necessidade de coordenação de esforços com os diversos atores envolvidos e nas possíveis repercussões em termos dos problemas que são comuns nessa situação, muitos dos quais podendo ter repercussão fora das Forças Armadas ou fora do País, dependendo da gravidade dos mesmos.

Importante salientar a questão dos benefícios ou limitações da missão. Além da satisfação pessoal, profissional ou particular, por ser um integrante da operação, desempenhando um papel importante, perante a instituição Exército (Forças Armadas, pode-se dizer), a Nação Brasileira e a todos os envolvidos, tem o sentimento de humanidade, boas ações e tudo o que remonta quando se participa de algo desse tipo. Ajudar pessoas comuns, estrangeiros, muitos com histórias interessantes (muitas

crianças) e ver isso funcionar é uma motivação bem grande. Além disso, são dispostas outras questões, sejam boas ou ruins. Por outro lado, o afastamento do militar em relação a sua família, o permanente estado de prontidão, com uma carga maior de trabalho (expediente muito mais estendido, com muito menos tempo de descanso) e uma responsabilidade aumentada e intangível pela grande responsabilidade, quando se avalia os problemas que poderão advir, permite dizer que a missão como um todo é sacrificante, não é simples e tem que ter um firme propósito para se voluntariar.

Como foi visto, há muito o que se fazer para se montar um efetivo para cumprir uma missão desse tipo. Dessa forma, acredita-se que o grande desafio seja a composição de um contingente de qualidade com todas as capacidades requeridas. Já se sabe que a vocação militar é testada - muitos não voltam os mesmos. A mudança comportamental, a análise de suas prioridades pessoais e o impacto das experiências atuam naqueles que vivenciam a operação e é um dado a ser levado em consideração.

3. Atividades de preparação

Para uma tarefa como essa, há que se ter muita coordenação, a partir das reuniões com a nova equipe. Muitos contatos são firmados para se entender a missão, receber novas tarefas, agregar as funções chaves e negociar com todos os envolvidos para se dar o suporte requerido. Há também o reconhecimento, extremamente necessário para se ver no local as atividades futuras e reorientar a preparação. Por fim e não menos importante, a concentração dos efetivos e as diversas atividades preparatórias completam esse trabalho preparatório, agora não somente dos principais chefes, mas de todos envolvidos.

3.1 Reuniões de preparação

Não há como se planejar algo sem a devida coordenação. Mais ainda, só é possível entender o que se fazer quando todas as ideias então recebidas pelo CHEM, coordenador da montagem do contingente, tenham sido repassadas. É também a oportunidade de que todos os envolvidos em cargos de chefia possam se conhecer. Dessa maneira, ocorrem as reuniões. Serve como oportunidade para se repassar algumas necessidades ainda pendentes, como as funções não completadas, marcação de vacinação ou demais exames de saúde necessários, dentre tantas outras carências administrativas, como os meios disponíveis, necessidade de recursos e informações de pessoal, por exemplo.

A preparação de contingente para a Operação Acolhida

Devido à impossibilidade de comparecimento físico de alguns de seus integrantes, as reuniões eram híbridas, com a participação de membros ausentes através de videoconferência, o que deve ser normal na maioria dos planejamentos por razões diversas. Criou-se, a partir dali, um hábito que iria prosseguir ao longo de toda a operação, principalmente quando havia sedes diferentes envolvidas (Boa Vista e Pacaraima em Roraima e Manaus no Amazonas). Não há como dispor dessa ferramenta de coordenação para uma missão tão complexa e distinta. Isso posto se deve a necessidade de se ter meios de Tecnologia da Informação disponíveis desde o início.

3.2 Reconhecimento

Para qualquer operação, ainda mais desse tipo, quer seja pelo ineditismo, complexidade ou necessidade de informações atuais e oportunas, há que se ter um reconhecimento. Neste caso, com a falta de procedimentos estruturados em manuais e sem memórias anteriores e com a mudança de rotinas a cada nova situação encontrada, um bom planejamento tem que ser antecedido por essa etapa. Além de melhor entender a situação local, favorece o início do estabelecimento das diversas ligações que serão necessárias para o desencadear das ações.

Como as tarefas são complexas e variadas, quanto mais pessoas for possível se levar, melhor, obviamente se esbarrando nas boas práticas e no controle orçamentário que qualquer administrador público tem que ter. Além de particularizar cada nível de responsabilidade que se tem, melhor será a condição de execução futura. Assim, todas as chefias devem se fazer representar e cada um tem que já ter uma boa compreensão de suas tarefas para se ter condições de realizar seus esclarecimentos. Se possível, levar inclusive pessoal administrativo que corrobora com a missão, não presentes no contingente, mas que também teriam importância na busca de informações, pois abreviariam possíveis problemas iniciais e até porque também manteriam esse apoio logístico mesmo a distância.

3.3 Concentração e instruções

Uma atividade crítica se refere a concentração de todos os militares envolvidos na futura missão, antevendo o seu embarque. A primeira medida é a definição das Organizações Militares (OM) hospedeiras para receber os efetivos, mesmo aqueles de outras OM da guarnição definida. Depois disso, tem que se realizar as coordenações administrativas necessárias com todos os envolvidos, quer seja transferência de etapas,

Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) para as atividades após a reunião, contratação de ônibus, alocação de recursos específicos, escolha e definição de alojamentos e áreas de instrução, calendário de inspeções, dentre tantas outras atividades de preparo.

Tudo isso, obviamente, com o aval de todos os comandantes militares envolvidos e após minucioso planejamento. Com a chegada dos efetivos, além das instruções planejadas, há muito o que se fazer em termos administrativos, tais como: exames de saúde complementares, substituições (acontece de haver militares com problemas sérios surgidos numa última hora, sendo a última possibilidade dessa conduta), recebimento de material (fardamento, kits diversos e outros) e demais atividades, principalmente ligadas ao pessoal.

Ao mesmo tempo em que essas ações administrativas vão sendo realizadas, seguem as instruções, aquelas de caráter geral ou mesmo particular para cada grupo em suas especialidades, testes físicos e psicológicos, conduta auto para todos os habilitados como uma adaptação aos veículos militares utilizados na missão, idiomas, desenvolvimento de liderança, patrulhamento, cuidados com os civis, por exemplo. Ressalta-se a presença de agências das Nações Unidas (UNPFA, ACNUR, OIM, UNICEF, dentre outras) nessa fase, repassando diversas informações e cuidados preventivos para se evitar problemas diversos. Militares de outras Forças Armadas não participam dessa etapa – fazem suas preparações dentro de cada instituição. Haveria um ganho se fosse possível uma reunião de todos os militares anteriormente, devido a relevância da operação.

A preocupação de se criar um espírito militar coletivo para se alinhar procedimentos também é muito importante e dar o máximo de informações possíveis para todos. Tudo isso, a fim de dar um alinhamento de intenções, pois muitas tarefas são muito descentralizadas e a presença das chefias nem sempre se fará possível, havendo a necessidade de condutas individuais. Por fim, o contingente fica aguardando o seu momento de embarque e início de operação, feito em várias levadas a fim de se permitir uma substituição adequada e sem solução de continuidade.

4. Considerações Finais

Relatar toda essa sequência pode parecer simples, mas muito desgaste existe em cada pequena fase e neste artigo foram dispostos algumas dessas questões. Problemas pessoais surgem, mudanças no planejamento logístico ou questões diversas, como a

A preparação de contingente para a Operação Acolhida

atual pandemia e outras variáveis também. Tudo isso atua diretamente afetando os participantes ou o planejamento como um todo.

Em termos da Operação Acolhida, o Estado Brasileiro tem trabalhado bem nisso. As suas instituições, principalmente as militares no nível federal, têm sido fundamentais para o seu sucesso, cujo portfólio de êxito está caracterizado na indicação para recebimento de prêmio internacional. A capacidade de bem cumprir as diversas missões, específico a instituição Exército, principal componente desse trabalho, dá mostras da qualidade do profissional fardado que consegue, com a sua “mão amiga”, dar sempre um algo a mais para o sucesso de suas ações.

Finalizando este artigo, é necessário destacar que, cada vez mais, os contingentes têm sido repetidos e muita experiência já foi agregada, mas, sem dúvida, a preparação adequada é tão, senão mais importante, que a execução da missão da Operação Acolhida.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL



SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NARCOTRAFICANTES E O GARIMPO NO ESTADO DE RORAIMA*

Lucas Barreto Rodrigues¹

1. Introdução

Recentemente (de 01 à 15 de setembro de 2021), o Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenou uma operação de combate ao garimpo ilegal na reserva indígena *Yanomami* no Estado de Roraima. A operação resultou na apreensão de 13 pessoas, 64 aeronaves, 75 mil litros de combustível, 611 munições, mais de uma tonelada em minério e 500 metros de mangueiras de garimpo (BRASIL, 2021). Essa operação surge em um contexto de tensão entre grupos criminosos armados atuando na fronteira e as comunidades indígenas do noroeste de Roraima.

No início do ano de 2021, ocorreu uma série de ataques promovidos por garimpeiros a aldeias indígenas em terras *Yanomamis*. Em um deles, grupos de garimpeiros armados deslocando-se em canoas, atacaram a comunidade Palimiú a partir do rio Uraricoera, calha fluvial de acesso aos garimpos (BACHEGA, 2021; BOEHM, 2021).

Sugere-se, também, em diferentes versões de narrativas de grupos políticos distintos, as relações institucionais dos garimpeiros, estabelecendo ligação destes com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e até com organizações internacionais. No entanto, o Secretário de Segurança Pública de Roraima, Edison Prola, confirma a presença da facção paulista nos garimpos ilegais (BIASETTO, 2021). Uma vez constatada tal relação, o que explicaria essa aproximação entre as quadrilhas exploradoras de minérios e os narcotraficantes?

2. O garimpo em áreas indígenas

Apesar de constituir crime ambiental “executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais” (BRASIL, 1998) nas terras protegidas, a temática é polêmica até mesmo entre as comunidades indígenas (GLOBO, 2021). A figura do garimpeiro é, eventualmente, construída com heroísmo no Estado sendo exibida como monumento na

* Artigo originalmente publicado em 15 de outubro de 2021 no site do OMPV.

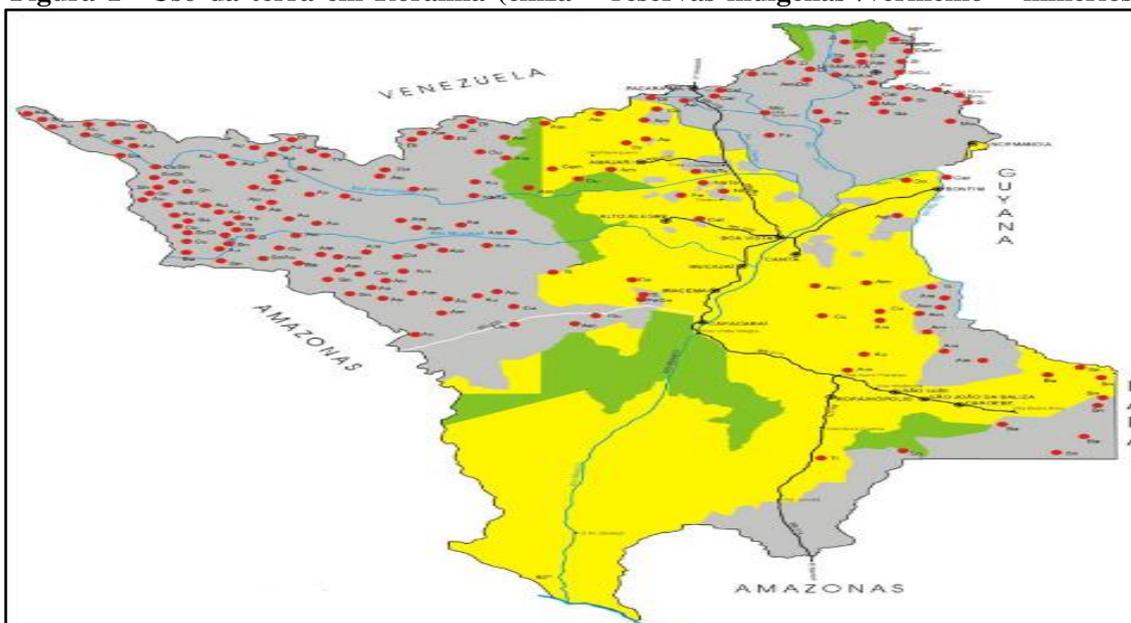
¹ Mestre em Ciências Militares.

principal praça da capital do Estado, Boa Vista e, no âmbito político, organizações que representam os grupos indígenas movimentam-se em defesa da proibição plena da atividade em terras indígenas ou de flexibilizações para a comunidade.

O Estado de Roraima possui duas grandes terras indígenas demarcadas: a reserva *Yanomami*, no noroeste do Estado, e a reserva Raposa Serra do Sol, no nordeste. Ambas encontram-se dentro da faixa de fronteira e, nenhuma das duas compõem territórios únicos, sendo compostas por outros pequenos “enclaves” distribuídos pelo Estado de Roraima.

Dentro desses territórios demarcados, o subsolo abriga a maioria das reservas de ouro conhecidas de Roraima, embora não haja estudos disponíveis que estimem o tamanho dos depósitos. No entanto, a exportação de ouro ilegal proveniente do Estado é percebida há bastante tempo. Apenas em 2018, o ouro explorado em Roraima rendeu um montante de 7,8 milhões de dólares.

Figura 1 - Uso da terra em Roraima (cinza = reservas indígenas /vermelho = minérios)



Fonte: GLOBO, 2021.

Os grupos que defendem a proibição plena argumentam que o garimpo possui “efeito devastador” tanto para o meio ambiente como para as comunidades indígenas habitantes das terras. Além da degradação do solo, florestas e rios, o fluxo constante de pessoas por entrepostos onde concentram-se as comunidades indígenas facilita a disseminação de doenças e problemas sociais relativos a excessos e crimes. Em função disso, as comunidades indígenas partidárias a esse ponto de vista, bem como outros apoiadores externos, mobilizam meios de promover fiscalizações, construindo barreiras em rios e contribuindo com informações às forças policiais (CASTRO, 2021).

Os outros grupos, defensores da flexibilização de atividades de garimpo em terras indígenas, valem-se, principalmente, do argumento de autogestão da terra, onde as comunidades indígenas teriam total liberdade para decidir seu uso. Esse argumento tende à defesa do chamado “garimpo artesanal”; meio de extração dos metais de maneira rudimentar, não maquinizada e que seria menos danoso ao meio ambiente. Essa ideia detém parte do apoio das comunidades em função da possibilidade de acúmulo de dinheiro que o garimpo poderia viabilizar (GLOBO, 2021).

Para além do âmbito político, no nível tático, a ação de garimpeiros em terras indígenas apresenta sistêmicos eventos de violência. Com episódios marcados por tiroteios contra comunidades indígenas, forças policiais e relatos de intimidações. Configurando-se como a mais aparente causa de relevância à segurança pública da população inserida nesse contexto, como demonstrado no exemplo recente relatado na introdução.

3. A Conjuntura de outros crimes transnacionais em Roraima

O Estado de Roraima, posicionado no extremo norte do país, possui uma população de pouco mais de meio milhão de habitantes. É cortado de norte à sul por dois corredores principais: o rio Branco (que é navegável a partir do município de Caracaraí até sua foz no rio Negro, já no Estado do Amazonas) e a BR-174 (que cruza o Estado desde o Município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, até Manaus - AM).

As fronteiras do Estado compõem 1922 quilômetros com a Venezuela a norte/noroeste, e com a Guiana a leste. É essa posição estratégica que torna tal Estado singular para aspectos relativos à atividades de organizações criminosas gestoras de ilícitos transnacionais como o tráfico de drogas, armas e pessoas.

No contexto da Amazônia, os rios e estradas, funcionam como caminhos bem definidos de fluxo de pessoas e de cargas. Diferentemente da Região centro-sul do Brasil e demais regiões concentradas dos outros países da América do Sul (geralmente litorâneas) os interiores do continente possuem infraestrutura de transportes escassos, o que torna as poucas vias existentes em corredores estratégicos para o deslocamento em massa (MACHADO, 2009)

No entanto, junto com o fluxo de pessoas, deslocam-se também, por esses corredores, cargas ilícitas (como drogas e armas) e o próprio fluxo de pessoas em si

sugere a existência de crimes relativos ao tráfico humano. Quando tratamos de tráfico de drogas, mais especificamente da cocaína, por exemplo, temos a seguinte conjuntura continental: Os países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia) são os maiores produtores globais do entorpecente; os Estados Unidos e o continente Europeu constituem um lucrativo mercado consumidor; assim sendo, para chegar à Europa, portanto, para atravessar o oceano Atlântico, as cargas de drogas, necessariamente, possuem nos países da costa atlântica da América do Sul, uma plataforma de exportação (STEIMAN, 1995)

Até 2008, a Venezuela era a principal plataforma de exportação transatlântica de drogas provenientes, principalmente, da Colômbia; posteriormente, esse posto foi assumido pelo Brasil, com a emergência de organizações criminosas de caráter continental operantes em duas grandes rotas internas que ligam os países produtores e os portos brasileiros (por onde a droga sai escondida em carregamentos lícitos) (ONU, 2008).

Na Amazônia Brasileira, os rios da bacia que se encontram para formar o rio Amazonas servem como corredores de ingresso, a partir dos países andinos, de drogas e insumos que, ao longo desse processo logístico, são refinadas, estocadas e abastecem mercados locais antes de seguir em direção aos grandes centros do litoral brasileiro (região com grande mercado consumidor e infraestrutura de transportes transnacionais mais viáveis aos criminosos). (MACHADO, 2009; COUTO, 2017)

Importante destacar que, apesar do fluxo das drogas ser identificado como partindo dos andes rumo ao litoral, os rios da região funcionam como vias de mão dupla nesse sistema, servindo de também como meio de abastecimento dos fornecedores de insumos para o refino da droga ou para o transporte de produtos igualmente ilícitos em fluxo contrário.

É nesse contexto que o rio Branco e a BR-174, corredores que ligam as duas principais plataformas de exportação de cocaína da América do Sul, colocam o Estado de Roraima em uma condição única em toda a Amazônia. Pela combinação desses corredores destacados, não circulam apenas cargas de drogas destinadas à exportação e consumo “varejista” local, mas também o ingresso de armas e insumos mais fáceis de serem adquiridos no Platô das Guianas.

Essa movimentação de ilícitos transnacionais que engloba o Estado de Roraima é notada desde os anos de 1990, Emanuele Pasqualotto (2009) destaca que apreensões de cargas de drogas no Estado ocorriam em fazendas, potencialmente, sendo distribuídas

por meio aéreo. No relatório final da CPI do Narcotráfico de 2000, é citado envolvimento de deputados estaduais de Roraima inseridos em quadrilhas que realizavam esse tipo de crime na região das Guianas.

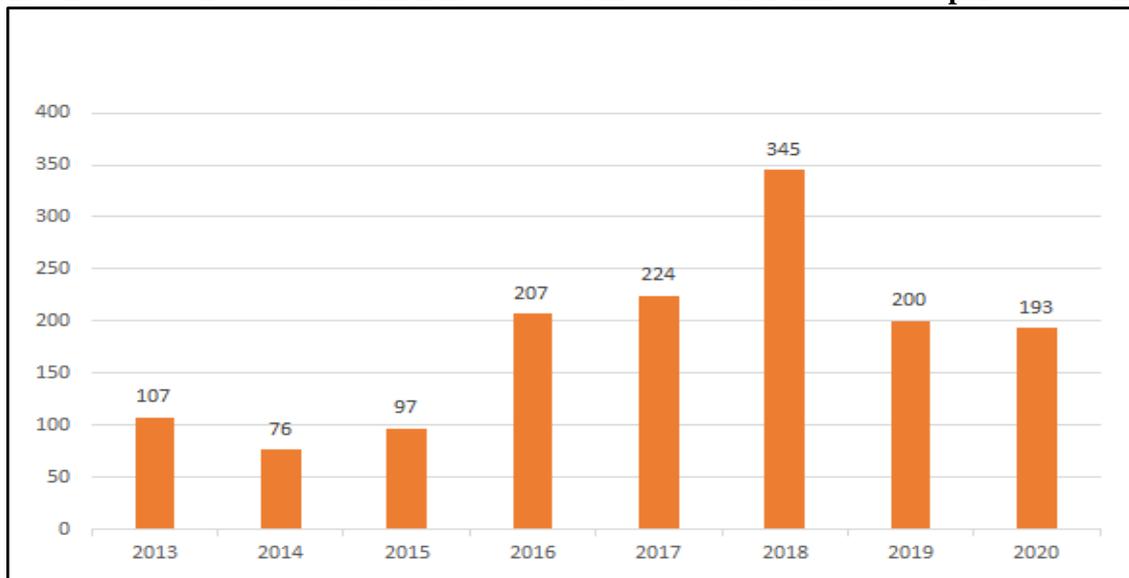
Com a ascensão das facções criminosas, o ator protagonista sobre tais crimes passou a ser centralizado em siglas que representavam organizações geridas a partir de células nas cadeias. Atualmente, o Estado encontra-se sob disputa de três organizações brasileiras: o Primeiro Comando da Capital (PCC); o Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL) e a Família do Norte (FDN). (COSTA; OLIVEIRA, 2018) Destaca-se também a presença de células em Roraima ou relações com as facções brasileiras de dois grupos criminosos venezuelanos: o Tren de Aragua e o Prnato. (ALESSI, 2021; RAMALHO, 2019)

Os objetivos das facções criminosas em estabelecer controle sobre o Roraima está fundamentado, prioritariamente, no mercado ilegal de armas de fogo oferecido pela Venezuela (RAMALHO, 2019), além de ser uma alternativa útil para o contrabando, tráfico de drogas (como já destacado) e lavagem de dinheiro.

O interesse na venda local é limitado quando comparado ao restante do Brasil, uma vez que, o Estado de Roraima, sendo o menos populoso, concentra uma demanda bem menor que os grandes centros urbanos do continente. Todavia, o acesso de drogas a Manaus é estratégico para as organizações. Isso se reflete na configuração dos homicídios no Estado. Cidades onde a demanda por drogas costuma ser alta, ocorrem disputas mais violentas nas periferias da cidade por domínio sobre pontos de vendas de drogas. Em Roraima, a concentração dos homicídios na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (principal cadeia da cidade) expõe a disputa das facções por estabelecer sua hegemonia refletindo o cenário que constitui a visão macro da região. (BRANDÃO, 2016; GLOBO, 2017)

Especialmente a partir de 2016, com o racha da aliança entre PCC e CVRL a nível continental (e posteriormente, do CVRL com a FDN a nível regional), o Estado de Roraima evidenciou sucessivos massacres em frequência nunca antes verificada na Penitenciária de Monte Cristo. Simultaneamente, a crise migratória de venezuelanos ingressantes no Brasil constituiu recursos humanos vulneráveis para a consolidação de redes criminosas que, eventualmente, beneficiam-se do cenário para a manutenção de seus negócios ilícitos.

Tabela 1 - Homicídios em Roraima por ano



Fonte: MONITOR DA VIOLÊNCIA, 2021.

4. Que motivações explicariam a relação dos garimpeiros com os narcotraficantes?

Por se tratar de organizações criminosas especializadas em extração ilegal de ouro, os garimpeiros, eventualmente, obtiveram contatos com outros criminosos pertencentes às facções como o PCC e o Tren de Aragua. O poder aquisitivo da facção criminosa paulista e sua capacidade de mobilizar meios para confrontar as autoridades, somado à baixa força contingencial do Estado de Roraima, facilitou a instalação da facção criminosa nos garimpos dentro da terra indígena *Yanomami*, estabelecendo maquinários, grupos armados, meios logísticos e até cobranças de pedágios nos rios.

A aproximação entre o PCC e os garimpos em terras indígenas em Roraima consolida uma via de benefício mútuo entre os garimpeiros e a facção, pautado na “proteção” dos garimpos diante das investidas das forças policiais e na capacidade de lavagem de dinheiro da organização por vias do comércio de ouro pouco fiscalizado pelo Estado, além da utilização dos mesmos logísticos do comércio ilegal de metais para o transporte de drogas e outros itens de interesse das facções.

O PCC, bem como outras facções criminosas brasileiras surgidas de células de criminosos detidos e que, até hoje, organizam-se a partir de cúpulas decisórias organizadas dentro dos presídios, possuem como diferença para com outras organizações criminosas, entre outras características, a deficiência de atuação na gestão de crimes financeiros. Isto é, embora as dimensões e volumes financeiros dos narcotraficantes coloquem o PCC entre os grupos criminosos mais ricos do mundo, lhes é artesanal a atuação para operar tais montantes.

Segundo o Promotor Lincoln Gakiya, do Ministério Público de Presidente Prudente - SP, o PCC tende a refinar seu sistema de lavagem de dinheiro que, atualmente, ainda possui as vulnerabilidades que possibilitam identificar com relativa facilidade seus operadores; no entanto, o promotor destaca preocupação com os contatos obtidos entre membros da facção e presos com expertise necessária para realizar operações financeiras ilegais mais complexas, como agentes criminosos condenados em decorrência das investigações da Operação Lava Jato (GAKIYA, 2021).

Indícios desse refino operacional financeiro são verificados em esquemas de lavagem de dinheiro identificados pelas investigações da Operação Tempestade, onde o sistema criminoso do PCC era utilizado por doleiros como parte de um esquema de corrupção que desviava dinheiro destinado à construção de hospitais de campanha no Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus (GODOY, 2021)

Em função disso, é sólido especular que o principal interesse da aproximação do PCC com os garimpeiros de Roraima pode ser voltado para a lavagem de dinheiro. Os recursos da facção criminosa para a gestão logística de drogas e a capacidade de operar a partir de unidades prisionais, por sua vez, beneficiam garimpeiros interessados em escoar sua produção a partir dos meios ilícitos.

Portanto, uma vez se tratando de um Estado sem grande expressão de mercado consumidor em proporções populacionais, a hipótese de que o controle dos recursos minerais para a lavagem de dinheiro fomenta parte dos interesses do PCC em obter controle sobre tais territórios podem ser especulada a partir dos indicadores de presença da organização nos presídios frente aos crescentes relatados ataques contra instituições públicas de controle das atividades garimpeiras no Estado.

Referências:

ALESSI, Gil. **Venezuelanos ganham força em cargos-chave no PCC em Roraima após 'batismo' feito por liderança nacional.** El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-07/venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BACHEGA, Hugo. **A comunidade Yanomami refém de tiros e bombas de garimpeiros há mais de um mês.** BBC, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57619851>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BIASETTO, Daniel. **Polícia Federal e MPF investigação de facções em terra Yanomami.** O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/policia-f>

ederal-mpf-investigam-acao-de-faccoes-em-terra-yanomami-1-25019591. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BOEHM, Camila. **Indígenas denunciam mais um ataque de garimpeiros em terra Yanomami**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-05/indigenas-denunciam-mais-um-ataque-de-garimpeiros-em-terra-yanomami>, Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRANDÃO, Inaê. **Confronto entre presos de RR deixa 10 mortos e 6 feridos, afirma Sejuc**. G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/confronto-entre-presos-de-rr-deixa-10-mortos-e-6-feridos-afirma-sejuc.html>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Número 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Art. 55**. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Operação na Terra Indígena Yanomami apreende mais de 60 aeronaves em 15 dias**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-na-terra-indigena-yanomami-apreende-mais-de-60-aeronaves-em-15-dias>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

CASTRO, Rodrigo. **Sem proteção permanente, Yanomamis relatam medo de novos conflitos: ‘Situação muito tensa’**. O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/semprotecao-permanente-yanomamis-relatam-medo-de-novos-conflitos-situacao-muito-tensa-25026084>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

COSTA, Emily; OLIVEIRA, Valéria. **Guerra entre facções rivais faz disparar índices de homicídios em Boa Vista**. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/guerra-entre-faccoes-rivais-faz-disparar-indices-de-homicidios-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. **A geografia do narcotráfico na Amazônia**. Geographia Opportuno Tempore, Vol. 3, nº 1, p. 52-64, 2017.

GAKIYA, Lincoln. **PCC - Primeiro Cartel da Capital - Parte 3: Cartel**. UOL, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=axyyiAY6eGw&ab_channel=MOVdoc. Acesso em: 20 de julho de 2021.

GLOBO. **Garimpo não é consenso entre indígenas de Roraima**. Globo, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2021/08/28/garimpo-nao-e-consenso-entre-indigenas-de-roraima.ghtml>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

GLOBO. **31 presos são mortos em penitenciária de Roraima, diz governo**. G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

GODOY, Marcelo. **Banco do Crime do PCC é suspeito de lavar dinheiro desviado do combate à COVID no Rio**. Estadão, 2021. Disponível em: <https://brasil.estadao.com>

m.br/noticias/rio-de-janeiro-banco-do-crime-e-suspeito-de-lavar-dinheiro-desviado-da-covid-19-no-rio-70003708197. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

MACHADO, Lia Osorio. **Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil**. In: La Economía de las Drogas Ilícitas - Escenarios de conflictos y Derechos Humanos. Cap 6, p. 123-139, 2009. Barcelona: Colectivo Maloka, 2009.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. **As mortes violentas mês a mês no país**. G1, 2021. Disponível em: http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/?_ga=2.62391716.904663727.1632934469-1825195893.1631240877#/dad-os-mensais-2021?mes_2021=junho&estado=RR&crime=Todos%20os%20crimes%20violentos. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Drug Report 2008**. New York: United Nations Office on Drugs and Crimes, 2008.

PASQUALOTTO, Emanuele Cristina. **Dependência Química: o olhar da mídia sobre o usuário em Boa Vista**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Roraima, 2009. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2009.

RAMALHO, Sérgio. **Maior facção da Venezuela tem núcleo em solo brasileiro agindo em Roraima**. UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/10/pranato-facciao-venezuela-pacaraima-roraima-fronteira-brasil.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

STEIMAN, Rebecca. **O Mapa da Droga**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

TERRORISMO



ANÁLISE DE SITUAÇÃO - CONFLITO ISRAEL x HAMAS*

Sandro Teixeira Moita¹

Em 10 de maio de 2021, Israel lançou a Operação Guardiã das Muralhas (*Operation Guardian of the Walls*), com massivo uso de poder aéreo a posições dos grupos *Hamas* e *Jihad* Islâmica na Faixa de Gaza, em resposta ao grande lançamento de mísseis e foguetes realizado por estes grupos contra cidades israelenses. A escalada na tensão e o conflito decorrente já produziram graves danos, centenas de mortes palestinas e israelenses, assim como milhares de palestinos desabrigados. *Após anos de calma, o que explica a recente eclosão de um novo conflito em Gaza?*

Um histórico dos conflitos

As relações entre Israel e a Faixa de Gaza sempre estiveram caracterizadas por grandes tensões, derivadas do processo de ocupação israelense que findou em 2005, com uma retirada unilateral e o fim da ocupação militar. Com o fim do controle israelense em setembro deste ano, Gaza, então controlada pelo grupo *Fatah*, testemunhou as eleições, disputadas entre este grupo e o *Hamas*, em janeiro de 2006 pelo controle da Autoridade Nacional Palestina.

A vitória do *Hamas* gerou severas reações internacionais, demandando que o grupo mantivesse os compromissos assumidos, com pressões diplomáticas da União Europeia, Rússia, Estados Unidos e das Nações Unidas. As pressões de Israel foram ignoradas pelo *Hamas*, uma vez que o grupo não reconhece o direito de existência do Estado de Israel até os dias atuais. Isto não impede negociações nos bastidores, quando eclodem conflitos.

O ano de 2006 passou com um impasse nas facções palestinas, com o *Hamas* exercendo controle de fato em Gaza e o *Fatah* controlando a Cisjordânia. A falta de diálogo levou a um conflito, embora com interrupções e mediações fracassadas, resultou com o *Hamas* conseguiu eliminar ou expulsar os membros do *Fatah* de Gaza, estabelecendo um controle que dura até os dias atuais.

* Artigo originalmente publicado em 31 de maio de 2021 no site do OMPV.

¹ Doutor em Ciências Militares e Professor da ECEME.

O controle de Gaza por parte do *Hamas* durante o ano de 2007, levou a uma série de reações de Israel e Egito, com imposição de embargos de tráfego, fechamento de postos de fronteira. Países árabes como Arábia Saudita, Jordânia e Egito reconheceram a Autoridade Nacional Palestina sob domínio do Fatah como governo legítimo palestino. Tentativas de reconciliação entre o Fatah e o *Hamas*, bancadas por países árabes foram feitas, mas esbarram em falta de passos concretos entre as duas facções.

O ano de 2008 observou uma tensão crescente, com lançamentos de foguetes por parte do *Hamas* contra Israel, que, por sua vez, respondia com ataques aéreos. Tréguas negociadas pelo Egito duravam pouco, dias ou semanas, até meados de junho, quando Israel e *Hamas* acordaram em um cessar-fogo de seis meses. Isto não impediu crescimento de tensões a medida que o grupo consolidava seu domínio sobre Gaza, expulsando os últimos simpatizantes do *Fatah*. Em fins de novembro, após um ataque israelense contra um de seus tuneis, o *Hamas* lançou grandes salvas de foguetes e morteiros contra Israel, escalando a crise durante dezembro.

Em 27 de dezembro, Israel desencadeou a Operação Chumbo Fundido (*Cast Lead*), em uma primeira fase com uma intensa campanha aérea que destruiu boa parte da infraestrutura de Gaza, assim como instalações ligadas ao *Hamas*. O grupo palestino respondeu aumentando o número de foguetes e morteiros lançados, atingindo cidades como *Ashdod* e *Beersheba*, que não tinham sido alvo anteriormente.

Com as ações militares em curso, combates terrestres iniciaram em 3 de janeiro de 2009, com a invasão de Gaza por tropas israelenses. O *Hamas*, apoiado por outros grupos militantes, ofereceu uma renhida resistência, enquanto as Forças de Defesa de Israel despejavam larga quantidade de munições contra Gaza, por meio de ataques aéreos e fogo de artilharia.

O conflito chegou a um cessar-fogo em 18 de janeiro de 2009, com grandes perdas para os palestinos: entre 1100 e 1500 mortos, mais de 5 mil feridos, e grande destruição, que resultou em severos problemas de infraestrutura e moradia, com mais de 50 mil desabrigados e refugiados. Os israelenses tiveram treze mortos, sendo dez soldados e três civis. Os efeitos da guerra de vinte e dois dias ainda são sentidos até os dias atuais.

Após o fim da Operação Chumbo Fundido, as tensões continuaram a existir, mas em menor grau, entre 2009 e 2011, onde breves episódios de violência eclodiam, com lançamentos de foguetes do *Hamas* seguidos por ataques aéreos de Israel e tentativas de

emboscadas a militares israelenses, visando sequestrá-los para poder criar trocas de prisioneiros com Israel.

As tensões voltaram a crescer durante o ano de 2012, com lançamentos maiores de foguetes e morteiros contra Israel por parte do Hamas, mas também outros grupos que o desafiam, como a Jihad Islâmica. Diversos eventos foram marcando uma nova escalada de eventos, até que, em 14 de novembro, Israel eliminou o comandante militar do *Hamas*, num ataque aéreo. Isso marcou o início da Operação Pilar Defensivo (*Pillar of Defense*).

O grupo reagiu lançando centenas de foguetes, mísseis e morteiros contra Israel, que respondeu com ataques aéreos. Dessa vez, o *Hamas* mostrou maior capacidade, empregando além de foguetes construídos localmente, mísseis de origem russa e iraniana, o que aumentou o alcance dos ataques, incluindo a capital israelense, *Tel Aviv*. Quase 10% dos foguetes utilizados pelo *Hamas* caíram em Gaza ou falharam em decolar, detonando, o que produziu ainda mais vítimas do conflito.

Porém, o conflito marcou a estreia do sistema de defesa antimísseis Domo de Ferro (*Iron Dome*), que abateu uma parcela razoável dos foguetes disparados contra Israel, apresentando um novo ativo com peso estratégico no conflito, capaz de dirimir a ameaça missilística dos grupos militantes palestinos e o número de baixas civis israelenses.

Após uma semana de combates, com uma pesada campanha aérea realizada por Israel, além de fogos de artilharia disparados contra Gaza, em 21 de novembro, um cessar-fogo mediado pelo Egito entrou em vigor. Tanto Israel quanto o *Hamas* clamam serem vitoriosos. Algumas concessões foram feitas quanto a navegação marítima na costa de Gaza bem como pontos de entrada e acesso de material para a reconstrução.

Apesar de uma relativa calma no ano de 2013, rompida por episódios esporádicos de violência, com ataques a tropas israelenses na fronteira, lançamentos de foguetes respondidos por ataques aéreos, a situação se manteve estabilizada, até que uma nova escalada de crise ocorreu no ano de 2014, após Israel intensificar o bloqueio de Gaza por mar, terra e ar.

O *Hamas* realizou uma ação na qual três adolescentes foram sequestrados na Cisjordânia. Israel lançou a Operação Guardiã do Irmão (*Brother's Keeper*), com forças policiais e militares, que capturou ou matou suspeitos do sequestro, sendo que alguns deles eram membros do *Hamas*. Embora a liderança política do grupo negasse

ter dado ordens para o sequestro, a reação israelense acirrou os ânimos em Gaza, e logo lançamentos de mísseis e foguetes foram registrados.

Em 8 de julho, Israel lançou a Operação Margem Protetora (*Protective Edge*), com ataques aéreos contra alvos em Gaza. Logo se seguiram fogos de artilharia e o deslocamento de forças terrestres para a fronteira. Por dez dias, a campanha de bombardeios impôs grande destruição. Uma tentativa de cessar-fogo proposta pelo *Fatah*, com apoio do Egito, foi aceita por Israel em 15 de julho, mas fracassou diante da negativa do *Hamas* em aceitá-la.

Israel retomou os ataques, em 16 de julho, e a noite, aceitou uma proposta de cessar-fogo com cinco horas de duração das Nações Unidas para o dia 17. Entretanto, o avistamento de um grupo de membros do *Hamas* saindo de um túnel para realizar ataques em solo israelense pôs fim com o cessar-fogo, com os israelenses eliminando o grupo e destruindo o túnel.

Determinado a destruir os túneis construídos pelo *Hamas* que permitiam tal tipo de ação, o governo israelense ordenou uma invasão terrestre de Gaza. Em 19 de julho, violentos combates entre as tropas israelenses e militantes do *Hamas*, e outros grupos, destacando-se a *Jihad Islâmica*, resultaram em mais de dez soldados israelenses mortos e cinquenta e seis feridos, algo sem precedentes nas operações até então. Mais de cem palestinos, entre militantes e civis também morreram na batalha, que se encerrou no dia 23.

Os violentos combates urbanos nas cidades de Gaza, onde o *Hamas*, a *Jihad Islâmica* e outros grupos buscavam emboscar as forças israelenses produziram um crescente número de baixas dos dois lados, com milhares de civis palestinos, presos em meio a luta, mortos.

A pressão internacional pelo fim da luta aumentou, e Israel retirou suas forças terrestres de Gaza em 3 de agosto, declarando que os túneis que representavam perigo estavam destruídos. A partir daí, várias tentativas de cessar-fogo, mediadas por Egito, Estados Unidos, Nações Unidas, foram buscadas, mas fracassaram por violações por parte do *Hamas* e por parte de Israel.

Somente em 26 de agosto, sete semanas após o início da operação, é que um cessar-fogo mediado pelo Egito com apoio dos Estados Unidos, Rússia, União Europeia e Nações Unidas, se manteve e pôs fim ao conflito. As perdas econômicas foram grandes, devido ao grau da destruição ocorrida por causa dos combates. Mais de 50 mil

desabrigados, com 2200 e quase 10 mil feridos no lado palestino, enquanto Israel tinha perdido 67 soldados e seis civis, com mais de 500 feridos, a maioria, militares.

O fim do conflito levou a uma nova estabilização da situação, rompida por esporádicos episódios de violência, que logo tinham fim. Tanto Israel, quanto *Hamas* clamaram vitória, fosse pelo fim dos lançamentos de mísseis, fosse pelo fim da operação militar.

O panorama permaneceu relativamente estável, na dinâmica de ações esporádicas de violência, que logo terminavam. Em 2018, houve uma série de protestos nas fronteiras de Gaza contra o bloqueio israelense que resultou em meses de violência, com um saldo de 198 palestinos mortos e mais de 9 mil feridos.

Nos anos de 2018 e 2019, as Forças de Defesa de Israel lançaram algumas operações contra instalações do Hamas, principalmente ataques aéreos, mas ações terrestres também ocorreram, com tentativas de ferir ou matar soldados israelenses por parte de militantes de grupos como a *Jihad* Islâmica, que escapam ao controle do *Hamas*.

A crise atual e a Operação Guardiã das Muralhas (*Guardian of the Walls*)

A situação se tornou mais calma em 2020, face à crise gerada pela pandemia do coronavírus. Isso veio a se reverter em 2021, com episódios de violência alimentando nova escalada da crise. Porém, diferente das outras vezes, o foco da crise não se encontrava em Gaza.

Uma série de eventos desconectados, mas extremamente traumáticos levaram a crise que veio a fazer eclodir um novo conflito em 10 de maio. Eventos em Jerusalém Oriental detonaram a crise, quando palestinos iniciaram uma série de protestos face a uma decisão da Suprema Corte de Israel, de expulsar seis famílias palestinas de um bairro da cidade. A resposta dura da polícia israelense levou a mais protestos.

Protestos de partidos da extrema direita israelense incendiaram a situação, demandando “morte aos árabes”, o que fez com que explodisse o ressentimento da comunidade árabe-israelense, com protestos ocorrendo em diversas cidades do país. A dura repressão policial no Monte do Templo levou a um episódio onde a Mesquita de *Al-Aqsa*, um dos mais sagrados locais do mundo para os muçulmanos, foi invadida por policiais israelenses.

O *Hamas* emitiu um ultimato contra Israel, em 10 de maio, para que retirasse suas forças policiais da área da Mesquita de *Al-Aqsa*, do Domo do Templo, do bairro

palestino alvo do processo na Suprema Corte, e parasse a repressão contra os palestinos. Sem resposta, lançamentos de mísseis foram realizados, atingindo cidades israelenses. As Forças de Defesa de Israel então lançaram uma série de ataques aéreos, iniciando-se a Operação Guardiã das Muralhas.

Porém, diferente de outros confrontos com o *Hamas* e os grupos militantes em Gaza, Israel teve de lidar com embates em diversas frentes. Na Cisjordânia, protestos diversos forçaram o envolvimento de militares, posto que não havia forças policiais suficientes para lidar. Em 18 de maio, uma greve geral foi convocada pelo *Fatah*, com grande adesão palestina e alguma adesão na comunidade árabe- israelense.

Nas cidades mistas israelenses, assim chamadas pela convivência de cidadãos árabes com judeus, as provocações feitas pelos partidos de extrema-direita fizeram com que as polícias locais se tornassem incapazes. Isto demandou a presença da Polícia de Fronteiras, que, em alguns casos, teve de ter apoio militar para encerrar os protestos, tal a monta que eles atingiram.

Algumas cidades tiveram a decretação de estado de emergência em 11 de maio, com a imposição de toques de recolher e pontos de bloqueio, operados pela Polícia de Fronteiras com apoio das Forças de Defesa de Israel. Os protestos começaram a diminuir por volta de 18 de maio, com prisões de árabes e judeus, envolvidos na violência.

Em Gaza, a Operação Guardiã das Muralhas estava em forte ritmo, com as Forças de Defesa de Israel utilizando ataques aéreos e de artilharia para destruir alvos ligados ao *Hamas* e outros grupos. Apesar disso, os lançamentos de foguetes se intensificaram, com uso de mísseis de maior tecnologia, especialmente russa e iraniana. Uma salva de 137 foguetes e mísseis foi lançada contra *Tel Aviv*, demonstrando as novas capacidades que estes grupos tinham obtido desde 2014.

Israel intensificou os ataques, e aviões israelenses travaram combate contra drones suicidas lançados pelo *Hamas*. As grandes salvas de foguetes e mísseis tinham como objetivo de sobrecarregar as baterias do Domo de Ferro, sendo que em alguns casos, alguns foguetes e mísseis conseguiram vencer a proteção deste. Residências e possíveis esconderijos ou refúgios dos líderes do *Hamas* e grupos menos foram destruídas por Israel, eliminando boa parte das lideranças.

Em 15 e 16 de maio, as Forças de Defesa de Israel realizaram uma série de ataques aéreos concentrados, visando destruir os complexos de túneis do Hamas, com munições de precisão guiada e tipo “*bunker buster*”, capazes de penetrar alvos

fortificados e explodir em profundidades diversas. Tais ataques foram repetidos em 17 de maio, com mais lançamentos de bombas contra a rede.

Militantes do *Hamas* visavam atacar as tropas terrestres israelenses que estavam sendo concentradas na fronteira, especialmente com munições anticarro. Em um dos ataques, um sargento israelense foi morto, e soldados ficaram feridos. Ataques foram lançados contra militantes que compunham as equipes dotadas deste armamento.

A campanha aérea israelense ficou sob escrutínio internacional após o bombardeio de diversas torres em Gaza.

As Forças de Defesa de Israel justificaram suas ações indicando que os prédios tinham dependências ligadas ao *Hamas*. A ação foi bastante criticada, posto que o prédio abrigava escritórios da *Associated Press* e da *Al Jazeera*, órgãos de imprensa internacional. Para alguns, Israel buscou complicar o trabalho da imprensa de reportar o que estava ocorrendo em Gaza.

Em 20 de maio, as ações militares dos dois lados arrefeceram, e um cessar-fogo mediado pelo Egito, Catar e Nações Unidas, com apoio dos Estados Unidos entrou em vigor às duas da manhã do dia 21. Apesar de protestos nas proximidades da Mesquita de *Al-Aqsa*, nenhum dos lados violou os termos do cessar-fogo, enquanto clamam vitória. Doze mortes foram reportadas em Israel, enquanto 243 palestinos perderam a vida nos ataques, com mais de 1900 feridos estimados até o momento.

O dilema estratégico permanece

A nova rodada de confrontação entre Israel e *Hamas*, parece uma repetição dos lances anteriores, mas há elementos a serem considerados desta vez, que entrarão nos cálculos estratégicos dos dois lados. O *Hamas* pode clamar, no mundo muçulmano, que é protetor de Jerusalém, e que pode resistir a Israel, lançando foguetes e mísseis. Israel, por sua vez, pode clamar ter conseguido destruir a infraestrutura de túneis do *Hamas* em Gaza, bem como eliminado boa parte de suas lideranças, e eliminado boa parte de suas reservas de armamento.

Politicamente, Israel sabe que não é possível uma vitória plena contra o *Hamas* ou outros grupos militantes palestinos. Desta forma, Israel segue com sua estratégia de “aparar a grama”, ou seja, operações realizadas de tempos em tempos para degradar as capacidades dos grupos militantes, mantendo a situação relativamente calma por meio da dissuasão, demonstrando que atacar Israel traz um preço caro a ser pago, o que pode minar a motivação destes militantes e fazer com os grupos acabem.

NO CONFLITO COM O HAMAS, ISRAEL TEM OPÇÕES LIMITADAS*

Rafael Augusto da Cunha Bonato¹

O presente artigo tratará do conflito mais recente entre Israel e *Hamas*, que durou de 10 a 20 de maio e causou 242 mortes, sendo 230 do lado palestino e 12 do lado israelense. O conflito foi oficialmente encerrado no dia 20 de maio, por meio de um cessar fogo, mediado pelo Egito. O texto será dividido em três partes. Na primeira parte, será apresentado um histórico recente do conflito, com a finalidade de contextualizar o leitor. Na segunda parte, serão analisados aspectos políticos e estratégicos do conflito. Na última parte, serão analisados os aspectos táticos, seguidos de uma conclusão.

Histórico recente do conflito

O último conflito entre Israel e *Hamas* se iniciou no dia 10 de maio e representa uma tendência de aumento das tensões entre as duas partes, que se acentuou a partir de 2005, após a saída de Israel da Faixa de Gaza. Naquele momento, iniciou-se uma disputa entre forças políticas palestinas pelo controle da área, envolvendo principalmente o *Fatah* e o *Hamas*. Em 2007, o *Hamas* assumiu unilateralmente o controle da Faixa de Gaza, expulsando o *Fatah* e causando uma cisão na Autoridade Palestina. Desde então, houve quatro conflitos entre Israel e *Hamas* na região: em 2008, 2010, 2014 e o mais recente, em 2021.

O *Hamas* tem incrementado sua capacidade de infligir danos a Israel. Os primeiros ataques ocorreram em 2001, com uso de morteiros e se limitaram a bater alvos que estavam a poucos quilômetros da fronteira. A partir de 2005, o *Hamas* iniciaria a “industrialização” do conflito, com uso massivo de foguetes. Em 2012, o *Hamas* já conseguiria atingir *Tel Aviv* com foguetes.

A respeito do conflito recente, o jornal francês *Le Monde* publicou uma reportagem em que são divulgados vídeos de tropas do *Hamas* (Brigadas *Al-Qassam*) e de grupos aliados, como a *Jihad* Islâmica da Palestina (Brigadas *Al-Quds*), mostrando lançadores de mísseis S-40 e A-120, capazes de atingirem *Tel Aviv* e *Ayyash-250k*, cujo raio de atuação é de 250km, o que engloba a totalidade do território de Israel.

* Artigo originalmente publicado em 05 de julho de 2021 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

Com o poder de fogo demonstrado pelo *Hamas* nas imagens divulgadas pelo *Le Monde*, alguns questionamentos surgem a respeito do conflito: como os mísseis entraram na Faixa de Gaza? O *Hamas* pode aumentar a precisão de seus mísseis e, assim, causar mais mortes? Israel pode interceptar esses mísseis? Como a inteligência de Israel não identificou a existência desses mísseis e falhou ao prever o ataque do *Hamas*? Há mísseis desse tipo na Síria ou no Líbano? Como os países da região, especialmente os árabes, irão se comportar? Essas questões evidenciam a gravidade da situação, especialmente para Israel, cujos objetivos e estratégias analisaremos a seguir.

Aspectos políticos e estratégicos do conflito

A posição dos palestinos é clara: aquela é a terra que eles ocupavam quando colonizadores estrangeiros a tomaram deles e nela instituíram um governo (FRIEDMAN, 2021). Para tentar resolver a questão, Israel estabeleceu dois objetivos nacionais. O primeiro, de ser reconhecido internacionalmente como um Estado, principalmente pelos países árabes vizinhos. O segundo é resolver a questão territorial com os palestinos, principalmente no que concerne à Faixa de Gaza e à Cisjordânia. Pode-se afirmar que, para atingir esses dois objetivos, Israel “lança mão” de uma estratégia que se divide, resumidamente, em três partes.

A primeira parte refere-se ao que fazer nos momentos entre conflitos. Nestes momentos, Israel tenta, por meio de manobras políticas junto à Autoridade Palestina, evitar que as tensões se elevem a níveis extremos. Quanto mais tempo a situação for administrada, maiores serão os intervalos entre os conflitos, beneficiando Israel e dando-lhe tempo para obter avanços na segunda parte de sua estratégia.

A segunda parte da estratégia refere-se à política exterior. Visando ser reconhecido pelo maior número de países, especialmente por seus vizinhos árabes, Israel tem tentado estabelecer relações de cooperação e aliança. No caso dos vizinhos árabes, cuja relação tende a apresentar momentos de grande hostilidade, Israel conseguiu obter reconhecimento - e estabelecer relações diplomáticas - com o Egito, em 1979, após o Acordo de *Camp David*; com a Jordânia, em 1994, após o Acordo de Oslo e com os Emirados Árabes e Bahrein, em 2020, após os Acordo de Abraão. Para obter uma paz estável e duradoura, Israel precisa construir, no âmbito regional, uma rede de relações minimamente densa e eficiente. Ocorre que, quando Israel se torna responsável pela morte de palestinos inocentes, essa rede se enfraquece e se torna instável, dificultando a execução da segunda parte de sua estratégia. Para que consiga executar de

maneira eficiente sua política externa, é preciso observar a condução das operações militares, terceira parte da estratégia.

Assim, a última parte da estratégia israelense refere-se à condução dos conflitos. O modus operandi é bem claro: o conflito deverá terminar o mais rápido possível, empregando-se, para isso, uma forte ação de choque, desorganizando o inimigo e forçando-o a negociar um cessar-fogo. Olhando apenas pelo aspecto militar, esse modo de agir parece ter coerência. Contudo, ele traz consigo uma perigosa armadilha. Ao empregar uma forte ação de choque, Israel é, frequentemente, acusado de exercer seu direito de legítima defesa de maneira desproporcional, devido ao número de inocentes mortos. Para que se tenha uma ideia, dos 230 palestinos mortos pelos ataques aéreos israelenses, 39 eram mulheres e 64 eram crianças, representando 45% do total de mortos do lado palestino (PCHR, 2021). Esse modus operandi, portanto, tem o potencial de desgastar a imagem internacional de Israel, o que pode comprometer, de maneira decisiva, a execução da segunda parte da estratégia, explicada no parágrafo anterior, que é a execução de uma política externa que ajude Israel a resolver o conflito com os palestinos.

Ao engajar-se militarmente contra as forças do *Hamas* na Faixa de Gaza, Israel enfrenta, a todo momento, um dilema perigoso, que envolve o grau de violência a ser empregado. Quando maior o grau, mais rápido termina o conflito, mas o número de inocentes palestinos mortos tende a ser grande. Na seção seguinte, analisaremos os aspectos táticos do conflito e as opções de Israel.

Aspectos táticos do conflito

Em termos táticos, Israel tem três opções na Faixa de Gaza: bombardeio, ação terrestre direta ou uma combinação destes. O bombardeio é mais seguro para as tropas israelenses e abrevia o conflito, mas tende a causar a morte de muitos inocentes. A ação terrestre tende a ser mais efetiva enquanto estiver sendo executada, mas prolonga o conflito e é mais perigosa para as tropas de Israel. Não há uma solução simples para esse dilema. Em 2009 e em 2014, Israel combinou bombardeios com uma ampla ofensiva terrestre.

Ao engendrar uma ofensiva terrestre, Israel desloca suas tropas por uma região urbanizada, com preponderância de população civil e profundamente conhecida pelo inimigo, que se desloca por uma rede túneis subterrâneos, favorecendo a ocorrência de emboscadas (LE MONDE, 2021). O aspecto assimétrico do conflito aumenta o risco de

baixas do lado israelense, fazendo com que o governo se desgaste politicamente no âmbito doméstico, o que pode culminar com uma retirada antecipada de tropas e um eventual fracasso militar por motivos políticos. Para se ter uma ideia do quão sensível é a questão, tomemos o exemplo do soldado *Gilad Shalit*, sequestrado na Faixa de Gaza em 2006. Ele só foi libertado em 2010, após Israel libertar 1080 prisioneiros palestinos. Isso demonstra o valor que a sociedade israelense atribui a seus nacionais. Uma ofensiva terrestre prolongada pode resultar em militares israelenses mortos, feridos ou capturados, algo que no âmbito doméstico pode não se sustentar politicamente. Isso faz com que Israel tenda a optar pelo bombardeio, que analisaremos a seguir.

A opção pelo bombardeio, apesar de mais segura, apresenta o risco elevado de danos colaterais. Na ofensiva de 2008, por exemplo, denominada “Operação Chumbo Fundido”, dos 1419 palestinos mortos em Gaza - dos quais 429 eram mulheres ou crianças -, 94% morreram devido a bombardeios (RCHR, 2009). A realização de bombardeios pode ter um custo muito elevado na dimensão informacional do combate. Assim, avaliar e controlar danos colaterais é uma tarefa fundamental caso se deseje obter êxito em uma operação dessa natureza.

Durante conflito de 2021, foram realizados bombardeios aéreos sobre instalações logísticas e de C2 do *Hamas*, utilizando, dentre outros armamentos, a GBU-31 JDAM e a GBU-39.

A GBU-31 (figura 01) possui uma carga de explosivos de aproximadamente 900kg. É uma bomba guiada por GPS ou laser (GBU - *Guided Bomb Unit*). No momento de seu lançamento, se o GPS estiver disponível, opera-se com um desvio máximo de 5m. Em caso de indisponibilidade do GPS, o desvio é de 30 m (conforme informação da Força Aérea Norte Americana).

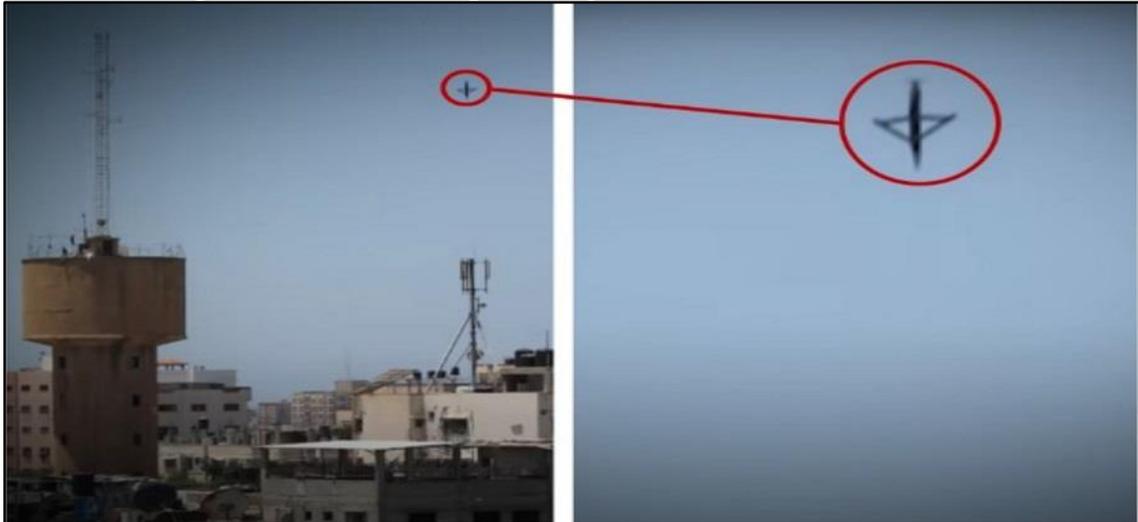
Figura 1 - GBU-31 em pleno lançamento sobre posições do Hamas na Faixa de Gaza



Fonte: LE MONDE, 2021.

No caso da GBU-39 (figura 02), sua ogiva contém 93kg de explosivos e, assim como a GBU-31, também é orientada por GPS ou laser. A principal diferença entre a GBU-31 e a GBU-37 é que esta carrega praticamente dez vezes menos explosivos do que aquela (93kg versus 900kg). Com efeito, a fabricante da GBU-37 a descreve como uma bomba que causa efeitos colaterais ultra reduzidos (*ultra-low collateral damage*, conforme informação da *Boeing*, fabricante do armamento).

Figura 02 - GBU-39 em pleno lançamento sobre a Faixa de Gaza



Fonte: LE MONDE, 2021.

Considerando o armamento utilizado, o que deve ser feito para que se obtenha êxito no bombardeio sobre Gaza? Conforme mencionamos anteriormente, além de uma vitória militar incontestável, deve-se obter uma situação favorável na dimensão informacional do combate.

O sistema D3A de planejamento e coordenação de fogos, utilizado pela doutrina brasileira, pode nos ajudar a responder essa questão (BRASIL, 2017). Com efeito, devido ao tipo de armamento utilizado (bombas GBU 31 e 39) e a característica da área de operações (região edificada), a detecção e a avaliação de danos parecem exercer um papel fundamental. Apesar de apresentar um desvio padrão de apenas 5 metros com GPS, a GBU-31 possui uma carga de 900kg de explosivos, tornando-a capaz de causar pesados efeitos colaterais, caso ocorram erros ao detectar o alvo. Neste caso, cresce de importância a execução de ações de reconhecimento e aquisição de alvos (IRVA), para que se defina com precisão o alvo a ser batido. Por proporcionar menores danos colaterais, o emprego da GBU-37 parece ser mais indicado a uma área de operações como a Faixa de Gaza, pois seu emprego oferece menos riscos de danos colaterais, pois carrega dez vezes menos explosivos.

Além de engajar precisamente o alvo, é fundamental que se realize a avaliação do dano causado. Caso tenham ocorrido danos colaterais severos, deve ser dada uma pronta resposta por parte do comando enquadrante, tanto no sentido de mitigar o dano, especialmente no que concerne ao apoio de saúde às vítimas, atendendo ao princípio da humanidade, quanto na reconstrução do que foi destruído sem necessidade, atendendo ao princípio da necessidade militar.

Por fim, a avaliação do dano é um processo que não se encerra no âmbito do apoio de fogo. No caso em tela, a avaliação de um dano colateral deve gerar ações na dimensão informacional do combate. As células de fogos, sejam terrestres ou aéreas, devem trabalhar em coordenação com outras células que possuam capacidades relativas à informação (CRI), a fim de gerar uma condição desejável na esfera informacional do combate.

Um eventual bombardeio que destrua, por exemplo, um hospital ou uma escola, pode gerar danos severos à imagem de Israel em sua ofensiva. Esse tipo de erro pode comprometer definitivamente a estratégia israelense para lidar com a questão palestina e para garantir uma paz duradoura na região, representando um erro tático causando impacto no nível político, algo indesejável.

Conclusão

Como se pôde verificar no presente artigo, apesar de ser superior em termos militares, Israel não dispõe de tanta liberdade de ação para lidar com o Hamas na Faixa de Gaza. A morte de civis aparece como um fator de extrema relevância na elaboração de linhas de ação por parte de Israel. Atualmente, a divulgação dos fatos ocorre de maneira praticamente instantânea, fazendo com que a dimensão informacional do combate exija cada vez mais atenção dos comandantes militares. No caso do conflito com o Hamas, um eventual êxito militar, acompanhado de uma campanha pública internacional contrária a Israel pode fazê-lo sair do conflito enfraquecido em relação àquele grupo, o que motivaria o Hamas a prosseguir com sua estratégia de confrontação e, por conseguinte, afastaria do horizonte qualquer solução pacífica para a questão palestina.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Planejamento e Coordenação de Fogos**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

FRIEDMAN, George. **Gaza: Morality and Reality**. Geopolitical Futures, 2021. Disponível em: <https://geopoliticalfutures.com/gaza-morality-and-reality/>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

LE MONDE. **Reportagem do jornal Le Monde sobre o conflito na faixa de Gaza**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhm9VIXV6cU>. Acesso em 25 de maio de 2021.

PALESTINE CENTRE FOR HUMAN RIGHTS. **Cease-fire Reached After 11 days of aggression on Gaza**. Pchrgaza, 2021. Disponível em: <https://www.pchrgaza.org/en/day-11-of-israeli-offensive-on-gaza-violent-artillery-shelling-and-systematic-destruction-of-houses/>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

O TERRORISMO OCORRIDO EM ANGOLA DURANTE O SÉCULO XXI*

*Anselmo de Oliveira Rodrigues¹
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon²*

1. Introdução

Decorrido quase vinte anos dos maiores atentados terroristas da história contemporânea (11 de setembro de 2001), muitos eventos se sucederam e influenciaram a trajetória do terrorismo nesse período. Globalização, *internet*, *Al-Qaeda* e Estado Islâmico são apenas alguns, dos inúmeros fatos e atores que interferiram na dinâmica da prática terrorista nesse século.

Ao analisar a evolução do terrorismo entre 2001 e 2019, verifica-se que atualmente o fenômeno está em declínio no mundo, trajetória que teve início em 2014, momento em que, sob a liderança dos norte-americanos, foi formada uma coalizão de Estados para combater o Estado Islâmico (RODRIGUES, 2020). Entretanto, esses dados se referem à prática terrorista ocorrida em todo o globo. Em que pese a realidade da globalização e toda a sua influência na sociedade, não necessariamente deve-se esperar que esse cenário se repita em outras partes do planeta.

Diante dessa realidade e considerando a relevância geopolítica do continente africano para o Brasil (COSTA, 2014), analisar o terrorismo que ocorreu em Angola entre 2001 e 2019 é determinante, uma vez que Angola encontra-se situada no entorno estratégico brasileiro (MEIRA MATTOS, 2011), onde muitos fatos que ocorrem nessa região, produzem efeitos diretos no Brasil (VISENTINI; MIGON; PEREIRA, 2016).

2. Considerações Teórico-Methodológicas

Ao estudar a literatura que trata sobre terrorismo, percebe-se que a grande preocupação dos autores reside na busca incessante para encontrar a melhor definição sobre terrorismo. Muitas pesquisas destinaram-se somente a compreender os distintos posicionamentos existentes sobre o conceito de terrorismo. O exemplo mais clássico repousa na consagrada obra, intitulada de *The Routledge Handbook of Terrorism Research*, onde Schmid (2011) apresentou um estudo em que revelou a existência de

* Artigo originalmente publicado em 02 de agosto de 2021 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Doutor em Ciências Militares.

² Coronel do Exército Brasileiro, Doutor em Administração e Doutor em Ciências Militares.

mais de 100 definições acerca da prática terrorista. Ou seja, não há consenso entre Estados, *Think Tanks*, organizações supranacionais e a academia sobre o que venha a ser o terrorismo (RODRIGUES; SILVA, 2019).

A importância dada à definição do conceito nas investigações sobre terrorismo, fez com que as pesquisas ficassem limitadas a extensos debates conceituais, restringindo o aproveitamento desses estudos por outras instituições, entes e até pelo governo para elaborar políticas públicas. Em vista disso, nota-se que há uma lacuna na literatura acerca de uma abordagem qualitativa sobre a manifestação do terrorismo propriamente dito e as implicações do mesmo junto à sociedade.

Com vistas a suprir essa lacuna, a presente pesquisa se propôs a analisar os atentados terroristas ocorridos em Angola entre 2001 e 2019. Os dados coletados foram obtidos na *Global Terrorism Database (GTD)*, relatório emitido anualmente pelo *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START)*. Para sistematizar a análise sobre o terrorismo em Angola, essa investigação adotou o conceito de terrorismo contido na *Global Terrorism Database*, a qual define ataque terrorista como sendo a ameaça ou uso real de força e violência ilegais por um ator não estatal e que tem como objetivo alcançar uma meta política, econômica, religiosa ou social através do medo, coerção ou intimidação (GTD, 2019).

Dessa forma, acredita-se que foi possível apresentar uma pesquisa diferente do que normalmente é encontrada na literatura e que poderá servir até de subsídios para a elaboração de políticas públicas.

3. Resultados e discussão

Segundo a *Global Terrorism Database*, entre 2001 e 2019 o planeta registrou 129.527 atentados terroristas, dos quais 22.111 localizaram-se em solo africano, continente responsável por cerca de 17,07% da prática terrorista ocorrida em todo o globo (GTD, 2021). Procurando obter uma compreensão mais pormenorizada acerca da manifestação terrorista em Angola, os incidentes terroristas foram analisados sob a perspectiva de três variáveis: 1) geopolítica; 2) autoria dos atentados; e 3) tipo de alvos.

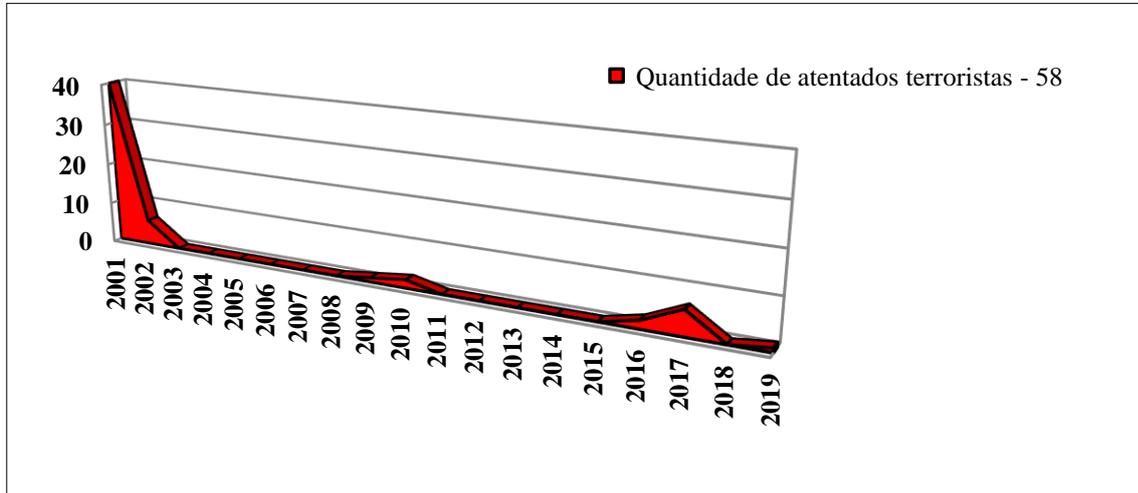
3.1 Geopolítica

Sob a perspectiva geopolítica, dos 22.111 incidentes terroristas ocorridos na África entre 2001 e 2019, Angola registrou apenas 58 atentados em seu território, números que correspondem à 0,26% da atividade terrorista ocorrida no continente

O terrorismo ocorrido em Angola durante o século XXI

africano (GTD, 2021). No entanto, esses números, *per si*, podem levar a uma percepção equivocada ou reducionista acerca do terrorismo ocorrido no país durante esse período. Com vistas a proporcionar uma percepção mais adequada sobre o terrorismo em Angola, o gráfico n° 1 apresenta esses números sob outra ótica:

Gráfico n° 1 - A evolução do terrorismo em Angola durante o século XXI



Fonte: OS AUTORES, com dados do *Global Terrorism Database* 2021.

O gráfico n° 1 nos mostra que, com exceção de 2001, o terrorismo se manifestou de forma rarefeita em Angola. Com números inexpressivos, pode-se concluir que a prática terrorista não se fez presente em Angola após 2001.

Ao investigar os motivos pelos quais houve forte queda da atividade terrorista a partir de 2001, constatou-se que a resposta foi obtida ao revisitar a história angolana, mais precisamente num episódio ocorrido em 2002. Trata-se da morte do líder da União Nacional para a Independência de Angola UNITA³ (*Jonas Savimbi*), em 22 de fevereiro de 2002, durante um confronto travado entre as tropas do governo e as forças da UNITA, na província de *Moxico* (RODRIGUES; MIGON, 2019).

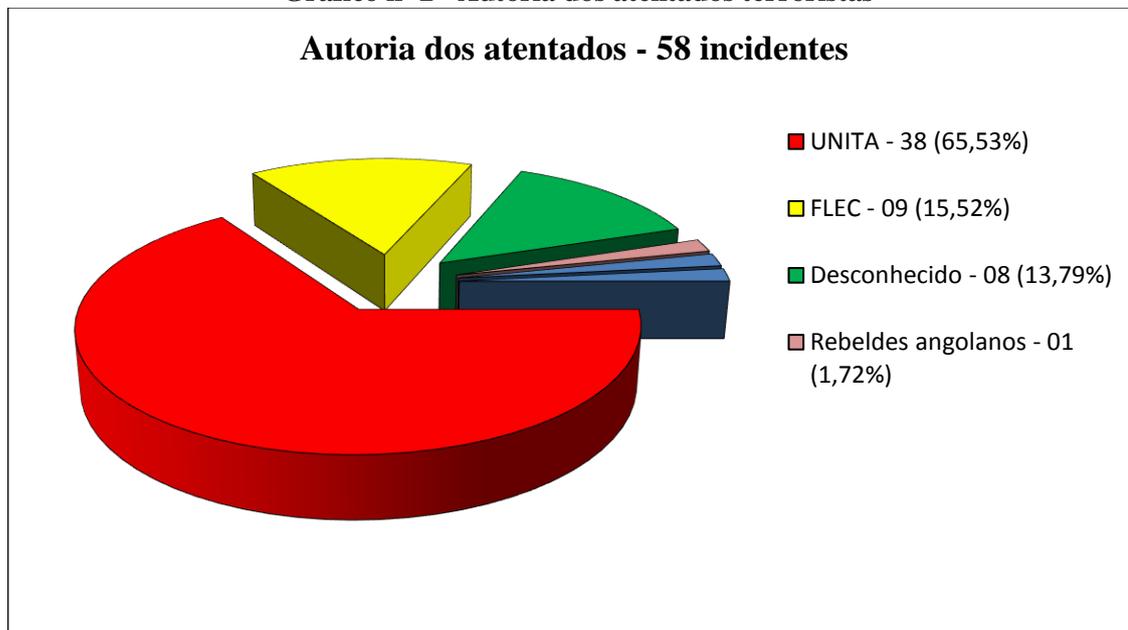
Os desdobramentos desse episódio resultaram no acordo de paz celebrado em abril de 2002, por meio do Memorando de Entendimento de *Luena*, firmado entre o governo angolano e os remanescentes da UNITA, evento considerado um divisor de águas na história angolana (RODRIGUES; MIGON, 2019). Desde então, Angola tem experimentado um período de considerável estabilidade, com a UNITA centrando seus esforços no campo político, distanciando-se da luta armada para atingir seus objetivos.

³ Partido político criado em 1966, na cidade de *Moxico*, por *Jonas Savimbi*. A concepção inicial da UNITA era tornar o país independente de Portugal por meio do apoio popular e da mobilização das massas. Atualmente, a UNITA restringe suas atividades no campo político, sendo o segundo maior partido de Angola e o maior partido de oposição (SILVA, 2016).

3.2 Autoria dos atentados terroristas

Ao analisar o relatório emitido pela START sobre a autoria dos atentados terroristas ocorridos em Angola, constatou-se que a relação contém seis atores: UNITA, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC⁴), desconhecido, rebeldes angolanos, separatistas e pistoleiros (GTD, 2021), conforme tipificado a seguir:

Gráfico nº 2 - Autoria dos atentados terroristas



Fonte: OS AUTORES, com dados do *Global Terrorism Database 2021*.

Conforme o gráfico nº 2, a UNITA foi responsável por cerca de 65% de toda atividade terrorista, tornando-se a maior responsável pelos incidentes terroristas em Angola, entre 2001 e 2019 (GTD, 2021). Esse fato, associado à grande quantidade de atentados terroristas ocorridos em 2001, permite inferir que a maior parte desses atentados foi decorrente da instabilidade que vigorava em Angola naquele momento, reflexo direto dos conflitos armados que sacudiam o país desde 1975, onde os partidos políticos angolanos recorriam às armas para conquistar o poder (RODRIGUES; MIGON, 2019).

Passando a analisar a FLEC, sugere-se que especial atenção deve ser dada para esse grupo, que foi responsável por cerca de 15% da prática terrorista ocorrida em Angola nesse século e que continua atuando no país africano (GTD, 2021). Em que pese a pouca ocorrência de atentados terroristas em Angola a partir de 2002, nota-se que o enfraquecimento da UNITA deixou uma espécie de vácuo de poder, que rapidamente foi ocupado pela FLEC, principal ator terrorista que atua em Angola nos dias atuais.

⁴ Criada em 1963, a FLEC é uma guerrilha separatista e movimento político que luta pela independência de Cabinda desde 1975. Na década de 1990, foi reformulada estruturalmente, mas manteve seu propósito original: a luta pela independência de Cabinda (MAZRUI, 1975).

O terrorismo ocorrido em Angola durante o século XXI

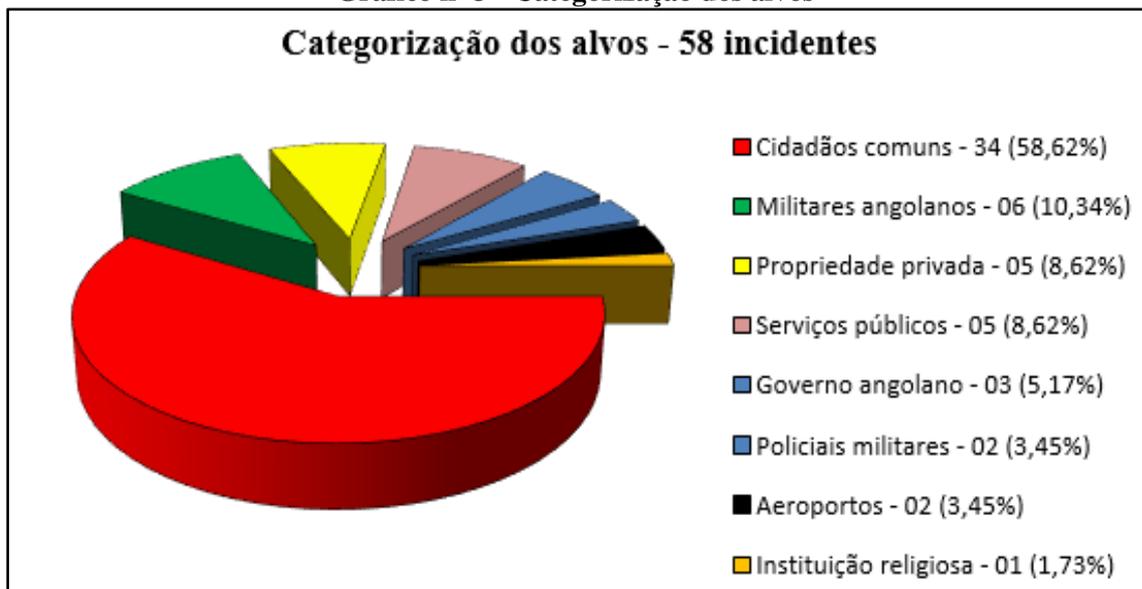
Embora os atentados de origem desconhecida tenham uma representatividade significativa (cerca de 13% do total), observa-se que os mesmos foram desencadeados em várias cidades, característica que não permite vincular os atentados a uma determinada região ou cidade. Além disso, os atentados não se restringiram e nem tampouco ficaram concentrados num recorte temporal específico, pelo contrário, os mesmos foram realizados de forma dispersa ao longo dos anos, característica que não permite vincular os atentados a um episódio ou fato histórico.

No grupo de atores que foram responsáveis por apenas um incidente terrorista entre 2001 e 2019 (rebeldes angolanos, separatistas e pistoleiros), verifica-se que todos os incidentes terroristas (três no total) foram desencadeados em 2001. Como Angola não registrou um atentado terrorista sequer, perpetrado por esses atores após 2001 (GTD, 2021), pode-se afirmar que esses incidentes ocorreram sob o contexto do conflito que ainda vigorava em Angola, protagonizado pelo governo angolano de um lado, e pela UNITA de outro lado (RODRIGUES; MIGON, 2019).

3.3 Tipo de alvos

Ao analisar os 58 incidentes terroristas ocorridos em Angola entre 2001 e 2019, notou-se que os alvos selecionados pelo terrorismo ficaram categorizados da seguinte forma: cidadãos comuns, militares angolanos, propriedade privada, serviços públicos, governo angolano, policiais militares, aeroportos e instituição religiosa (GTD, 2021):

Gráfico nº 3 - Categorização dos alvos



Fonte: OS AUTORES, com dados do *Global Terrorism Database 2021*.

De acordo com o gráfico nº 3, o cidadão comum foi o tipo de alvo mais afetado pelo terrorismo em Angola nesse período. Como a maior parte dos atentados terroristas ocorreu em 2001, pode-se inferir que a instabilidade angolana que vigorava nessa época (RODRIGUES; MIGON, 2019) gerou efeitos colaterais diretos em sua população, na medida em que foi a mais vitimizada pelo terrorismo. Esse cenário não se repetiu a partir de 2002, ano em que o terrorismo priorizou outro tipo de alvo em suas ações.

Dessa forma, especial atenção deve ser dada aos militares das Forças Armadas angolanas, principais vítimas do terrorismo em Angola a partir de 2002. Apesar da baixa ocorrência de atentados terroristas a partir de 2002, constata-se que dos seis incidentes terroristas envolvendo os militares das Forças Armadas angolanas entre 2001 e 2019, cinco ocorreram após 2002, fato que não pode ser ignorado e nem tampouco descartado pelos agentes públicos e pelas instituições de segurança e defesa.

Em que pese a significativa representatividade da propriedade privada e dos serviços públicos no *ranking* de alvos do terrorismo (cinco incidentes para cada um), nota-se que todos os atentados terroristas envolvendo os dois tipos de alvos ocorreram em 2001. Da mesma forma como verificado nos cidadãos comuns, pode-se inferir que esses eventos foram desencadeados sob o contexto da instabilidade vigente em Angola nesse período (RODRIGUES; MIGON, 2019). A partir de 2002, nota-se que, tanto a propriedade privada, como os serviços públicos, deixaram de ser alvos do terrorismo.

Com relação aos incidentes terroristas envolvendo o governo angolano e os policiais militares, vitimizados pelo terrorismo em três e duas ocasiões respectivamente, verifica-se que todos os cinco incidentes foram desencadeados em cidades distintas, fato que não permite vincular o terrorismo à uma determinada região. Além disso, todos os cinco atentados não se concentraram num recorte temporal específico, característica que inviabiliza vincular os atentados à um fato histórico.

No que concerne aos aeroportos e à instituição religiosa, alvos do terrorismo em duas e uma ocasião respectivamente, constata-se que os três incidentes foram perpetrados em 2001, todos sob a autoria da UNITA. Ou seja, tanto os aeroportos, como a instituição religiosa, sofreram os efeitos colaterais dos conflitos internos que sacudiam Angola nesse período (RODRIGUES; MIGON, 2019).

4. Considerações Finais

Sob a perspectiva geopolítica, conclui-se que: apesar da pouca ocorrência de atentados terroristas em Angola entre 2001 e 2019, houve significativa quantidade de

atentados terroristas em 2001 (40), números que indicam que o país foi bastante afetado pela atividade terrorista nesse ano, decorrente diretamente da instabilidade política.

Sob a perspectiva da autoria dos atentados, conclui-se que: apesar da realidade cada vez mais premente da globalização e todos os seus efeitos e alcances junto à sociedade, a prática terrorista em Angola teve caráter estritamente regional, não sendo palco para o terrorismo internacional. Tal assertiva se justifica pelo fato de não haver registros de ataques terroristas em Angola que foram perpetrados por grupos extremistas como a *Al-Qaeda*, Estado Islâmico e *Boko Haram*, que atuam de forma global e são responsáveis por grande parte dos atentados terroristas ocorridos na África atualmente.

Sob a perspectiva do tipo de alvos, conclui-se que: o cidadão comum foi a categoria mais vitimizada pelo terrorismo em Angola, motivado principalmente pela instabilidade que vigorava no país. Todavia, singular destaque deve ser dado ao ataque terrorista perpetrado pela UNITA junto a uma instituição religiosa em 2001, o qual não pode ser vinculado e nem tampouco caracterizado como terrorismo religioso, por dois motivos: 1) a instabilidade que vigorava em Angola em 2001; e 2) a não ocorrência de outros ataques terroristas às instituições religiosas em Angola após 2001.

Referências:

COSTA, Wanderley Messias da. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia**. Confins Online, nº 22, 2014.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. **Codebook: Inclusion Criteria and Variables**. College Park: University of Maryland, 2019.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. **GTD - Search The Database**. College Park: University of Maryland, 2021. Disponível em: https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?start_yearonly=2001&end_yearonly=2019&start_year=&start_month&start_day=&end_year=&end_month=&end_day=&country=6&country=8&country=23&country=29&country=33&country=34&country=37&country=41&country=42&country=46&country=229&country=56&country=60&country=62&country=63&country=65&country=72&country=73&country=84&country=85&country=99&country=104&country=111&country=112&country=113&country=119&country=120&country=128&country=129&country=136&country=137&country=139&country=146&country=147&country=605&country=47&country=403&country=168&country=174&country=176&country=177&country=182&country=183&country=1004&country=195&country=197&country=204&country=208&country=213&country=349&country=604&country=230&country=231&asmSelect1=&ctp2=all&success=yes&casualties_type=b&casualties_max=. Acesso em: 20 de junho de 2021.

MAZRUI, Ali Al'Amin. **The Warrior Tradition in Modern Africa**. Leiden: Brill, 1977.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. **O Terrorismo Ocorrido durante o Século XXI.** Núcleo de Estudos Estratégicos em Defesa e Segurança, 2020. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2020.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Do Acordo Tripartido (1988) ao Acordo de Paz em 2002: O Processo de Paz Conduzido em Angola.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, Vol. 4, nº 7, p. 51-83, 2019.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; SILVA, Marco Aurélio Vasques. **O Terrorismo Ocorrido na América do Sul durante o Século XXI.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, vol. 6, nº 2, p. 63-92, 2019.

SCHMID, Alex P. **The definition of terrorism.** In: SCHMID, Alex P. The Routledge Handbook of Terrorism Research, Cap. 1, p. 39-98, 2011. New York: ROUTLEDGE, 2011

SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: **O Fim da Guerra não é o Fim da Guerra.** Transversos: Revista de História, Vol. 7, nº 7, p. 154-184, 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in) segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016.

Declaração de Direitos Autorais

Está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

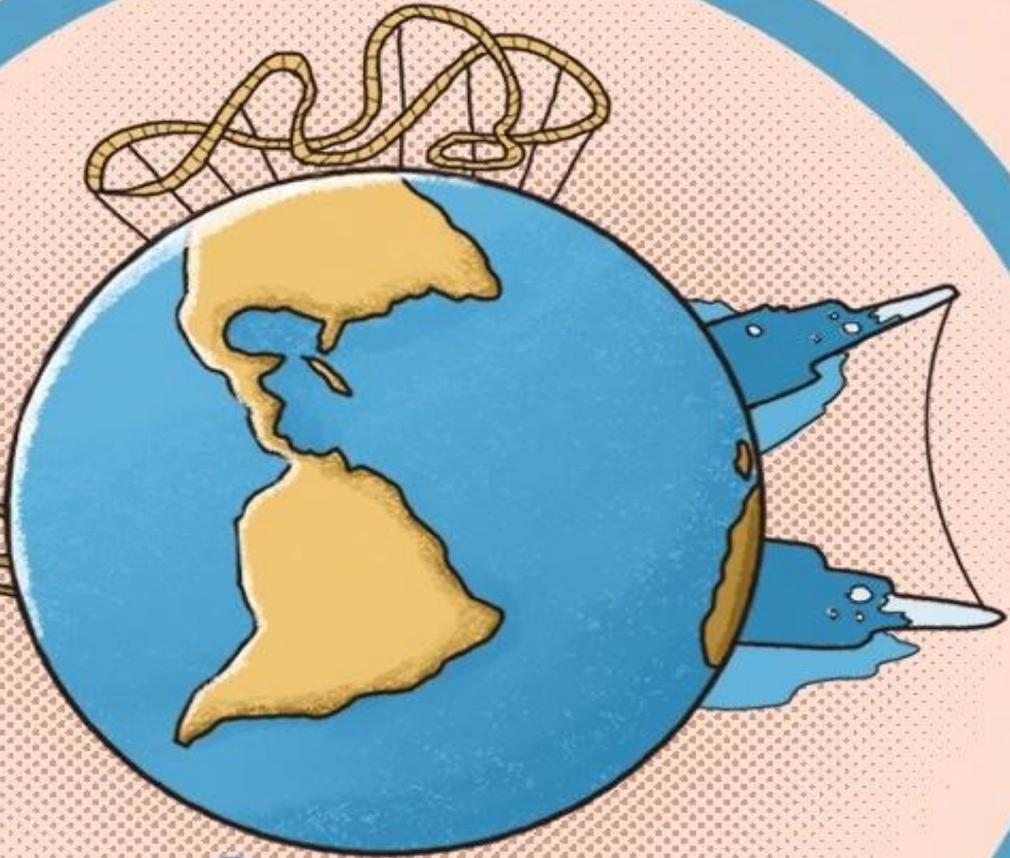




VOLÁTIL

AMBÍGUO

INCERTO



COMPLEXO



ISBN: 978-85-64844-13-1

CD



9 788564 844131